



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
m e s t r a d o e d o u t o r a d o

João Paulo Reis Costa

**A ARTICULAÇÃO EM AGROECOLOGIA DO VALE DO RIO PARDO –
AAVRP/RS: A Agroecologia como possibilidade de existência e
resistência na construção de “Espaços de Esperança” na região do
Vale do Rio Pardo.**

Santa Cruz do Sul/RS, junho de 2019

JOÃO PAULO REIS COSTA

**A ARTICULAÇÃO EM AGROECOLOGIA DO VALE DO RIO PARDO –
AAVRP/RS: A Agroecologia como possibilidade de existência e
resistência na construção de “Espaços de Esperança” na região do
Vale do Rio Pardo.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC como requisito para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul/RS, junho de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

COSTA, João Paulo Reis

A ARTICULAÇÃO EM AGROECOLOGIA DO VALE DO RIO PARDO-AAVRP/RS; A Agroecologia como possibilidade de existência e resistência na construção de Espaços de Esperança na região do Vale do Rio Pardo. / João Paulo Reis COSTA. – 2019.

237 f. : il. ; 3 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

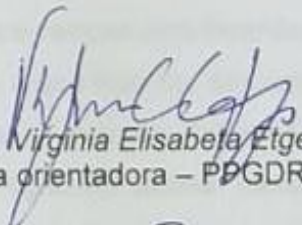
Orientação: Profa. Dra. Virgínia Elisabeta Etges.

1. Agroecologia. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Espaços de Esperança. 4. Território/Territorialidade. 5. Agricultura Familiar Camponesa. I. Etges, Virgínia Elisabeta. II. Título.

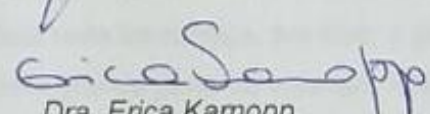
João Paulo Reis Costa

**A ARTICULAÇÃO EM AGROECOLOGIA DO VALE DO RIO PARDO –
AAVRP/RS: A AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE EXISTÊNCIA E
RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE “ESPAÇOS DE ESPERANÇA” NA REGIÃO
DO VALE DO RIO PARDO**

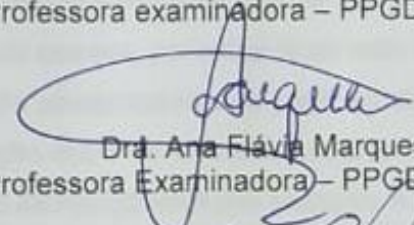
Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.



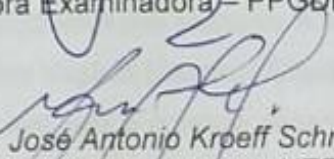
Dra. Virginia Elisabete Etges
Professora orientadora – PPGDR/UNISC



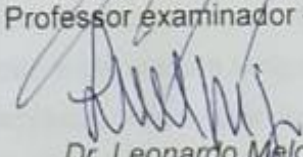
Dra. Erica Kamopp
Professora examinadora – PPGDR/UNISC



Dra. Ana Flávia Marques
Professora Examinadora – PPGDR/UNISC



Dr. José Antonio Kroepp Schmitz
Professor examinador – UERGS



Dr. Leonardo Melgarejo
Professor examinador – UFSC

Santa Cruz do Sul
2019

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos/as Agricultores Familiares Camponeses que fazem esse país todos os dias, com o seu suor sagrado, de quem trabalha duro, e que na sua leitura assertiva da natureza, garante a nossa existência produzindo o nosso alimento de todo dia. A estes/as invisibilizados/as do Campo brasileiro, alijados/as de direitos básicos e que com a sua simplicidade nos mostram o quanto a vida é importante. Dentre esses/as meus avós Ariovaldo e Orena Costa, Aristides e Eva dos Reis que com todas as suas contradições, foram homens e mulheres da roça, que suaram muito nas suas vidas e que de certa forma me são inspiração para seguir em frente, fazendo muita falta nos meus dias.

Junto com eles/as minha mãe Mariza dos Reis Costa, mulher forte e preocupada em ajudar os outros, que fez do trabalho uma premissa de vida e que hoje faz das coisas da terra, arte. E meu pai, Salvador Costa, o seu Nenê, meu guia pra muita coisa que faço, um agricultor familiar camponês sem-terra boa parte da vida, que era ferreiro e que fazia roda de carroça, por isso, a pessoa mais inteligente que conheci, apesar de me dizer grande parte da vida que “era burro”, compreensão essa que tenho certeza que não deixei que se fosse com ele, mostrando em vida o quanto inteligente e sábio que era, por saber fazer roda de carroça.

A todos/as os/as pesquisadores/as professores/as que fazem do seu espaço de trabalho uma junção entre os diversos saberes e que acreditam numa ciência inclusiva, que respeite as inteligências das pessoas. Á todos/as meus/minhas colegas de EFASC, à minha orientadora Virgínia Elisabeta Etges por tudo que representa para mim em termos de amizade leal, luta e conduta pessoal, também pela rigorosidade intelectual sem nunca esquecer da sua origem, de onde vem. Também ao prof. José Schmitz, fonte de inspiração e um querido amigo a qual a admiração é profunda pelo seu desprendimento das “coisas do mundo acadêmico” e amizade cotidiana. E a meu irmão Mateus Skolaude, meu maior incentivador a seguir em frente nos estudos, a quem sigo firme em caminhadas pela vida.

Dedico esse trabalho ao seu Clécio e dona Lori Weber, ao Roque Finkler, ao seu Reinaldo Rodrigues, ao Perci Frantz, ao seu Milton Palhano Siqueira, ao Celírio da Silva e ao Valderi de Moura, ao Elton Hein, ao Octávio Scheffer, ao Jesus Edemir Rodrigues e ao Sérgio Reis, aos mineiros PURI, seu Neném, seu Bibinho e Sebastião Farinhada, a capixaba dona Marlene, ao maranhense seu Raimundo e as mulheres quebradeiras de côco, a quem me encantaram pela força e ao querido Altamiran

Ribeiro do lindo Piauí, por serem referências de vida para mim e pelo empenho de vocês na construção de “Espaços de Esperança” e de tantas resistências nesse Vale do Rio Pardo que teima em não querer ser da Agricultura Familiar Camponesa. E também dedico aos agrônomos Sighard Hermany e Rogério Boemecke, por serem quem vocês são, do jeito que são e por nos inspirar o tempo todo, por tantos anos, sem titubear nas suas convicções na Agroecologia, que tão bem nos faz.

Também dedico esse trabalho as minhas cinco maiores razões de vida: Mateus, Maurício, João Pedro, Murilo e a doce Manuela, meus filhos e filha. Que vocês nunca esqueçam das suas origens, valorizem a cada os/as Agricultores Familiares Camponeses desse país e que desbravem o mundo levando as vossas ancestralidades junto com vocês, para que sempre saibam para onde voltar, quando o tempo feio chegar- Mais feliz ainda por Mateus já estar trilhando o caminho da defesa da Agricultura Familiar e da promoção da Agroecologia, dedicando a suas Juventude a aprender com os/as Agricultores/as Familiares Camponeses dessa região. E com isso dedico esse trabalho a minha companheira de vida e de amor profundo, Roberta, quem mais sente na pele as ausências de quem teima e seguirá teimando em mostrar que quem “faz roda de carroças” ou que garante a vida das pessoas produzindo alimentos saudáveis, não pode, jamais, se considerar “burro”. Muito obrigado por tudo Betinha, nem em outra vida eu conseguirei retribuir.

Por fim, dedico esse trabalho a todos/as os/as membros e entidades da AAVRP, que fundamos em fins de 2013, entidade de muito valor a essa região, que vem ganhando significados e significâncias nesses anos de boa luta em defesa da Agroecologia.

Vocês são muito especiais e a gente vai seguir em frente, juntos/as.



AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família pelo apoio, pela amizade e pela companhia. Meus avós que seguem me acompanhando em pensamentos na diversidade de suas representações. Meu pai e mãe pela vida. Aos meus irmãos Jonas, parceiro de caminhada na EFASC e a Fernanda. Também a Roberta pelo companheirismo e aos meus filhos Mateus, Maurício, João Pedro e Murilo e minha filha Manuela a quem sempre terá a prerrogativa da lembrança exclusiva por ser a Betí da família.

A todos/as meus professores/as que de certo modo contribuíram para minha formação humana e escolar/acadêmica, pois a arte de educar é um imenso vai e vem de contribuições que nos fazem ser quem somos.

A prof^a Virgínia Etges, minha sempre orientadora, pela resistência e paciência em orientar alguém que em tantas frentes anda e que não corresponde a todos os chamados. Minha eterna admiração e amizade, professora Virgínia.

As queridas e prontas funcionárias do PPGDR, bem como todos/as professores do nosso PPGDR/UNISC nesses 25 anos de construção do programa que tanto contribuiu e contribui com esse debate do desenvolvimento regional nesse país.

A Capes/Vale por essa Bolsa de estudos que permitiu que um professor de uma EFA, a EFASC, pudesse cursar um doutorado, ainda tão para poucos nesse país que hoje corta recursos na Educação, indo na contramão do mundo civilizado.

A todos os/as amigos/as jornalistas que nos ajudam a visibilizar a nossa AAVRP, bem como a Agroecologia no Vale do Rio Pardo, vocês são fundamentais nessa construção.

Aos meus colegas de doutorado, por 2 anos de convivência semanal, pelo companheirismo nessa caminhada, onde cada um toma seu rumo, mas tenho a certeza que nossa torcida é mútua.

A esta banca examinadora, composta só por gente que admiro e tenho profundo carinho e respeito, pelas convivências ou leituras do que produzem e nos inspiram na aridez do cotidiano. Muito obrigado Prof^a Virgínia Etges, Prof^a Erica Karnopp, Prof^a Ana Flávia Marques, Prof. José Schmitz e ao Prof. Leonardo Melgarejo. É uma honra ter vocês num momento tão importante da minha caminhada junto a EFASC, a AAVRP e no PPGDR/UNISC.

Aos companheiros/as das EFAs desse Brasilão que fazem a Pedagogia a Alternância todos os dias, mesmo diante de tantas dificuldades, não esmorecem.

A todos/as os estudantes que já passaram por mim nesses quase 20 anos de docência, gente tão imprescindível na vida da gente, tão formadora do que a gente se transforma.

A AGEFA, formada por Egresso/as e famílias de jovens da EFASC, por me permitir estar fora em momentos do meu trabalho, para me dedicar a este doutorado. Estendendo a todas as Famílias e Egressos/as que fazem da EFASC essa instituição ímpar na vida da gente.

Em especial ao meu companheiro de sala, que tanto ouve meus resmungos nesses anos de estudo e que exercita sua paciência, meu irmão de caminhada e serrano como eu, Adair Pozzebon, valeu Gringones, logo chega tua vez. E também ao meu companheiro de Ciências Humanas e Sociais da EFASC, Antônio Gomes pelas coberturas de aulas durante esse período de estudos e a parceria de sempre, lá dos idos tempos do Em Busca da Paz, que continuamos a perseguir, sempre orientados pelo nosso querido e para sempre Dom Irineu. Gracias compadres!

A todos/as os/as integrantes, companheiros/as da nossa AAVRP e suas entidades que compõem a grandeza da nossa Articulação.

Muito obrigado gente, estar com vocês é muito bom.



RESUMO

Nesta pesquisa buscamos compreender o processo de formação do Campo e da Agricultura Familiar Camponesa brasileira e a construção da Agroecologia no Campo do Brasil, sua origem, relações com os momentos históricos até os dias de hoje. Historicizamos a construção da Agroecologia no Rio Grande do Sul, passando por momentos importantes da formação do RS atual, incorporando assim o Vale do Rio Pardo, tão dependente do tabaco, mas que ao mesmo tempo, hoje tem uma organização do porte da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo- AAVRP, fundada em fins de 2013 por 10 entidades regionais que trabalham com a Agricultura Familiar Camponesa e na promoção da Agroecologia na região, e que hoje conta já com 21 entidades associadas à Articulação. Entidades essas que trouxemos a essa tese, que se trata de uma pesquisa participativa, a partir das influências de décadas atrás, passando pela sua fundação até o atual momento de consolidação, no Vale do Rio Pardo. Assim, verificamos os limites e as possibilidades de avanço da AAVRP e a sua efetiva contribuição para o desenvolvimento regional, pela pauta da produção orgânica de alimentos e da promoção da Agroecologia, para muito além de uma perspectiva produtivista, entendida epistemologicamente, ou seja, uma forma de ver, ler e interpretar o mundo. Nesse contexto a AAVRP apresenta-se como uma possibilidade concreta de resistência no “Vale do Fumo”, a partir das construções já feitas, desde os Seminários Regionais de Agroecologias – SERA, encontros de Sementes Crioulas, a Semana dos Alimentos Orgânicos - SAO da AAVRP 2019 e outras atividades correspondentes. Assim, a AAVRP e seu conjunto de entidades formam o que chamamos de “Espaços de Esperança” (HARVEY, 2015), pela produção de alimentos saudáveis e promoção da Agroecologia.

Palavras Chave: Agroecologia, Agricultura Familiar Camponesa, Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, Resistência, Espaços de Esperança, Território.

ABSTRACT

This doctoral study aims to investigate the foundation process of the countryside and the Brazilian Peasant Family Farming as well as the construction of Agroecology in Brazil, from its origin and historical relations until the current moment. The construction of Agroecology in Rio Grande do Sul was historicized, going through important historical periods in the State and incorporating the Rio Pardo Valley, where tobacco is the main culture, but on the other hand, it holds the organization of Articulation in Agroecology of the Rio Pardo Valley- AAVRP. This organization was founded at the end of 2013 by 10 regional entities that work with Peasant Family Farming and the promotion of Agroecology in the region and now it has 21 entities associated. This study is a participatory research, which reviews influences from the last decades, since its foundation until the present moment of consolidation in the Rio Pardo Valley. Thus, the analysis covers the limits and possibilities of advancement of AAVRP as well as its effective contribution to regional development, considering the agenda of organic food production and the promotion of Agroecology. However, the study is beyond a productivism perspective, which means that the process is understood epistemologically as a way of seeing, reading and interpreting the world. In this context, the AAVRP represents a concrete possibility of resistance in the "Tobacco Valley", since it has already made important constructions, such as the Regional Agroecology Seminars - SERA, meetings about Creole Seeds, the AAVRP Organic Food Week - SAO 2019, and other related activities. Therefore, AAVRP and its set of entities form what can be called as "Spaces of Hope" (HARVEY, 2015), for producing healthy food and promoting Agroecology.

Keywords: Agroecology, Peasant Family Farming, Agroecology Articulation in the Rio Pardo Valley, Resistance, Spaces of Hope, Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Audiência Pública sobre os Impactos dos Agrotóxicos – FGCIA/AAVRP. Encontro de gerações pela Agroecologia, com seu Reinaldo Rodrigues (ao centro), uma das mais importantes lideranças na defesa da Agroecologia no VRP. O jovem Mateus Ferreira Reis Costa (ECOVALE), eu e Adair Pozzebon (EFASC).	11
Figura 2 - Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa, em 2018. Junto com o Evandro Silveira (EFASC), Zana Duarte (monitora da EFA Puris/MG) e seu Neném Lupim (uma das maiores lideranças da Agroecologia de MG e do Brasil)....	27
Figura 3 - O Latifúndio Mata.....	28
Figura 4 - Jeca Tatu em duas fases.	35
Figura 5 - Quadro de ações desenvolvidas no Campo brasileiro entre 1945-1976...	38
Figura 6 - Autores/as importantes, entre outros/as no debate acerca da construção do conceito de Agroecologia no Brasil.	51
Figura 7 - Atuação da Rede Ecovida no sul do Brasil.	56
Figura 8 - Algumas entidades que trabalham com Agroecologia no RS e Brasil.	62
Figura 9 - Produção de tabaco em toneladas no ano de 2010, no VRP.	65
Figura 10 - Agroecologia	68
Figura 11 - A relação Estado – Agrotóxico.	83
Figura 12 - Ranking de alimentos que apresentam mais irregularidades no uso de agrotóxicos. Fonte: Revista Globo Rural, 2011.	84
Figura 13 - Agrotóxicos encontrados na água, no Vale do Rio Pardo.	91
Figura 14 - Agroecologia em números pelo Brasil.....	93
Figura 15 - Alimento Agroecológico no seu contexto.	94
Figura 16 - O Rio Pardo na serra de Herveiras e Passa Sete.....	96
Figura 17 - Empresas Fumageiras atuando no Brasil.	100
Figura 18 - Complexo Fumageiro do Brasil do e no Vale do Rio Pardo.	101
Figura 19 - Mapa Político do VRP.	103
Figura 20 - Sobrecapa da edição de 20/07/2016, da Gazeta do Sul.	106
Figura 21 - Agroecologia como epistemologia.	118
Figura 22 - – A População do VRP em área rural e urbana.	124
Figura 23 - Estrutura Fundiária do VRP	125
Figura 24 - COREDE Vale do Rio Pardo: PIB total e per capita 2008.....	128
Figura 25 - Primeira Aula Inaugural do Bacharel em Agroecologia UERGS/AGEFA.	132
Figura 26 -Fundação da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo - AAVRP.	135
Figura 27 - Entidades que fundam a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP, em 2013.....	136

Figura 28 - Algumas ações desenvolvidas pelas entidades religiosas, com destaque para a CPT.	140
Figura 29 - 28º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo e 4º Encontro da Agrobiodiversidade Missioneira, 09/08/2018, em Salvador das Missões/RS.	142
Figura 30 - Espaço da ECOVALE, referência em produção e comercialização de alimentos orgânicos no Vale do Rio Pardo.	145
Figura 31 - As primeiras atividades que traziam o conceito de Agroecologia.	147
Figura 32 - Periódicos de entidades da região que debatem a Agroecologia.	148
Figura 33 - MPA traz presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a região.	150
Figura 34 - Abertura do ano letivo de 2014 com o governador do RS, Tarso Genro.	152
Figura 35 - A Feira Pedagógica da EFASC.	154
Figura 36 - A Feira Jovem de Boa Vista e seus primeiros integrantes.	155
Figura 37 - Feira Jovem Caminhos da Agroecologia – Vale do Sol.	158
Figura 38 - Material de divulgação de EFASC e EFASOL.	159
Figura 39 – Registro fotográfico de algumas reuniões da AAVRP nesses cinco anos.	166
Figura 40 - As redes sociais da AAVRP.	167
Figura 41 - Certificação Participativa de propriedades orgânicas.	168
Figura 42 - Cinedebate “O Veneno está na mesa II”, de Silvio Tendler.	169
Figura 43 - AAVRP articulada com o PLEAPO/RS	170
Figura 44 - Revista das Sementes Crioulas AGEFA/RS.	173
Figura 45 - Audiência Pública sobre o Fechamento das Escolas do Campo CEED/RS.	177
Figura 46 - Audiência Pública sobre o Impacto de Uso de Agrotóxicos na Saúde, Meio Ambiente e Consumidor / AAVRP - FGCI.	179
Figura 47 - Múltiplas atividades propostas pela AAVRP.	181
Figura 48 - Os Seminários Regionais de Agroecologia - SERA.	185
Figura 49 - Notas de Repúdio da AAVRP	186
Figura 50 - Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica - Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA via AAVRP.	190
Figura 51 - Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA	193
Figura 52 - Várias atividades e sujeitos da AAVRP.	197
Figura 53 - Algumas atividades da SAO da AAVRP/2019.	203
Figura 54 - A Atual Composição da AAVRP com suas 21 entidades.	205
Figura 55 - As experiências de Feiras com alimentos Orgânicos no VRP.	207
Figura 56 - Lori e Clécio Weber fazendo Agroecologia há décadas no VRP.	209
Figura 57 - Abertura da SAO da AAVRP 2019.	218

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Apresentação da Pesquisa.....	11
Contextualização do pesquisador	21
1. A FORMAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO: VISIBILIZANDO A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA AGROECOLOGIA.....	28
1.1 A concentração de terras no Brasil: Uma chaga colonial	29
1.2 Um Jeca Tatu ainda vivo no Campo Brasileiro.....	33
1.3 A Revolução Verde e a modernidade anunciada.	37
1.4 Fragmentos de resistência: Agroecologia acontecendo.....	46
2. A AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.	68
2.1 – Agroecologia: Para muito além de uma mera alternativa aos Agrotóxicos.	69
2.2 Estado Brasileiro e Agrotóxicos: Uma combinação perigosa para a sociedade.	81
3 VALE DO RIO PARDO: UMA REGIÃO DO TABACO?	96
3.1 Um Vale com Tabaco, mas muito além da Fumicultura.	97
3.2 O então Ministro Blairo Maggi vem “conhecer a região”.....	104
3.3 Os “Espaços de Esperança”: Agroecologia no Vale.....	110
4. AAVRP – A AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA/S E CONSTRUÇÃO DE “ESPAÇOS DE ESPERANÇA”.	132
4.1 – A AAVRP e a possibilidade da construção dos “Espaços de Esperança” no Vale do Rio Pardo – As entidades.....	133
4.2. As atividades organizadas e desenvolvidas pela AAVRP.	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS.....	219
KNABBEN, Virgínia Mendonça. Ana Maria Primavesi: Histórias de Vida e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2016.....	227

LISTA DE SIGLAS

AAVRP – Articulação em Agroecologia do vale do Rio Pardo.
AGEFA – Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas.
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
PNARA - Política Nacional de Redução de Agrotóxicos.
PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.
SERA – Seminário Regional de Agroecologia.
SAO da AAVRP – Semana dos Alimentos Orgânicos da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo.
PLEAPO/RS – Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Rio Grande do Sul.
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.
SINDITABACO – Sindicato Interestadual de Indústria do Tabaco
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil.
APL / VRP – Arranjo Produtivo Local de Agroindústrias Familiares e Produção de Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo.
CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia.
ECOVALE – Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda.
EJR – Escola de Jovens Rurais.
CPT – Comissão pastoral da Terra.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
MEC – Ministério da Educação.
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia.
SERTA – Serviço de Tecnologias Alternativas.
AS-PTA - Agricultura familiar e Agroecologia.
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.
ENA – Encontro nacional de Agroecologia.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e cooperativismo do RS.
COOPERSANTA – Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz Ltda.
COOPERVEC – Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz.
COOPROVA – Cooperativa dos Produtores de Venâncio Aires.
COOPERLAF – Cooperativa Leoboqueirense de Agricultores Familiares.
COOPASVALE – Cooperativa Agrícola de Passo do Sobrado e Vale Verde Ltda.
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
FETAG/ RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul.
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.
FPA – Frente parlamentar Mista da Agropecuária.
EFASOL – Escola Família Agrícola do Vale do Sol.
COOPSAT – Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica e Educação Rural Ltda.
COOPERFUMOS – Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda.
CEED / RS – Conselho Estadual de Educação do RS.

FGCIA – Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.
PANC – Plantas Alimentícias Não Convencionais.
EFASERRA – Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha.
CTA / ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira.
CEREST Vales - Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador da Região dos Vales.
FETRAF - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
PNAE – Programa Nacional da Merenda Escolar.
CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior.
CEBs – Comunidades eclesiais de Base.
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva.
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
ONU – Organização das Nações Unidas.
FAO - Food and Agriculture Organization.
AMVARP – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo.
ATURVARP – Associação de Turismo do Vale do Rio Pardo.
PROVAPE - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural.
UFV – Universidade Federal de Viçosa.
CAR – Cadastro Ambiental Rural.
ECOCITRUS - Associação dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí.
DRGA - Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial.
RBA - Revista Brasileira de Agroecologia.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa.
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
NEA – Núcleo de Estudos em Agroecologia.
APLVRP – Arranjo Produtivo Local de Agroindústrias e Produção de Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo.
BAT - British American Tobacco.
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação.

INTRODUÇÃO

Apresentação da Pesquisa

Na Asa do Vento

Caetano Veloso

Deu meia noite, a lua faz o claro
 Eu assubo nos aro, vou brincar no vento leste
 A aranha tece puxando o fio da teia
 A ciência da abeia, da aranha e a minha
 Muita gente desconhece
 Muita gente desconhece, olará, viu?
 Muita gente desconhece
 Muita gente desconhece, olará, tá?
 Muita gente desconhece
 A lua é clara, o sol tem rastro vermelho
 É o mar um grande espelho onde os dois vão se mirar
 Rosa amarela quando murcha perde o cheiro
 O amor é bandoleiro, pode até custar dinheiro
 É fulô que não tem cheiro e todo mundo quer cheirar
 Todo mundo quer cheirar, olará, viu?
 Todo mundo quer cheirar
 Todo mundo quer cheirar, olará, tá?
 Todo mundo quer cheirar
 Todo mundo quer cheirar olará, viu?
 Todo mundo quer cheirar.
 Composição: João Do Vale / Luiz Vieira

Figura 1 - Audiência Pública sobre os Impactos dos Agrotóxicos – FGCIA/AAVRP. Encontro de gerações pela Agroecologia, com seu Reinaldo Rodrigues (ao centro), uma das mais importantes lideranças na defesa da Agroecologia no VRP. O jovem Mateus Ferreira Reis Costa (ECOVALE), eu e Adair Pozzebon (EFASC).



Fonte: Acervo da AAVRP, 2018.

Este trabalho foi realizado ao longo de quatro anos e meio, período de realização do Doutorado, mas a motivação para realizá-lo vem de muito antes, do tempo de construir a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, uma instituição nova, de pouco mais de cinco anos de atuação desde a sua fundação. Na verdade, ele está conectado diretamente com a dissertação de mestrado, intitulada Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da Pedagogia da Alternância, elaborada entre 2010 e 2012, em que tratamos do processo de fundação e afirmação da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC, uma das importantes instituições fundadoras da AAVRP.

Trata-se de um trabalho com total envolvimento entre o pesquisador e o objeto da pesquisa, pois além de ser monitor de Ciências Humanas e Sociais da EFASC, uma das minhas atividades junto a EFASC e a AGEFA, em parceria com meu colega e irmão de caminhada Adair Pozzebon, é fazer articulação de ambas com as demais instituições da região, entendendo que a EFASC, em um dos seus pilares fundantes, “Desenvolvimento do meio”, tem essa obrigação de estar conectada e pensando formas de inserção regional. O protagonismo dessas entidades na fundação da AAVRP veio dessa perspectiva institucional, orientada também por convicções pessoais, do grupo de monitores e membros da Associação, que entenderam em dado momento que a EFASC/AGEFA tinha essa responsabilidade dados as características regionais de ambas as organizações.

Assim, essa tese tem um propósito inicial e fundamental, que é de mostrar ao meio acadêmico e à região, do quanto esse território tem diversidade e o quanto a narrativa hegemônica do espaço dado “de origem alemã” e “produtor de fumo” não passa de uma narrativa que venceu no discurso regional e vamos evidenciar isso quando abordarmos a região em números e dados oficiais. Na verdade, essa região tem muitas outras possibilidades produtivas e especialmente nos últimos anos, em que a articulação de pessoas e entidades vem modificando o panorama monolítico até então dado. São várias cooperativas, associações de Agricultores/as, escolas, universidades, arranjos de entidades, sindicatos, que vêm buscando dialogar e pensar alternativas produtivas e outras formas de desenvolvimento para a região, que não seja apenas uma premissa, vertical e exógena como tem sido apresentada a fumicultura, muito embora até lideranças desse setor venham mudando a sua forma de orientar e se situar no debate regional, o que veremos mais adiante.

Desta forma, nessa tese tem por principal objetivo trazer a reflexão sobre em que medida a Agroecologia, praticada e vivenciada na região do Vale do Rio Pardo/RS por Agricultores/as Familiares Camponeses, organizados nas atuais 21 entidades congregadas na AAVRP, pode ser entendida como possibilidade ante a histórica e consolidada produção de tabaco, constituindo-se em ação de resistência desses Agricultores/as Familiares Camponeses da região, na construção de “Espaços de Esperança”, pela produção de alimentos saudáveis.

Trata-se aqui de um texto vivencial, de experiências construídas no cotidiano - que busca dialogar com as entidades, mesmo diferentes em seus propósitos, que busca aproximar os saberes do povo e seu cotidiano, com os saberes da academia, da escola. Um texto posicionado de quem tem aliado à sua atividade profissional com a sua crença pessoal, de que o Vale do Rio Pardo é mais diverso do que se pretende, de que é mais rico do que se imagina e é tão organizado, enquanto entidades, como em qualquer outra região. É nesse contexto que a Articulação vem crescendo nesses 5 anos, passando por crises internas, mas se reerguendo e seguindo em frente, a ponto de propor e executar a V Semana Nacional de Alimentos Orgânicos com 18 atividades por toda a região, passando por seminários, painéis, dias de campo, cine debates, palestras, entre outras, mostrando a sua força e capacidade de organização, sem contar com financiamento para tal, apenas o protagonismo e a parceria das entidades que a compõem.

É nessa perspectiva que vamos nos deter em trazer a historicidade da Articulação, juntamente com as suas entidades formadoras, que há cinco anos não passavam de 10 e que hoje já são 21 entidades, e com possibilidade de novos ingressos logo ali na frente, dado as novidades que estão sendo construídas na região, com muita influência da AAVRP como, por exemplo, a Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Unidade de Santa Cruz do Sul, desde 2017 e do Bacharelado em Agroecologia, curso proposto pela UERGS e pela Associação Gaúcha Pró- Escolas Famílias Agrícolas – AGEFA, curso inédito na região.

Desta forma a construção desse texto e das reflexões nele contidas são frutos de muitas reuniões, de verdadeiras entrevistas sem registro – de conversas informais, de muita prosa a respeito de outros tempos nessa região. Há também muitas lembranças de infância em meio ao comércio do meu avô materno e no convívio direto com Agricultores/as Familiares Camponeses/as. Tem muito das andanças que a

EFASC/AGEFA nos proporcionaram nesses anos todos de trabalho, de representações dos/as Agricultores/as junto a outros espaços. Tem muito da nossa caminhada acadêmica, de leituras e interpretações de quem está de fato muito envolvido com a Agroecologia na região, seja pela EFASC/AGEFA, pela AAVRP, pelo APL de Agroindústrias e Produção de Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo, há 10 anos está em permanente diálogo com as discussões e debates junto ao PPGDR/UNISC e agora no mais novo desafio, de contribuir na coordenação do Bacharelado em Agroecologia da UERGS/AGEFA. É dessa realidade presente, que fala esse texto, que entrecorta a sua abordagem, com todos os benefícios do “olhar de dentro”, participante e participativo e com todos os limites que tem por óbvio, todo/a pesquisador/a.

Portanto, a partir da premissa de uma “Pesquisa Participativa / Participante / Ação”, foi possível e necessário dialogar com uma perspectiva crítica, partindo de uma concepção básica, a da historicidade, trazendo o protagonismo das entidades e sujeitos que as representam e as constituíram e seguem fazendo a AAVRP no seu dia a dia de articulação regional. Compreendemos e acreditamos que os sujeitos não estão “soltos” nem no tempo e muito menos no espaço, pelo contrário, estão sempre sendo “entrecortados” pelos valores, compreensões, cultura do seu tempo, podendo isso influenciar mais ou menos nas suas ações e decisões acerca da sua realidade e desta forma, ir orientando os rumos da sua história individual, da sua entidade e de seu grupo social.

Pois “o deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. (...) trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certitude”. (NUNES, 2005, p.01). Trata-se aqui de uma clara compreensão de um território em disputa por paradigmas distintos de desenvolvimento e de compreensão de sociedade.

Vamos na mesma perspectiva em relação à categoria da totalidade, que também compõe o arcabouço dialético-marxista, que nesse trabalho ganha força, pois a historicidade composta na AAVRP por suas 21 entidades formadoras, nesse contexto regional, nos instiga e provoca a entender essas relações, no contexto sócio-histórico-político-social em que essas movimentações acontecem, justamente por estarmos imbricados nesse processo, seja individualmente por crença nele, ou por

força da representação institucional da EFASC/AGEFA, que igualmente creem nessa possibilidade, via Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo.

A totalidade se faz fundamental, para garantir essa historicidade crítica, que compreenda a AAVRP num processo social inacabado, em permanente construção, sujeita a avanços e retrocessos enquanto organização social. Exposta as tensões características de processos coletivos e vivos como esse, “onde os fenômenos sociais possuem uma historicidade e uma totalidade onde esta história é percebida como um processo da vida concreta de homens e mulheres e entre as relações sociais que estes tecem entre si, entre si e a natureza, mediante o trabalho” (SCHERER, 2016, p.05).

Trata-se aqui de buscar e propor interpretações acerca do momento em que os acontecimentos estão se efetivando via Articulação e também de interpretações posteriores, que vão contribuir com a própria dinâmica social da AAVRP, evidenciando assim uma rede de relações importantes. Ninguém sai “ileso” desse exercício de interpretar a realidade constituída, de qualquer acontecimento que se analisa ou até mesmo das novas formulações que se faz, enquanto pesquisador que participa ativamente de processos sociais como este, em que estamos envolvidos desde a fundação da AAVRP.

E por isso estaremos sempre sujeitos às “oscilações” dos interesses, do meio, das relações que vamos buscar compreender, porque não parte de nós qualquer possibilidade de acreditar em uma investigação isenta ou neutra, ainda mais no Campo da Agroecologia, que por si só já é um recorte ideológico, uma tomada de posição em relação ao campo de pesquisa, como de vida também, o que reforça a nossa orientação nesse trabalho pela Pesquisa Ação/Participativa.

A pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução na qual os sujeitos implicados no estudo participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação. Nesse espaço, os pesquisadores, extensionistas e consultores exercem um papel articulador e facilitador em contato com os interessados. Possíveis manipulações devem ficar sob controle da metodologia e da ética (THIOLLENT, 2002, p.04).

Assim, esse trabalho vai se dar na perspectiva da abordagem dialética, pois a produção de sínteses como resultados de teses e antíteses, até mesmo por estar tratando com vários sujeitos que protagonizam suas histórias e, muitas vezes, não compreendem ou não percebem, justamente por estarem inseridos numa região de

narrativas hegemônicas como a do Vale do Rio Pardo ser uma “região do fumo” ou ser “uma região de alemães”, que portanto, submetem o território hegemonicamente a um grupo econômico específico, requer uma análise que vá além da compreensão de uma produção de saber unilateral ou como algo dado. Por isso a necessidade se ouvir as vozes que fazem esse processo acontecer, fortalecendo a Agroecologia e promovendo a Agricultura Familiar Camponesa nessa região.

Dessa forma, a prerrogativa dialética, elucida essa constante produção de saberes, constituindo assim, na Agroecologia, um “paradigma vivo”, em constante (trans)formação, comprometido com a mudança social e mais diretamente com a autonomia dos povos do campo, em especial, de serem protagonistas das suas histórias e de suas entidades, por eles/as construídas e mantidas.

Para buscar interpretar essa realidade na qual a AAVRP vem sendo constituída e construída, atualmente por 21 entidades de ações diversas junto à Agricultura Familiar Camponesa no Vale do Rio Pardo, mas aproximadas pela reflexão e prática da Agroecologia e produção orgânica na região, em meio à predominância econômica da fumicultura, que tanto impõe marcas a essa região, esse trabalho se insere numa premissa de “pesquisa participante”, o que também pode ser conceituado de outras maneiras, como “autodiagnostico”, “pesquisa ação”, “pesquisa participativa”, “investigação ação participativa” (BRANDÃO e BORGES, 2007, p.53).

Optamos deliberada e conscientemente pela pesquisa participante e assim vamos tratar a partir de agora quando trazemos elementos que caracterizam o trabalho da Articulação, entidade que congrega tantas outras entidades em que atuamos diretamente e em representação da EFASC/AGEFA.

As pesquisas participantes atribuem aos agentes populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa. (BRANDÃO, 2007, p.53).

Pelo fato de estarmos como autor/pesquisador no doutorado em Desenvolvimento Regional do PPGDR/UNISC, e também como monitor na EFASC, portanto, inserido nessa construção social que é a AAVRP, através da participação protagonista e propositiva da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, instituição que representamos no coletivo da Articulação. Por isso, uma de nossas funções enquanto representação da EFASC nessa entidade agregadora, que é a AAVRP, é

de estarmos debatendo e aproximando ações com as demais entidades que a formam, numa relação direta, para assim propormos outra lógica de pesquisa que visa romper com a perspectiva histórica hierarquizante, tão comum em pesquisas como as de pesquisa-objeto. “A relação tradicional de sujeito-objeto, entre investigador-educador e os grupos populares, deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber”. (BRANDÃO e BORGES, 2007, p. 54).

A postura participante parte do princípio de que, como pesquisadores/as, somos responsáveis por uma parte do conhecimento; o que implica uma opção de vida e atitude consciente de que nossa percepção é distinta da visão dos sujeitos-pesquisando. Ambas são parciais e complementares. Porém, nesta relação de complementaridade fica claro que cabe ao (à) pesquisador (a) uma tarefa especial na leitura crítica do contexto. “Ao assumir uma atitude ativa na investigação no campo educativo, constata, intervém, educa e se educa. Nesse sentido, o (a) pesquisador (a) como cientista social assume primeiramente o compromisso e participação com os projetos de luta dos sujeitos-pesquisando”. (MORETTI e ADAMS, 2011, p.458).

Portanto, “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (MINAYO, 1994, 16). Por isso, por todo esse envolvimento com a construção da Agroecologia, bem como da Articulação e antes disso da EFASC/AGEFA, onde vamos nos enveredar a trazer aqui uma síntese das principais ações, eventos e construções acerca da AAVRP e tudo que cerca essa construção coletiva.

Na condição de quem vem contribuindo nesse debate e se sente na obrigação histórica de colocar os estudos de doutorado a serviço da interpretação protagonista da Articulação junto e frente à região, que não se dá somente pela cultura do tabaco e pela influência e dependência econômica do setor fumageiro, sendo muito mais que isso e tendo no seio regional, outras possibilidades de desenvolvimento, numa construção de um território diverso e cheio de contradições, a partir do paradigma da Agroecologia, que se constitui no respeito ao território, propondo outra lógica de desenvolvimento, produzindo alimentos saudáveis e aproximando o Campo das pautas da Cidade e vice-versa, eis a construção da possibilidade dos “Espaços de Esperança” (HARVEY, 2015) na região, via o paradigma da Agroecologia.

Nesse intuito vamos elencar aqui uma série de esforços que visam fortalecer a AAVRP, protagonizado por suas entidades, na busca por uma identificação da Articulação em relação à comunidade regional, levando ao conhecimento do público envolvido, nesse caso Agricultores/as Familiares Camponeses, mas também a população urbana, tão importante para a construção da Agroecologia, pois é na cidade que se concentra grande parte da população que precisa compreender o contexto da produção de alimentos saudáveis e com isso pressionar para que a Agricultura Familiar Camponesa se proponha a abastecer as feiras, supermercados e demais espaços de comercialização.

Em relação ao projeto de pesquisa que qualificamos, apenas uma alteração estrutural foi realizada, pois entendemos que nessa busca de promoção da Agroecologia, temos de sensibilizar em especial os meios de comunicação, nesse caso jornalistas, articulistas, apresentadores/as, repórteres, entre outros. Nessa busca de colocar a Agroecologia na mídia regional, tratamos de fazer parcerias com os/as responsáveis por essas mídias e aí, ao invés de entrevistar os sujeitos que fazem a Agroecologia na região, resolvemos trazer suas falas a partir de entrevistas concedidas a rádio, jornal e televisão por estes sujeitos ao longo desses cinco anos, garantindo sua fala nesse trabalho, mas trazendo aqui a evidência de nosso trabalho junto a AAVRP na mídia – o que faz com que a cada reportagem, cheguemos com nossas mensagens a milhares de pessoas, seja pelas páginas de jornais, portais virtuais, imagens de televisão ou pelas ondas das estações de rádio. Por isso acreditamos que não houve prejuízo em trocar a metodologia de externar as vozes dos sujeitos da AAVRP, da entrevista direta para a reportagem jornalística com as manifestações desses sujeitos.

Assim iniciamos o trabalho no primeiro capítulo, **intitulado *A Formação Do Campo Brasileiro visibilizando a construção histórica da Agroecologia***, em que passamos a pensar o Brasil na sua constituição sócio histórica, calcada no latifúndio, no privilégio das elites regionais e nacionais, conforme já demarca a Figura 03, desenhada pelo cartunista Latuf, que expusemos de início no trabalho, passando pela construção histórica do sujeito do Campo na perspectiva estigmatizada do “Jeca tatu”, de Monteiro Lobato. Mas já mostrando o quanto, dentro dessa lógica excludente, nos formamos enquanto país. Já nesse primeiro capítulo trazemos a Agroecologia na sua primeira construção, trazendo a rede Ecovida e um conjunto de entidades presentes de norte a sul, de leste a oeste por esse país, que vem construindo a Agroecologia e

a Produção Orgânica, numa perspectiva crítica e questionadora da ordem agrária injusta do país. Assim situamos o/a leitor (a) no debate que virá, já deixando claro que a Agroecologia está presente ao longo de todo o texto e não numa sessão específica, assim como outros temas correlatos, bem como a voz dos sujeitos da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo.

No segundo capítulo, nominado de ***A Agroecologia no contexto da Agricultura Familiar Camponesa***, abrimos a seção com o provocativo poema “Os Estatutos do Homem”, do poeta amazonense Thiago de Mello e mais uma vez ilustrado por Latuf, que trata Agroecologia como perturbadora de uma ordem da agricultura convencional, comprometida com a indústria dos agrotóxicos, do desmatamento e com a transgenia, tripé que tão mal faz à nossa saúde e ao meio ambiente, colocando em absoluto risco espécies de animais e vegetais, assim como a nossa própria existência, bem como a do planeta Terra.

Nesse capítulo nos atemos a trazer os fundamentos da Agroecologia e seus compromissos com um novo paradigma de desenvolvimento, orientado pela sua prática e sua dinâmica de movimento popular, assim como a Agroecologia como uma nova epistemologia para pensarmos as produções e sistematizações acadêmicas. O que certamente vem orientando uma nova abordagem dos estudos junto aos povos do Campo e seus saberes, rompendo aí com uma lógica excludente entre pesquisador e objeto de pesquisa, como se os sujeitos da Agroecologia pudessem ser meros objetos a serem pesquisados. Como se estes não interferissem nos próprios rumos e resultados das pesquisas, como uma nova epistemologia para pensarmos as produções e sistematizações acadêmicas, que certamente vêm orientando uma nova abordagem dos estudos junto aos povos do Campo e seus saberes.

Nessa altura do texto, vamos colocando a Agroecologia como uma das raras saídas para esse modelo de sociedade e agricultura que estamos enfrentando hoje, vide a situação atual de agrotóxicos encontrados em alimentos e na água em praticamente todo o país, conforme vem apontando uma série de pesquisas no país, ilustradas por reportagens que colocam esse tema na agenda das notícias de mídias poderosas, bem como em repercussão via redes sociais e canais que agências de informação mantêm, para difundir informações independentes.

Já no terceiro capítulo, que inicia com uma questão, até pouco tempo apresentada na maioria dos trabalhos acadêmicos, bem como no senso comum da população regional: ***Vale do Rio Pardo: Uma Região do Tabaco?*** Contendo nessa

pergunta, um elemento claramente contestador a respeito da sua resposta mais tradicional. Dividimos esse capítulo numa primeira parte, em que colocamos em números e condicionantes políticos a força do setor fumageiro, instalado via Sistema Integrado de Produção do Tabaco – SIPT, pois é inegável a importância do setor do tabaco para a região, afinal é mais de um século constitui-se numa estrutura produtiva organizada, desde a semente até o cigarro. Nesse contexto, não vamos operar e nem compreender na perspectiva de tratar esse setor do tabaco como “vilão” da dependência regional a essa cultura agrícola, por não entendermos que isso some na luta de promoção da Agroecologia e da produção de alimentos orgânicos na região, porém vamos ressaltar as contradições dentro do sistema fumageiro, que não são poucas.

Por isso, trazemos na segunda parte desse capítulo a perspectiva da construção agroecológica na região, buscando historicizar a construção da Agroecologia na região, trazendo alguns elementos para podermos pensar as alternativas ao tabaco, focando, basicamente, na produção de alimentos orgânicos, alimentos esses que já chegam em feiras, que estão na carta de comercialização das seis cooperativas de agricultores/as familiares da região, nas associações de produtores espalhadas pela região toda que já acessam políticas públicas como PAA, PNAE e vão gerando perspectivas de mercados garantidos a esses agricultores/as, um dos gargalos centrais na produção de alimentos na região, haja vista que na cadeia produtiva do tabaco, o mercado é “garantido”, mesmo com as contestações de preços e tudo mais.

Por fim, nos dedicamos ao quarto capítulo, o mais extenso, ***AAVRP – A Agroecologia como Possibilidade de Resistência/s e Construção de “Espaços de Esperança”***, no qual trazemos a Agroecologia no Vale do Rio Pardo, pelas entidades que compõem a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, seja pela importância dessas entidades na perspectiva regional, mas e também pelas atividades em conjunto que já foram feitas na região, de extrema importância para o debate regional da Agroecologia, bem como a chamada de atenção dessas entidades aglutinadas pela AAVRP para temas que colocam a Agroecologia em risco, como a questão dos agrotóxicos na região, passando pelos sucessivos temas que a Agroecologia demanda, fazendo com que a região perceba que há uma movimentação muito importante em defesa da produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

Essa vem sendo uma das principais apostas da Articulação para dialogar com a cidade, pela educação, informação e sensibilização das pessoas, que passam a demandar alimentos saudáveis e limpos, junto aos/as Agricultores Familiares Camponeses, especialmente quando se dão conta dos riscos ao se alimentarem com alimentos contaminados, bem como alimentos transgênicos, que não inspiram nenhuma confiança em muitas pessoas que consomem esses alimentos, haja vista toda polêmica em torno da rotulagem de alimentos transgênicos, no Congresso Nacional e o debate público que isso gerou na mídia e nas redes sociais.

Ao final dessa pesquisa, que busca trazer à reflexão acadêmica os temas vinculados às pessoas que fazem a Agroecologia, bem como o olhar das entidades que vão se posicionando ao longo desses cinco anos, até se construir o que temos hoje na região, uma Articulação que conta com 21 entidades que trabalham com Agroecologia e/ou Produção Orgânica ou que têm na sua orientação institucional essa possibilidade e assim se somam nesse debate, contribuindo à sua maneira e dentro das possibilidades reais da vida.

Nessa caminhada, nos deparamos com a construção de um Seminário Regional de Agroecologia que vai para sua 5ª edição, uma Semana dos Alimentos Orgânicos que fez história, com 18 atividades espalhadas pela região, debatendo a Agroecologia e, em especial, uma especialização em Agroecologia e Produção Orgânica na UERGS, em vias de entregar à região quase 30 artigos científicos abordando a Agroecologia e Produção Orgânica no Vale do Rio Pardo e no Estado do RS, mais um Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA, com uma turma de 25 estudantes, que poderão contribuir com o fortalecimento desse novo caminho que se abre para o futuro da região, pela educação.

Contextualização do pesquisador

“Amar e mudar as coisas, me interessa mais”, Belchior.

Se faz necessário uma auto apresentação, pois já que apresentei a pesquisa anteriormente, creio ser necessário situar o/a leitor/a e avaliador/a sobre quem sou e o caminho que andei trilhando por essas curvas da vida até chegar aqui, nessa tese, que tem muito a ver com aquilo que vivo, aspiro, respiro e tenho certeza, fazendo a minha parte, ajudando a construir no meu cotidiano de trabalho, com as minhas convicções e vivências pessoais e profissionais.

Sou o primeiro filho de três que meu pai, o seu Nenê teve e o segundo filho de quatro que minha mãe, Mariza teve, portanto, mais novo que minha irmã e mais velho que meus irmãos. Desde que nasci, moro no mesmo lugar, com a exceção de ter saído para estudar, mas sempre voltando, e por dois anos e meio, por circunstâncias da vida, mas sem nunca deixar de regressar. Num mundo de “raízes no ar”, penso ser alguém bem territorializado, buscando estar atento ao mundo, mas sempre voltando de onde efetivamente sou. Na Serra do Pinhal busco muitas das respostas de vida, em meio a minha vizinhança, na observação do que acontece e na interação a meu modo com o meio onde vivo e aprendo, sem títulos, no máximo o de professor.

Foi lá na Linha Pinhal que comecei meus estudos no início de 1986, na EMEF Incompleto Machado de Assis, covardemente fechada pelo Poder Municipal, assim como milhares de escolas do Campo nesse país. Dessas primeiras letras, fui terminar meu ensino fundamental na EEEF Emílio Alves Nunes, em Herveiras/RS, hoje escola de Ensino Médio também. Lá estudei de 1992 a 1995 até concluir a 8ª série. Um dado importante, a minha turma de 5ª série era composta por 52 crianças/adolescentes, onde desses formaram-se apenas sete, pois o índice de evasão era enorme, devido a não haver transporte escolar, apenas o transporte pago, e isso inibia muita gente de estudar ou concluir o ano letivo, prova concreta de que o acesso ao ensino/estudo nesse país, historicamente sempre foi para uma minoria.

Ali já sentia o peso de ser filho de um agricultor e ferreiro que a cada vacilo me desferia a frases que nunca entendi direito e que fui descobrir anos mais tarde, com os meus estudos: “Estuda pra ser alguém na vida”, “isso, segue assim, para ficar burro como teu pai”. Se ao mesmo tempo tinha uma admiração pelo seu Nenê porque ele fazia rodas de carroça, que sempre me encantaram pela sua perfeição geométrica, e porque meu pai dirigia caminhão em Porto Alegre/RS, o que para mim, era o sinônimo de maior inteligência que poderia haver, meu pai insistia na sua “burrice” e me alertava a ponto de parecer que era algo “contagioso”, por isso o antídoto era o estudo e a dedicação aos estudos.

Anos mais tarde, ainda a ponto de dizer a ele que nunca foi “burro” ou “tabacudo”, como seu Nenê se dizia, entendi que meu pai, bem como pessoas como ele, que nasceram pobres financeiramente e na roça, foram convencidos de que não sabiam nada e que não eram ninguém. Premissa a ser desconstituída por todos os dias da minha vida e que se tornou bandeira e ideal de vida, que me constitui como

sujeito e assim vou seguir fazendo, para que nenhum/a agricultor/a familiar camponês se inferiorize ou desvalorize o conhecimento secular que trazem consigo.

No ano seguinte, por um desejo do seu Nenê, fui fazer o Ensino Médio Técnico Agrícola na Escolta Técnica de Agricultura ETA, em Viamão/RS, referência nesse ensino até hoje no estado, fundada em 1910. Lá permaneci por 1996, retornando no final do ano, avisando que não voltaria mais para a escola por não haver identificação com o estudo de lá. Ali começávamos uma cisão forte entre pai e filho. Mas dona Mariza não abriu mão de que eu estudasse. Fiz o primeiro ano do ensino médio na EEEM Marguit Kliemann, em Gramado Xavier, indo de moto até o Pinhal São Francisco para embarcar na van que nos levava à escola.

Nesses idos de 1997, decidi junto com a mãe, pois o pai não mais se envolveria em assuntos de estudo, que faria magistério, em Sinimbu. Portanto, aí na área dos estudos, a parceria se deu com minha mãe, que jamais abria mão de que seus filhos/a estudassem e isso foi fundamental na minha trajetória, para chegar hoje na defesa dessa tese de doutorado. E lá fui, concorri a uma bolsa de estudos e em 1998 fui para o magistério, na Escola particular das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, ser o único estudante homem entre 28 mulheres, um aprendizado e tanto.

Fiz o magistério entre 1998 e 1999, anos de grandes aprendizados e muitas angústias, pois em 1999, já no governo Olívio Dutra, passo a me envolver com Educação Popular e descubro Paulo Freire, e tive aí a certeza de querer muito ser professor, com muitas formações em Porto Alegre, quando passo a atuar na minha região serrana, articulando sete turmas de alfabetização de jovens e adultos, no método agricultor/a – agricultor/a de alfabetização, com base em Freire. Foi um grande desafio, que em três anos permitiu que tirássemos do analfabetismo absoluto, mais de 200 pessoas. Era isso que queria fazer, porém não havia espaço no magistério para Paulo Freire e para a Educação Popular, a exceção nas aulas de Sociologia/Filosofia e Educação Religiosa, com os profs. Neri da Costa e Júlio Cesar de Lima, marcas profundas até hoje e também na militância estudantil, quando presidi o Grêmio Estudantil Glória, que estava fechado desde 1968.

Ao final do magistério, a notícia da paternidade chegou e abalou tudo e nisso, eu e Roberta decidimos trilhar o mesmo caminho, com apoio dos meus pais, Dona Mariza e seu Nenê. Em 2000, junto com Mateus, veio meu ingresso na Universidade, quando começa a minha relação de quase 20 anos com a UNISC. Entro no curso de Estudos Sociais – História, no desejo de migrar para Ciências Sociais assim que

abrisse o curso. Não foi, quando abre Ciências Sociais, a História já tinha me sequestrado para dentro do seu mundo particular e dela nunca mais saí.

O ano de 2001 marca meu ingresso na docência, quando vou trabalhar na EMEF Nossa Senhora de Fátima até 2004 e aí a confirmação de que de fato, eu seria professor e amaria minha profissão de maneira intensa e profunda. Em 2005 fico fora da sala de aula, indo trabalhar com meu pai em serviço de caminhão e comércio, basicamente. Em 2006,colo grau na Licenciatura em História e volto a dar aula, assumindo a direção da EMEF Tomás Antônio Gonzaga, na comunidade de Pinhal São Francisco, Gramado Xavier, onde aprendo por demais da conta, pois essa função diretiva me serviu demais profissional e pessoalmente, tamanho foram os desafios e aprendizados.

Em 2005 junto com o fim do meu estágio docente no Magistério do Glória, em Sinimbu, nasce meu segundo filho, Maurício. Em 2006 fui chamado no concurso público de Lajeado, onde trabalhei pouco mais de três anos na EMEF Santo André, na periferia da cidade, mais aprendizados, pois com esse público nunca havia trabalhado e a experiência foi fantástica, da qual trago ensinamentos até hoje. Lá divido apartamento JK com meu querido amigo Carlos H.H de Oliveira, que abriu as portas da sua residência para três dias da semana que lá passava, pelo qual tenho profunda estima, apesar da distância atual, que a vida nos impôs.

Em 2007, ano que nasce meu terceiro filho João Pedro, também concluo minha especialização em História do Brasil, um divisor de águas na minha formação pelo aprofundamento de estudos e iniciação efetiva na pesquisa, onde reafirmo meus votos como Historiador, trabalhando na monografia: ***A Revolução Federalista na região de Santa Cruz: A atuação dos Serranos de Zeca Ferreira. Orientação: Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt. Monografia de Especialização em História do Brasil. 2007. Santa Cruz do Sul. UNISC.*** Estudo que ainda retomarei, pois diz muito do que sou e de como foi e é a minha região serrana.

Em 2008, vou para o Vale do Taquari, pois sou chamado no concurso público de Estrela/RS e lá vou morar, próximo à EMEF José Bonifácio, na comunidade do Costão, embora venha todo final de semana para a serra, para casa. Nesse ano já faço parte do grupo que está discutindo o início de uma escola técnica em agricultura no Vale do Rio Pardo, onde os estudantes seriam filhos/as de agricultores/as da região e que estudariam uma semana na escola e outra ficariam em casa. Esse grupo conta com meu ex-professor de sociologia lá do magistério, Neri da Costa, além dos meus

colegas atuais, Antonio Gomes, Adair Pozzebon e depois Cristina Vergutz, os quais estamos até hoje.

Em 2009, depois de muitas reuniões de formação básica na Pedagogia da Alternância, começamos a EFASC, em 1º/03/2009, ainda dividindo meu tempo com Lajeado, pois pedira demissão do concurso público em Estrela e no mesmo ano iniciei um rápido, porém importante trabalho no Colégio Sinodal de Conventos, em Lajeado. Em 2009, nasce meu quarto filho, Murilo. Em 2010 entro no mestrado em Desenvolvimento Regional, como bolsista integral, mas tive de abrir mão por ser trabalhador e não poder conciliar trabalho e bolsa, muito influenciado pelo meu irmão de vida, Mateus Skolaude, que já iniciara o mestrado. Saio de Lajeado, deixando para trás o segundo concurso público e assumindo algumas horas no Colégio Anchieta, em Vera Cruz/RS, onde atuo até fevereiro de 2012, quando passo a estar integralmente na EFASC.

Aqui começa uma grande transformação pessoal e profissional, pois o contato já em fevereiro de 2009 com “o mundo das EFAs”, especialmente na Zona da Mata mineira, no entorno da EFA Puris (Araponga) e da EFA Paulo Freire (Acaiaca/MG), pois vai ser essa região, próxima a Ouro Preto, onde sempre retorno para (re)aprender sobre o fazer das EFAs, a vivência da Pedagogia da Alternância e especialmente para ter contato com um tecido social rico e que recarrega as minhas energias, reafirmando a certeza que tenho no quanto precisamos estar ligados as nossas origens. Esse (re)aprendizado acontece ao reencontrar meu irmão de lutas Sebastião Farinhada, seu Neném, seu Bibinho, Romualdo e as demais gentes do CTA-ZM (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira), mais o meu sempre professor Willer Barbosa e também a Fabrício Vassalli, jovem professor da UFV.

Em 2012, concluo o mestrado, defendo a dissertação, que em 2013 foi premiada pela CAPES/VALE, num concurso nacional de teses e dissertações: Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade de Dissertações de Mestrado, como melhor dissertação no grupo IV – *Tecnologias socioambientais, com ênfase no combate à pobreza*, com a dissertação intitulada ***Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da pedagogia da alternância***. Um momento importante, pois, o prêmio ajudou a visibilizar a EFASC, que tinha tão poucos anos de existência ainda. Mas 2011 é um ano muito significativo, a que mudaria minha vida derradeiramente, o nascimento da minha última filha, Manuela, que tornou meus dias mais coloridos.

Após um período sabático dos estudos, ainda em 2012, já faço parte da coordenação institucional da EFASC e com isso vou me inserindo nos fóruns de debates da região, como o APL do Vale do Rio Pardo, que nasceu com a pauta das Agroindústrias Familiares, que conseguimos estender para produção de alimentos da Agricultura Familiar da região. Fui vice coordenador do APL, com o prof. José Schmitz na coordenação e, atualmente, estou na coordenação da Governança do APL.

Em 2013, fundamos a AAVRP, onde representei a EFASC e seguimos essa construção que daria base a essa tese que concluo, sem a presença física do seu Nenê que nos deixou. Em 2015, entro no doutorado, acionando a Bolsa de estudos que recebi com o Prêmio Vale/Capes, em 2013. São quase 5 anos de ausência física do seu Nenê, mas que segue muito vivo nos nossos corações por tudo que representou e pelas descobertas que provocou em mim, sem provavelmente saber que provocara. Se passaram rápido demais, especialmente pelas construções que esse conjunto de entidades e pessoas vem fazendo no Vale do Rio Pardo, trazendo com força o debate sobre a Agricultura Familiar Camponesa ser o grande motor dessa região, que teima em querer ser industrial, enfatizando a necessidade da promoção da Agroecologia, mesmo nessa aridez sociocultural da região.

E hoje, seguimos firmes e fortes na luta por oportunidades para a Juventude do Campo, fortalecendo a Agricultura Familiar Camponesa e buscando promover a Agroecologia como um novo paradigma de desenvolvimento, incluindo as gentes do Campo numa agenda propositiva de diversificação produtiva no Vale do Rio Pardo, baseada na produção de alimentos saudáveis, livres de qualquer agrotóxico e em especial, tratando a solidariedade entre esses sujeitos do Campo como maior insumo para que as pessoas possam ter uma vida melhor. E reafirmando que a nossa saída enquanto nação se dará pela educação, pela garantia de acesso e permanência da juventude nas escolas e nas universidades, que precisam estar atentas e sensíveis com seu entorno, com as gentes que demandam essa formação, para que esta seja contextualizada e propositiva, podendo assim mudar a vida das pessoas.

Figura 2 - Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa, em 2018. Junto com o Evandro Silveira (EFASC), Zana Duarte (monitora da EFA Puris/MG) e seu Neném Lupim (uma das maiores lideranças da Agroecologia de MG e do Brasil).



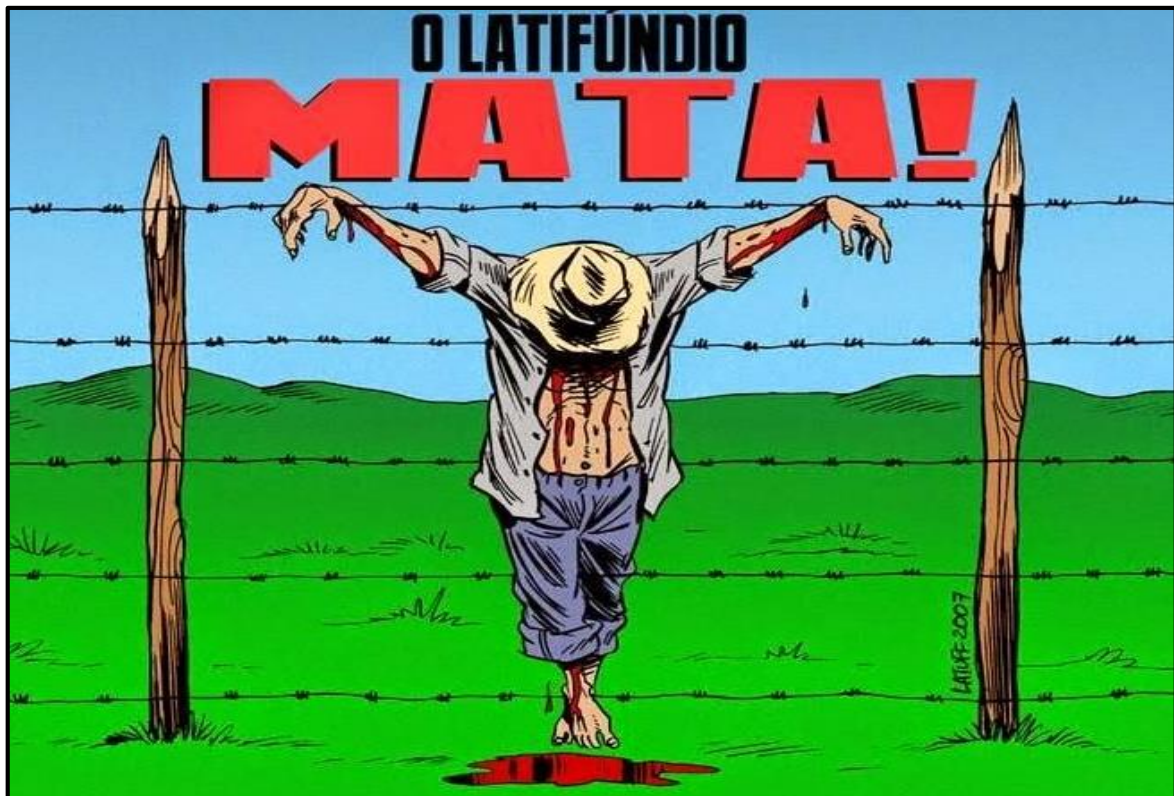
Fonte: Acervo do autor.

1. A FORMAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO: VISIBILIZANDO A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA AGROECOLOGIA.

Funeral de um lavrador Chico Buarque / Joao Cabral Melo Neto

Esta cova em que estás, com palmos medida
 É a conta menor que tiraste em vida
 É de bom tamanho, nem largo, nem fundo
 É a parte que te cabe deste latifúndio
 Não é cova grande, é cova medida
 É a terra que querias ver dividida
 É uma cova grande pra teu pouco defunto
 Mas estarás mais ancho que estavas no mundo
 É uma cova grande pra teu defunto parco
 Porém mais que no mundo, te sentirás largo
 É uma cova grande pra tua carne pouca
 Mas à terra dada não se abre a boca
 É a conta menor que tiraste em vida
 É a parte que te cabe deste latifúndio
 (É a terra que querias ver dividida)
 Estarás mais ancho que estavas no mundo
 Mas à terra dada não se abre a boca.

Figura 3 - O Latifúndio Mata



Fonte: LATUF, 2007.

1.1 A concentração de terras no Brasil: Uma chaga colonial

Oficialmente, o Brasil é “descoberto” em abril de 1500, porém, só vai ser colonizado a partir de meados do século XVI por Portugal, que estava mais preocupado com a rentabilidade da revenda das especiarias das Índias para uma Europa “insossa” de sabores, do que uma ocupação territorial efetiva na América ou aquela que seria sua maior colônia logo ali adiante. Iniciada a colonização, a ocupação do que viríamos chamar de Brasil, vem acompanhada de um processo de dizimação de nações indígenas em todo o território brasileiro. Nesse mesmo século XVI, é introduzido o negro africano escravizado, fazendo com que o Brasil se tornasse uma potência escravocrata por mais de três séculos.

A ocupação da terra por portugueses e séculos depois, por “nacionais” privilegiados da/e pela corte, vai dar origem ao latifúndio no país, iniciado com a divisão linear do território, simbolizado pelas Capitanias Hereditárias e levado a cabo mais tarde, com a instituição das Sesmarias, chaga essa que ainda perdura em boa parte do território nacional em dias de hoje, tendo o Brasil uma das maiores concentrações de terra do mundo. “Os números atuais mostram que quase 4 milhões de camponeses permanecem sem-terra no Brasil, em um território com 66 mil latifúndios, que representam 175 milhões de hectares” (VIGNA, 2018, p.08).

Essa realidade expressa a urgente necessidade da reforma agrária, apesar de parte do agronegócio brasileiro insistir que esse debate está superado¹, como apontam uma série de autores atuais, engajados na promoção do agronegócio, tentando reduzir ou anular a importância da Agricultura Familiar no Brasil², narrativa muito presente na fala da atual ministra da Agricultura, a deputada federal por Mato Grosso/MT, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias. Mesmo notadamente a Agricultura Familiar Camponesa³ sendo responsável por grande parte da produção de alimentos que vão à mesa dos/as brasileiros/as todos os dias.

¹ Para aprofundamento nesse tema, a leitura da tese de doutorado, defendida em 2015, junto ao PPGDR/UNISC, que trata frontalmente esse assunto, mostrando o quando o Campo brasileiro ainda é marcado pela presença do latifúndio. TALASKA, Alcione. O espaço agrário brasileiro na perspectiva conceitual: dos aspectos legais às implicações territoriais (TALASKA, 2015).

² Essa discussão pode ser conferida no “artigo síntese” assinado por Navarro, Buinain, Alves e Silveira, em que a Agricultura Familiar praticamente é “desmontada” por tais autores que praticamente decretam o fim dessa agricultura no contexto rural brasileiro. (NAVARRO, 2013).

³ É importante pontuar nessa tese que o conceito de Agricultura Familiar, que diz respeito aos sujeitos caracterizados na Lei 11.326/06, que reconhece a Agricultura Familiar como segmento produtivo e representa um novo marco para as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, desde a fase de elaboração até a implementação, execução e gestão de recursos, estabelece como parâmetro

Com o processo de independência no primeiro quarto do século XIX, por meio de D. Pedro I, os privilégios da elite, já brasileira, se mantêm às custas da escravidão, disseminada de norte a sul. No sul do Brasil, a colonização vai se fazendo com imigrantes europeus (germânicos e itálicos, principalmente), que começam a ser incorporados ao território nacional, na perspectiva de ocupação do território e de “branqueamento” da população brasileira. Com o fortalecimento dos militares, durante a campanha na Guerra do Paraguai (1864-1870), estes tomam o poder em novembro de 1889, quando o Brasil, já livre da escravidão, torna-se República – pelas mãos de Marechal Deodoro da Fonseca. O Campo brasileiro cumpriria uma nova agenda nesse contexto político de transição do Império para a República, num Brasil que já mirava um processo de urbanização da sociedade e, por consequência de sua economia, até então basicamente primária.

Porém, golpes sobre golpes que marcam a política brasileira desde a sua origem, juntamente com um contexto sociopolítico complexo, entre revoltas e levantes de norte a sul, o país entra no século XX, com uma República cambaleante e militarizada, desembocando em 1930 num governo de 15 anos de duração (quase metade dele sob a ditadura do Estado Novo), liderado pelo gaúcho Getúlio Vargas, apoiado por grande parte da elite mineira e por setores da elite nordestina, num golpe que grande parte da literatura historiográfica chama de “Revolução de 1930”. Impedindo o presidente eleito, com várias denúncias de fraude eleitoral, o paulista Júlio Prestes, candidato da situação apoiado pelo desgastado presidente Washington Luís⁴, que

o Agricultor ou Agricultora Familiar que não tenha propriedade maior do que quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento, que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, entre outros. Também se acrescenta os/as silvicultores/as, aquícultores/as, extrativistas artesanais, pescadores/as artesanais, povos indígenas, integrantes de comunidades Quilombola e demais povos e comunidades tradicionais. Todos incluídos pela lei n 12.512, de 2011. (MDA, 2016). Desta forma, usaremos a base conceitual de “Agricultura Familiar Camponesa” (PETERSEN, 2013) para tratar dos Agricultores/as Familiares que estejam associados ao Sistema Integrado de Produção (SIP) seja de tabaco, leite, porco ou aves, mas que por terem a propriedade da terra e não terem vínculo empregatício com as empresas dos referidos setores, ainda produzem parte do seu alimento e constroem possibilidades de diversificação produtiva, em suas propriedades familiares, por entender que no Vale do Rio Pardo essa categoria representa mais fidedignamente esses sujeitos, bem como para seguir referendando a Lei 11.326/06, que reconhece a Agricultura Familiar e dá o arcabouço legal para que esta seja reconhecida via políticas públicas.

⁴ Esse período é riquíssimo para compreendermos, inclusive, o Brasil atual, por tratar-se de um início de século em que o Brasil “do futuro” seria pensando a partir de uma estruturação efetiva do Estado Brasileiro. Para maior aprofundamento desse período, a leitura de um dos clássicos da historiografia brasileira sobre a chegada de Vargas ao poder em 1930 (FAUSTO, 1997). Também destacamos a trilogia biográfica sobre Getúlio Vargas, escrita magistralmente pelo jornalista e biógrafo Lira Neto, especialmente o Volume 2, que trata do período de chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, até sua deposição em 1945. LIRA NETO, 2013. p.594).

passara por toda a Crise de 1929 a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, contando com uma baixa econômica expressiva no país, especialmente no setor cafeeiro, que vai sentir direta e imediatamente as consequências dessa crise profunda do sistema capitalista, pois era o Brasil, o maior exportador de café na época, respondendo por cerca de 70% da oferta de café para o mundo.

Com Getúlio Vargas que o Estado brasileiro “entra na modernidade” que o século XX impunha, tal como universalização do ensino, voto universal, direitos trabalhistas, fomento à indústria nacional de base, entre outros aspectos. Nesse período, tem início um intenso processo de urbanização da população, levando agricultores/as⁵ e demais moradores do Campo brasileiro a se deslocarem para os principais centros urbanos do país. O lema era “modernizar” o país, com a indústria de base, de forte apelo urbano, associando a crescente taxa de urbanização ao progresso e à modernização do país, em detrimento de um Brasil rural, representante de um Brasil “atrasado” e “antigo”, narrativa ainda presente em nosso cotidiano.

Modernizar torna-se um imperativo ao estatismo que então se inaugurava sob a operacionalização do planejamento econômico. Promovendo a modernização de forma centralizada, de cima para baixo, sob o pacto do Estado com elites econômicas, ela se processou como uma modernização conservadora, marcando profundamente a dinâmica evolutiva da formação do território no país, alçando o objetivo nacional acima dos interesses de classe. Ela se constituiu no eixo básico de formação do Brasil moderno, cuja construção se tornou “a meta de todos os governos a partir de Vargas”. (BAGGIO, 2014, p.163).

O Brasil, principalmente depois a II Guerra Mundial (1939-1945), após a adesão aos países aliados (Inglaterra, França, URSS e destacadamente EUA), vencedores da grande Guerra, será aos poucos incorporado ao mercado mundial das *commodities*, no que tange ao setor primário, com a exploração de minérios e o

⁵ Usaremos ao longo dessa tese, a expressão sempre acrescida de gênero feminino, nesse caso Agricultores/as Familiares Camponeses/as, não por suposto modismo, mas por entender a importância de se fazer aparecer o gênero feminino na categoria Agricultor, por toda a importância das mulheres ao longo da Humanidade e também para aqui nesse trabalho, reforçarmos os valiosos movimentos organizados de Mulheres Agricultoras, como por exemplo, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), os coletivos de gênero do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que vem construindo uma pauta importante junto aos movimentos sociais do Campo, e para a sociedade como um todo, tirando a mulher do Campo da sombra do companheiro/marido/pai, resquícios e marcas muito profundas de uma sociedade marcadamente patriarcal. Por isso, essa expressão Agricultor/a vai permear esse trabalho, com a intencionalidade de nos somarmos às lutas das mulheres da roça. Referências a esta abordagem podem ser obtidas em obras valiosas protagonizadas por mulheres de luta junto aos movimentos citados e que encorajam outras mulheres a seguir em busca de sua emancipação como sujeitas de suas vidas, como essas que cito aqui: a) TAVARES, Joselita. COSTA, Josineide. FAGUNDES, Marli (orgs), 2016). Também em: GASPARETO, 2017). E ainda: CHIMINI, 2015).

incremento das atividades agropecuárias, num processo de modernização da agricultura, por meio de uma série de ações de estado e de investimentos de grandes indústrias de maquinários e de adubos sintéticos, importadas dos EUA e da Europa. A esse processo tecnológico-cultural, que vai ditar os rumos da agropecuária mundial, dá-se o nome popular de “Revolução Verde”, com desdobramentos cruciais ao longo da segunda metade do século XX na história do Campo no Brasil.

Centros internacionais de pesquisas agrícolas, financiados pelas grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockefeller...) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, trigo, milho e soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, colocando em prática, em estação experimental, os métodos de cultivos correspondentes. Nos anos de 1960-70 as difusões dessas variedades e desses métodos permitiram aumentar significativamente os rendimentos e a produção de grãos em muitos países da Ásia, América Latina e África (seleção genética, fertilização mineral, tratamentos, cultivo puro de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial e estrito controle da água) [...] recebeu o nome de Revolução Verde (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.500).

Essa inserção do Brasil nesse processo de industrialização da agropecuária se deu aos poucos e não se restringiu à transferência de tecnologia e à implementação de uma “nova agricultura” somente. Pois, com um nível de analfabetismo alto e com resquícios muito fortes dos quase quatro séculos de escravidão, em que se praticava uma agricultura exportadora de culturas basicamente demandantes de mão de obra braçal, de larga escala (algodão, café, cacau, charque, açúcar...) era preciso, com o emergir do século XX, produzir trabalhadores aptos a seguirem essa cartilha “modernizante” e implementar os pacotes tecnológicos oferecidos pelas grandes empresas do setor.

Por isso, a parceria entre o Estado e as grandes empresas do ramo agropecuário mundial foi muito importante para que o Brasil ingressasse nessa nova lógica produtiva excludente que, cada vez mais, vem acirrando os conflitos agrários, que já dizimaram tantas lideranças, como Chico Mendes, a missionária estadunidense Irmã Dorothy Stang, “O massacre de Carajás” e tantos outros. No ano de 2016, conforme a CPT (Comissão Pastoral da Terra), por exemplo, “houveram no Brasil 1.295 conflitos de terra, envolvendo 686.735 pessoas. Conflitos trabalhistas no Campo foram 69, com 753 pessoas envolvidas e conflitos por água foram 172, num total de 222.355 pessoas atingidas. Assim, chegamos ao montante de 1.536 conflitos no Campo brasileiro, envolvendo 909.843 pessoas, registrando nesse ano 61 assassinatos”. (CANUTO, LUZ, ANDRADE, 2016, p.29- 73). Números esses que seguem crescendo em 2017, com o aumento de 15% no número de assassinatos.

A violência no campo no Brasil é a maior desde 2003, segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgado nesta segunda-feira (16). Em 2017, foram 70 assassinatos, um aumento de 15% em relação ao número de 2016. O Pará liderou o ranking de violência, com 21 assassinatos ano passado. Dos 70 assassinatos em 2017, 28 ocorreram em massacres, o que corresponde a 40% do total. Desde 1985 a 2017, foram registrados 46 massacres no país com 220 vítimas. No período, o Pará registrou 26 massacres, que vitimaram 125 pessoas. (G1 Pará, 2018).

Assim, o Campo brasileiro, dominado pelo poder do latifúndio, hoje reposicionado pela força do Agronegócio, ainda traz um discurso que tenta justificar essa violência, evocando uma narrativa extremamente conservadora, trazendo à tona em nova roupagem, fantasiada inserção ao “mundo moderno”. Preconiza, assim, a implementação de um “processo civilizatório” e seria “enquadrado” na perspectiva modernizante do século XX e XXI, da agropecuária industrial, que mais tarde, pós Revolução Verde, passaríamos a denominar agronegócio, destacadamente a partir da década de 1970, com forte consolidação após os anos de 1990, advogando ser a marca do progresso no Campo brasileiro e que setores da Agricultura Familiar Camponesa, de comunidades tradicionais, de sem-terra, são verdadeiros entraves para essa perspectiva “modernizante” do latifúndio e das empresas ligadas e do agronegócio.

Os avanços tecnológicos aplicados ao K são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. (CANUTO, 2004, p.03)

1.2 Um Jeca Tatu ainda vivo no Campo Brasileiro.

No âmbito cultural, a transição de um Campo “atrasado” para um Campo “moderno”, passa pela figura literária do decadente Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que daria espaço ao Jeca empreendedor, que consegue, através da profilaxia do Biotônico Fontoura, sanear suas necessidades sanitárias e dar perspectivas modernas ao Campo, sem debate algum sobre o porquê das condições precárias de vida desse sujeito. Esse suposto imaginário popular acerca do homem e da mulher do Campo no Brasil, do seu modo de vida, sua forma de ver e se colocar no mundo, do seu saber fazer na roça e nos espaços sociais de suas comunidades, ganhou muita força junto ao discurso modernizador do século XX.

Eis uma das “contribuições” de Monteiro Lobato com três obras que podem ser fundantes desse imaginário popular sobre do Campo da Agricultura Familiar no Brasil, tão vivo até hoje: *Velha Praga* (1914)⁶, *Urupês* (1918)⁷ e *Jeca Tatuzinho* (1927)⁸. Nosso tripé nacional de subjugação e estigmatização dos sujeitos do Campo, por meio do preconceito, do estereótipo do “roçeiro”, que aqui pelas bandas do Vale do Rio Pardo se concretiza no/a “personagem do/a “colono/a” em geral ligada à figura do/a descendente germânico, mas não só deste/a.

Podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 2004, p.06).

Em “*Velha Praga*”, a denúncia de uma prática agrícola predatória e em confronto com a modernidade agrônômica. Em “*Urupês*”, já dando origem ao Jeca, condenando-o pela raça e assim de certa forma, responsabilizando-o pelo fato do Brasil não figurar entre as nações mais desenvolvidas economicamente e, por fim, em “*Jeca Tatuzinho*”, a vinculação à distribuição do “fortificante” Ankilostomina Fontoura, mais tarde Biotônico Fontoura, considerada uma das obras de maior tiragem editorial brasileira, ultrapassando as 100 milhões de cópias ainda em 1982.

Portanto, trata-se de uma obra que vai contribuir de forma decisiva para a construção desse estereótipo do/a Agricultor/a Familiar Camponês/a do interior do Brasil, como alguém inculto, sem saberes relevantes para o mundo que se anuncia, enfim, uma figura cabocla, oriunda de grupos sociais despossuídos da terra e sem maiores poderes, como indígenas, negros africanos escravizados, trabalhadores

⁶ Em *Velha Praga*, conto inicialmente publicado avulso no jornal “O Estado de S. Paulo”, em 1914, Monteiro Lobato “denuncia a prática agrícola da queimada por parte do caboclo, sujeito rude que não contribuía para uma modernização agrícola do Brasil. Estava gestando aí a figura do Jeca Tatu, mais tarde publicado no conto *Urupês*, em 1918.

⁷ No livro de nome *URUPÊS*, de 1918, Monteiro Lobato dá vida a um dos seus maiores personagens: Jeca Tatu, um caboclo, que representava toda a impossibilidade do Brasil se modernizar, por representar o atraso da agricultura brasileira, ainda embasada em hábitos como a queimada. História essa narrada no último conto dessa obra homônima. (LOBATO, 1994).

⁸ O livro “*Jeca Tatuzinho*” publicado como “almanaque” do Biotônico Fontoura, vai ser uma “cartilha”, uma espécie de peça publicitária, que visa alcançar o público infantil. Abordando através de imagens que caracterizam o Jeca Tatu, trazendo vários elementos de sua fraqueza física e moral, podendo isso ser redimido através do consumo do “fortificante” Biotônico Fontoura. Vai ser uma das maiores tiragens editoriais do Brasil.

caboclos, que vão viver na “borda” do latifúndio brasileiro, ou Agricultores/as trazidos, a grande maioria em condições de miséria, da Europa, que passarão, após o primeiro quartel do século XIX, a ocupar áreas de precária infraestrutura pelo interior do país.

Não obstante, as populações do Campo, especialmente Agricultores/as Familiares Camponeses parecem ser sintetizadas nesse personagem Lobatiano, coisificado numa mera representação preconceituosa, muito comum quando nos referimos a grupos sociais marginais como esse. Assim, “(...) poderíamos considerá-los como sendo aqueles grupos que têm certas limitações em seus direitos reais de cidadania e pelas quais não podem participar de forma estável no processo econômico, nem na possibilidade de alcançar uma mobilidade social vertical ascendente”. (PEREIRA, 1978, p. 145-146).

Vivendo esses grupos na periferia dos discursos oficiais, invisibilizados por uma lógica modernizante, imposta por uma elite histórica, que por seus interesses pessoais, sempre esteve mais próxima da Europa e dos EUA do que do próprio país, e que hoje está aliada ao capital internacional que investe verdadeiras fortunas na produção de *commodities* para o mercado externo.

Figura 4 - Jeca Tatu em duas fases.



Fonte: LOBATO, 1924. Figura adaptada pelo autor.

Por isso, uma série de ações dará origem a várias entidades que vão fazer esse trabalho de “capacitação e treinamento” dos homens e mulheres do Campo brasileiro para essa nova perspectiva de trabalho na agricultura. Destacamos esses dois conceitos, pela representatividade que têm em relação à assistência técnica e

extensão rural, pois demarcam uma noção direta de “transferência” unilateral de saberes, dos “técnicos” aos agricultores, como se não pudesse haver troca. Relação que normalmente define quem sabe e quem não sabe nessa história. Perspectiva essa que precisa ser urgentemente ressignificada por uma lógica de comunicação entre esses sujeitos, técnico/a - agricultor/a, justamente porque “a comunicação verdadeira, não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão de conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente”. (FREIRE, 1983, p.47).

Consiste num desafiador processo de reconhecimento do protagonismo dos/as Agricultores/as na garantia da vida, pela produção de alimentos, tratando-se de descolonizar os saberes e entender que existe um processo de construção desses saberes, nas suas múltiplas possibilidades e experiências vividas, de um reconhecer-se como sujeito, como quem sabe aquilo que faz, porque e como faz, trazendo nessa ação uma ancestralidade e uma intergeracionalidade, importantes para a construção do saber agroecológico, como ensina Freire.

“Muito bem”, disse em resposta à intervenção do camponês. “Aceito que eu sei e vocês não sabem. De qualquer forma, gostaria de lhes propor um jogo que, para funcionar bem, exige de nós absoluta lealdade. Vou dividir o quadro negro em dois pedaços, que irei registrando, do meu lado e do lado de vocês, os gols que faremos, eu em vocês; vocês, em mim. O jogo consiste em cada um perguntar algo ao outro. Se o perguntado não sabe responder, é gol do perguntador. Começarei o jogo fazendo uma primeira pergunta a vocês”.

A essa altura, precisamente porque assumira o “momento” do grupo, o clima era mais vivo do que quando começáramos, antes do silêncio.

Primeira pergunta:

- O que significa maiêutica socrática?

Gargalhada geral e eu registrei meu primeiro gol.

- Agora cabe a vocês perguntar a mim - disse.

Houve uns cochichos e um deles lançou a questão:

- Que é curva de nível?

Não soube responder. Registrei um a um.

- Qual a importância de Hegel no pensamento de Marx?

Dois a um.

-Para que serve a calagem no solo?

Dois a dois.

- O que é um verbo transitivo?

Três a dois.

- Qual a relação entre curva de nível e erosão?

Três a três.

- O que significa epistemologia.

Quatro a três.

- O que é adubação verde?

Quatro a quatro.

Assim, sucessivamente, até chegarmos dez a dez.

Ao me despedir deles lhes fiz uma sugestão: Pensem no que houve nesta tarde aqui. Vocês começaram discutindo muito bem comigo. Em certo

momento ficaram silenciosos e disseram que só eu poderia falar porque só eu sabia e vocês não. Fizemos um jogo sobre saberes e empatamos em dez a dez. Eu sabia dez coisas que vocês não sabiam e vocês sabiam dez coisas que eu não sabia. Pensem sobre isto”. (FREIRE, 1992, p.24-25).

Há nessa relação histórica, uma verticalidade que inferioriza o saber histórico dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as implícita na terminologia desses conceitos, que estão presentes desde as campanhas de alfabetização de jovens e adultos, passando por medidas sanitárias, cursos específicos de administração rural, manejo de maquinários/equipamentos, de acesso ao crédito, oferecidos entre o fim dos anos de 1940 até meados dos anos 1970 aos Agricultores/as, seguindo depois desse período até os dias atuais, vide o trabalho ainda de “capacitações” articuladas via STR's, pelo SENAR e SEBRAE, e tantas outras entidades que atuam no Campo brasileiro. Ou seja, de uma maneira difusionista se “implantam” técnicas e tecnologias à revelia da necessidade real dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as, no intuito de garantir o lucro de empresas ou de justificar o trabalho de determinados órgãos de assistência técnica que “cumpram tabela”, pura e simplesmente.

1.3 A Revolução Verde e a modernidade anunciada.

A “Revolução Verde” avança principalmente no plano da cultura, pois começa nos pós II Guerra Mundial, se acentuando pós anos de 1950, patrocinada pelas grandes empresas do setor agrícola (máquinas e implementos, agrotóxicos, insumos sintéticos, sementes), com seus técnicos a campo, a difusão de um conhecimento “científico” e “moderno” das cartilhas, em detrimento de um conhecimento secular que os agricultores traziam de gerações. Esses passam, aos poucos, a figurar no campo do “atraso” e “não produtividade”, de uma agricultura pejorativamente classificada como de “subsistência” (de “sub” existir, de apenas se sustentar). Com o passar desses anos, a produção sem agrotóxicos, que garantia a existência de Agricultores/as Familiares, foi representando um passado arcaico, tornando-se um empecilho para a modernização da agricultura brasileira.

Desde a década de 50, com a introdução da Revolução Verde no país, vem sendo disseminada uma compreensão do que seja desenvolvimento rural, entendido como intensificação da atividade agropecuária, utilizando insumos modernos, máquinas e agrotóxicos, visando alta produtividade e produção em larga escala, voltada basicamente para o mercado externo. (ETGES, 2001, p.13).

Vejamos uma série de ações e programas elaborados pelo Estado Brasileiro, pela iniciativa privada e através de parcerias público-privadas, que vão preparar o terreno para a implantação de “Revolução Verde” no Brasil, passando pela assistência técnica aos Agricultores/as Familiares, oferta de crédito, ações de assistência social, educação e saúde. Era um conjunto de entidades e práticas que, articuladas, “capacitariam” os/as Agricultores/as Familiares, trabalhadores/as do Campo brasileiro a estarem aptos a manejar os “pacotes tecnológicos” das empresas em questão, de acordo com as orientações técnicas das empresas e/ou órgãos de assistência técnica, deixando de lado manejos seculares, e técnicas já adaptadas para as realidades agropecuárias desses Agricultores/as Familiares Camponeses/as.

Figura 5 - Quadro de ações desenvolvidas no Campo brasileiro entre 1945-1976.

Quadro de ações vinculadas ao conceito de “Revolução Verde” desenvolvidas no Campo Brasileiro entre 1945-76.		
Ano	Programa	Definição/Natureza
1945	CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
1948	ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
1952	CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
1955	SSR	Serviço Social Rural
1956	ABCAR	Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
1956	DENERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
1958	ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil- EUA
1963	PIMPOA	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Agrícola
1965	CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
1967	MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
1976	PRODAC	Programa Diversificado de Ação Comunitária
1976	SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Fonte: CALAZANS, 1993 – Organizado pelo autor.

Foi sem dúvida nenhuma um “show” de siglas a “invadir” o Campo brasileiro, para trabalhar com as populações do Campo, juntamente com o fortalecimento das escolas técnicas espalhadas pelo país afora, formando técnicos em agropecuária, que instrumentalizariam a difusão dessas novas técnicas, tecnologias e formas de fazer a

agricultura. Junto a isso, o grande número de agrônomos e veterinários brasileiros que vão fazer intercâmbio, principalmente nos EUA, passa a ser outro elemento que vai solidificar “cientificamente” a Revolução Verde no Brasil e a entrada do país nessa nova perspectiva de produção agropecuária.

A intensificação da agricultura para exportação tornou-se imperativa para a modernização; O equipamento comprado no exterior deve ser pago. O resultado é o abandono parcial ou total da agricultura de subsistência, e assim a necessidade de pagar pelos alimentos com divisas estrangeiras [...] uma comparação entre elementos dispares da nova ideologia urbana e da nova ideologia rural aponta uma urbanização mais intensa e uma pobreza mais aguda. (SANTOS 2003, p.31).

Assim, incorporado a essa matriz produtiva moderna, em fins dos anos de 1970 sobretudo, consagra o “novo rural brasileiro”, através da expansão da fronteira agrícola brasileira. Vai ser a nossa “Marcha para o Oeste”, à qual principalmente agricultores descendentes de imigrantes europeus do sul do Brasil vão se lançar, impulsionados por políticas de Estado, durante a ditadura civil-militar (1964-1985) aos estados do Centro-Oeste e Norte do Brasil, ocupando áreas “desabitadas” e como destino o processo de “confinamento” dos povos indígenas amazônicos no território nacional, estabelecendo assim a nova fronteira agrícola no país, que diga-se de passagem, é alterada a todo momento, haja vista a expansão do agronegócio brasileiro pelo Cerrado, Caatinga e Amazônia, gerando uma série de efeitos colaterais nesses territórios: Conflitos agrários, desvio de cursos d’água, – bem como desabastecimentos em vários lugares, desaparecimento de fauna e flora nativas. Tudo isso “justificado pela capacidade de exportação do agronegócio pelas *commodities*, números que colocados soltos parecem ser a “salvação do Brasil”, o que não é verdade, como aponta Dowbor, no seu último livro.

No Brasil, as exportações não constituem nem de longe o principal motor da Economia. Cerca de U\$200 bi de exportações, equivalentes a cerca de R\$600 bi, representam 10% do PIB (...) somos uma economia vinculada ao mercado interno (...) os preços das *commodities* (Commodity Price Index) por exemplo, caíram 21,14% nos 12 meses de abril de 2015 a abril de 2016, e as nossas exportações dependem muito desses produtos. Aqui, não há muito o que possamos fazer, pois se trata da evolução do mercado mundial. Inclusive as atividades para exportação, continuam firmes em termos de produção e volume, mas o que rendem hoje é muito mesmo. A monocultura da exportação, ao igual da mineração em grande escala, gera poucos empregos, e, portanto, tem um efeito limitado de dinamização pela demanda. Não é daí que virá a salvação da ladeira. (DOWBOR, 2017, p.188-189)

Foi o triunfo principalmente do milho e da soja, esses dois importantes *commodities* que fazem o Brasil bater recordes de produção de grãos ano a ano, mas também coloca o país como maior consumidor de agrotóxico no mundo. “Em 2010, o

mercado nacional movimentou cerca de US\$ 7,3 bilhões e representou 19% do mercado global de agrotóxicos. Em 2011, houve um aumento de 16,3% das vendas, alcançando US\$ 8,5 bilhões, sendo que as lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar representam 80% do total das vendas do setor” (CARNEIRO, 2015, p. 50). Assim opera a Agricultura Empresarial monocultora exportadora, numa perspectiva homogeneizadora do território, que só enxerga os resultados finais dos lucros com a exportação, com toda permissão e incentivos do Estado. É o típico caso em que “o território deixa de ser abrigo e passa a ser viabilizado pelo estado como recurso para as grandes empresas” (PUNTEL e ETGES, 2009, 10), nesse caso, do complexo transgênico, agroalimentar e agro sintética.

Mais uma vez reforçou-se a tese da “Revolução Verde”, da modernização agrícola, das empresas ligadas à indústria de agroquímicos, que o problema da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com a adoção de um modelo agrícola de grandes propriedades monocultoras e o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). (GOMES, 2014, p.52).

O agronegócio ganhou enorme terreno nas últimas décadas no Brasil, colocando o país na situação que descrevemos acima, contando com grande incentivo do Estado brasileiro, haja vista a presença simbólica e ao mesmo tempo concreta da senadora por Tocantins, Kátia Abreu, uma declarada “inimiga” dos movimentos sociais do Campo e das causas ambientais, como ministra da agricultura, nomeada pela presidenta Dilma Rousseff, para seu segundo mandato (2015-2018 – interrompido pelo processo de Impedimento em 2016). Substituída no governo Temer pelo também senador, só que pelo Mato Grosso, Blairo Maggi, um dos principais produtores de soja do mundo, sendo sucedido agora no início do atual governo brasileiro, pela deputada federal Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, do Mato Grosso do Sul⁹, todas essas lideranças da CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e membros ativos da bancada ruralista no Congresso Nacional.

⁹ A atual ministra da Agricultura do Brasil, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias é agrônoma e está no seu segundo mandato parlamentar para o qual foi reeleita em 2018. Além de coordenar a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, com 207 deputados e 27 senadores, ela também presidiu a comissão especial que analisou proposta de mudanças na legislação brasileira sobre agrotóxicos, o PL 6299/02. O relatório, aprovado em junho, rechaça a palavra agrotóxicos, adota o termo pesticida e prevê que esses produtos possam ser liberados pelo Ministério da Agricultura mesmo se outros órgãos reguladores, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não tiverem concluído análises sobre os eventuais riscos. (CÂMARA, 2019).

Portanto, advogando em causa própria, todos/as legisladores financiados pelo agronegócio brasileiro, atuando diretamente no executivo, com plenos poderes garantidos pela força política da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA)¹⁰, considerada a frente mais atuante do Congresso nacional, tanto que é a única que tem espaço e estrutura própria fora do Congresso (funcionários e uma mansão-escritório à beira do Lago Paranoá, em Brasília), onde se reúnem todas as terças ao meio-dia numa mansão à beira do Lago Paranoá, em Brasília, para articular as estratégias de ação da semana.

De Olho nos Ruralistas estive na mansão em Brasília onde a Frente Parlamentar da Agropecuária se reúne todas as terças; equipe foi retirada à força após fazer perguntas. Uma mansão em estilo modernista sedia, todas as terças-feiras, um almoço promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Não se trata de um segredo. Ele é divulgado nas redes sociais, com menções a órgãos de imprensa (...) e a apresentação do que eles chamam de “cardápio do dia”: a CPI da Funai, por exemplo; ou a venda de terras para estrangeiros; as dívidas dos agricultores. E assim por diante (...). Por ali passam prefeitos e lobistas (...). Os parlamentares vão chegando, aos poucos, sorridentes (...). Os jornalistas que frequentam o local são profissionais que cobrem com regularidade o setor agropecuário. Alguns vão lá toda semana. Outros são assessores dos/as parlamentares. (CASTILHO, 2016).

Também é importante destacar que atualmente, o Congresso Nacional tem uma forte presença de deputados e senadores claramente identificados com o agronegócio, formando uma das maiores bancadas do Congresso Nacional, a bancada ruralista, embora nessas eleições de 2018, a FPA tenha numericamente “perdido cadeiras”, tanto na Câmara, como no Senado Federal, ainda conta com lideranças históricas e importantes com mandato, com força nos executivos estaduais, como caso de Ronaldo Caiado (DEM/GO), governador eleito em Goiás, conforme já elencamos anteriormente.

Mais da metade de seus atuais integrantes não renovou o mandato e estará fora do Congresso a partir de fevereiro de 2019. Dos atuais 245 integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, 117 (47,7%) foram reeleitos. A bancada, uma das mais poderosas da Câmara e do Senado, ainda não sabe estimar quantos dos novos parlamentares vão participar de sua composição no próximo ano. Na Câmara, dos 218 integrantes da frente parlamentar, 100 se reelegeram. No Senado, dos 27 representantes da bancada, 18 seguirão no próximo ano. Hoje a FPA é formada majoritariamente pelo MDB, que

¹⁰A Frente Parlamentar Mista da Agropecuária conta com uma série Deputados/as Federais e Senadores/as de muita influência no parlamento brasileiro, comumente chamados de “Tropa de Choque do Agronegócio brasileiro” como os/as senadores/as: Ronaldo Caiado (eleito governador de Goiás), Kátia Abreu (TO), Blairo Maggi (MT), Ana Amélia Lemos (RS, que não se reelegeu senadora por concorrer a vice na chapa de Geraldo Alckmin à presidência, nas eleições de 2018), que foi substituída pelo também gaúcho Luiz Carlos Heinze, eleito senador. Na Câmara federal o “time” não é menos forte e barulhento, com os/as deputados/as: Tereza Cristina (MS), Alceu Moreira (RS), Luiz Nishimori (PR), Paulo Abi Ackel (MG) e tantos/as outros.

representa 20% da frente, seguido por DEM e PP com 12% cada um, PR com 11%, PSD, com 8%, e PDT, com 6%. O PSDB e o Solidariedade também compõem a frente, contribuindo com 5% cada um. Também participam da frente parlamentar PSC, PSL, PPL, PTB, PRB, Pros, PHS, Podemos, PPS e PT. (CARVALHO, 2018).

Esse contexto, em nível de legislativo federal, se somado à vitória do atual presidente do Brasil, que se elegeu com uma pauta totalmente alinhada ao agronegócio e apoiado amplamente pela FPA, certamente vai impor dificuldades às discussões e à legitimidade da demarcação de áreas indígenas, de terras quilombolas, das temáticas de defesa da biodiversidade, da conservação de biomas tradicionais, de manutenção e reprodução de sementes crioulas, da Agroecologia e da Agricultura Familiar Camponesa como um todo, preocupada com a produção de alimentos, de forma diversificada.

Enquanto tem tudo para prosperar ainda mais, pelos indicativos que vem dando o atual governo Bolsonaro, na defesa de pautas de primeira ordem da FPA, como a defesa da transgenia, a flexibilização das regulamentações de uso de agrotóxicos, da não obrigatoriedade da rotulação de alimentos geneticamente modificados, e especialmente a criminalização dos movimentos sociais do Campo, ainda mais os que trabalham com a pauta da Reforma Agrária, por exemplo, e que certamente terão de buscar ampliar a articulação para pressionar o governo, que não aponta prioridade alguma nesse tema.

Assim colocada a reforma agrária pode ser vista através dos grandes temas da revisão do passado histórico brasileiro e inserida num contexto maior de debates sobre as vias possíveis de modernização do país em que o passado é observado através de suas permanências, mas observadas também as mudanças, porque passou a estrutura social do Brasil, que em 1947 “colhia” os avanços do pós-guerra em que a industrialização e o crescimento das cidades aceleravam rapidamente mudando a feição do país. (LIMA, 2011, p.109).

Na realidade, a FPA em todos os “seus tentáculos” de entidades que compõe o Agronegócio brasileiro, contrariando uma lógica mundial de integração do mundo agropecuário ao capitalismo industrial, nega a Reforma Agrária, por entender que essa é uma pauta socialista/comunista, de ataque à propriedade privada, opondo-se, assim, no discurso e na prática, ao que fez o mundo capitalista ao longo do século XX, de incorporação do Campo à lógica industrial, através da reforma agrária, pela necessidade de produção de matéria-prima agropecuária de qualidade e principalmente pela oferta de alimento aos trabalhadores/as urbanos. Como pontuou já na década de 1940 o advogado, professor, intelectual e político baiano Nestor

Duarte, que apresentou em 1947 um projeto parlamentar que lhe deu envergadura nesse debate nacional, o projeto de Reforma Agrária, pois trata-se de um conceito já validado como central para o desenvolvimento do Brasil, inserido numa perspectiva de modernidade.

Não há desenvolvimento industrial que possa persistir sem uma agricultura municiadora de matéria-prima e de alimentos e organizada em moldes de assegurar, pela prosperidade e riqueza do Campo o grande mercado interno de uma nação [...]. Essa a razão porque todo país industrial possui igualmente uma agricultura próspera e desenvolvida. (DUARTE, 1953, p.66-67. Apud LIMA, 2011, p.109).

Esse debate comprova o quão arcaico é esse setor da sociedade brasileira, que tem na narrativa majoritária desses representantes do agronegócio, uma compreensão que expõe uma grande contradição, onde por um lado, são defensores ferrenhos de uma inserção cada vez mais profunda do Brasil numa lógica capitalista mundial, que submete e tira cada vez mais a autonomia dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses em relação ao seu trabalho e à sua propriedade, e por isso se opõem à Reforma Agrária, para manter os privilégios do latifúndio, que não dialoga em nada com a lógica modernizante adotada por países centrais do capitalismo mundial. Por outro, a nossa elite rural se mantém ainda em nível de pensamento e prática, numa perspectiva extremamente arcaica, no sentido pejorativo da palavra, ancorada na grande propriedade, plantando basicamente grãos transgênicos e com isso fazendo do Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Ademais, a participação potencial do consumo de plantas transgênicas (e agrotóxicos associados) nas explosões dos casos de novas alergias e mesmo em processos de intolerância alimentares, concretizada por ações sinérgicas em reações imunológicas cruzadas, não é analisada pelos tomadores de decisão. Enquanto isso, os casos de novas alergias e intolerâncias assumem proporção de pandemia, paralelamente à expansão das lavouras e dos alimentos geneticamente modificados. (FERMENT, 2015, p.388).

Frente a esse conservadorismo histórico, que entende o Campo brasileiro numa perspectiva homogeneizada pelo agronegócio, como se essa fosse a única premissa existente, os tempos atuais, nessa conjuntura vão exigir ainda mais a organização e a articulação das entidades que trabalham com Agroecologia e que ao longo dos tempos vem construindo esse conceito, na defesa da Agricultura Familiar Camponesa, na construção de pautas e agendas conjuntas, na busca de fortalecer o Campo, responsável pela produção de alimentos que vão à mesa dos/as brasileiros/as todos os dias, que conserva o que resta das matas, bem como a água, a fauna e flora rica e diversa do país.

A Agroecologia aparece pela primeira vez em 1928 na definição de Bensin, um agrônomo russo que fazia referência ao uso dos princípios da ecologia na agricultura. No ano de 1965, o ecologista e Zoologista Alemão Tischler, após publicar vários artigos usando o termo Agroecologia, é o primeiro a publicar um livro com o título Agroecologia. Ele analisou os diferentes componentes, como solo, clima, plantas, animais e suas interações com os agroecossistemas, e também os impactos da agricultura no manejo agrícola em todos esses componentes. Entre as décadas de 1930 e 1960, os trabalhos sobre Agroecologia começam a ser publicados, ainda dispersos entre pesquisadores Italianos, Russos, Ingleses, Alemães e Franceses. (ZANELLI, 2015, p.48).

A Agroecologia pontua um campo paradigmático em contraposição à lógica da Agropecuária Industrial, da produção em larga escala, que não reconhece o território na sua diversidade plena, se constituindo enquanto uma sistematização histórica de reflexões e de vivências, ela ganha espaço entre os movimentos sociais, entidades que trabalham com Agricultura Familiar, na Academia, com dissertações, teses e artigos de grande relevância, justamente por questionar uma lógica de ciência hierárquica, que via de regra, exclui grupos sociais inteiros desses espaços acadêmicos.

Essa nova forma de fazer e pensar o mundo, com seus limites, obviamente, vai acontecendo a cada evento em que sujeitos da Agroecologia se encontram e partilham suas ideias, experiências e práticas. Assim, dialeticamente, o conceito vai se formando e gerando um novo paradigma, contribuindo diretamente para a formação de uma ciência que una os saberes científicos acadêmicos com os saberes populares/tradicionais, ambos tão importantes para avançarmos enquanto sociedade, em nossos direitos e reconhecimento entre grupos humanos, distintos e diversos, culturalmente.

As populações tradicionais com sua cultura e seu manejo peculiar da natureza garantem efetivamente a manutenção da biodiversidade, de sorte que esses saberes são o resultado de uma lenta e gradual adaptação evolutiva entre a dimensão cultural presentes nos grupos sociais e o ambiente de seu entorno, o que viabiliza o equilíbrio de ambos. Ainda que seja muito expressivo o distanciamento entre saberes tradicionais e saberes agrônômicos, no seu sentido mais genérico, já é possível identificarmos alguns esforços no sentido de viabilizar alguma aproximação. Nesse sentido destacamos a utilização de modelos agrônômicos alternativos, com especial destaque a agroecologia, que se esforça para articular uma pluralidade de saberes, sem hierarquizar ou desqualificar nenhum deles. (MOURAD, GOMES, DAMBRÓS, 2018, p.272).

Nesse caso não se trata de trocar os saberes populares/tradicionais pelo científico ou vice-versa, mas sim de trabalhar essas perspectivas diferentes de entendimento de conhecimento e saber, numa lógica de complementaridade e de interação, pois trata-se de unir aquilo que Agricultores/as Familiares Camponeses/as

fazem há gerações, devido à intergeracionalidade que os/as abarca, no seu saber-fazer, com os saberes acadêmicos da ciência. Não há hierarquia nessa junção de saberes, sabedorias e conhecimentos.

Esse processo socioeconômico, conhecido como Revolução Verde, desencadeado especialmente no Campo brasileiro, ao longo dos últimos 60 anos, esteve longe de ser uniforme e livre de contrapontos. Ou seja, a “Revolução Verde” foi e continua sendo denunciada no cenário inter e nacional, por movimentos sociais e ambientalistas do Campo e defendida fervorosamente pelos setores do Agronegócio, como a única possibilidade de “alimentar o mundo”, ponto central de ataque à Agroecologia. Entretanto, essa promessa do século XX deixou de ser cumprida pela Agronegócio, devido ao alto número de pessoas em situação de fome ou de risco alimentar.

Uma em cada nove pessoas no mundo (ou cerca de 805 milhões de pessoas) não têm comida suficiente para levar uma vida saudável e ativa, de acordo com a FAO (2015). O problema de insegurança alimentar existente hoje é proveniente da impossibilidade das classes mais pobres de terem acesso aos alimentos necessários para uma alimentação saudável e balanceada. (SAATH e FACHINELLO, 2018. p.01).

Evidentemente que, se valendo de expedientes que envolvem a consciência da população brasileira, unificando pautas de movimentos sociais, pesquisadores universitários, escolas, sindicatos e entidades que trabalham com a Agricultura Familiar Camponesa, vêm se organizando enquanto coletivos, articulados por redes operativas. Destacam-se cooperativas e associações de agricultores, grupos de feirantes, ONGs, enfim, movimentos que já denunciavam a tônica do desenvolvimento propagado na segunda metade do século XX, a partir da industrialização e da concentração dos trabalhadores nas grandes cidades do país, propagandeados pelos governos militares e pelas empresas que se beneficiavam da oferta de mão-de-obra barata. Aliado a isso, com a saída maciça das pessoas do Campo, a pauta da Reforma Agrária, perderia relevância no debate nacional.

Ao longo de todo o século XX a sociedade mundial acreditava piamente na irreversibilidade do modelo propagado pelos países que lideravam o processo de acumulação hegemônica (...) havia uma receita, bastava segui-la, de forma submissa e obediente, em pouco tempo o tão sonhado desenvolvimento bateria a porta! Vivia-se o período marcado pelo regime de acumulação fordista/fossilista, o qual anunciava que o desenvolvimento viria na esteira da industrialização e da urbanização (...) a fórmula mágica não funcionou e o desenvolvimento não veio. Ao contrário, as diferenças sociais, tanto intra quanto internacionais, só fizeram aumentar, condenando populações inteiras à desnutrição e à morte em decorrência da fome e a miséria. (ETGES, 2005, p.49).

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, começa a se desenvolver no Brasil o conceito de “Agricultura Alternativa”, já sinalizando para a prioridade de produção de alimentos, porém, sem nenhum tipo de fertilizantes sintéticos ou agrotóxicos, fazendo uma crítica dura ao modelo de agricultura convencional (a assim denominada agricultura que se faz à base de sintéticos, transgênicos e agrotóxicos) e a grande dependência que os Agricultores/as Familiares, têm frente às grandes empresas transnacionais de insumos para agropecuária, o que rende bilhões anualmente, estando o Brasil sempre figurando na lista dos países que mais consome agrotóxicos, bem como das nações onde o lobby do agrotóxico mais age, interferindo na legislação via congresso nacional e assembleias estaduais, bem como nos poderes executivos da União e Estados, pressionando por flexibilizações, um tanto quanto estranhas ao movimento contrário que boa parte do mundo vem fazendo, limitando e regulamentando a produção, comercialização e aplicação de agrotóxicos, como a caso europeu.

O Brasil é um destes países que poderia se caracterizar como um “mercado menos restritivo” para usar uma expressão cautelosa que substitui o termo permissivo (...) Um dado fundamental a este respeito é que no Brasil tem-se 504 ingredientes ativos com registro autorizado, ou seja, de uso permitido. Entretanto, destes, mais de uma centena deles são proibidos na União Europeia, precisamente 149. Portanto, 30% de todos os ingredientes Ativos (agrotóxicos) utilizados no Brasil são proibidos na União Europeia. Exemplo dessa permissividade é o ingrediente Ativo Acefato, que ocupa o 3º lugar na lista de ingredientes mais vendidos. Este ingrediente Ativo, Acefato, passou por um processo de avaliação pelo Ministério da Saúde, no Brasil, por meio da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). (BOMBARDI, 2017, p.39).

1.4 Fragmentos de resistência: Agroecologia acontecendo.

À medida que esse processo avança, as articulações e organizações da sociedade civil trazem à tona o debate dos impactos ambientais de uma agricultura monocultora, de grande escala e extremamente predatória do meio ambiente e nesse curso, a Agroecologia vai conquistar espaço no debate agrário nacional, bem como se firmar numa perspectiva diferenciada de pensar a Agropecuária Familiar Camponesa no Brasil, com uma série de entidades organizando ações, vivências, práticas de agricultores de sul a norte do país e sistematizando essas ações, fortalecendo a compressão, que estes sujeitos não estavam sozinhos nessa forma de fazer e pensar essa forma de ser e fazer agricultura.

Agroecologia não é um tipo de agricultura. (...). Também não é uma ciência normal, pois é uma ciência que se situa no campo da complexidade. Como aconteceu com o desgaste da expressão desenvolvimento sustentável,

atualmente, o mau uso da palavra Agroecologia e o uso comercial e marqueteiro desta palavra como se tem observado, exigem um cuidado epistemológico para evitar que se destrua o potencial transformador que esta ciência oferece para a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura, para estilos de agriculturas e desenvolvimento rural mais sustentáveis. Em Agroecologia não existem pacotes tecnológicos, mas princípios que podem ser adotados de forma articulada, orientados pela introdução de complexidade no redesenho de agroecossistemas, de modo que sua aplicação contribua para mais sustentabilidade. Por fim, é notório que o cumprimento dos objetivos de segurança alimentar e nutricional não serão alcançados pela oferta de alimentos oriundos de uma agricultura agroquímica. Esta é mais uma das razões pelas quais a Agroecologia como ciência vem ganhando adeptos e se consolidando como o paradigma para agriculturas mais sustentáveis com a produção de alimentos saudáveis. (CAPORAL, 2011, p.120).

A crise atual desse paradigma de desenvolvimento na agropecuária brasileira, com base na transgenia e nos agrotóxicos, tem gerado na sociedade um intenso debate acerca da preservação do planeta. Entidades de destaque entram nessa luta histórica de contraposição à hegemonia dos grandes complexos agroalimentares que estavam se formando nesse período. Assim, no início da década de 1970, mais precisamente em 1971, é criada no Rio Grande do Sul a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN. Em 1972, foi fundada a Estância Demétria, no Estado de São Paulo, uma referência em Agricultura Biodinâmica. No ano de 1974, é criado em Viçosa/MG, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira - CTA, que passa a tratar da agricultura alternativa, o qual, ainda hoje, é uma referência no Brasil em Agroecologia, com ampla participação de universidades, movimentos sociais e Escolas Família Agrícola daquela região de Minas Gerais.

Um dos marcos mais importantes desse período foi o lançamento, em 1976, de uma obra paradigmática da literatura ecológica do Brasil e da América Latina, que ainda resiste ao tempo, dada a sua importância histórica. Trata-se do “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?”, de José Lutzenberger, um dos principais ativistas ambientais do Brasil, tendo sido ministro do Meio Ambiente do governo Collor (1990-1992). Essa obra vai influenciar uma série de outros pesquisadores, intelectuais e ativistas do Brasil, chamando atenção para as questões ambientais. E de certa forma, vai chamar o meio acadêmico a esse debate, ganhando alguns primeiros adeptos a essas reflexões que iam de encontro ao *modus operandi* de até então, dominado sem maiores resistências por profissionais, pesquisadores e professores universitários pró “Revolução Verde”.

José Antonio Lutzenberger, personagem importante do movimento ecologista brasileiro, foi diretamente influenciado por Balduino Rambo e quando volta a residir em Porto Alegre no início da década de 1970, após vários anos de

trabalho na Europa e África, encontra no RS um grupo de ecologistas dispersos, mas interessados em construir uma entidade para reivindicar, denunciar e agir nas questões que envolvem o ambiente. (NOAL, 2000, p.258).

Daí a importância histórica da obra de vida de José Lutzenberger, por tudo que este representou em relação ao debate sobre a necessidade da conservação do meio ambiente e da superação da compreensão da natureza como mero recurso natural, coisificada. Justamente por ter um profundo conhecimento sobre agrotóxicos, por ter trabalhado mais de uma década em multinacional do setor, sua obra, que traz duras críticas à agricultura convencional, propõe uma agricultura ecológica, fazendo referência clara às formas de vida dos povos originários e sua forma de se relacionar com a natureza.

Durante talvez dois milhões de anos, durante mais de 99% de sua história, a Espécie Humana praticou um estilo de vida semelhante ao que podemos hoje observar no coração do Continente Sulamericano, entre os últimos remanescentes de culturas indígenas que ainda não sucumbiram às agressões do homem que se diz civilizado. Neste modo de vida, vivendo da caça e da coleta, o homem se encontra perfeitamente integrado em seu ambiente natural, não tem os meios e, o que é mais importante, não tem a ambição de destruir o mundo natural do qual se considera apenas parte. (LUTZENBERGER, 1983, p. 53).

Assim, no meio acadêmico, apareceram alguns intelectuais que vão organizar reflexões questionadoras do modo de utilização da terra e os impactos ambientais que vinham sendo promovidos pela então “agricultura moderna” e pelo Estado brasileiro, com obras faraônicas (como por exemplo, a rodovia Transamazônica, a Hidrelétrica de Itaipu). Entre esses destacam-se: Adilson Paschoal da ESALQ-USP (SP), autor que teoriza o conceito de *Agrotóxico*, sendo um marco relevante na agronomia brasileira, numa publicação do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz - CALQ, referente a um seminário do Departamento de Zoologia em 1977, intitulado: Agroecossistemas com ênfase nos ‘Agrotóxicos’¹¹, trazendo o conceito na publicação “Pragas, praguicidas e a Crise Ambiental: problemas e soluções”, publicada em 1979.

O termo agrotóxico tem origem do grego: ágnos (campo) e toxicon (veneno). (...). É o emprego de um vocábulo com todo o rigor exigido pela ciência e a exatidão terminológica exigida pelo nosso idioma. (...)O termo não é apenas etimologicamente correto, como também o é cientificamente. A ciência que estuda os efeitos desses produtos é chamada toxicologia”, explica. A expressão teve aceitação nacional e, em 1989, a partir da Lei Federal nº 7.802 tornou-se a nomenclatura correta para definir os produtos tóxicos utilizados na agricultura brasileira. (...) O termo “defensivo” é “o mais

¹¹ Aqui destacamos os trabalhos que abordamos no texto, “Agroecossistemas com ênfase nos ‘Agrotóxicos’” (PASCHOAL, 1977). E dois anos mais tarde “Pragas, praguicidas e a crise ambiental. Problemas e soluções” (PASCHOAL, 1979). Este último foi ganhador do Prêmio Ipês de Ecologia, concedido pela Fundação Getúlio Vargas, para trabalhos sobre ecologia no Brasil.

incorreto, ambíguo, utópico, vago e tendencioso”. Isso porque, etimologicamente, significa “próprio para a defesa”, mas não indica defesa de quem. Se é defensivo agrícola, então a defesa é da agricultura, não especificando tratar-se de substância tóxica para o controle de espécies daninhas. Deduz-se disso ser qualquer técnica usada na defesa da agricultura um defensivo agrícola. Nessa acepção, métodos orgânicos e de controle de erosão do solo poderiam também ser chamados de defensivos agrícolas. Quando pensamos em termos da natureza, tais produtos não podem ser encarados como instrumentos de defesa, mas de ataque maciço contra todo tipo de vida. E de destruição e perturbação do equilíbrio da natureza. (GRIGORI, 2019).

Destacamos também a agrônoma Ana Maria Primavesi¹², pela Universidade Rural de Viena, na Áustria, que também foi professora na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (RS), mulher e militante da agricultura alternativa e ecológica. Recebeu o prêmio mundial da agricultura orgânica pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* - IFOAM. Primavesi é agricultora também, com inúmeros trabalhos realizados na sua fazenda em Itaí, no interior de São Paulo. Sua obra mais consagrada data também de 1979, “Manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais” (PRIMAVESI, 1979), obra polêmica na época, pois destacava a necessidade e importância do manejo adequado dos recursos naturais, especialmente na questão do solo, trazendo uma abordagem sistêmica, em pleno auge da revolução verde e seus pacotes de insumos sintéticos, portanto, uma obra de grande contribuição para construir uma base científica para o que viria a ser o movimento pela Agroecologia no Brasil.

Também vale a referência sobre a importante contribuição do agrônomo Luís Carlos Pinheiro Machado – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sendo um pesquisador de grande relevância para a fundamentação da Agroecologia no Brasil. Segue sendo um importante defensor e promotor da produção de alimentos sem agrotóxicos, foi presidente da EMBRAPA entre 1985 e 1986. Em parceria com o filho, Luis Carlos Pinheiro Machado Filho, produz um importante conjunto de reflexões sobre a Agroecologia e seu processo de construção dialético. A obra “A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno”, se firma entre uma das obras mais importantes da Agroecologia brasileira, trazendo uma série de artigos que debatem a necessidade e as possibilidades de se produzir alimentos

¹² Vale demais destacar aqui uma importante obra biográfica trazendo uma série de elementos da vida pessoal e acadêmica de Ana Primavesi: KNABBEN, 2016).

saudáveis, numa dura crítica ao agronegócio e à sua atuação na agropecuária brasileira. (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Destacamos a imensa contribuição à Agroecologia do prof. Sebastião Pinheiro, a UFRGS. Com profundo engajamentos junto aos movimentos sociais, segue percorrendo o Brasil em curso e formações de fortalecimento a Agroecologia, denunciando a força e o poder do Agronegócio via transgenia e uso desmedido de agrotóxicos, trabalho que faz desde há tanto tempo, como por exemplo nessa rica e emblemática obra “A Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil”, publicada em 1993, em parceria com Deoclécio Luz e Nasser Youssef Nasr.

E por fim, trazemos a essa reflexão o registro da importância para a formulação epistemológica, histórica da Agroecologia, o agrônomo João Carlos Costa Gomes, da Embrapa Clima Temperado, reconhecidamente um dos nossos mais qualificados pensadores da Agroecologia como aporte teórico, possibilitando que academicamente a Agroecologia tenha relevância conceitual pela sua base teórica. Costa Gomes, alia esse estudo com o trabalho cotidiano junto a Embrapa Clima Temperado de Pelotas/RS, uma referência em Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil.

Apresentamos aqui autores considerados clássicos por grande parte dos estudiosos da Agroecologia no Brasil, conforme a Figura 06, que influenciaram e seguem influenciando gerações de outros pesquisadores do campo socioambiental no país, bem como movimentos sociais que vêm orientando seus trabalhos com a Agroecologia. Trata-se de obras de extrema importância para a luta histórica, que passou pela agricultura alternativa, mais tarde agricultura ecológica, também chamada de agricultura orgânica, até chegarmos hoje ao conceito afirmado e reconhecido, de Agroecologia.

Figura 6 - Autores/as importantes, entre outros/as no debate acerca da construção do conceito de Agroecologia no Brasil.



Fonte: Google Imagens. Elaborado pelo autor.

Não se trata aqui de uma perspectiva evolucionista/determinista dos conceitos, até mesmo porque conceitos como o de Agroecologia vão sendo construídos social e coletivamente, mas sim, de nomenclaturas que vão ganhando novos significados, geradas a partir de novos estudos e reflexões, bem como de práticas agropecuárias, ao longo do tempo e, nesse caso, com toda a propriedade que os movimentos sociais do Campo vão articulando nas orientações aos seus componentes, bem como atualmente os movimentos sociais urbanos, por meio dos inúmeros coletivos, que vão experimentando a agricultura urbana, que vem dando significativas contribuições no campo da Agroecologia, com importante presença na paisagem urbana, em diversos lugares do Brasil.

Aqui reside nesses/a pensadores/a à base de formulação no Brasil da perspectiva epistemológica da Agroecologia, alicerçada em reflexões importantes e de extrema relevância na construção do paradigma Agroecológico, que leva em conta os saberes tradicionais, as vivências das pessoas enquanto sujeitos da sua história,

de suas articulações sociopolíticas que vão ganhando força a medida em que se pensa não só uma agropecuária, mas uma construção de sociedade calcada em valores como a solidariedade, respeito a natureza e ao tempo da natureza, aproximando a relação ser humano – meio ambiente. Afinal, trata-se de uma formulação técnica científica com bases na vida e no saber fazer das pessoas, que protagonizam sua existência observando seu cotidiano na produção de base Agroecológica.

Ainda na década de 1970, com a disseminação de agrotóxicos pelas lavouras brasileiras e, sobretudo, pela forma nada recomendável do uso desses ‘agrotóxicos”, é criada em 1977, no Rio Grande do Sul, a obrigatoriedade do receituário agrônomo para a compra e uso de agrotóxicos, a fim de tentar diminuir os índices de contaminação dos agricultores que fossem aplicá-los em suas lavouras. Também no fim de 1970, é criado no noroeste gaúcho, em Santa Rosa, o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor - CAPA (1979)¹³, uma iniciativa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB.

A partir dos anos de 1980, esse movimento vai ganhando mais corpo em nível nacional, e uma série de articulações regionais vão dar origem aos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa - EBAA, organizados em 1981, 1984, 1987 e 1988, constituindo-se em importantes marcos na luta por uma agricultura que respeitasse o ambiente e também a pauta ambiental no país, sobretudo, por parte das entidades que trabalhavam na contramão da agricultura convencional. Diante dessa conjuntura, em 1982, o CAPA inicia suas atividades no município de São Lourenço do Sul, na região sul do RS e também em Arroio do Tigre, região central do RS, ofertando assistência técnica aos agricultores que trabalhavam na perspectiva da agricultura alternativa.

Em 1983, é criado o Projeto de Tecnologias Alternativas – PTA, da Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação – FASE, e da Rede PTA. Em 1984, foi criado o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural – IBD, em Botucatu/SP. O ano de 1985 foi marcado pela criação de importantes entidades no RS, que passaram a trabalhar com formação de agricultores ecológicos e alternativos, também com enfoque na juventude, com a criação do Centro Ecológico Ipê, em Vacaria/RS

¹³ Em 1979, o CAPA significava - Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. Logo mais, passou a se chamar de Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e, desde 2015, é denominado Centro de Apoio à Produção Agroecológica.

(nordeste do RS) e o Centro de Tecnologia Alternativas Populares – CETAP, em Passo Fundo (norte do RS). Além da criação do Grupo de Estudos Agrários - GEA, que prestaria assessoria a Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STRs, na região das Missões, no RS, trabalhando diretamente com agricultores/as familiares e com a Agricultura Alternativa.

No ano de 1987, é fundada a Associação Mokiti Okada - AMO, a qual usava a denominação agricultura natural. Nesse mesmo ano, é criada a unidade do CAPA em Santa Cruz do Sul (Vale do Rio Pardo - RS) e um ano depois, em 1988 o CAPA se estende até Erechim, (norte do RS), já com a mudança de “aconselhamento “para “apoio”, passando a se chamar: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

No final da década de 1980, mais precisamente em 1989, é formada a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) e a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), já trazendo a pauta da comercialização direta de alimentos e preocupada no cadastro de “produtores orgânicos”. No mesmo ano também é criada em Porto Alegre/RS a “Feira Ecológica” da Cooperativa COOLMEIA, um marco importante no sentido de encurtar a distância entre quem produz o alimento saudável e quem consome esse alimento e que serviria de referência para outras experiências de “feiras ecológicas”, no Rio Grande do Sul.

Essas Feiras de alimentos ganham cada vez mais o gosto dos/as consumidores/as urbanos, que buscam cada vez mais esses alimentos livres de agrotóxicos. Esses espaços já ganham uma “vida própria” na paisagem urbana onde estão inseridos, devido à procura, à circulação e às relações sociais que essas Feiras produzem no seu entorno, haja visto que o consumo de alimentos orgânicos e de base agroecológica têm, a cada dia, mais adeptos/as – consumidores/as¹⁴, o que reforça não só o ganho econômico dos produtores, mas especialmente a visibilidade que a Agroecologia adquire nesses espaços e nesses grupos sociais que passam a reivindicar uma alimentação saudável.

Vai ser no final dos anos 1980, que o conceito de “Agroecologia” aparece na literatura agrônômica nacional e nos debates trazidos por esse movimento, de

¹⁴ Ver a pesquisa elaborada pela Organics e Market Analysis em 2017 que aponta o número crescente de consumidores/as de alimentos orgânicos no Brasil, com quase mil entrevistados em nove capitais do Brasil, em quatro regiões, trazendo vários aspectos a serem pensados em relação à alimentação das pessoas. Ver em: Consumo de produtos orgânicos no Brasil Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos: Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos realizada em 2017. Parceria: (ORGANIS e MARKET ANALYSIS, 2017, p.57).

contraponto à “agricultura dos agrotóxicos”, formando uma rede, cujos integrantes se encontravam e socializavam suas práticas na respectiva região de abrangência, onde a Agroecologia estava sendo vivenciada e construída.

É importante destacar também entidades que vão se organizar numa premissa de construir uma nova Agricultura Familiar “alternativa” e que, aos poucos, vão ajudando a construir o conceito de Agroecologia, junto com a Juventude do Campo brasileiro, como é o caso da União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil - UNEFAB, fundada em 1982. Embora as Escolas Família Agrícola – EFAs, atuem no Brasil desde 1968 e hoje somem 146 escolas em todo território nacional, só mais recentemente a Agroecologia vem ganhando terreno no “mundo das EFAs”. Essas escolas trabalham no Campo brasileiro, com Agricultura Familiar e, dessa forma, acompanham e vêm dando significativas contribuições no debate e nas vivências acerca da Agroecologia, enfrentando todos os limites que as realidades diversas das EFAs impõem à construção desse novo paradigma epistemológico de desenvolvimento, num contexto de construção coletiva, que é a Agroecologia.

No ano de 1994, ainda no governo do mineiro Itamar Franco (vice de Fernando Collor de Mello, que assumiu a presidência do Brasil com o *impeachment* deste) é criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE). Estava nascendo a matriz do que seria criado um ano depois, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁵, que mudaria o patamar da Agricultura Familiar no Brasil, pois era criada uma política pública de Estado que foi se ampliando com os governos Lula (2003 – 2010) e Dilma (2011 – 2016). Estagnando com Michel Temer (2016 - 2018), a ponto de hoje o Pronaf estar sob grandes incertezas, apesar de que socialmente se reconhece a importância da Agricultura Familiar e Camponesa para o

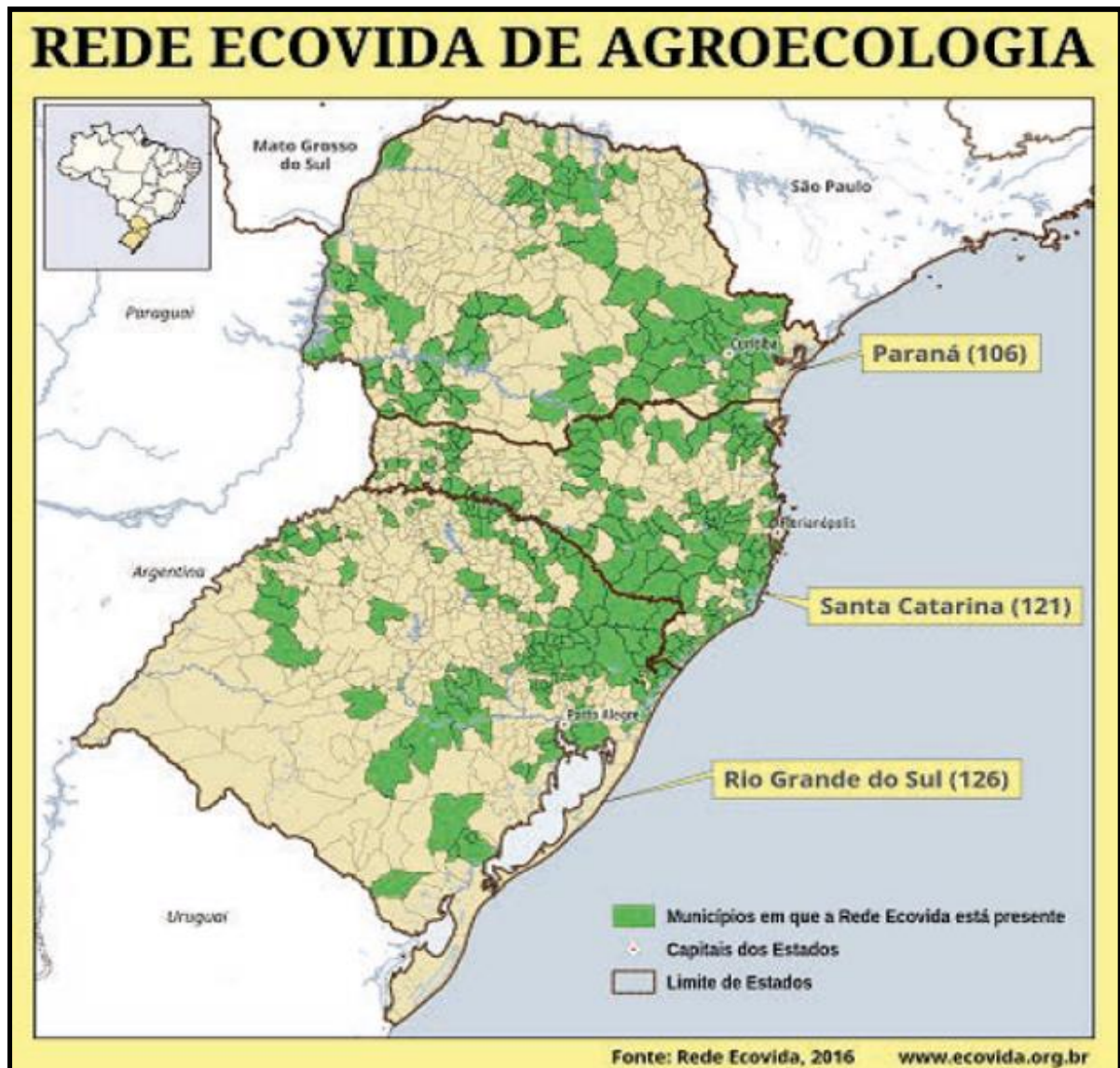
¹⁵ O PRONAF foi criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores — aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar. O intuito desse programa é o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar [...].Essa profissionalização acontece por meio de um financiamento de atividades e serviços — agropecuários ou não — desenvolvidos em propriedade rural ou em áreas comunitárias próximas. (...) Mas foi somente por volta de 1997 que o programa passou a se consolidar como instrumento efetivo de desenvolvimento no campo e de geração de emprego e renda, pois as operações financeiras disponíveis se limitavam ao custeio e, nesse ano, passaram também a ser feitas para investimentos. Nesses anos de existência, o Pronaf proporcionou uma verdadeira transformação em mais de 2,6 milhões de pequenas propriedades rurais, uma política de crédito efetiva em 4.963 municípios do Brasil, espalhados por todas as regiões, com mais de R\$ 180 bilhões aplicados em quase 30 milhões de contratos nas mais diversas modalidades. (CRESOL, 2017).

Brasil, especialmente pela excelência na produção de alimentos servidos na mesa dos/as brasileiros/as.

A década de 1990 foi importante no avanço do reconhecimento institucional da agricultura alternativa, ecológica e da Agroecologia. Tanto que em 1994, o Ministério da Agricultura aprova diretrizes para normatização de produtos orgânicos, permitindo a certificação de propriedades e produtos orgânicos por auditoria. Nesse mesmo ano, no município gaúcho de Montenegro, é criada a Associação dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí - ECOCITRUS, que logo depois seria uma cooperativa, estruturando em 1995 uma usina de compostagem de resíduos agroindustriais que segue ainda hoje em pleno funcionamento.

Na esteira desses avanços, é criada em 1998 a Rede ECOVIDA de Agroecologia, no sul do Brasil, conforme assinala a Figura 07, congregando uma série de entidades que trabalham com Agroecologia, buscando ampliar esse conceito junto a cooperativas, associações de Agricultores/as Familiares. E um importante passo foi dado em 1999, quando o Ministério da Agricultura regulamenta a produção orgânica e cria a possibilidade da Certificação Participativa, o que vai fortalecer os grupos organizados de agroecologistas Brasil afora, numa relação direta entre agricultores/as, sem a dependência de empresas certificadoras, numa relação baseada num dos pilares centrais da Agroecologia, a confiança entre Agricultores/as, as trocas de ideias, de práticas e manejos agropecuários entre os mesmos, e também, justamente pela autofiscalização que essa forma de certificação impõe, fortalecendo laços fiduciários entre pares e oportunizando um auto reconhecimento entre Agroecologistas, fator essencial para seguirem construindo a Agroecologia.

Figura 7 - Atuação da Rede Ecovida no sul do Brasil.



Fonte: Rede Ecovida, 2016.

Vale o destaque para a metade do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em fim de 1999, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Este que tem origem no Ministério Extraordinário de Política Fundiária, criado em 1996, para mediar conflitos agrários do período. Assim, o MDA é criado para articular políticas públicas basicamente para a Agricultura Familiar, especialmente a Política de Reforma Agrária, o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, abrangendo assim as questões referentes aos Povos Tradicionais, a Agroecologia, questões ligadas às Mulheres Rurais e Juventude do Campo, entre outros.

O MDA é criado em meio a muita pressão popular dos movimentos do Campo, que não se sentiam contemplados com a política inteiramente voltada para o

Agronegócio, no caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Embora relativamente frágil na agenda central desses governos, o MDA que teve relevante atuação nos governos Lula e Dilma, não conseguiu superar o governo de Michel Temer, que em mais um golpe, desta vez na Agricultura Familiar e Camponesa do Brasil, extinguiu o ministério com uma de suas primeiras medidas de governo¹⁶. Iniciou-se, assim, uma jornada de precarização das políticas públicas para a Agricultura Familiar e Camponesa, tanto no âmbito orçamentário, quanto na perda de força política e institucional dentro e fora do governo.

O golpe de 2016 provocou mudanças mais expressivas. Além da quantidade de recursos, tal mudança política repercutiu na compreensão do lugar da agricultura familiar no desenvolvimento do país e na concepção de desenvolvimento rural. Uma das principais mudanças foi a extinção do MDA [...] nesta reorganização, a estrutura burocrática dedicada à agricultura familiar foi reduzida e instituições importantes foram extintas, como a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (a execução do Programa Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios - PROINF ficou sob responsabilidade da Coordenação Geral de Projetos em Infraestrutura), o Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor, e a Diretoria de Políticas para as Mulheres (em seu lugar foi criada a Coordenação para Mulheres Rurais, Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais, vinculada à Subsecretaria de Desenvolvimento Rural). [...] Em novembro de 2017, o Jornal Globo também noticiava redução de recursos na proposta de Orçamento para 2018 e afirmava “A agricultura familiar encolhe”. De acordo com Mattos (2018), a dotação orçamentária para Assistência Técnica e Extensão Rural em 2016 atingiu 41,5% daquela destinada em 2015, sendo que em anos seguintes este percentual sofreu inflexão ainda maior: 37, % (2017) e 21, % (2018), “retornando a patamares inferiores aos estabelecidos no PPA 2008/2011”. Em relação ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), os recursos da Dotação Orçamentária de 2016 e de 2018 responderam, respectivamente, por 43% e 14% do Orçamento de 2015. As reduções nos recursos também são observadas no Programa Nacional de Habitação Rural, no Programa de Aquisição de Alimentos, no Programa Um Milhão de Cisternas, na Promoção da Educação do Campo, nas ações de Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas, no Programa de Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais, e no Programa Nacional de Reforma Agrária. (BRACAGIOLI NETO e GRISA, 2018, p.181-183).

Os anos 2000 foram um marco no que tange ao acesso às políticas públicas para a produção orgânica e Agroecologia. Com a eleição de Olívio Dutra para o governo do Estado do RS (1999-2002), a EMATER, nesse período aberta para o

¹⁶ Conforme ampla repercussão nos veículos de comunicação Brasil afora: “Na edição desta sexta-feira (13/05/2016) do Diário Oficial da União (DOU) foi publicada a medida que extingue nove Ministérios. Entre eles está o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que foi incorporado à pasta do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário” (BASTOS, 2016). Atualmente o que seria a base do MDA é a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada diretamente à Casa Civil.

debate da Agroecologia, dá condições para pesquisadores engajados com a causa, como Francisco Caporal, Gervásio Paulus e José Antônio Costabeber, iniciarem um trabalho numa perspectiva de política pública, visando a transição agroecológica no RS, mobilizando centenas de técnicos, agrônomos e demais extensionistas pelo interior do Estado, tratando da produção orgânica e Agroecologia.

No início dos anos 2000, ainda com o apoio do governo Olívio, sob a chamada do Fórum Social Mundial, o debate acerca da Agroecologia ganha uma dimensão mundial, com a reunião de milhares de lutadores sociais reunidos em Porto Alegre, evidenciando os males do agronegócio para os ecossistemas, ocasião em que o debate sobre a introdução da soja transgênica ocupou um grande espaço, acompanhado de protestos dos movimentos que compunham o fórum.

No final desse governo, em 2002, é criada a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, já propondo um curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial - DRGA, voltado para a Agricultura Familiar e Agroecologia, o que representou uma importante conquista para o meio acadêmico na época. A UERGS foi constituída com o firme propósito de atuar fortemente no atendimento às necessidades regionais, na oferta de cursos que fossem verdadeiramente demandas nas regiões do Estado. Evidentemente, o governo do estado na época, por convicção sim, mas também por habilidade política, não “comprou briga” com a extensa rede de universidades comunitárias (que são pagas) do interior do Estado. A UERGS não “nasceria” para competir com essas universidades regionais/comunitárias, com tradição em oferta de cursos superiores.

Ainda em 2002, é realizado, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, que traz como resultado uma carta final com uma série de demandas da Agroecologia junto ao Estado brasileiro e também a decisão política das entidades e participantes, em criar a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Oficializada em 2004, congregando dezenas de entidades, movimentos sociais e articulações regionais que têm, na Agroecologia, uma bandeira de luta, centrando na ANA muitas atividades conjuntas entre regiões do país, intercâmbios entre entidades, dando visibilidade nacional para o debate em torno da Agroecologia e tudo que esse novo paradigma de pensar a sociedade abarca, nas lutas que até então eram bem segmentadas, extrapolando assim a perspectiva apenas da produção sem agrotóxicos ou do “desenvolvimento sustentável”. Esse evento vem se consolidando, sendo que em abril de 2018, em Belo Horizonte/MG, foi realizado o IV ENA, contando com mais

de 4 mil pessoas nos quatro dias de evento, com ampla participação da população urbana de Belo Horizonte e entorno. Gente urbana, que vem entendendo a necessidade de se pensar outras possibilidades produtivas e de manejo para poderem estes, consumir alimentos saudáveis. Aproximação extremamente salutar, para fortalecer a Agroecologia nas cidades também.

O ano de 2006 é muito importante para todas as entidades que trabalham com a Agricultura Familiar e Agroecologia no país, pois em 24 de julho desse ano é sancionada a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, que garantiu o marco legal da Agricultura Familiar no Brasil, possibilitando, com esse reconhecimento, a luta por políticas públicas de Estado. Também acontece o lançamento da Revista Brasileira de Agroecologia – RBA, importante meio de divulgação da Agroecologia Brasil afora. Nessa esteira, a Agroecologia começa a ganhar espaço no ensino brasileiro, com uma série de cursos técnicos/profissionais de ensino médio, tecnólogos e bacharelados, sendo também o ano em que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, lança nacionalmente o seu Marco Referencial da Agroecologia, extrema importância para que a Agroecologia ganhasse mais visibilidade e credibilidade junto a órgãos de governo.

Dessa forma, a Embrapa corroborava a relevância do espaço conquistado justamente por envolver pesquisa e recursos financeiros para sua viabilização. A partir de 2007, começam a ser construídos editais conjuntos, entre Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, (o primeiro Edital do CNPq foi lançado em 2000, no qual foi aprovada a pesquisa da diversificação com fruticultura orgânica, com apoio de nove municípios da região), para apoio à pesquisa no âmbito da Agricultura Familiar e da Agroecologia.

Em 2008, a EMBRAPA Clima Temperado, de Pelotas/RS lança o projeto “Transição Agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade”, coordenado pelo pesquisador João Carlos Costa Gomes, uma das maiores autoridades na temática da Agroecologia no RS e Brasil. Era a Agroecologia sendo reconhecida e fomentada pelo poder público, com recurso também público.

São avanços importantes para o fortalecimento da Agroecologia no Brasil. Assim, em 2010, o Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Ciência e Tecnologia - MEC/MAPA/MCT, lançam uma carta convite para implantação de 30 Núcleos de estudos em Agroecologia em instituições federais de ensino. Eis um momento muito importante, pois afinal de

contas a Agroecologia entraria num ambiente, onde até então havia muitas dúvidas a respeito da sua pretensão paradigmática.

Afinal, a ciência nos moldes “mais duros” da universidade, resistiria e ainda resiste em muitos espaços acadêmicos, à Agroecologia, tendo maiores problemas em aceitá-la e compreendê-la como um paradigma de construção de um saber científico que tem, na universidade, uma das protagonistas desse saber, mas que entende haver outros espaços tão importantes quanto ao universitário, onde se produz ciência. Por isso a simbologia dessa política de instauração de núcleos de estudos em Agroecologia pelo Brasil, o que fortaleceu e segue fortalecendo a Agroecologia nas universidades brasileiras.

Finalmente, no ano de 2012, é lançado o do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, uma construção histórica, depois de uma série de ações e reivindicações das entidades e movimentos sociais, dando base para a criação de políticas públicas específicas que pudessem atender as demandas dos sujeitos sociais que trabalham com Agroecologia no país. Essa iniciativa fomentou a criação de vários Planos Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica - PLEAPOS.

Assim que foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul, em 2010, Tarso Genro anunciou a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR, dando visibilidade à força que a Agricultura Familiar tem no Estado. Assim, a SDR passa a operar desde o primeiro dia de 2011, fato comemorado por entidades que trabalhavam com a Agricultura Familiar. O objetivo era ter na SDR a interlocução direta junto ao MDA, em nível federal, para assim juntar esforços na busca de recursos para a secretaria na esfera federal. Era um alinhamento necessário que se fazia urgente, dado o montante de recursos destinado ao PRONAF, via MDA¹⁷.

No mesmo ano de 2012, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, lança o Plano Camponês, de abrangência nacional, compreendendo a Agroecologia como uma das centralidades do mesmo, buscando consolidar políticas públicas voltadas ao Campesinato brasileiro. Voltado à organização da produção agropecuária

¹⁷ Infelizmente, a SDR sobreviveu apenas ao governo de José Ivo Sartori, tendo em vista que uma das primeiras ações do governador Eduardo Leite, eleito em 2018, foi a extinção da secretaria, tornando-a um mero departamento na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPA, a pretexto de contenção de despesas. Os números apresentados pela equipe da SDR não foram suficientes para sensibilizar o novo governador do RS. “Nos últimos quatro anos, o Estado investiu quase R\$ 1 bilhão para manter políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que representa 91,24% dos estabelecimentos rurais gaúchos - são 365.052 unidades produtivas, 333.058 delas de pequenos agricultores, conforme o Censo Agropecuário do IBGE de 2017. (SDR, 2018, p.44)

agroecológica e camponesa e à aglutinação das forças campesinas para combater o agronegócio, em defesa da soberania nacional, constituiu-se em um marco organizador das lutas do MPA em todo o Brasil¹⁸.

Em 2014, é criado o Programa de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, que destinou recursos específicos para produtores agroecológicos no RS. Nesse mesmo ano, o governador do RS, Tarso Genro, sancionava a lei que criou a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica - PLEAPO, dando amparo legal para ações de estado para o fomento e financiamento da Agroecologia no Estado¹⁹, que mesmo sem orçamento próprio, estabeleceu uma agenda de encontros, promovendo a aproximação entre as entidades que trabalhavam com Agroecologia no RS. Conforme mostra a Figura 8, o rico tecido que vem se construindo em defesa da Agroecologia no RS, bem como no Brasil, mostrando a força e a diversidade da Agroecologia nesse período.

¹⁸ O Plano camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil – MPA, pode ser encontrado na íntegra numa importante obra que compilar uma série de documentos, reflexões e testemunhos de uma das principais lideranças de movimento sociais do Brasil, que vem militando historicamente no MPA, Frei Sérgio Antonio Görgen. (GÖRGEN, 2017).

¹⁹ Destacamos a publicação resultante de uma iniciativa conjunta entre a SDR e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, que reuniu uma série de experiências de Cooperativas e demais instituições que estavam envolvidas com a promoção da Agroecologia e produção orgânica no RS, que tinham aporte de recursos da SDR e do próprio IICA, em que Entidades da AAVRP, como a EFASC/AGEFA, a EFASOL, a EMATER e APL são referenciadas. (SDR e IICA, 2014).

Figura 8 - Algumas entidades que trabalham com Agroecologia no RS e Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A história da construção da Agroecologia no país, e no Rio Grande do Sul em particular, denota uma perspectiva de uma nova possibilidade epistemológica mesmo, ao mesmo tempo em que permite ter uma dimensão dos valores que foram se agregando nessa luta, pois não se tratou apenas de contrapor uma forma de fazer agricultura e de lidar com os bens ambientais, como apresentava a “Revolução Verde”, mas sim, de uma compreensão que valorizasse os territórios, pensando nas suas potencialidades e particularidades. Construindo assim, coletivamente, que “é preciso criar uma forma de representação [...] identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova gestão do território seja gestada” (ETGES, 2003, p.68). Rompendo o olhar economicista, a Agroecologia propõe uma perspectiva mais solidária e coletiva, tornando-se assim uma bandeira de unificação de uma série de movimentos sociais e entidades que trabalham com a Agricultura Familiar no Brasil.

O termo agroecologia surgiu nos anos 1930, formulada por ecólogos, para designar a ecologia aplicada à agricultura. Os estudos ecológicos, todavia, estavam mais à época concentrados nos sistemas naturais, ficando a cargo dos agrônomos as pesquisas aplicadas na esfera da agricultura. Nos anos 1950, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, a ecologia agrícola ganha maior expressão e parcela dos agrônomos passam a internalizar em seus trabalhos os conteúdos da agroecologia. Nos anos 1960

e1970, ganha ímpeto a pesquisa sobre populações e comunidades, quando as bases da ecologia crescem rapidamente. (B. COSTA, 2017, p.47).

Dessa forma, durante o século XX a elaboração do conceito de Agroecologia vai se dando aos poucos tendo em vista, uma oposição à essa perspectiva modernizante homogeneizadora, pensada exogenamente, implementada pela Revolução Verde, como se não houvesse capacidade de elaboração entre os/as Agricultores/as Familiares, justamente esses que foram e continuam sendo os responsáveis pela produção de alimentos no país e por praticamente todas as atividades que concernem à preservação do Campo brasileiro. Um dos grandes debates no Brasil atualmente vem na perspectiva da produção de alimentos, especialmente de alimentos saudáveis, tendo em vista a crescente preocupação dos brasileiros com a qualidade dos alimentos consumidos. Pois, quando mostramos essa preocupação, estamos conscientemente ou não, também nos preocupando com a Agricultura Familiar no Brasil, pois é justamente esse segmento do Campo, que produz a grande maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros e que também proporciona ocupação a um grande número de produtores familiares no Campo.

A Agricultura Familiar conta com 84,4% dos estabelecimentos do Campo brasileiro (4.367.902), ou seja, 24,3% da área total. Responde hoje por 34,6% do valor bruto da produção agropecuária do país. Ocupa 12,3 milhões de trabalhadores (74,4% de toda mão-de-obra do Campo). Produz atualmente 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 36% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos, 30% dos bovinos. (ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015, p.08).

Ao enfatizar essa questão do protagonismo desses/as Agricultores/as Familiares Camponeses, não advogamos uma perspectiva dicotômica/binária entre os saberes Popular e Científico, como se estivessem em campos opostos. Seria um contrassenso estabelecer qualquer importância maior ao saber popular, esse que é advindo de uma cultura popular, também construído a inúmeras mãos, elaborado e reelaborado, ao longo dos séculos. Entendemos que a cultura “é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. [...] Nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência”. (SILVA e SILVA, 2006, p.04).

Assim, nesse reconhecimento da importância histórica dos/as Agricultores/as Familiares e de seus saberes construídos ao longo do tempo, de que apenas o saber científico parte da premissa incontestada da universalidade, garantido pelas técnicas e metodologias que auferem veracidade aos fenômenos. É justamente aí que reside o

maior equívoco dessa compreensão científica, de não deixar espaço para o saber popular, apartado para o campo das “patacoadas”, dos “causos” e de um suposto folclore, como se fosse uma elaboração menor da humanidade, relegando o saber popular a um “refúgio de ignorantes”, que estão sempre à mercê de explicações externas e ditas científicas, como se estivesse sempre a mercê de ser “civilizado/a”.

A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a sua superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação. (FREIRE, 1978, p.119).

Provocamos aqui uma perspectiva de construção do saber, que dialogue com uma compreensão integradora de saberes, como propõe o sociólogo Boaventura Sousa Santos, quando nos instiga a pensar a partir de uma “Ecologia de Saberes”, rompendo com a estrutura hierárquica da compreensão de ciência que temos. Partimos de uma premissa que valoriza os saberes produzidos pela humanidade e que vão garantir a reprodução da vida ao longo dos séculos, propondo assim uma Ecologia de Saberes, que imprime legitimidade às elaborações humanas.

É possível caracterizar as linhas gerais para o pluralismo na ciência, na metodologia ou na epistemologia, que ajudam a indicar o caminho para a construção das bases epistemológicas na produção e circulação do conhecimento na Agroecologia. A pluralidade de perspectivas epistemológicas e metodológicas não pretende a supremacia de categorias sociais ou formas de conhecimento, não pretende abolir os especialistas e a ciência rigorosa; nem idealiza o “popular” como fonte de toda a bondade e sabedoria. Uma proposta plural deverá caminhar para pautas temáticas em lugar das disciplinares, reconhecendo que existem alternativas teóricas na produção do conhecimento e a opção por uma delas não é determinação de critérios internos à própria ciência, mas opção dos pesquisadores. O pluralismo não representa anarquismo ou ecletismo metodológico. Sua intenção é a de introduzir objetivos sociais na reflexão epistemológica e metodológica, e objetivos teóricos na reflexão social e política. O pluralismo na ciência é compatível com uma perspectiva mais humanista e democrática, contemplando a possibilidade da coexistência de matrizes epistêmicas dentro de mesmas coordenadas sociais e históricas. (COSTA GOMES, 2011, p. 38-39).

Nesta pesquisa, nos reportamos às lutas em defesa do que hoje entendemos e construímos conceitualmente por Agroecologia, em nível de Brasil e RS, e de forma muito particular, à região do Vale do Rio Pardo, procurando analisar e compreender o conjunto vivo de entidades que trabalham há décadas por uma agricultura alternativa, ecológica e agora agroecológica, apesar desta região destacar-se por ser a maior produtora de tabaco no Brasil, utilizando fertilizantes sintéticos e agrotóxicos de forma intensiva em todas as etapas da produção. Embora o tabaco não figure entre as culturas agrícolas com os maiores índices de aplicação de agrotóxicos, é bem verdade

que é uma cultura em que o contato físico entre agricultores/as com a planta se dá desde o início da sementeira até a “entrega” do fumo, ao carregá-lo no caminhão que transporta até a fumageira. A figura 9, a seguir ilustra a dependência do Vale do Rio Pardo em relação à cultura do tabaco.

Por isso a produção de base Agroecológica vai se dar na “fresta” da produção convencional de tabaco e dos próprios alimentos na região, daí a importância do trabalho vinculado da educação, seja das EFAs nos cursos médio e técnico em Agricultura, seja no curso superior com o Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA. Assim, temos no Vale do Rio Pardo, grupos de Agricultores Familiares Camponeses fazendo sua transição à produção de base ecológica nas suas propriedades, enquanto a maioria segue na produção agropecuária convencional.

Figura 9 - Produção de tabaco em toneladas no ano de 2010, no VRP.

Tabela 05 – Produção de tabaco em toneladas no ano de 2010, nos municípios do Vale do Rio Pardo			
<i>Municípios</i>	<i>Ton/ 2010</i>	<i>Municípios</i>	<i>Ton/ 2010</i>
Arroio do Tigre	12.687	Passo do Sobrado	4.896
Boqueirão do Leão	6.270	Rio Pardo	7.650
Candelária	14.696	Santa Cruz do Sul	14.124
Encruzilhada do Sul	1.105	Segredo	6.800
Estrela Velha	2.145	Sinimbu	6.321
General Câmara	1.560	Sobradinho	3.080
Herveiras	3.168	Tunas	2.004
Ibarama	3.564	Vale do Sol	10.850
Lagoa Bonita do Sul	2.880	Vale Verde	1.425
Mato Leitão	630	Venâncio Aires	21.080
Pantano Grande	20	Vera Cruz	7.791
Passa Sete	4.290		
Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir das informações recolhidas em IBGE (Produção Agrícola Municipal, 2012).			

Fonte: GOMES, 2014, p.43.

Esse território, tão marcado por uma narrativa hegemônica acerca da produção de tabaco, também apresenta Espaços de Esperança (HARVEY, 2015), em profunda contradição e, em alguns casos, em contraposição a essa hegemonia construída no Vale do Rio Pardo. Por meio de uma série de experiências de Agricultores/as Familiares que, há décadas, produzem alimentos saudáveis e se organizam para

promover a Agroecologia, observa-se que, aos poucos a histórica hegemonia do segmento do tabaco vai sendo rompida, e novas possibilidades de geração de renda e de promoção de qualidade de vida estão tomando espaço na região. Observa-se assim uma crescente conscientização sobre a necessidade de implementação de um novo padrão produtivo e de consumo no Vale do Rio Pardo, especialmente.

A esperança nos possibilita a superação, na prática, da visão mecanicista da História, na qual o futuro é pré-determinado e previsível. (...) Como um pressuposto da existência humana, a esperança pode ser vivenciada em qualquer atividade: na prática do esporte, na prática jornalística, na política, em casa, entre os familiares, na prática clínica, psicológica, terapêutica, artística, na prática da justiça e da paz, no enfrentamento da discriminação, do preconceito, da intolerância e do ódio, em todas as dimensões da vida e em todas as ações humanas. (GADOTTI, 2019, p.05-06).

Assim, a Agroecologia se põe numa perspectiva em que os territórios, formados por suas gentes e seus contextos amplos e diversos, possam articular “Espaços de Esperança”. Muito embora o geógrafo David Harvey tenha pensado essa premissa com maior ligação ao espaço urbano, a Agroecologia pode trazer essa premissa para o Campo. Embora seja necessário deixarmos bem claro a pontuação da Esperança que encontramos em Harvey (2015), buscamos também em Paulo Freire, portanto trata-se de uma Esperança absolutamente crítica e em movimento. Essa Esperança qual fazemos referência, nada tem a ver com espera, com a perspectiva sacra de Maria, que fica à espera do milagre da concepção.

Essa esperança é engajada e encontra-se nas pessoas, entidades que entendem construir um Espaço de Esperança, porque ele não é dado, é disputado palmo a palmo, via Agroecologia, numa região que, aparentemente é dominada por uma única perspectiva econômica e social. Por isso essa Articulação tem uma grande responsabilidade de aglutinar forças e propor caminhos coletivos, em agendas integradoras, em que as pessoas e entidades se enxerguem protagonistas desse processo social, rico, complexo e diverso no Vale do Rio Pardo.

Paulo Freire destaca a importância da educação da esperança (...)A esperança é necessária à luta, mas não é suficiente, mesmo não negando que a desesperança é algo concreto, fruto de razões históricas, sociais e econômicas. A desesperança é a esperança que perdeu o endereço e que leva ao imobilismo e ao desespero (...) A esperança é a necessidade ontológica que para tornar-se concretude histórica, necessita da prática. (ZANETTI, 2010, p. 202-203).

Mesmo em territórios como o Vale do Rio Pardo, dito tão “dominado” pelo tabaco, ou o Oeste de Santa Catarina, também descrito como “dominado” pelos aviários e frigoríficos das integradoras transnacionais ou outras regiões do Brasil, no caso do

Centro-Oeste com a soja ocupando enormes extensões de terra, ou então em São Paulo e Nordeste com a cana-de-açúcar, Minas gerais com o café, em meio a esses territórios tão marcados, existe a possibilidade de haver Agricultores/as Familiares Camponeses/as estarem fazendo Agroecologia, trabalhando com a produção de alimentos saudáveis, criação de animais, agrofloresta, ou com suas agroindústrias familiares e até mesmo esses Agricultores/as fazendo as suas feiras comunitárias, municipais, reforçando assim os laços familiares e comunitários entre si, consistindo aí numa ajuda mútua. Seja na produção, logística e comercialização desses alimentos na cidade, se reconhecendo aí como sujeitos da sua história, incluindo a sua produção e o destino das suas propriedades familiares, dialogando com alguma entidade de assistência técnica ou apenas com o/a técnico desta, com o sindicato dos trabalhadores/as rurais, alguma ONG que trabalhe com economia solidária, em associação de agricultores/as ou até mesmo alguma cooperativa.

Entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo *familiar* visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio. (WANDERLEY, 2009, p. 40-41).

Sendo que, dessa compreensão desses Agricultores/as Familiares Camponeses/as, especialmente os/as organizados/as, se constrói a possibilidade da construção e constituição desses “Espaços de Esperança” (HARVEY, 2015) uma região como o Vale do Rio Pardo, sinônimo de “região fumicultora”, que a Agroecologia pode apresentar e representar em termos de mudança produtiva e de paradigma de desenvolvimento, com o tempo, a partir do fortalecimento das entidades e instituições que trabalham com a produção orgânica e com a Agroecologia na região, atuando especialmente na promoção da autoestima desses Agricultores/as Familiares Camponeses, a ponto de que estes possam compreender a força do seu protagonismo regional. Afinal, o Vale do Rio Pardo é uma região de profunda dependência econômica decorrente da vivência desses/as Agricultores/as, no cotidiano de trabalho em suas propriedades familiares.

2. A AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.

Os Estatutos do Homem

(Ato Institucional Permanente)

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.

Parágrafo único:

O homem, confiará no homem como um menino confia em outro menino.

Artigo VI

Fica estabelecida, durante dez séculos, a prática sonhada pelo profeta Isaías, e o lobo e o cordeiro pastarão juntos e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

Artigo VIII

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Artigo IX

Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor.

Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.

Parágrafo único:

Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

(MELLO, 1981).

Figura 10 - Agroecologia



Fonte: LATUF, 2012.

2.1 – Agroecologia: Para muito além de uma mera alternativa aos Agrotóxicos.

O trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais que trabalham com a Agroecologia, vem ao longo desses anos se constituindo numa luta de promoção e defesa dos direitos humanos, sem sombra de dúvidas, pois o direito a terra, a alimentação, a saúde, ao trabalho, a justiça social e ambiental, além da diversidade de uma forma geral, são pautas latentes da Agroecologia.

O debate acerca da produção de alimentos vem ocupando um importante espaço, atualmente, na sociedade brasileira. Uma das principais razões decorre do fato de pesquisas estarem vinculando os alimentos e sua produção diretamente ao crescente uso de agrotóxicos nas lavouras do país, e com isso relacionando-se a várias doenças, o que coloca o Brasil na liderança mundial em consumo, superando os EUA – “Em 2010, o mercado nacional movimentou cerca de US\$ 7,3 bilhões e representou 19% do mercado global de agrotóxicos” (CARNEIRO, 2015, p.50).

Nessa esteira, a Agroecologia enquanto movimento²⁰, vem se propondo Brasil afora, como uma possibilidade não só de produção de alimentos saudáveis, mas também um contraponto propositivo ante ao agronegócio, calcado numa produção extensiva e intensiva de *commodities*, que visam basicamente a exportação, ao mercado externo. Eis o potencial da Agricultura Familiar Camponesa, de construir agendas coletivas em relação à produção de alimentos saudáveis, buscando assim a diversificação da propriedade, além de garantir renda com outros produtos, que vão além daqueles ligados a grandes empresas transnacionais, tão presentes no território brasileiro.

A agricultura familiar camponesa sempre foi mal compreendida. Ela vem sendo comumente definida como um anacronismo histórico, uma vez que não possuiria meios para superar os limites técnicos subjacentes aos recursos que têm à disposição para trabalhar. Com base nessa suposição, acredita-se que o seu futuro está condenado a ser uma repetição ininterrupta do seu passado. Por essa razão, o desaparecimento do campesinato, como vem sendo profetizado há mais de um século, seria uma consequência lógica do avanço da agricultura capitalista e da modernização tecnológica a ela associada. No entanto, os camponeses não só vêm contrariando esses prognósticos com a sua permanência durante todo o período da modernização, como os desafia com o desenvolvimento de novas formas de

²⁰ Destacam-se experiências consideradas de vanguarda Brasil afora, no trabalho com a Agroecologia, de entidades como: Serviço de Tecnologias Alternativas – SERTA, no interior de Pernambuco. O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da mata Mineira – CTA. A Associação Brasileira de Agroecologia – ABA. O Centro Ecológico Ipê, no RS. O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA. A Agricultura Familiar e Agroecologia – AS-PTA. Além do trabalho de tantas Escolas Família Agrícola – EFAs por todo o país e mais tantas entidades envolvidas na promoção da Agroecologia. E em especial ao trabalho de ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, reunindo uma parte significativa das entidades que fazem Agroecologia no Brasil.

auto recriação diante do avanço físico e político-ideológico da agricultura empresarial capitalista em pleno século XXI. A defesa da vigência histórica da agricultura familiar camponesa nos dias de hoje ainda é muito frequentemente interpretada como uma tendência do idealismo utópico. Mas essa vigência vem sendo construída no dia-a-dia pelo próprio campesinato, por meio de lutas silenciosas pelo controle de frações do território com vistas a reduzir o poder de apropriação das riquezas socialmente geradas pelo capital industrial e financeiro ligado ao agronegócio. (PETERSEN, 2009. p.92).

Sendo assim, é preciso considerar que Agricultura Familiar Camponesa configura, atualmente, um dos instrumentos produtivos das transnacionais agropecuárias do mundo, especialmente no centro-sul do país, vinculada pelos sistemas integrados de produção (SIP) a complexos industriais de produção primária, nesse caso em especial a produção de proteína (frango, porco e bovinos) ligada a grandes frigoríficos, bem como na produção de tabaco, na qual se destaca o Vale do Rio Pardo²¹, pois o setor fumageiro está organizado na região a mais de um século nesse sistema integrado de produção.

Estando aí maior crítica de trabalhos acadêmicos ao conceito de Agricultura Familiar, como se a Agricultura Familiar fosse meramente uma reprodução em escala menor do agronegócio, muitas vezes sendo referida pejorativamente por “agronegocinho”, como aponta um dos mais importantes pensadores do Brasil atualmente, o prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, assinalando que “para os camponeses e também para os chamados de agricultores familiares só há um lugar submisso neste projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um “agronegocinho”. (OLIVEIRA, 2007, p.148).

²¹ Para exemplificar numa rápida explicação sobre o Sistema Integrado de Produção, vamos nos ater ao caso do Tabaco. Consiste basicamente numa relação entre empresa e Agricultores/as Familiares Camponeses/as mediados por um contrato de integração produtiva. A empresa vende todo o pacote tecnológico, desde as sementes, fertilizantes, agrotóxicos, insumos em geral, equipamentos, além de assistência técnica, fretamento da escoação da produção da propriedade até a empresa e por fim, garante a compra do tabaco produzido. Por parte dos Agricultores/as Familiares integrados, esses têm de produzir o tabaco conforme as diretrizes da empresa integradora, a um preço estipulado pela empresa. Entregue o tabaco para a empresa, essa desconta os custos do pacote tecnológico – em caso de sobra de dinheiro os/as Agricultores recebem na sua conta bancária. Em caso de o tabaco não pagar os custos, esse fica em dívida a ser negociada com a empresa. A questão mais levada em conta pelos Agricultores/as Familiares que produzem tabaco, é justamente a comodidade de receber os insumos na propriedade e ter a produção escoada da propriedade pela empresa, além do principal aspecto ressaltado, que é a garantia de mercado para o tabaco produzido. Para um aprofundamento sobre o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), vale a leitura da dissertação de mestrado de grande valia para os estudos referente à Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo, de Rosiéle Lutdke, Agricultora Familiar, com experiência histórica nessa temática e uma visão crítica acerca do tema. (LUTDKE, 2016, p.179.).

Numa apropriação do conceito de Agricultura Familiar pelo capital, representado pelas grandes empresas que se associam à Agricultura Familiar, portanto, “a construção teórica da Agricultura Familiar”, tem construído a compreensão e a percepção de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Evidente que os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses. (FERNANDES, 2002, p.7). Muito embora valha ressaltar que, em regiões como a do Vale do Rio Pardo, a Agricultura de base Familiar mesmo ligada às grandes empresas agropecuárias, mantém características de agricultura camponesa, que não tem nada a ver com a formulação preconceituosa de uma relação com um Campo “atrasado” ou “menos desenvolvido”.

O produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

É bem verdade que trata de um olhar legítimo e que expressa uma parte dessa realidade, mas nunca da totalidade, porque há sim “espaços de esperança” nas propriedades envolvidas em SIP e na categoria Agricultura Familiar como um todo, justamente pela perspectiva da Agricultura camponesa, por estes agricultores ainda cultivarem laços de solidariedade entre si, de terem preocupação em produzir alimentos para o consumo da família e não ter apenas uma única cultura produtiva na propriedade e com isso manter o mínimo de autonomia produtiva, se não econômica, marcada pela presença dos sistemas integrados de produção.

São três as características essenciais que definem a agricultura familiar brasileira: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionado pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. A agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Obviamente, se trata de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista. (COSTABEBER, CAPORAL, 2003, p.178).

Porém, é importante destacar que, mesmo nesse processo produtivo e econômico das SIPs, que subordina produtivamente os/as Agricultores/as Familiares

Camponeses/as, retirando muito da sua autonomia em relação à matriz produtiva integrada na propriedade, vale o destaque que há normalmente espaços de diversificação produtiva, que aliás vem ganhando força em ideia e terreno físico nas propriedades familiares, justamente por ser uma característica fundante da Agricultura Familiar Camponesa, a produção de alimentos, com garantia do autoconsumo desses alimentos produzidos, pelas famílias, porque está aí um elemento central que permita pensarmos os “Espaços de Esperança”, pois a posse da terra e a possibilidade de outras produções diversas na propriedade se mostram elementos centrais na construção da Agroecologia, na perspectiva da Agricultura Familiar Camponesa, pelo seu modo e sua cultura produtiva, por isso ela é muito mais que um setor da economia, é um modo de vida e por ser assim, traz consigo contradições como essa, de ter no seu cotidiano a presença de SIPs.

Referente à importância da agricultura familiar é o aproveitamento racional dos recursos disponíveis em pequenas extensões de área, sua diversificação, bem como as relações socioculturais regionais criadas através de processos endógenos, que identificam as sociedades e os diferentes territórios rurais. Nesse contexto, a agricultura familiar é reconhecida como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores, pois ela é a principal expressão do modo de vida rural e, conseqüentemente, possui relevância na busca de um novo paradigma do desenvolvimento rural. (SILVA, ETGES, 2012 p.148)

Mesmo a Agricultura Familiar Camponesa apresentando essa contradição a sua origem, com a presença dos SIPs, há tempos estamos presenciando uma coexistência de uma agricultura diversificada que encontra outros caminhos de produção, mesmo tendo um SIP na propriedade. Vale apontar o processo de organização dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses, se organizando enquanto feiras de alimentos. Hoje conforme o site do APLVRP – Arranjo Produtivo Local de Agroindústrias e Produção de Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo, a região conta com 20 feiras de alimentos, também já possui cerca de 165 Agroindústrias Familiares das mais diversas produções vegetais e animal (APLVRP, 2018).

Portanto, há no Vale do Rio Pardo, mesmo em meio a toda fumicultura organizada pelo SIPT (sistema integrado de produção de tabaco), existem um conjunto de Agricultores/as Familiares não integrados a esse sistema econômico-produtivo de grande dependência dessas empresas, seja por opção mesmo ou por exclusão do sistema, por não atender a índices de produtividade, por exemplo. Nesse caso, Agricultores/as que produzem alimentos de maneira autônoma, sem estar

dependente ou ligados/as a qualquer SIP, praticando uma agricultura voltada eminentemente para produção de alimentos, constituindo mercados de circuito curto, como as feiras e cooperativas que já apontamos anteriormente, típicos Agricultores/as denominados/as Camponeses/as, inseridos numa condição conceitual de Agricultura camponesa, como assenta o pesquisador holandês, Jan Douwe van der Ploeg.

A agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e outros meios de produção. Para ela, esses *meios e insumos* são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico. Não são adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial. Sendo assim, a agricultura camponesa é de fato autossuficiente (ou auto abastecida). Consequentemente, a produção camponesa visa: a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução. (PLOEG, 2009, p.20).

Há na região, seis cooperativas de Agricultores/as Familiares com atuação na região, que são elas: A Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz LTDA (COOPERSANTA - 2008), a Cooperativa dos Produtores de Venâncio Aires (COOPROVA - 2011), a Cooperativa Agrícola de Passo do Sobrado e Vale Verde LTDA (COOPASVALE - 2015), a Cooperativa Leoboqueirense de Agricultores Familiares (COOPERLAF - 2010), a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (COOPERVEC - 2013) e a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas LTDA (ECOVALE - 1998), esta última a pioneira em produção orgânica e Agroecologia na região. Portanto, aqui temos uma expressão muito contundente de que esse território, mesmo marcado pela presença do complexo fumicultor, consegue preservar um tecido social que segue vivo à margem do tabaco ou, pelo menos coexistindo com essa cultura, trazendo para o território outras possibilidades de desenvolvimento a partir da produção de alimentos, por exemplo.

Muito se discutiu a partir de então sobre o papel do campesinato nesse processo (modernização da Agricultura). Uma corrente significativa de autores estava convicta de que esse segmento da sociedade estaria fadado ao desaparecimento a partir de um processo de diferenciação interna: os que conseguiram obter algum resultado positivo da produção agrícola tenderiam a capitalizar-se, transformando-se em empresários rurais, já os demais por via de endividamentos juntos aos bancos e/ou safras fracassadas, tenderiam a perder o seu meio de produção principal, a terra, transformando-se em trabalhadores assalariados. E assim a homogeneização do território, através da disseminação da marca da acumulação capitalista, estaria completa. Essa homogeneização, entretanto, apesar de sua força, não tem conseguido dismantelar os sistemas de cultivo e o modo de vida dos camponeses em diferentes regiões do mundo, em particular do Brasil. (ETGES, 2008, 140).

A Agroecologia vem se constituindo pela via dos movimentos sociais e provocando um debate amplo na sociedade, que não fica restrito apenas à forma de

produção dos alimentos, suas técnicas e tecnologias de produção, sem agrotóxicos e qualquer tipo de adubação sintética. Traz à pauta, questões também centrais, como a preservação ambiental e o respeito ao tempo da natureza, a autonomia produtiva e de vida dos/as Agricultores/as Familiares, da aproximação do saber científico com o saber popular, de maneira colaborativa e solidária, valorizando o saber-fazer desses sujeitos diversos do Campo, que compõem a Agricultura Familiar. Como já assinalara há 15 anos atrás a prof^a Erica Karnopp, estudiosa da Agricultura familiar no Vale do Rio Pardo, apontando caminhos para a Agroecologia, ainda muito tímida na região.

A bioregião mostra a intensidade do desenvolvimento ecológico. O ponto inicial é uma nova orientação da economia rural com recursos, proteção e sustentabilidade. (...) alternativas emanam de uma coexistência da agricultura convencional e orgânica. (...). Isto significa que uma consciência ecológica terá que aumentar continuamente entre a população. Isto levará a outros estilos de vida. Este cenário poderá ser uma solução realista para a região. (...). Por fim, a agricultura orgânica pode oferecer múltiplas soluções aos problemas de meio ambiente, econômicos e sociais. (...). Com o objetivo de assegurar um desenvolvimento independente e duradouro nas áreas rurais muito tem que ser feito no futuro. Um desenvolvimento projetado e planejado é fundamental para o crescimento com sucesso da agroecologia no Vale do Rio Pardo. (KARNOPP, 2004, p.13-14).

Autores importantes no contexto da Agroecologia, como Stephen Gliessman, Miguel Altieri, Ana Primavesi, Adilson Paschoal, João Carlos Costa Gomes, Francisco Caporal e José Antônio Costabeber, têm evidenciado essa perspectiva por meio de suas pesquisas e publicações, que conquistam mais espaços a cada dia. Não obstante, a produção acadêmica que historicamente esteve vinculada a premissa da Agricultura Alternativa, Ecológica ou a Agroecologia, foi posta de lado pelas narrativas oficiais e pelas premissas científicizadas dos trabalhos acerca do rural brasileiro, difundidas pela e pós Revolução Verde, responsável pela disseminação dos pacotes tecnológicos, que marcaram a agropecuária brasileira após 1950, intensificada nos anos de 1970, e que hoje se renovam e se consolidam na conceitualização de Agronegócio.

Com a reestruturação produtiva no campo, a partir da década de 1990, inicia-se uma nova fase no Brasil, quando foi difundida a noção de agronegócio como um modelo a reestabelecer a agricultura comercial exportadora após a crise da década de 1980. Assim, o agronegócio é uma expressão do capitalismo neoliberal no campo, iniciada nos governos Collor/Itamar através da forte atuação de agências de regulação financeiras internacionais no país. A partir daí a aquisição de terras por parte de empresas não possui um papel tão somente de especulação, mas de ocupação produtiva. As empresas do setor agropecuário tomam a frente do processo na corrida desenfreada pela conquista de territórios, ao passo que as empresas de outros setores da economia se deslocaram para se fortalecer dentro de sua funcionalidade principal. (FERNANDES, 2008, p. 21).

Nesse contexto, a Agroecologia vem representando uma forma de resistência à essa tendência de dominação, expressa no poder homogeneizador do capital, representado por grandes grupos transnacionais do agronegócio (leia-se aqui especialmente, as empresas de agrotóxicos, adubos sintéticos, sementes, logística...), compromissada com a perspectiva de uma agricultura empresarial e industrial, para atender o mercado mundial das *commodities*, muitas vezes submetendo regiões inteiras aos seus interesses, “monopolizando os territórios e territorializando os monopólios”. (OLIVEIRA, 2007, 148-149), não levando em conta toda diversidade de gentes, de cultura, de saberes, enfim, existentes nesse território, agindo assim, numa premissa meramente espacial de exploração desse espaço, se relacionando com ele meramente numa dimensão espacial, podendo estar hoje aqui, amanhã ali e depois em qualquer outro lugar/espaço, desde que as condições de produção sejam garantidas.

No Brasil e na América Latina como um todo, estamos vivendo do ponto de vista das políticas de desenvolvimento um consenso das commodities (...)uma inserção dependente e subordinada da divisão internacional do trabalho que ganhou um novo impulso devido à crescente demanda e valorização desses produtos (commodities agrícolas, minerais, gás, petróleo, etc.) pelos países centrais do capitalismo e também por países emergentes, especialmente a China, que é um dos principais consumidores de matérias-primas oriundas do continente latino-americano. (GTAgrária da AGBs, 2015, p.183).

Nesse contexto, a Agroecologia oferece um potencial de contraposição a essa tendência homogeneizadora do capital nos territórios, uma vez a premissa central da Agroecologia tem como ponto de partida os saberes dos/as agricultores/as e sua autonomia de vida, sintetizados ao longo das suas histórias, desde os seus antepassados, embasado na sua vivência produtiva e na sua capacidade de observação da natureza, para assim transformá-la em produtora de alimentos saudáveis e em harmonia com a natureza, pois esses Agricultores/as Familiares por gerações têm na prática a necessidade da produção de alimentos para seu sustento e também para a troca com seus vizinhos e para comercialização desses produtos.

Na Agroecologia, o agricultor deixa de perguntar “O que faço? ” E passa a questionar “Por que ocorre? ”. Simplesmente ao reorientar o tipo de pergunta diante de um problema técnico em seus cultivos, ele muda a sua atitude em relação à forma de praticar a agricultura. Em vez de receber receitas técnicas prontas, passa a observar, pensar e experimentar. Com o tempo ele começa a produzir melhor que a agricultura convencional e ganha autoconfiança. E é assim que ele se dá conta de que é produtor de alimentos junto com a natureza. (PRIMAVESI, 2008, p. 10).

Com estas bases, a Agroecologia vem sendo construída e se constituindo num outro paradigma de desenvolvimento do Campo, demandando a elaboração de uma nova epistemologia, comprometida com a horizontalidade da produção e do conhecimento, tanto no plano intelectual, quanto na prática, com a participação dos sujeitos do Campo. Dessa forma une saberes necessários para essa nova perspectiva científica, mais colaborativa e com profundo compromisso de respeito à natureza, oferecendo assim, uma nova base produtiva, ante a uma realidade de agropecuária insustentável, que temos atualmente. (GLIESSMAN, 2005).

Muitos estudiosos consideram a Agroecologia como o novo paradigma. Para evitar que se busque a saída para a crise usando as mesmas ferramentas responsáveis por ela, ou seja, para que a base epistemológica na busca de soluções para os problemas contemporâneos, da agricultura em particular e da ciência em geral, não seja a mesma epistemologia que sustenta o paradigma responsável pelo surgimento de seus problemas, é importante fazer-se um mapa, ainda que breve, das características do paradigma em crise, feito através de breve reconstrução crítica das concepções teóricas do conhecimento científico técnico, permitindo uma reflexão sobre o progresso da moderna ciência ocidental, evitando que a busca das bases epistemológicas da Agroecologia venha seguir por um caminho equivocado. (COSTA GOMES, 2011, p. 13).

Nunca estiveram tão em voga os debates acerca da agropecuária mundial, especialmente no que tange às questões referentes às causas ambientais, com todas as questões que afetam a temperatura do planeta, a cobertura vegetal, o custo energético da produção, o consumo de combustíveis fósseis, bem como a (má) utilização da água, uso intensivo da terra, entre outros, quando se trata da sustentabilidade da vida no planeta.

Portanto, há um paradigma produtivo de escala mundial sendo colocado em xeque, ao qual vem se contrapondo a perspectiva da finitude dos bens naturais do planeta. Nesse contexto, a perspectiva da Agroecologia passa a ser muito mais que uma alternativa de renda, se pensarmos pela produção agropecuária, mas sobretudo, de resistência em resposta a esse modelo de vida baseado na competição ilimitada entre os humanos, e também em relação à agropecuária predadora no planeta, que mira apenas nos índices de produtividade, que parecem ser cada vez mais infinitos, ante a recordes de produção a cada safra.

Em escala global, a agricultura tem sido muito bem-sucedida, satisfazendo uma demanda crescente de alimentos durante a última metade do século XX. O rendimento de grãos básicos, como o trigo e o arroz, aumentou enormemente, os preços dos alimentos caíram [...]. Esse impulso na produção de alimentos deveu-se, principalmente a avanços científicos e inovações tecnológicas, incluindo o desenvolvimento de novas variedades de plantas, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, e o crescimento de grandes infraestruturas de irrigação [...] o nosso sistema de produção global de

alimentos está no processo de minar a própria fundação sob a qual foi construído. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade, também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores e assalariados agrícolas, que estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agricultável. Em resumo a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a torna possível. (GLIESSMAN, 2005, p. 33).

Por isso, ao tratarmos da Agroecologia como uma possibilidade de resistência ao capitalismo agropecuário e às injustiças socioambientais dele derivadas, com o direito à escolha dos alimentos, a questão da água, do solo e suas implicações pessoais e coletivas, que busca incessantemente homogeneizar territórios, o fazemos à luz da Agricultura Familiar, em que pese toda sua contradição por estar muitas vezes alinhada ao agronegócio ou aos sistemas integrados de produção, como o caso do tabaco, contexto em que a Agroecologia vem se apresentando como possibilidade de construção de um outro paradigma de desenvolvimento do Campo no mundo.

Com uma responsabilidade política de provocar os sujeitos do Campo a pensar o seu meio, projetar os anos vindouros entendendo que a natureza e tudo que dela decorre, é finita e se não cuidada pode se acabar. Essa dimensão política/ética da Agroecologia tende a ser seu maior sustentáculo, pois está ligada diretamente uma tomada de consciência dos sujeitos individualmente, que acaba “respingando” com o tempo nos demais espaços ocupados por essas pessoas, seja no sindicato, na cooperativa, na associação de Agricultores/as, na entidade de assistência técnica, na família como um todo.

A dimensão das trocas no campo organizativo/político se apresenta também como fundamental para a construção da Agroecologia. Construir caminhos entre a Agroecologia e as demandas de redes, movimentos sociais e organizações do campo significa também reconhecer os saberes específicos de cada experiência organizativa e a importância de suas atuações. Tal interação de forma organizada permite, entre outras, a identificação de convergências, propostas de ação coletiva e 81 trocas em nível de estratégias de ação. (DORNELAS, 2016, p.80-81).

Assim, “por sua vez, os/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as podem ser considerados os sujeitos responsáveis por essa mudança, e junto a esses, a Agroecologia representa um caminho viável para se atingir a soberania alimentar brasileira” (SANTOS, TONEZER, RAMBO, 2009, p.13). Por isso, a Agricultura Familiar, enquanto categoria analítica e pelos sujeitos que a compõem, apresenta uma

diversidade cultural-produtiva-econômica-social, que não necessariamente está diretamente subordinada aos grandes complexos agroindustriais, pelo menos não na sua totalidade, residindo aí o seu potencial de construção de alternativas aos Agricultores/as Familiares que buscam na Agroecologia, por meio de uma transição agroecológica, essa possibilidade.

A transformação ou “produção” da natureza por meio de esforços colaborativos (digamos, que nos campos de cultivo e de desenvolvimento da pecuária, e agora da engenharia genética, na construção de infraestruturas físicas, de cidades e assim por diante) gera ambientes (tantos físicos como sociais) em rápida evolução no interior dos quais podem emigrar as diferentes modalidades de comportamentos competitivos, adaptativos ou cooperativos. (HARVEY, 2015, p. 276).

Por isso a contradição aqui apontada acerca da Agricultura Familiar Camponesa, que ao mesmo tempo, representa uma possibilidade da construção da Agroecologia e de resistência a processos homogeneizadores na agropecuária familiar, que também acaba sendo alvo das grandes corporações do agronegócio mundial, em que Agricultores/as Familiares Camponeses/as se tornam “trabalhadores” de sistemas integrados de produção nas suas propriedades ocupando a mão de obra familiar nessas atividades produtivas. Se trata da apropriação do trabalho, do território e da autonomia da Agricultura Familiar Camponesa.

Porém, no caso do tabaco, a terra se constitui uma propriedade familiar, de posse e uso dos/as Agricultores/as Familiares, bem como a mão-de-obra familiar – não se constituindo assim, assalariada diretamente pela empresa agroindustrial, tendo esses/as trabalhadores/as possibilidades reais de buscarem na sua propriedade familiar o cultivo de outras culturas, podendo ser inicialmente para o autoconsumo ou já buscando a comercialização desses alimentos, em especial. Há espaço para a produção além das culturas integradas, eis a oportunidade da diversificação produtiva e também da transição para a Agroecologia.

Ao produzir no interior do sistema do agronegócio, o agricultor não tem o controle do processo; quem controla é o sistema do agronegócio. Essa condição de subordinação se caracteriza pela dependência em relação ao sistema, na escolha do que produzir, como produzir, para quem e quando comercializar a produção. Por fim, agricultura familiar e agronegócio são sistemas diferenciados; no entanto, são componentes de um mesmo território, pois ambos atuam no rural brasileiro. (KARNOPP e OLIVEIRA, 2012, p. 226).

No entanto, as questões que envolvem a Agricultura Familiar Camponesa no Brasil, seja no campo dos debates acadêmicos, ou no nosso cotidiano vêm ganhando cada vez mais força, principalmente por um aspecto central, que diz respeito

diretamente a produção de alimentos que chega à mesa dos brasileiros/as, haja visto que há um forte apelo da sociedade brasileira nessa questão: oferta de alimentos saudáveis e acessíveis economicamente, pois, “o principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar, responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país” (PORTAL BRASIL, 2015).

Justo nesse dado, o mais expressivo do Campo brasileiro, por se tratar da questão mais estratégica de um país, a produção de alimentos que nutre a sua população e isso a Agricultura Familiar Camponesa é a grande responsável por abastecer a mesa dos/as brasileiros/as. Aqui há a possibilidade efetiva de resistência, pela produção de alimentos e também pela organização necessária para produzir, e principalmente alimentos saudáveis de base ecológica, a grande demanda da humanidade atualmente.

No fundo, as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos. O sincretismo religioso afro-brasileiro expressa a resistência ou a manha com que a cultura africana escrava se defendia do poder hegemônico do colonizador branco. É preciso, porém que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos. (FREIRE, 1996, p.31).

Daí a importância da transição agroecológica que está em curso em várias propriedades do Vale do Rio Pardo, que ainda dependentes de sistemas integrados de produção na propriedade, buscam outras possibilidades produtivas, promovendo essa transição que não se dá apenas em troca de técnicas e tecnologia, se dá num campo mental também, e talvez esse seja o maior desafio para que avancemos na promoção da Agroecologia, justamente pelo fato de fora do tabaco, haver a necessidade inexorável de construir socialmente mercados para as outras produções, sejam feiras de alimentos, Agroindustrialização dos mesmos, bem como acessar mercados institucionais, o que geralmente provoca e desafia esses Agricultores/as a ter de se organizar em grupos de produção, sejam eles associações ou até mesmo em cooperativas, pois de maneira individual, como no tabaco, fica muito difícil se estabelecer no mercado de alimentos, pelo menos enquanto Agricultura Familiar Camponesa, sim.

A sustentabilidade do processo de mudança tecnológica na agricultura não se resume à aplicação bem-sucedida de um repertório de técnicas, embora muito ainda se possa avançar nesse sentido. É preciso, mais do que isso, criar, em cada contexto local, um ambiente social, cultural e econômico capaz

de possibilitar que os agricultores se tornem, individual e coletivamente, os autores de seu próprio processo de transição para a agroecologia. (JESUS, p.369, 2011).

Por isso, a Agroecologia enquanto construção social via AAVRP, se apresenta como uma possibilidade concreta de transformação socioeconômica da região, pois essa compreensão vai muito além da mera diversificação produtiva, como muitas entidades e até mesmo estudiosos propõem para o Vale do Rio Pardo, com a substituição de Sistemas Integrados de Produção, do tabaco para o frango, suíno, bovino ou leiteiro, mantendo a estrutura da dependência dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses, reproduzindo a lógica da concentração de riqueza entre os ditos “agricultores/as fortes”, ou seja, os mais capitalizados, que conseguem investir e ter uma margem segura nessa transição de “alternativas”.

Por isso a movimentação que vem se fazendo na região, retomando o debate e a prática da produção de alimentos como questão central das propriedades familiares de agricultores/as que estão na linha de atuação das entidades da Articulação, se baseia na autonomia e no protagonismo desses sujeitos no território. Senão, as “alternativas” que se propõe basicamente mantêm a estrutura sócio produtiva como está e isso é tudo que a perspectiva agroecológica não tem interesse, pois sua base é a autonomia e a autodeterminação das gentes do Campo.

O resultado dessas contradições é antes o aprofundamento do que a atenuação dos desenvolvimentos geográficos desiguais em suas dimensões tanto políticas como econômicas. (...) E a concentração de recursos, principalmente públicos no espaço produz um espiral de desigualdades geográficas em todas as escalas. E tudo isso no interesse da preservação das fontes político-econômicas do poder do Estado que garantem o funcionamento dos livres mercados. Os paradoxos e contradições se evidenciam em toda parte. Mas a retórica utópica da liberdade de escolha, de ação e de mercado as oculta com tamanha eficácia que com frequência temos dificuldades para articular o padrão oculto de colaborações forçadas que em outros aspectos salta de modo tão flagrante aos nossos olhos. (HARVEY, 2015, p.238).

Para ilustrar essa questão das “alternativas” que não contribuem para o protagonismo dos/as Agricultores/as na região, não faltam exemplos na região, desde projetos de criação de avestruz, plantio do Girassol, do Tungue e da produção do biodiesel (Santa Cruz do Sul), passando pela criação de coelhos (Venâncio Aires), além de sistema integrados de hortaliças, como foi o caso dos brócolis (Vale do Sol), tantos outros em que, numa relação de empresas integradoras, mais poder público e agricultores/as dispostos a investir em “diversificação da produção”, acabaram por implantar esses projetos “grandiosos” que prometiam “lucros acima da média”, que

não se confirmaram, deixando um rastro de descrédito em relação ao poder público, endividamento dos/as agricultores/as que investiram o seu dinheiro, ganhando apenas a empresa que vendeu seus “pacotes tecnológicos”, sumindo logo em seguida.

2.2 Estado Brasileiro e Agrotóxicos: Uma combinação perigosa para a sociedade.

Essa temática dos agrotóxicos e suas implicações, vem demandando uma agenda comum entre Campo e cidade, estreitando essa relação, tratada em muitos casos como uma questão dicotômica. Questão essa que vem sendo um dos eixos da Agroecologia, devido à compreensão de interdependência entre esses dois espaços específicos. Portanto, trata-se aqui de uma forma/maneira de resistência enquanto produção orgânica e Agroecologia, a partir da junção de pessoas que, por vários motivos e há tantos anos, vem praticando uma agropecuária familiar que não dialoga com os “pacotes tecnológicos” excludentes e que fazem uma Agricultura Familiar ou parte dessa atividade por fora da produção integrada, buscando alternativas, em geral coletivas para ganhar a vida, muitas vezes ou em tantas outras para produzir o seu próprio alimento. Isso num território tão marcado pela fumicultura e demais SIPs tem um caráter resistente, sem sombra de dúvidas.

A resistência exprime-se, necessariamente, de forma coletiva. Nesse movimento, introduz outro critério importante, o da consciência.; no movimento de revolta, o sentimento individual toma consciência de que é um sentimento coletivo, levando o revoltado a afirmar: “eu me revolto, logo nós somos”. Ou seja, só há resistência coletiva, jamais como expressão individual (...) a resistência implica ainda o ataque ao poder do ocupante (...) a resistência seria então, a fase avançada de uma oposição social e política que teve sucesso em se organizar e fixar objetivos (...). Resistir é tentar conservar o que o agressor quer mudar. Mas também é ruptura, é agir contra, é atacar a ordem política do ocupante”. (SÉMELIN, 1994, p.60. Apud ROLLEMBERG, 2015 p.84-85).

Se é verdade que a Agricultura Familiar Camponesa tem se consolidado no país pela questão da produção de alimento, há nesse debate, uma questão também central: Como foi e como está sendo produzido o alimento? Qual a incidência de agrotóxicos no alimento? E quais os riscos para a saúde humana em consumir esse alimento? Esse debate vem se fazendo presente, de forma crescente, no “seio” dos movimentos sociais e entidades que trabalham com a Agricultura Familiar, bem como entidades das mais diversas matrizes, pelo forte apelo social e abrangência dessa temática, gerando a cada dia mais pesquisas no campo da saúde pública em função da relação de agrotóxicos e câncer, bem como pesquisas relacionadas às questões

ambientais como a contaminação das águas e tantos outros temas que colocam em evidência e denunciam o uso de agrotóxicos, especialmente na produção de alimentos, o que dá contornos dramáticos a essa situação, agravada ainda pelo avanço desenfreado da transgenia na agropecuária brasileira.

Um estudo coordenado por pesquisadores da Universidade da Califórnia, Berkeley e os 'Friends of the Earth', rastreou elevados níveis de pesticidas na urina de todos os integrantes de quatro famílias dos EUA que participaram voluntariamente da pesquisa. Durante duas semanas consecutivas, os pesquisadores analisaram amostras das urinas que foram testadas para pesticidas e para metabólitos (produtos derivados do metabolismo químico a partir dos pesticidas químicos). (...). Na primeira semana, as famílias consumiram alimentos típicos de suas respectivas dietas, da agricultura convencional (não-orgânicos). Na semana seguinte, eles comeram apenas orgânicos. Os resultados surpreenderam até mesmo os pesquisadores: dos 14 químicos testados na urina, todos os membros das famílias tiveram níveis detectáveis. Após seguirem a dieta orgânica, esses níveis caíram drasticamente. Os níveis de todos os químicos testados declinaram mais que pela metade, em média. Níveis detectáveis para o pesticida malathion (inseticida sintético) – relacionado como cancerígeno segundo a OMS – decresceu 95% com a dieta orgânica. Dentre os pesticidas encontrados neste estudo, o Malathion é apenas um do grupo chamado de organofosfatos, que é centro de uma grande preocupação dos especialistas em saúde pública devido aos impactos no desenvolvimento cerebral infantil. Criados como 'agentes nervosos' para serem usados na Segunda Guerra Mundial, os organofosfatos têm sido relacionados com o aumento das taxas de autismo, dificuldades de aprendizagem e redução do QI em crianças. (Globo Rural, 2019).

Situação esta que vem ganhando a atenção na mídia brasileira, sempre tão permissiva com o “mundo do agrotóxico” em função de polpudas campanhas publicitárias do setor, que repercutem pesquisas, programas, entrevistas que vêm apontando a gravidade da contaminação de alimentos e da água, consumidos massivamente pela população, bem como a relação Estado - Agrotóxicos, que no Brasil acaba sendo escandalosa, como aponta o Greenpeace, uma ONG referência na temática ambiental no mundo, em estudo divulgado nesse fim de semestre de 2019, que retrocedemos em dados, abrangendo os últimos 10 anos no Brasil, conforme ilustramos na imagem a seguir, na Figura 11.

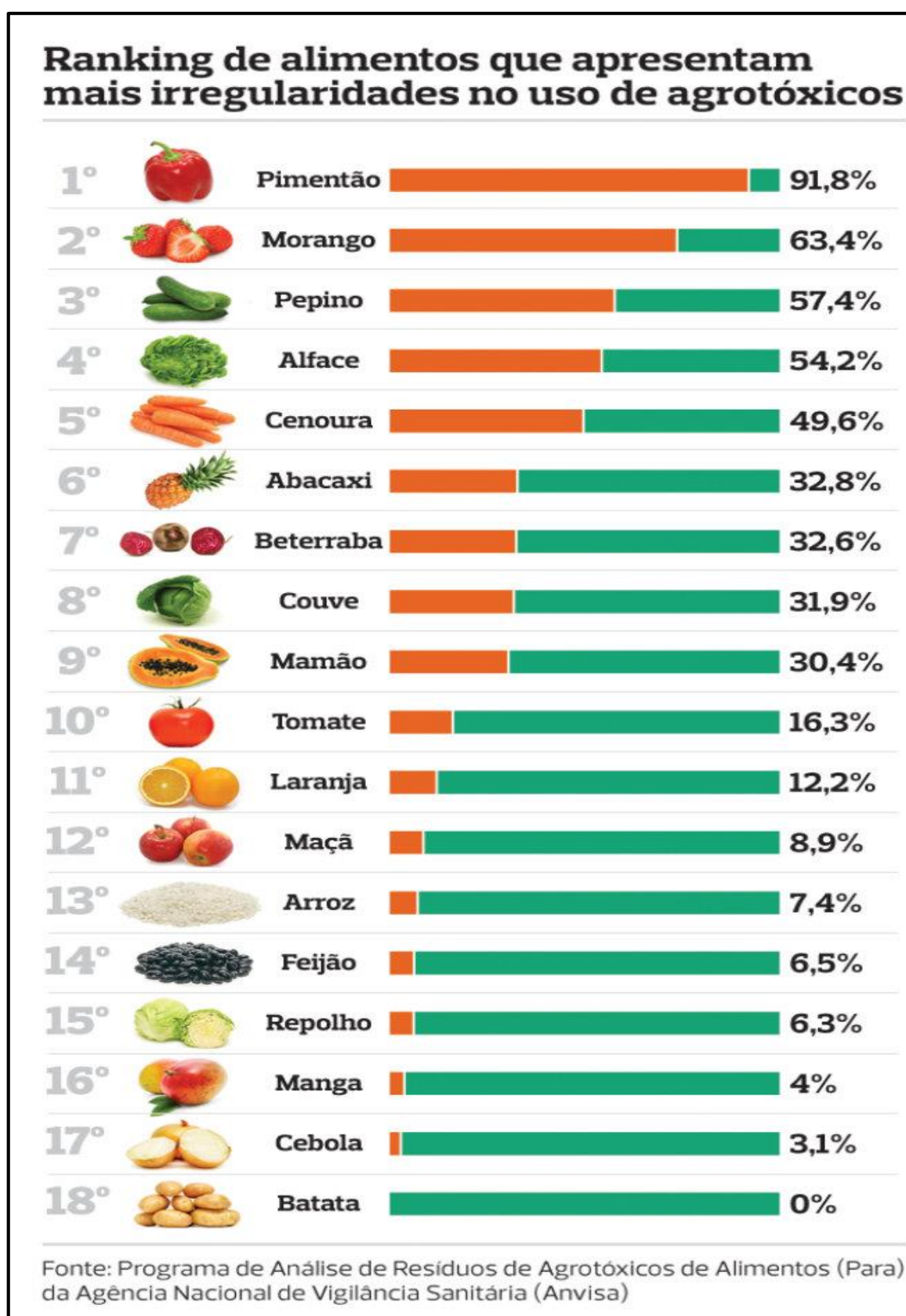
Figura 11 - A relação Estado – Agrotóxico.



Fonte: Greenpeace, 2019. Adaptado pelo autor.

Essa questão já vem a tempo preocupando também os órgãos públicos, especialmente os ligados à saúde, pois a qualidade (ou não) da alimentação dos brasileiros têm relação direta com a saúde dos mesmos. Assim, são de extrema relevância social, estudos como o do PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos), da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), do Ministério da Saúde, que denuncia que o resíduo de agrotóxicos nos alimentos é alarmante. No ano de 2010, o programa monitorou os resíduos de agrotóxicos em 18 culturas agrícolas, com amostras coletadas em 25 estados do Brasil e no DF, cujos resultados que são apresentados a seguir, ganharam ampla repercussão em função de apresentarem resultados desastrosos para a saúde pública, tal o nível de contaminação desses alimentos, conforme mostra a Figura 12, a seguir.

Figura 12 - Ranking de alimentos que apresentam mais irregularidades no uso de agrotóxicos.



Fonte: Revista Globo Rural, 2011.

Portanto, a questão dos alimentos contaminados que chega à mesa dos brasileiros, está diretamente ligada à forma de produção desses alimentos. Por isso ganha a cada dia mais força no país, o debate da produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e de adubações sintéticas. Por isso, a Agroecologia vem sendo uma espécie de “bandeira/pauta/agenda” comum dos movimentos sociais hoje no Brasil, inclusive os de matrizes urbanas. Justamente pelo entendimento na necessidade de haver uma contraposição a uma lógica homogeneizante do agronegócio no Brasil e na América Latina e todas as consequências que essa forma de fazer agropecuária provoca no seu entorno, seja na natureza diretamente ou na vida das pessoas.

O modelo produtivista do agronegócio brasileiro apresenta excelentes perspectivas e está recebendo amplo apoio do atual governo, assim como recebeu de governos anteriores. As consequências sociais e ambientais da expansão desenfreada dos cultivos de grãos nas áreas do cerrado, do deslocamento da pecuária em direção às áreas de matas e da grande expansão das lavouras de cana-de-açúcar, são nefastas no que diz respeito ao meio ambiente e à exclusão social. (HESPANHOL, 2013. p.63).

Assim, a qualidade do alimento que é servido todos os dias nas mesas dos brasileiros, vem fazendo esse debate se avolumar. E aí a Agroecologia ganha força, porque não debate apenas a forma de produzir o alimento, mas sim o contexto das condições de produção dos agricultores, os custos (financeiros e energéticos) dessa produção, a precificação e o acesso da população a esse alimento. Dessa forma, o debate agroecológico se abre em diversas frentes de reflexão, fomentando o debate em torno da construção de uma nova epistemologia, para pensar o desenvolvimento do Campo brasileiro e mundial. Embora haja um grande desafio pela frente na construção dessa nova possibilidade de pensarmos as pesquisas, práticas e vivências em Agroecologia, dado a nossa dependência do modelo moderno-industrial-urbano que orienta não só a Agropecuária, como a noção de desenvolvimento, progresso e ciência que acessamos.

Outra dificuldade na pesquisa em agroecologia é a articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes cotidianos. É que estes conhecimentos não ocorrem num vazio, eles são construídos, apropriados e circulam entre pessoas, entre atores sociais que tiveram ou têm trajetórias, histórias de vida e cultura que, se não são antagônicas, pelo menos não são assim tão interativas como esta articulação exige. Resolver isso não é coisa assim tão fácil que se consiga com mera idealização. Na verdade, existem disputas por “campos” de conhecimento e por práticas sociais. O diálogo de saberes não ocorrerá se não ocorrer o necessário “diálogo de e entre as pessoas”. E não se trata de tentar construir o diálogo entre pessoas que professam “paradigmas” diferentes, mas de articular grupos que às vezes tem até a mesma visão de mundo e a mesma concepção sobre desenvolvimento, formatos tecnológicos, etc., mas que simplesmente têm dificuldades

históricas de trabalhar de forma articulada e em parceria. (COSTA GOMES, 2002, p.05)

Estamos, nesse caso, corroborando a perspectiva de que a Agroecologia é mais que pensar a produção de alimentos saudáveis, há uma premissa epistemológica nessa leitura de mundo. Uma obra paradigmática nesse sentido é a de Miguel Altieri (1987): “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”. Nela, esse importante autor norte americano traz uma série de reflexões nessa perspectiva que entende a produção de alimentos muito além do campo técnico-agronômico, incorporando nesse debate elementos socioculturais, fundamentais para embasar esse conceito. Assim, a Agroecologia vem conquistando espaços numa série de dimensões diferentes, como aponta o estudioso francês Alexandre Wezel, num esforço muito rico em que aponta as dimensões que a Agroecologia propõe, como ciência, como movimento e como prática, contemplando dimensões que permitem pensarmos nessa perspectiva enquanto um novo paradigma científico, de desenvolvimento e arranjo da sociedade, dada a robustez dessa compreensão (Wezel, 2009).

Wezel e o termo Agroecologia e seus três usos. A agroecologia como ciência - Atualmente, as definições de agroecologia dadas por C. Francis e colegas e S. Gliessman vão além da escala espacial concreta da lavoura e da “unidade de produção agrícola” [farm] e a expandem para as dimensões do sistema alimentar completo. Esta dimensão requer abordagens e métodos multidisciplinares e transdisciplinares, para incluir o estudo dos sistemas de produção de alimentos, processamento e comercialização, decisões econômicas e políticas e hábitos de consumo na sociedade. (...) Uma das definições mais amplas, há pouco mencionada, foi fornecida por C. Francis e colegas (entre os quais S. Gliessman e M. Altieri) que veem a agroecologia como “o estudo integrativo da ecologia de todos os sistemas alimentares, abrangendo dimensões ecológicas, econômicas e sociais”, ou mais simplesmente “a ecologia dos sistemas alimentares”. **A agroecologia como movimento** - Alexander Wezel e colaboradores iniciam este item perguntando: o que é um movimento agroecológico? Para ponderar em seguida: até agora, não é possível responder claramente a essa pergunta, dada a variedade desses movimentos. Um movimento agroecológico poderia ser um grupo de agricultores que trabalha para a segurança, a soberania e a autonomia alimentares. Ou poderia ser um movimento mais político da população local para o desenvolvimento rural, como no Brasil. Ou poderia ser um movimento de grupo de agricultores para expandir a agricultura alternativa através de parcerias sociais para responder melhor aos desafios ecológicos e ambientais em sistemas de produção agrícola relativamente especializados, (...) **A agroecologia como prática.** Considera-se, segundo os autores, que uma prática agroecológica é aquela que não é ecologicamente prejudicial, embora isso possa não estar cientificamente fundamentado. De novo, a falta de definição precisa ou de descrição do que sejam práticas agroecológicas é vista como uma fraqueza. E eles destacam que se soma mais à confusão quando, em alguns casos, sequer os problemas ambientais que as práticas devem resolver são esclarecidos. (SCHMIDT, 2018, p. 122-127)

A dimensão da Agroecologia está na compreensão do entorno da produção e da vida do Campo da Agricultura Familiar Camponesa, na perspectiva de uma produção autônoma e fora ou pelo menos não totalmente submetida a lógica industrial em que a agropecuária está inserida, pela ótica do agronegócio. Na perspectiva agroecológica, a interação do sujeito com seu meio é essencial, pois vai exprimir uma forma de interpretar e se posicionar no mundo. Justo aí a dimensão de ciência, propositora de uma epistemologia, faz hoje da Agroecologia, algo maior do que meramente a produção de alimentos sem agrotóxicos.

A Agroecologia vai muito além de simplesmente substituir na agricultura insumos sintéticos por insumos orgânicos. Agroecologia é uma postura de vida, junto com ela vem uma mudança da estrutura da sociedade, do sistema, porque defende a vida e o Planeta. Defende a produção limpa de alimentos saudáveis, não simplifica os agroecossistemas, respeita a complexidade da natureza. E vai contra esse modelo de exploração, de consumismo e destruidor da vida. Sem Agroecologia não é possível uma sociedade diferente. (DUTRA, 2011, 01).

A dimensão produtiva, dialogando com a social, baseada em saberes tradicionais aliados a estudos de base científica, propõe a construção, na perspectiva Agroecológica, de um novo paradigma para o Campo brasileiro, manifesto na resistência ao agronegócio e no rechaço à subordinação da Agricultura Familiar Camponesa aos grandes complexos de beneficiamento da produção primária, conhecidos como os sistemas integrados de produção (SIP).

Ademais, como ciência integradora, a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico, o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. (CAPORAL et al, 2011, p. 46).

Trata-se, portanto, de uma lógica integradora da Agropecuária Familiar Camponesa com o meio em que está inserida, preocupada com a preservação da natureza e com a produção de alimentos livres de agrotóxico e saudáveis. Eis a dimensão revolucionária, no sentido de propor um novo paradigma de desenvolvimento embasado numa profunda alteridade que a Agroecologia assume nesse contexto, quando provoca inicialmente e depois se constitui junto aos/as

Agricultores/as Familiares essa tomada de consciência de que a vida, especialmente a dos/as próprios/as, vale mais do que o lucro a qualquer preço.

Essa dimensão ética de ofertar alimentos seguros as outras pessoas, coloca a Agroecologia como centro de agenda para a humanidade atualmente. Conforme prevê a Agenda 2030 da ONU, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que mantém diálogo em absoluto com o paradigma agroecológico. E essa tomada de consciência vai se dando na interação desses sujeitos, na sua coletividade. Por isso, a Articulação ganha contorno de ser um “Espaço de Esperança”, porque nas suas ações, com as aproximações e o reconhecimento desses/as Agricultores/as como protagonistas de suas histórias, pelas socializações de vivências, de Práticas e de perspectivas comuns de vida, juntando seus saberes a cada feira de alimentos ou troca de sementes crioulas, seminários, oficinas, debates, promovendo a autoestima dos/as mesmos/as, que passam a se entender como pessoas que têm muito a contribuir na sociedade e principalmente com os/as mais novos/as.

Depois de alguns momentos de bom debate com um grupo de camponeses o silêncio caiu sobre nós e nos envolveu a todos. O discurso de um deles foi o mesmo. A tradução exata do discurso do camponês chileno que ouvira naquele fim de tarde.

- Muito bem – disse eu a eles. – Eu sei. Vocês não sabem. Mas por que vocês não sabem?

Aceitando o seu discurso, preparei o terreno para minha intervenção. A vivacidade brilhava em todos. De repente a curiosidade se acendeu. A resposta não tardou.

- O senhor sabe porque é doutor.

- Exato, eu sou doutor. Vocês não. Mas, por que eu sou doutor e vocês não? Porque foi a escola, tem leitura, tem estudo e nós, não. – E por que fui a escola?

- Por que seu pai pôde mandar o senhor na escola. O nosso, não.

- E por que o pai de vocês não pode mandar vocês à escola?

- Porque eram camponeses como nós.

- E o que é ser camponês?

- É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem direitos, sem esperança de um dia melhor.

- E porque ao camponês falta tudo isso?

- Porque Deus quer.

- E quem é Deus.

- É o pai de todos.

- E quem é pai aqui nessa reunião?

Quase todos de mão pra cima, disseram que o eram.

Olhando o grupo todo em silêncio, me fixei num deles e lhe perguntei: - Quantos filhos você tem?

- Três.

- Vocês seriam capaz de sacrificar dois deles, submetendo-os a sofrimentos para que o terceiro estudasse, com vida boa, no Recife? Você seria capaz de amar assim?

- Não!

- Se vovê -disse eu- , homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça desta, como é possível entender que Deus o faça? Será mesmo que Deus é capaz de fazer dessas coisas?

Um silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio no qual algo começava a ser partejado. Em seguida:

- Não. Não é Deus a fazer disso tudo. É o patrão. (FREIRE, 1992, p. 25-26)

Nessa mesma perspectiva, a Agroecologia significa muito além de uma mera produção orgânica de alimentos, porque há um diálogo permanente e fundante com o seu entorno produtivo e de vivência, pois como bem expressou o engenheiro Agrônomo do CAPA, Sighard Hermany, no alto das suas quase quatro décadas trabalhando com assessoria a Agricultores/as Familiares Camponeses/as e a movimento sociais, na reunião de início das atividades da AAVRP, na sede da UERGS/SCS, no dia 12/02/2019: “O agroecologista é um pacifista porque é orientado antes de mais nada pelo princípio da vida. Já os “veneneiros” em geral são agressivos, porque se orientam geralmente inconscientemente pelo princípio do extermínio, da morte representado pelo agrotóxico”. (HERMANY, 2019). Trata-se de uma constatação de quem ter relação direta com a construção da Agroecologia na região e quem vem alertando há décadas sobre o uso desenfreado de agrotóxicos no Campo da região. Por isso pesquisas como a da Agência Pública, veiculada ainda em abril desse ano de 2019, não causam surpresa nenhuma a quem vem há anos denunciando essa situação e apontando na Agroecologia a saída para tratarmos da nossa saúde pela alimentação, por exemplo.

Entre os agrotóxicos encontrados em mais de 80% dos testes, há cinco classificados como “prováveis cancerígenos” pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e seis apontados pela União Europeia como causadores de disfunções endócrinas, o que gera diversos problemas à saúde, como a puberdade precoce. Do total de 27 pesticidas na água dos brasileiros, 21 estão proibidos na União Europeia devido aos riscos que oferecem à saúde e ao meio ambiente (...) “Os números revelam que a contaminação da água está aumentando a passos largos e constantes. Em 2014, 75% dos testes detectaram agrotóxicos. Subiu para 84% em 2015 e foi para 88% em 2016, chegando a 92% em 2017. Nesse ritmo, em alguns anos, pode ficar difícil encontrar água sem agrotóxico nas torneiras do país. (Agência Pública, 15/04/2019).

Essa observação tem uma carga de sentidos que vale a pena refletirmos sobre a sua dimensão mais profunda, que é a relação com a terra e tudo que a cerca, desses Agricultores/as. E aqui não há nem demonização e muito menos santificação desses perfis, pois entendemos essas construções sociais desses sujeitos num sentido mais amplo e geral, de mais de um século de Sistema Integrado de Produção, demandando um saber fazer agrícola de gerações inteiras.

Portanto, trata-se de choque entre olhares muito distintos da sua condição de Agricultores Familiares Camponeses, pois o primeiro tem na sua produção sem

qualquer agrotóxico, uma relação profundamente ética e de alteridade com essa produção, pois quem for consumir esse alimento está inuma condição para além de um mero consumidor. Já na segunda realidade, a qualidade desse alimento não entra na questão central de quem o produz, pois, baseado nas orientações agronômicas, acredita que aquele alimento produzido está livre de resíduos e contaminantes de agrotóxicos, ou até mesmo que haja níveis seguros de consumo desses resíduos, mesmo pesquisas e informações vastas dando mostras de que as coisas não são bem assim.

O argumento de que os estudos científicos garantem níveis toleráveis de resíduos nos alimentos é tão enganador quanto perigoso, na medida que ignora o fato das análises isoladas desprezarem que, nos organismos consumidores, os diversos venenos, presentes nos diferentes alimentos, se somam e interagem implicando em sinergias que não são avaliadas nos estudos prévios. Além disso, os indivíduos são diferentes. As fragilidades e susceptibilidades são distintas em famílias com diferentes históricos de câncer, de debilidade hepática, nefrológica, neurológica, etc. E ademais, os agroquímicos agem como disruptores endócrinos ativando, antecipando, alterando rotas metabólicas com efeitos de longo prazo, tanto mais relevantes quanto mais jovens forem os organismos afetados. Enfim, o verdadeiro experimento está ocorrendo no mundo real. Nossos filhos são as cobaias. E pouco sabemos sobre o que está acontecendo pois apenas um caso de intoxicação, em cada 50 eventos ocorridos, é percebido pelo sistema de saúde. Para completar, os impactos difusos e de longo prazo não são detectados nas avaliações de risco que, mesmo dentro de suas limitações, merecem desconfiança. (MELGAREJO, 02, 2016).

Nesse caso, Hermany chama a atenção para a dimensão da preocupação desses agricultores orgânicos e ecológicos com quem vai se alimentar da sua produção, atestando a estes uma procedência própria de quem consome o próprio alimento que produz pra venda e não se constitui num sujeito que vende o alimento produzido na lavoura comercial de maneira convencional a base de agrotóxicos, mas alimenta a sua família da horta familiar, produzida sem nenhum tipo de agrotóxico e, muitas vezes, sem adubação sintética e outra aplicando a adubação clássica de NPK, que acaba por contaminar não só o solo, mas os alimentos e também a água que consumimos, como é o caso dos dados que organizamos acerca da água que chega as torneiras de tantos município do Vale do Rio Paro, neste caso como aponta a Figura 13, em seguida.

É um absurdo esse problema ficar invisível no monitoramento da água e não haver ações para controlá-lo (...)“Se detectar diversos agrotóxicos, mas cada um abaixo do seu limite individual, a água será considerada potável no Brasil. Mas a mesma água seria proibida na França (...). Alguns filtros são capazes de tirar alguns tipos de agrotóxicos, mas não há um que dê conta de todos esses. A água mineral vem de outras fontes, mas que são alimentadas pela água que corre na superfície, então eventualmente também serão contaminadas(...) essa diferença só pode se dar por dois motivos. Ou porque

nossa sociedade é mais forte, somos seres mais resistentes aos agrotóxicos. Ou mais tola, porque estamos sendo ingênuos quanto aos riscos que corremos. (MELGAREJO, 2019).

Conforme aponta a figura a seguir que produzimos, para dar uma ideia geral da gravidade dessa situação, pois dos 27 contaminantes encontrado na água brasileira, 10 destes são agrotóxicos associados a doenças crônicas como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos, o que deixa as pessoas muito preocupadas com o que estão se alimentos, a partir do momento que têm essas informações, afinal é a sua saúde dos seus entes mais próximos que estão sob risco de contaminação iminente, conforme mostramos na Figura 13, vinculado às redes da AAVRP.

Figura 13 - Agrotóxicos encontrados na água, no Vale do Rio Pardo.

AGROTÓXICOS encontrados na água de alguns municípios do VRP Com a exceção da Atrazina, encontrada acima do limite em um município, os demais contaminantes estão dentro do “aceitável” pela legislação brasileira, estando a água própria para o consumo humano.		
1. ALACLOR	10. PERMETRINA	19. PROFENOFÓS
2. ATRAZINA	11. ALDRIN	20. TEBUCONAZOL
3. CARBENDANZIN	12. CARBOFURANO	21. TERBUFÓS
4. DIURION	13. CLORPIRIFÓS	22. ALDICARBE
5. DDT+DDD+DDE	14. ENDRIN	23. 2.4.D+2.4.5.T
6. GLIFOSATO	15. METAMIDOFÓS	24. ENDOSSULFLAN
7. LINDANO	16. METOLACLORO	25. PENDIMENTALINA
8. MANCOZEBE	17. MOLINATO	26. SIMAZINA
9. TRIFLURALINA	18. PARATIONA METILICA	27. CLORDANO
* Num total de 8 municípios amostrados, numa população de 338.917 habitantes.		
		
Agrotóxicos associados/as a doenças crônicas como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos		
Fonte: https://apublica.org/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios-consulte-o-seu/		

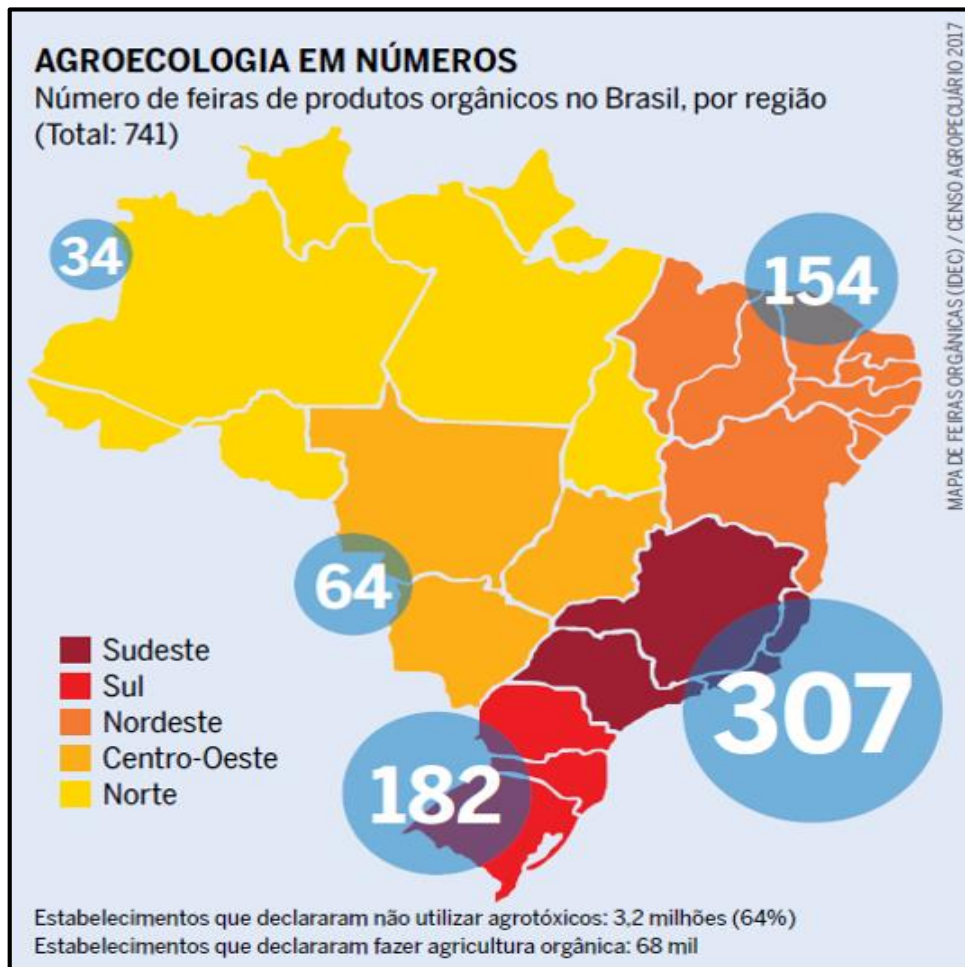
Fonte: Adaptado pelo autor. Agência Pública, 2019.

Aqui está a Agroecologia na sua dimensão mais essencial, da preocupação e valorização do outro, nas suas possibilidades. Da sua importância enquanto sujeito e da importância das relações que vão se constituir a partir daquela troca comercial, da venda de alimentos. Sem falar na preocupação ambiental, pois o agricultor/a agroecológico depende direta e exclusivamente do equilíbrio do seu ambiente para assim produzir alimentos saudáveis. Portanto, a qualidade da água interessa, o

cuidado com as águas - arroios, rios, açudes – são imprescindíveis para sua produção, bem como com as matas e animais silvestres que nelas vivem, pois, a cadeia alimentar se regula estando em equilíbrio e assim, as técnicas de produção orgânicas e agroecológicas surtem efeitos e possibilitam essa agricultura e esse modo de vida acontecer. E esse movimento já ganha corpo com tantas experiências, entidades e organizações trabalhando Brasil afora, fortalecendo esse processo coletivo que a Agroecologia demanda.

Logo em seguida trazemos uma imagem de 2018 que dá uma ideia do quanto estamos avançando nesse debate da oferta dos alimentos orgânicos e de base Agroecológica Brasil afora, pois nessa compilação de dados, chegamos a 741 feiras de produtos orgânicos no Brasil, o que por si só já é um excelente número, porém, há feiras que ainda não entram na contabilidade geral, pois estão em fase de experimentação, por exemplo – portanto os números a seguir são subestimados, porque felizmente o movimento agroecológico vem ganhando a cada dia mais força, graças ao esforço coletivo da pessoas e entidades que promovem a Agroecologia. Mas esforços como o que trazemos na Figura 14, em frente, são muito importantes para a visibilidade da Agroecologia no Brasil.

Figura 14 - Agroecologia em números pelo Brasil.



Fonte: Atlas do Agronegócio, 2018.

Assim fica nítido pelos números como a Figura anterior mostra, que estamos vivendo uma tendência crescente no Brasil, a demanda e opção que a população vem fazendo pelos alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, com a procedência da feira, pelo contato direto que ela propicia. Desta forma, são quase mil feiras orgânicas catalogadas, isso sem falar nas que não estão nesse cômputo, assim como aqueles agricultores/as que constituem seu mercado vendendo diretamente para os consumidores, tendo uma clientela fidelizada que absorve toda sua produção, não tendo produto para a feira, pois há um comércio informal muitas vezes com a vizinhança, que também acaba absorvendo uma parte significativa desses alimentos orgânicos produzidos no país.

Faturamento do mercado de orgânicos cresceu 20% em 2018. O segmento tem ganhado espaço no Brasil, aumentando sua área em 204 mil hectares nos últimos dez anos, totalizando 1,1 milhão de hectares. O mercado brasileiro de orgânicos faturou no ano passado R\$ 4 bilhões, resultado 20% maior do que o registrado em 2017, informa o Ministério da Agricultura. Os dados são do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), que reúne cerca de 60 empresas do setor. O Brasil é apontado na

pesquisa como líder desse mercado da América Latina. Contudo, quando se leva em consideração a extensão de terra destinada à agricultura orgânica, o país fica em terceiro lugar na região, depois da Argentina e do Uruguai, e em 12º no mundo. (Canal Rural, 2019).

Figura 15 - Alimento Agroecológico no seu contexto.



Fonte: BALLIVIÁN, PANDOLFO, 2018, p.09.

Esse circuito de comercialização e tudo que envolve esse processo junto aos alimentos orgânicos, é de maior interesse à Agricultura Familiar Camponesa que produz alimentos orgânicos, pois esse circuito curto, tira da relação comercial o “atravessador” – ou seja, aquele que compra o produto do/a agricultor/a e vende no mercado, fazendo com que os principais sujeitos nessa relação ganhem mais. Nesse caso, os/as agricultores/as podem vender seu produto por um preço melhor, ganhando mais assim, e o consumidor paga menos pelo produto que compraria do atravessador, poupando dinheiro e podendo levar mais produtos, aumentando seu consumo.

Esse circuito curto faz da produção de alimentos saudáveis, uma excelente oportunidade de geração de renda aos agricultores/as e uma importante economia para os/as consumidores. Assim, a Agroecologia como paradigma de

desenvolvimento, traz consigo uma lógica de produção de um novo espaço, recorrendo à premissa territorial, que compreende seus vários sujeitos, como protagonistas das suas próprias histórias, com autonomia e se fazendo valer da coletividade onde estes/as estão inseridos/as, como aponta a Figura 15, anteriormente.

O direito de produzir espaço ultrapassa em muito a capacidade de circular de um mundo espacialmente estruturado pré-organizado. Significa, além disso, o direito de reconstruir relações espaciais (formas, recursos de comunicação e regras territoriais) de maneiras que transformem o espaço de arcabouço absoluto de ação num aspecto mais maleável e relativo da vida social. (HARVEY, 2014, p.329).

Nesse caso, a Agroecologia se coloca numa condição de produção de protagonismos entre as pessoas envolvidas nesse processo de feiras e comercialização direta de alimentos, pois há uma sucessão de estímulos muito importantes, desde a lavoura, passando pela comercialização, até o consumo final. Assim, a geração de múltiplas confianças entre os sujeitos, que vai desde as condições de produção dos alimentos, da exigência de procedência dos mesmos por parte dos/as consumidores/as, da negociação de preço final por haver uma relação direta, com um ganho ainda maior quando esses sujeitos envolvidos relacionam em discussões o alimento produzido com os ganhos ambientais da não utilização de adubação sintética e agrotóxicos na produção desses alimentos. Estando aí o grande ganho da Agroecologia, estimular que as pessoas dialoguem muito além da produção alimentos, e com isso, possam pensar as relações produtivas que as envolvem no mundo atual, debate que suscitará outros temas importantes, como por exemplo, a gestão de resíduos sólidos, a conservação ambiental, a qualidade da água, do ar, do solo, enfim.

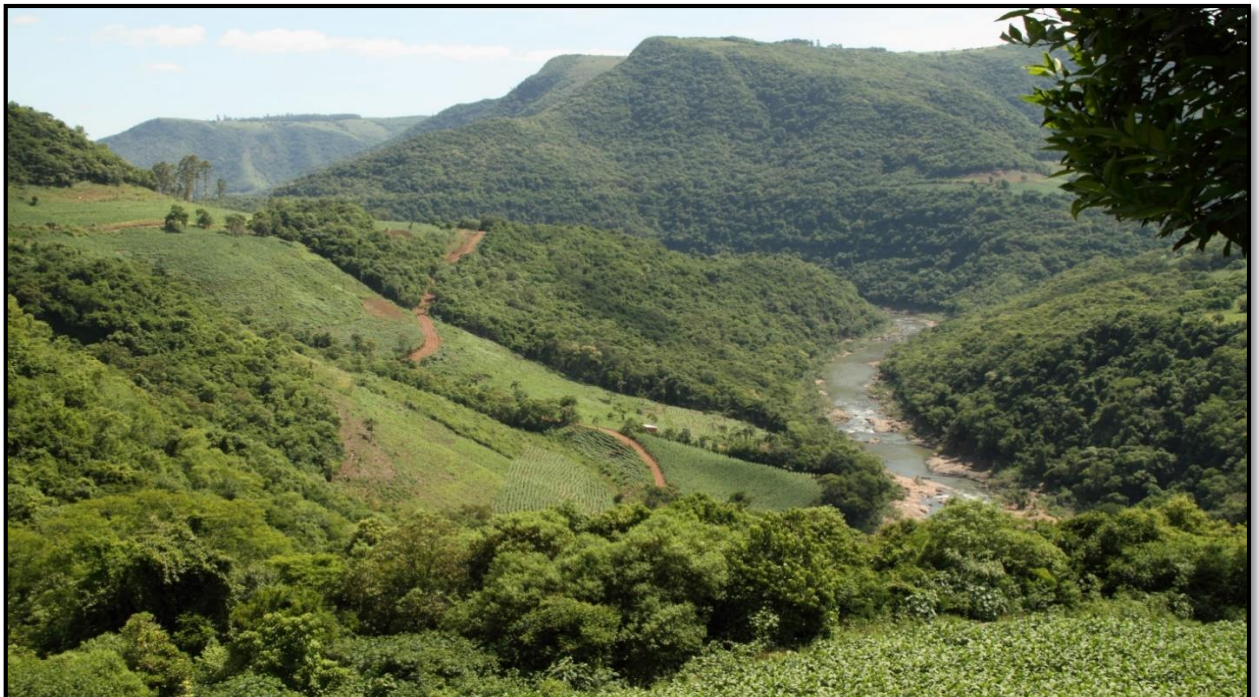
3 VALE DO RIO PARDO: UMA REGIÃO DO TABACO?

Canção da Terra

Pedro Munhoz

Tudo aconteceu num certo dia
Hora de ave maria o universo vi gerar
No princípio o verbo se fez fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome o lugar
Era terra, terra
E fez, o criador, a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela terra, terra
Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À terra, terra
Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À terra, terra.

Figura 16 - O Rio Pardo na serra de Herveiras e Passa Sete.



Fonte: ATURVARP, 2018.

3.1 Um Vale com Tabaco, mas muito além da Fumicultura.

Assim, na confluência dessas necessidades, de uma produção agropecuária comprometida com o meio onde está inserida e da articulação de sujeitos e entidades que pensam e orientam as suas práticas junto à Agricultura Familiar na perspectiva da Agroecologia, foi criada a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP), em outubro de 2013, após esse grupo participar de atividades promovidas pela vizinha Articulação em Agroecologia do Vale do Taquari (AAVT), existente desde 2008, numa rede de entidades que trabalham com produção orgânica e de base agroecológica naquela região²².

No Vale do Rio Pardo, a AAVRP vem se constituindo numa nova entidade na região, unindo um conjunto de entidades que a compõem. Uma articulação criada no “coração” da fumicultura brasileira, em que o sistema integrado do tabaco se instalou em 1917, com a transferência da Souza Cruz, na época já pertencente à British American Tobacco - BAT, processo que se intensifica a partir da década de 1960, com a venda das demais empresas do setor, de capital regional, a empresas estrangeiras, tornando o Vale do Rio Pardo, pelo seu histórico produtivo, uma referência mundial na produção de tabaco, sendo a principal região do mundo em produção de tabaco em folha e também no beneficiamento da matéria-prima para a produção de cigarros.

A escolha dessa região para a realização de novos investimentos multinacionais no âmbito da produção e do processamento industrial do tabaco pelo capital internacional é justificada nesse contexto, por seus atributos territoriais, como: as condições ambientais diferenciadas favoráveis ao cultivo das principais variedades de sementes de tabaco, o conhecimento tácito, entre os agricultores, do cultivo do tabaco; a elevada qualidade e o baixo custo de produção do tabaco brasileiro decorrente do emprego da mão-de-obra familiar; o crescente aperfeiçoamento tecnológico do seu modo de produção e de processamento; a intensa regulação das relações de produção através do sistema integrado de produção. (SILVEIRA e DORNELLES, 2013, p. 13).

²² A Articulação de Agroecologia do Vale do Taquari (AAVT) é uma rede de entidades que apoia a agroecologia na região. São entidades de representação dos produtores, institutos de pesquisas e ensino e organizações de apoio aos agricultores e consumidores. Atualmente é formada pelas seguintes entidades: Associação Agroindustrial de Forquetinha - Agroflor, Associação de Mulheres Colinenses, Associação Ecobé, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, Comissão Pastoral da Terra, EMATER/RS/ASCAR, Grupo de Produtores Ecologistas Forqueta, Secretaria de Agricultura de Arroio do Meio, Secretaria de Agricultura de Colinas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Meio, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colinas, UERGS e UNIVATES. (AAVT, 2018). E contatar a coordenação da AAVT pelo endereço eletrônico - E-mail da AAVT: aavtvaledotaquari@gmail.com

Atualmente, o complexo transnacional do tabaco instalado na região, é composto por um conjunto de várias empresas fumageiras, sendo que todas operam com tabaco em folha e algumas produzem cigarros. E isso faz do Vale do Rio Pardo, um espaço diferenciado, pois consta nessa região fisicamente todo o complexo fumageiro instalado no Brasil, sendo a região (de)marcada por essa presença das empresas e todo seu conjunto constitutivo (Infraestrutura, executivos/as, empresas parceiras, trabalhadores/as...), gerando também uma dependência econômica em relação ao tabaco e todo seu circuito produtivo na região, o que é extremamente grave, pois o tabaco é uma cultura agrícola que, como qualquer outra, depende inexoravelmente dos conformes climáticos, o que deixa a região do Vale do Rio Pardo muito exposta econômica e socialmente a fatores aleatórios.

O Vale do Rio Pardo destaca-se com 19,92% de todo o tabaco em folha produzido no Brasil (no período de 2008 a 2012). [...]. No caso do Vale do Rio Pardo, pode-se destacar inicialmente a dependência econômica gerada por este sistema, na medida em que a economia dos municípios encontra-se amplamente alicerçada sobre a produção do tabaco. Prova disso é que a participação do tabaco no Valor Bruto da Produção agrícola dos municípios do Vale do Rio Pardo é, em média, de 61,5%. (GOMES, 2014, p.17).

Conforme aponta a figura 17, logo adiante, mostra o quanto a região é entrecortada e marcada pela presença física do complexo fumageiro, que hoje se resume basicamente a não mais que 15 empresas de maior expressão e todas associadas ao SINDITABACO – Sindicato Interestadual de Indústria do Tabaco, entidade importante na articulação e organização das empresas fumageiras no Vale do Rio Pardo, nos três estados do Sul e no Brasil como um todo. São elas: (Alliance One, ATC, Brasfumo, China Brasil, CTA, IBT, INTAB, JTI, Phillip Morris Brasil, Premium, Profigen, Souza Cruz, Marasca, Universal e UTC). Evidentemente não foi sempre assim, a estrutura geral dessa “disposição quase que natural da “região fumageira” do sul do país²³”, pois a cultura do tabaco também sofreu influência direta do capital estrangeiro, especialmente pós década de 1960, como a aponta o minucioso trabalho do historiador Andrius Noronha.

O processo de desenvolvimento da economia brasileira esteve associado ao capital exterior. Em Santa Cruz do Sul esse processo não foi diferente. O desmantelamento das empresas de capital local trouxe grande impacto no campo social e político para a comunidade. A política econômica do governo

²³ Para aprofundar na questão do “complexo fumageira” no Vale do Rio Pardo, com ênfase em Santa Cruz do Sul / RS, vale a leitura do trabalho minucioso do historiador Andrius Noronha, que segue em sua tese de doutorado os estudos que vinha fazendo já no mestrado, abordando a formação da elite industrial de Santa Cruz do Sul, fazendo um verdadeiro “raio x” dessa composição e, evidentemente passando pelo desenho inicial do setor fumageiro, da entrada de capital estrangeiro com compras de empresas locais, fusões, incorporações e tudo mais. (NORONHA, 2012).

federal com a implantação do Regime Militar foi um divisor de águas para a transformação da economia de Santa Cruz do Sul. Até os anos de 1960, a maioria das empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul era de capital local, e o desenvolvimento dessas empresas esteve associado à expansão do comércio local que lhes permitia autofinanciamento em função dos lucros que o tabaco proporcionava à região. O processo de modernização era projetado a longo prazo, e as melhorias produtivas normalmente eram trazidas pela BAT que, no período de 1918 até 1960, era a única empresa de capital estrangeiro instalada na região. A rápida penetração do capital estrangeiro na economia fumageira a partir de 1965, consolidou a hegemonia da indústria em relação à produção de tabaco, com grande capital introduziram uma nova relação de compra e venda do tabaco em detrimento dos comerciantes. Quando o setor fumageiro passou a ser eixo na produção agrícola de Santa Cruz do Sul os comerciantes e os caixeiros viajantes exerciam um poderoso papel de intermediário entre o agricultor e o industrial, sendo inclusive uma das maiores forças políticas de Santa Cruz do Sul. Quem provoca a ruptura é o capital estrangeiro com maior capacidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e passa, aos poucos, a substituir os caixeiros – viajantes, que era comum até a década de 1930. A introdução do sistema integrado de produção foi uma dessas estratégias que possibilitou o controle sobre o produtor. (NORONHA, 2006, p.119-120).

Assim, na safra 2017/2018, basicamente o tabaco produzido no Brasil foi destinado a essas 15 empresas que respondem hoje pela produção do tabaco brasileiro, tanto para consumo interno, bem como para exportação a todos os continentes do globo. Nesse ano, foi produzido tabaco em 289 mil hectares, por 150 mil produtores integrados a estas fumageiras. Um universo de aproximadamente 600 mil pessoas participa desse ciclo produtivo no meio rural (SINDITABACO, 2018), tendo ainda os trabalhadores urbanos, que trabalham com o tabaco em folha e também nas cigarreiras na área urbana, onde está situada grande maioria dessas empresas (a exceção entre elas é a Industrial Boettcher de Tabacos Ltda, empresa que se situa na comunidade de Alto Sinimbu, interior de Sinimbu/RS). A seguir, na Figura 17, as empresas do setor fumageiro associadas ao Sinditabaco.

Figura 17 - Empresas Fumageiras atuando no Brasil.



Fonte: SINDITABACO, 2018 - Organizado pelo autor.

Não por coincidência, o Vale do Rio Pardo vai se caracterizar durante o século XX, enquanto região como a “terra do tabaco”, tendo especialmente Santa Cruz nessa liderança, sendo conhecida no Brasil e também no exterior, pois todas as empresas se localizam com suas sedes na região, basicamente em Santa Cruz do Sul com sete empresas (ATC, JTi, Phillip Morris Brasil, Premium, Profigen, Souza Cruz e Universal), e também em Venâncio Aires, com seis fumageiras (Alliance One, Brasfumo, China Brasil, CTA, Marasca e UTC), tendo ainda em Vale do Sol uma empresa (INTAB) e por fim em Sinimbu também uma unidade (IBT), conforme listamos na Figura 18.

Figura 18 - Complexo Fumageiro do Brasil do e no Vale do Rio Pardo.

EMPRESA FUMAGEIRA	MUNICÍPIO SEDE	REGIÃO/UF
ALLIANCE ONE Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo / RS
ATC – ASSOCIATED TOBACCO COMPANY (Brasil) Ltda.	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo / RS
BRASFUMO Indústria Brasileira de Fumos S/A	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo / RS
CHINA BRASIL Tabacos Exportadora S.A.	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo / RS
CTA – CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S.A.	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo / RS
IBT - INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS Ltda.	Sinimbu	Vale do Rio Pardo / RS
INTAB – INDÚSTRIA DE TABACOS e Agropecuária Ltda.	Vale do Sol	Vale do Rio Pardo / RS
JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda.	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo / RS
PHILIP MORRIS BRASIL Indústria e Comércio Ltda.	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo / RS
PREMIUM Tabacos do Brasil S/A.	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo / RS
PROFIGEN do Brasil Ltda.	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo / RS
SOUZA CRUZ Ltda.	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo / RS
Tabacos MARASCA Ltda.	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo / RS
UNIVERSAL Leaf Tabacos Ltda.	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo / RS
UTC - Brasil Indústria e Comércio de Tabaco Ltda.	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo / RS

Fonte: - Organizado pelo autor. SINDITABACO, 2018.

O Vale do Rio Pardo é uma das 28 regiões do Rio Grande do Sul (composto atualmente por 497 municípios), dividido assim pela premissa dos COREDES²⁴. A

²⁴ Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) - criados pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Os Coredes têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações do governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente. Competem aos Coredes as seguintes atribuições, dentre outras: promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implantação das políticas de desenvolvimento integrado da região; elaborar planos estratégicos de

região localiza-se no centro-leste do estado do RS. Com 435.890 habitantes, morando distribuídos numa área de 13.171,7 km², apresenta densidade demográfica de 32,1 hab/km². A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 6,35% e a expectativa de vida ao nascer é de 70,58 anos, com um coeficiente de mortalidade infantil de 12,77 por mil nascidos vivos. Quanto ao PIB, está em R\$ mil 10.769.294, chegando a um PIB per capita de R\$ 25.560, alcançando em exportações totais U\$ FOB 1.983.842.493 (FEE, 2016).

No recorte regional do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE que estamos fazendo, o Vale do Rio Pardo é composto atualmente por 23 municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz, conforme Figura 19.

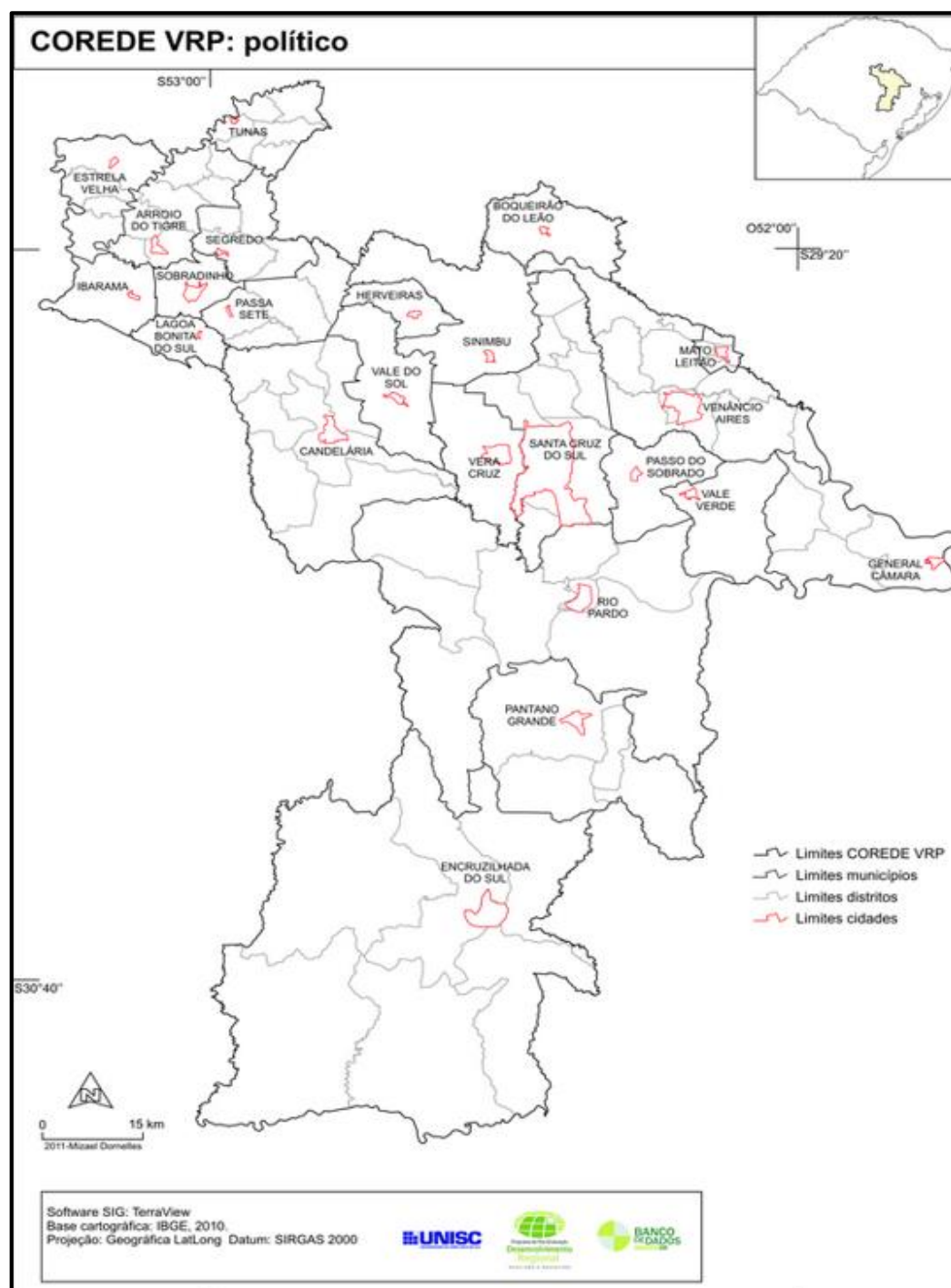
Dentre esses municípios, Santa Cruz do Sul destaca-se como “polo regional”, concentrando boa parte dos órgãos de governo estadual e federal e liderando a indústria fumageira, que tem forte presença na economia e no cotidiano regional, além de ser o município com maior número de habitantes, ter o maior PIB justamente por concentrar boa parte das empresas fumageiras e cigarreiras e com isso concentra o protagonismo político na região, como se a região fosse feita basicamente de Santa Cruz do Sul.

Entretanto, o Vale do Rio Pardo se subdivide em três microrregiões: Norte (Centro Serra), Centro e Sul. No norte, os municípios são de base agrícola da Agricultura Familiar, com ênfase na fumicultura, tendo em Sobradinho sua referência regional. No centro, municípios que gravitam Santa Cruz do Sul, polo regional em função da pujança do setor fumageiro, acompanhado de Venâncio Aires que também tem certo protagonismo regional, como por exemplo o polo de proteína, com uma rede de SIP especialmente de frango, porco e leite. Por fim, os municípios do sul da região que já estão na área de transição com o bioma Pampa, com uma presença muito

desenvolvimento regional; manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política; constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado; orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região; e respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais (FEE, 2016).

significativa de médias e grandes propriedades, tendo como referência o município de Rio Pardo, destaque pela importância histórica na região, sendo um dos maiores polos escravistas no RS no XIX. Essa composição faz a região ser diversa na composição territorial, étnica e na Agropecuária Familiar.

Figura 19 - Mapa Político do VRP.



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional, 2015.

3.2 O então Ministro Blairo Maggi vem “conhecer a região”.

Expressiva, nesse sentido, foi a repercussão da visita do ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi²⁵, um dos maiores expoentes do agronegócio brasileiro, no dia 20 de julho de 2016 à região. Visita esta que foi comemorada pelo setor fumageiro, diante das expectativas criadas para o “acontecimento”, articulado por várias forças do Vale do Rio Pardo, com ampla repercussão da mídia regional (jornais, rádios, televisão e conteúdo de internet).

Na ocasião, o ministro visitou, em Linha Tangerinas, no interior do município de Venâncio Aires/RS, uma propriedade modelo produtora de tabaco, para conhecer as etapas de produção do tabaco (desde a produção de mudas até o enfardamento). Na sequência, foi a uma empresa fumageira que beneficia o tabaco, até encerrar a visita em outra empresa que produz cigarros, onde concedeu uma entrevista coletiva, amplamente divulgada, deixando as lideranças que o receberam, felizes com o resultado da visita, como se observa no depoimento: “Esperamos que o ministro saia daqui com o conhecimento da nossa realidade e que passe a ser um porta-voz na defesa daquilo que nós produzimos”, aponta Caio Baierle, professor, então prefeito de Passo do Sobrado/RS e na época, presidente da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo – AMVARP (PORTAL DO TABACO, 2016).

O ministro disse que sua vinda à região teve o objetivo de entender o processo da fumiicultura e, a partir disso, contar com mais subsídios para defendê-la. Ele reconheceu que visões distintas coexistem dentro da gestão, mas garantiu que a sua postura será contrária a qualquer obstáculo à produção fumageira. “Um governo é feito de muitos departamentos e o que domina hoje é um pensamento negativo sobre o setor do tabaco. Mas da parte do Ministério da Agricultura, o nosso posicionamento é claro. Maggi assegurou ainda, em pelo menos dois momentos, que essa posição é chancelada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, com quem esteve na terça-feira, quando relatou que viria à região. (PORTAL DO TABACO, 2016).

Este evento, que teve ampla cobertura da imprensa, com a mobilização de todos os setores da economia e da sociedade de Santa Cruz do Sul e região, desde a

²⁵ O senador Blairo Maggi, conhecido como “rei da soja”, já foi governador de Mato Grosso por duas gestões. [...] nasceu em 1956, em Torres (RS) e é formado em agronomia na UFPR [...] o Grupo Amaggi, de sua propriedade, se tornou um dos principais exportadores de soja do país. Maggi também já foi considerado o maior produtor individual de soja do mundo. [...] O prestígio no agronegócio fez com que Maggi fosse considerado pela revista ‘Forbes’ uma das pessoas mais influentes do mundo. Mas fez também com que virasse alvo de críticas de várias entidades ambientais. Em 2005, a ONG Greenpeace o contemplou com o prêmio ‘Motosserra de Ouro’. No mesmo ano, o inglês ‘Independent’ publicou uma reportagem de capa sobre o “estupro da Amazônia”, dizendo que Maggi era “o homem por trás” do desmatamento na região. (G1,2016).

senadora gaúcha Ana Amélia Lemos, até deputados federais, estaduais, vice-governador de Estado, José Carlos Cairolli, também prefeitos, vereadores, executivos das fumageiras/cigarreiras, representantes de sindicatos (STR e RURAL), bem como dirigentes do SINDITABACO, evidencia a força que o tabaco tem na região, prova disso a capa especial da Gazeta do Sul, conforme Figura 20. A contracapa do jornal Gazeta do Sul (órgão de imprensa de maior circulação no interior do RS, sediado em Santa Cruz do Sul/RS). Soma-se a essa constatação, afirmando que se tratou de uma visita “histórica, para um dia histórico para o Sul do Brasil”, como aparece nas falas abaixo do presidente do SINDITABACO, do STIFA (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Tabaco e da Alimentação) e da AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil)²⁶, que endossam e estimulam essa perspectiva de compreensão da região, conforme mostra a Figura 20.

As palavras (do ministro Blairo Maggi) foram comemoradas pelas lideranças. “Daqui o ministro sai muito mais convencido de que é um setor que precisa ser protegido”, resumiu o presidente do SINDITABACO, Iro Schünke. À frente do Sindicato dos Trabalhadores do Tabaco e Alimentação (STIFA), Sérgio Pacheco elogiou a disposição do ministro de conhecer a realidade do setor antes de tomar decisões. “Até agora, vínhamos enfrentando grandes resistências do governo, que criticava duramente o tabaco, mas sem conhecer”, disse. Já o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Benício Werner, ressaltou que o setor sai do encontro com mais tranquilidade. “Vamos ter agora alguém que realmente está preocupado com o produtor de tabaco. Estamos um pouco mais confortados”. (PORTAL DO TABACO, 2016)

²⁶ Aqui nessas quatro entidades (Amvarp, Sinditabaco, Stifa e Afubra) há uma representação muito significativa dos interesses das Empresas Fumageiras, bem como dos trabalhadores do Campo e da cidade, embora de representação diferentes enquanto categorias de trabalho (Empresas, Trabalhadores/as da indústria e Agricultores/as Familiares chamados de “fumicultores”). O alinhamento político é muito próximo, marcado por um amplo diálogo e uma convergência central, em relação à importância da manutenção de todos os aspectos do setor fumageiro na região.

Figura 20 - Sobrecapa da edição de 20/07/2016, da Gazeta do Sul.



Fonte: GAZETA DO SUL, 2016.

Trata-se aqui, de uma representação típica, em que um grande complexo agroindustrial, sustentado por um conjunto de entidades de abrangência regional, estadual e nacional, que historicamente constitui um território pretensamente “homogeneizado”, numa construção de uma constituição imaginária, como se esse fosse dependente exclusivamente de uma única atividade econômica, como se nele só existisse essa possibilidade, nesse caso, a produção do tabaco e sua cadeia produtiva. A força demonstrada por este segmento fica muito explícita com esse “evento” em que foi transformada a visita de Maggi. Eis uma didática explícita de ação de um complexo transnacional evidenciando sua força política e econômica a partir

da fumicultura, articulado pelos seus discursos e pela ampla rede de “colaboradores” do segmento.

Territorializando o monopólio ou monopolizando o território, como foi afirmado no texto “Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI”, o agronegócio pretende-se hegemônico e único, por isso já cunhou uma definição sua, obviamente neoliberal, como afirmou Marcos Sawaya JANK no jornal Estado de São Paulo: “O conceito de “agribusiness” foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Foi traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmico. O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados. (OLIVEIRA, 2007, p. 149).

Numa região, como o Vale do Rio Pardo, tão marcada por uma cultura como o tabaco, que ao longo de décadas foi produzindo uma dependência econômica, construída ao longo de um século pelo sistema integrado de produção aos agricultores/as familiares, através das grandes empresas transnacionais e seus “pacotes tecnológicos”, que dominam todo o processo produtivo e comercial do tabaco, esse sistema integrado de produção do tabaco se impõe, formatando um modelo de desenvolvimento, que historicamente pouco ou quase nada dialogou com outras possibilidades concretas de desenvolvimento, como a produção de alimentos, por exemplo.

Embora seja possível afirmar que essa premissa vem mudando em algumas empresas fumageiras, já admitindo trabalhar a perspectiva da diversificação produtiva na propriedade familiar, saindo da lógica construída ao longo de 1970-1990 de que apenas “o tabaco dava dinheiro”, compreensão que contribuiu muito para o endividamento de tantas famílias de Agricultores/as Familiares, que inclusive perderam práticas agrícolas geracionais, enfraquecendo cultural e economicamente o Campo na região nesse período, especialmente no que tange à produção de alimentos.

Ou seja, essa compreensão de que o espaço Vale do Rio Pardo acaba sendo uma mera reprodução de uma cultura agrícola apenas, foi e é uma compreensão de que o desenvolvimento só é possível no paradigma do crescimento econômico, como se esses conceitos fossem sinônimos e na verdade, o desenvolvimento pleno de uma região é objetivo geral da Agroecologia, que busca, no equilíbrio das relações sociais, culturais, econômicas e políticas a orientação para promover o bem viver da sua

população. O caminho para isto é a Agroecologia, que propõe uma nova racionalidade, baseada na solidariedade e na equidade, diferente do paradigma vigente que se organiza apenas e puramente em torno do capital e das forças econômicas que um grupo social bastante reduzido, busca hegemonizar numa região, país ou até no mundo.

Dessa forma, o meio ambiente ou a natureza apropriada que emerge na Sociedade Industrial Moderna, pensada a partir da racionalidade capitalista, voltada ao desenvolvimentismo, ao progresso e ao crescimento econômico, tem seu contraponto no meio ambiente da sociedade pós-industrial ou pós-moderna, com a emergência de uma nova racionalidade (...) a racionalidade do capital demonstrou que, sozinha, é ineficaz e que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, daí se pode concluir que não é pela aceleração do crescimento econômico que se resolvem os problemas de distintas ordens, principalmente porque a maioria desses problemas é resultado daquele modelo de desenvolvimento. (MARQUES, 2007, p.106-7).

Por isso, esse território, por mais sujeito que possa ser, por múltiplos grupos/atividades econômicas, pode apresentar possibilidades de resistência a essa pretensa hegemonia, justamente porque nele há também as várias experiências de produção de alimentos saudáveis que acontecem na “borda”, na “beirada” desse poder econômico manifesto pela fumicultura e toda sua indústria de apoio. Isto porque o território e tudo que nele há, não é dado, e sim construído, significado por todas as forças que nele residem e vivem. Essa compreensão vale para o debate acerca da diversificação produtiva em relação ao tabaco no Vale do Rio Pardo, tema considerado “tabu” e de certa forma “proibido” em muitas rodas de conversa até pouco tempo atrás, normalmente encarado como se o/a interlocutor/a que propusesse essa reflexão “fosse contra o tabaco” ou pior, “fosse contra o desenvolvimento da região”. Esse debate só vai ser “permitido” após os anos 2000, com todos os limites possíveis.

É fundamental compreender que, à medida em que vai se apropriando de determinado território, a sociedade vai imprimindo as suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender às suas necessidades ou interesses. Isto nos leva a constatar que as formas que hoje estão impressas no território não podem mais ser atribuídas simplesmente às condições físicas ou naturais do mesmo. Ao contrário, essas formas atuais revelam o uso que foi dado e, principalmente, que vem sendo dado atualmente a esse território. E esse uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São esses, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais. (ETGES, DEGARANDI, 2013, p. 90).

Atualmente, mesmo tendo na fumicultura a certeza de que é uma das poucas atividades viáveis à propriedade familiar, a discussão acerca da diversificação é dada, é assumida por todo o setor fumageiro, bem como nas entidades representativas,

como a Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA²⁷. Também é verdade que a diversificação produtiva dificilmente é abordada numa perspectiva protagonista, geralmente ligada a uma ideia de agricultura de “subsistência”, pois a perspectiva de renda na propriedade familiar da região, é quase que uma exclusividade do tabaco, pelo menos nos discursos, conforme destaca seu presidente em entrevista, o presidente da Afubra, Benício Albano Werner.

Do tabaco só se faz cigarro, então essa queda no consumo preocupa nós produtores. Ninguém está contra o produtor, mas a relação é direta. Temos que adequar e produzir menos. Nós não podemos dizer que o produtor de tabaco não diversifica a cultura. Mas em algumas regiões, ele produz para o seu consumo. Porém, isso só não adianta. Para ter sustentabilidade, é preciso ter mais de uma atividade econômica. Pouco a pouco a gente tem conseguido isso. (EBC, 2017).

Porém, mesmo nesse contexto tão “árido” de uma busca histórica de monopolização do território pelo capital internacional, nesse caso o setor fumageiro que traz consigo o setor de agrotóxicos, insumos de adubação sintética, transportes, maquinários/implementos, ainda assim há possibilidade de se constituir/construir um tecido social formado por entidades e pessoas que trabalham na perspectiva da Agroecologia, quem sabe oportunizando assim, o desenvolvimento de resistências, não só, mas também produtivas da agropecuária familiar na região, como alternativas à produção do tabaco, pela possibilidade da produção de alimentos para abastecimento de mercados locais, com o máximo de autonomia possível.

Pois sabemos dos limites impostos pelos SIP que atuam na região, articulados com grandes empresas do Agronegócio e com o grande capital mundial, que “procura subordinar permanentemente o campesinato ou agricultor familiar, mas estes têm procurado construir outro modelo de desenvolvimento baseado no trabalho familiar, associativo ou cooperativo, em projetos próprios de educação, em mercados institucionais, para diminuir o grau de manipulação pelo modelo capitalista”. (FERNANDES, 2015, p.159). É a busca por autonomia produtiva e de vida, ao invés desse Agricultor/a viver para o trabalho, ele/a pode trabalhar para viver e buscar construir assim, uma melhor qualidade de vida.

²⁷ A AFUBRA promove no Vale do Rio Pardo desde o ano 2000 uma importante feira de exposição agropecuária, que se consolida ano a ano, denominada EXPOAGRO/AFUBRA, como de fato uma feira voltada para a Agricultura familiar, trazendo para a região milhares de pessoas de todas as regiões do Brasil. Nesse ano em especial, um dos espaços mais visitados foi a área dos Quintais Orgânicos de Frutas, programa desenvolvido pela Embrapa Clima Temperado, que hoje conta com apoio institucional da fumageira Philip Morris do Brasil e do Banrisul. Prova de que os ventos da produção orgânica, de frutas e demais alimentos vêm ganhando terreno junto à Agricultura Familiar na região.

3.3 Os “Espaços de Esperança”: Agroecologia no Vale.

Assim, a região vai ser um recorte espacial para tentar compreender as relações e contextos nela inseridos. As contradições estabelecidas num determinado espaço, consistindo numa construção imaginária, passando pelo discurso dos entes que a compõem, mas nunca neutra ou imparcial, muito pelo contrário. Regionalizar é uma definição de campo de percepção e de atuação, compreendendo que “a região, esta particularidade dinâmica, continua a desafiar os geógrafos em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço” (CORREA, 1997, p. 194). Daí a complexidade demandada à AAVRP, que vai constituir uma territorialidade própria, articulada pelos sujeitos e entidades que fazem, vivem e experienciam a Agroecologia. Para muito além de pretensas técnicas e tecnologia, essa é a dimensão territorial que essa forma de compreender o mundo necessita e que não pode ser imparcial ou neutra.

O território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. (ABRAMOVAY, 2000, p. 22)

É nessa contradição, da construção da Agroecologia em meio a um território marcado pela presença de verdadeiras indústrias agropecuárias, é nessa “fissura” do sistema integrado do tabaco e também do frango e do porco, em menor escala é verdade, que abordaremos esse processo histórico de construção da Agroecologia na região de abrangência da AAVRP, identificando esses sujeitos sociais que compõem essa luta, justamente, “porque os diferentes sujeitos políticos coletivos, são vistos num quadro de relações históricas que os une, alia e opõe, definindo graus e momentos de correlações de força sociais”. (GRZYBOWSKI, 2004, p. 286).

Ou seja, em decorrência de todas as situações que envolvem a fumicultura (pouca autonomia produtiva, dependência do sistema integrado, intenso uso e a exposição dos/as trabalhadores/as aos agrotóxicos e consequente intoxicação dos/as agricultores/as, instabilidade de preço pago ao produto...), por exemplo, vem se construindo alternativas produtivas a ela, no campo da Agroecologia, voltadas à produção de alimentos.

Por isso, defendemos a agricultura camponesa e a dos povos tradicionais do campo por entender que estes possuem uma relação de equilíbrio com a

natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque estes entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam a transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital. (CAMACHO, 2010, p.171).

Dessa foram, um dos pilares centrais da Agroecologia é a busca pela construção de autonomia entre os sujeitos que a vivenciam, pois, “o indivíduo autônomo é um produto de comunidades autônomas, e estas não afirmam sua autonomia negando a natureza, pelo contrário, assumindo ser parte dela, da mãe terra, e em harmonia com ela, como forma de sustentabilidade da vida” (SANTOS e MENESES, 2010, p.19).

E espaços, como a Articulação, são criados e pensados na tentativa de organização de entidades que enfrentam os desafios cotidianos de trabalhar com a agricultora familiar, responsável pela ocupação de grande parte dos trabalhadores do campo brasileiro, pela geração de renda no Campo, a partir de sistemas agroflorestais, a prática da permacultura, do cultivo de alimentos orgânicos, da constituição de feiras populares de comercialização de alimentos, pela preservação da biodiversidade e da riqueza genética da agricultura brasileira, como as experiências de cultivos e preservação de Semente Crioulas, entre tantas outras iniciativas.

A conservação dessas espécies (Sementes Crioulas) promove o fortalecimento da soberania alimentar dos agricultores da região. Esse aspecto talvez seja o que mais se contraponha ao estabelecimento das grandes corporações agroalimentares transnacionais e o modelo de produção de alimentos em larga escala. Destaca-se também no conceito de soberania alimentar a valorização da cultura dos povos e a importância do papel da mulher nos processos de produção, de comercialização e de gestão dos espaços rurais. (GOMES e LIMBERGER, 2017, p.34-35)

Propomos aqui uma perspectiva agroecológica de construção do saber, que dialogue com uma perspectiva integradora de saberes, que nos instiga a pensar a partir de uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2011), rompendo com a estrutura hierárquica da compreensão de ciência, que historicamente se constituiu, partindo de uma premissa que valoriza os saberes produzidos pela humanidade e que vão garantir a reprodução da vida ao longo dos séculos, entre gerações. E aí os/as Agricultores Familiares têm uma importância central na manutenção da vida no Campo, justamente pelo seu saber intergeracional, de décadas e séculos sintetizados pelos seus/as antepassados, seja na prática agropecuária, ou nas medidas profiláticas de saúde, bem como na forma de se relacionar com a natureza (animais, água, matas, solo,

alimentos...), valores que a lógica “modernizante” dos tempos atuais tende a não reconhecer como dignas ou legítimas de entendimento do mundo.

A ecologia de saberes expande o carácter testemunhal dos conhecimentos de forma a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e não-científico, alargando deste modo o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa. [...] a busca de intersubjetividade é tão importante quanto complexa. Dado que diferentes práticas de conhecimento têm lugar em diferentes escalas espaciais e de acordo com diferentes durações e ritmos, a intersubjetividade requer também a disposição para conhecer e agir em escalas diferentes (interesalaridade) e articulando diferentes durações (intertemporalidade). Muitas das experiências subalternas de resistência são locais ou foram localizadas e assim tornadas irrelevantes ou inexistentes pelo conhecimento abissal moderno, o único capaz de gerar experiências globais. (SANTOS, 2011, p.31).

Assim se revela toda a sabedoria construída pelos/as Agricultores/as Familiares e sua capacidade de observação participante da natureza, ou como disse Paulo Freire, de seus “saberes de experiência feitos” (FREIRE, 1992), que muitas vezes contrapõem as bases de uma ciência dirigida pela lógica matemática das provas materiais e contraprovas, que pretensamente tentam explicar e quantificar o conhecimento/saber, não levando em conta esses saberes originais, essa forma de compreensão e leitura de mundo tão peculiar, que persiste ainda em tantas famílias do Campo brasileiro.

Basta ver a presença ainda hoje de curandeiros/as, benzedores/as de pessoas, animais e do tempo, além das parteiras que tanta gente trouxeram ao mundo²⁸. Gente que dependendo o lugar, passa por “maus bocados” em função de pressões exercidas pela “ciência médica”, tendo muitos desses/as sofrido perseguições policiais e judiciais, inclusive²⁹. Como se somente pudesse haver uma forma de pensar a saúde das pessoas em todo o território brasileiro, ainda descoberto na sua integralidade pela estrutura de saúde pública.

A sociedade brasileira foi forçada a repensar seu sistema de relações sociais em prol do progresso e da aproximação com o modelo das sociedades europeias. Com esta premissa de cientificidade, começou-se a empreender

²⁸ Na mística São Miguel das Missões, região Noroeste do RS, foi organizado o 1º Encontro Nacional dos Benzedores, Rezadores e Mateiros, em 24 de abril de 2008, numa articulação entre vários sujeitos do Campo como povos tradicionais, em especial os Guaranis, nativos da região guaraníica (que inclui Brasil, Argentina e Paraguai). Destaca-se nesse movimento o prof. José Roberto de Oliveira, estudioso da história Guarani que destaca “a relação frontal da benzedura com a tradição indígena diretamente” e que à anos, vem trabalhando pela valorização da cultura missioneira no cone Sul. Vale pontuar uma obra que vem se tornando obrigatória para quem estuda as questões guaraníicas. (OLIVEIRA, 2009).

²⁹ No Brasil, no dia 20/01 é comemorado o “Dia da parteira tradicional. Mas o projeto de Lei 359 de 2015, que tramita com esse propósito, está parado no Congresso Nacional desde 2016 e por isso as parteiras não têm nenhuma regulamentação e nem o reconhecimento oficial do seu ofício, mesmo depois de séculos trazendo vidas ao mundo. (PINA, 2019).

uma verdadeira batalha contra as práticas de cura advindas de curandeiros, rezadeiras, benzedores e outros representantes do saber não oficial, adjetivando-as de arcaicas, ultrapassadas e criminosas. (GEWEHR, 2017, p.35)

Isto é especialmente relevante em regiões onde a Agricultura Familiar é referência de produção e organização dos seus entes, seu modo de vida e seu saber intergeracional, uma vez que a grande maioria dos/as Agricultores vão reproduzir, enquanto técnicas e tecnologias de trabalho, muito do que aprenderam com seus antepassados, torna o saber fazer dessas pessoas ainda mais importante, na medida em que decorre da necessidade histórica de sobreviver, fazendo com que esses/as Agricultores/as Familiares, ao longo de sua vida, aprendam a ler a natureza e seus sinais, através das suas experiências vividas.

Esse saber camponês conserva-se justamente por que o processo produtivo se faz no interior da família, passando de geração a geração. Por vezes, é a troca de experiências na comunidade, que garante a sua difusão viabilizando a produção camponesa. A consciência de que o profundo conhecimento dos elementos da natureza é fundamental para que os empreendimentos sejam bem-sucedidos. (PAULINO, 2012, p.41).

É nessa aproximação entre a sabedoria popular e a produção científica, que reside o ganho maior da humanidade, pois ambas são frutos da inventividade e da necessidade humana de atender suas necessidades básicas, portanto, irmãs do mesmo processo de criatividade e de resolução de problemas, imposto pela natureza ou pelas próprias relações humanas. E aí, a Agroecologia ganha força, pois a sua vivência de interação entre os sujeitos que a praticam, pode fortalecer as relações entre os grupos aos quais pertencem. Eis a dimensão propositiva e emancipadora que pode ter a Agricultura Familiar, pensada, praticada e vivida na perspectiva da Agroecologia. Pois “a Agroecologia pode ser entendida segundo a definição de um agricultor Puri, de Araponga-MG, Seu Neném Lupim: “A Agroecologia é Folia de Reis, ouvir o sabiá cantar”. (PACHECO, 2016, p.22).

Essa pesquisa acadêmica, como tantas outras que já foram feitas, bem como outras que acontecerão, tem um compromisso profundo com as reflexões feitas na academia, de extrema valia para compreendermos o mundo no qual estamos inseridos, mas tem o mesmo compromisso de escutar a voz desses sujeitos do Campo, nesse caso, os/as Agricultores/as Familiares e suas entidades, quase sempre preteridos como protagonistas das narrativas acerca do Campo, e normalmente vistos e tratados/as como meros “objetos de pesquisa”, justamente por se constituírem na “periferia” da narrativa científica tradicional, bem como da economia regional, ou por

serem considerados simples mão-de-obra subordinada aos sistemas integrados de produção, constituídos historicamente como “grupos que tem certas limitações em seus direitos reais de cidadania e pelas quais não podem participar de forma estável no processo econômico, nem na possibilidade de alcançar uma mobilidade social vertical ascendente”. (PEREIRA, 1978, p. 145). Aqui se evidencia a dimensão política do território, que precisa compreender e visualizar toda a diversidade social, cultura e econômica possível de um determinado espaço.

Quando se fala em território (...) há uma mais ou menos evidente convergência para a compreensão desse termo como sendo um espaço delimitado por um dado conjunto de relações de poder. Portanto, admite-se a influência de Milton Santos na atribuição de um sentido político ao conceito de território, aqui considerado. A premissa é simples: relações sociais (entre elas, as relações de produção) são contraídas por indivíduos organizados em grupos e classes sociais. Dado que as relações entre esses grupos e classes expressam seus respectivos interesses, tem-se conflitos – ou seja: Tem-se relações de poder. Ocorre que essas relações sociais, portanto, relações de poder, têm lugar num dado espaço. É certo que o conceito de território abarca aspectos que ultrapassam o significado político que aqui se lhe atribui. No entanto, território é, inquestionavelmente, a política no espaço! (THEIS, 2008, 12-13).

Eis a necessidade de trazermos essa pluralidade de compreensão de uma “nova ciência”, baseada na conjunção entre os saberes “científicos da academia”, com “os saberes populares”, das pessoas que formulam hipóteses para suas situações concretas de vida, a partir das suas vivências e experimentações. Reconhecendo o protagonismo dos sujeitos de um determinado território, dando visibilidade para as múltiplas interpretações que os grupos fazem dos seus processos históricos, rompendo aí com uma narrativa “vencedora” e hegemônica que tantas vezes se cristaliza a respeito de um território, seja por sua constituição social ou econômica, como se dá no Vale do Rio Pardo com a macro narrativa da colonização alemã e da produção de tabaco.

É oportuno dizer que não se resgata o passado, este não se encontra perdido em um tempo distante. A forma que a história adquire no presente, associa-se aos saberes que orientam o trabalho do historiador que, por sua vez, estão carregados de uma carga considerável de subjetividade. Não é por outro motivo, que cada presente reivindica para si uma versão do passado. Nesse caso, a história regional, feita por historiadores, profissionais diletantes e áreas afins, sobre a imigração/colonização alemã em Santa Cruz do Sul é tema que, na maioria das vezes, se manteve circunscrita a grupos de pessoas oriundas das próprias áreas de colonização, grande parte destes, motivados por uma visão essencialista da história. (SKOLAUDE, 2011,03).

A aliança entre setores da Agricultura Familiar com setores sindicais urbanos, em relação à oferta de alimentos saudáveis, pode ser um indicativo de avanços entre setores da sociedade que têm “bandeiras” distintas na sua luta cotidiana, mas que

podem se aproximar quando se busca um ponto em comum: a oferta de alimentos saudáveis. Como por exemplo, a parceria entre o CAPA e a empresa MERCUR³⁰, de Santa Cruz do Sul, que demanda alimentos orgânicos uma vez por semana, para as refeições de seus funcionários, podendo haver mais espaço para ampliar essa parceria, dependendo da oferta desses alimentos pelo CAPA/ECOVALE, que hoje ainda não consegue garantir esse abastecimento integralmente. Mas trata-se de uma experiência muito interessante para a região, por tratar-se de um mercado grande se abrindo à produção de alimentos saudáveis.

Foi pensando em oferecer uma alimentação mais saudável aos seus colaboradores, que a MERCUR uniu forças com a AO PONTO – prestadora de serviços em alimentação, com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e com a ECOVALE – Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda. As campanhas com os colaboradores começaram a acontecer em meados de 2010 e as instituições se uniram para conscientizar sobre importância de consumir alimentos saudáveis e do não desperdício. Com o passar do tempo, os colaboradores entenderam a mensagem e hoje as refeições servidas na empresa são muito mais saudáveis do que há alguns meses. (Revista Exame, 26/12/2016).

Isso vem colocando a empresa Mercur numa vanguarda histórica no Rio grande do Sul e até mesmo no Brasil, no quesito responsabilidade social empresarial. Nesse caso aliando como os próprios executivos da empresa, tradicional no Vale do Rio Pardo, vem chamando de “tripé humano-sócio-ambiental”³¹, entendendo que é possível e viável a relação entre produção em escala, geração de renda com respeito a natureza, passando pela valorização das pessoas, e um dos pontos considerados

³⁰ História – O Começo - No início de 1920, cada vez mais carros circulavam pela cidade de Santa Cruz do Sul. (...). Carlos Gustavo Hoelzel, então com XX anos, gerenciava os primeiros passos de sua revenda e oficina de automóveis. E ele consertava muitos pneus lascarados. (...) seu irmão, Jorge Emílio Hoelzel, era arquiteto mas interessava-se pela oficina. Estava ali a parceria que Carlos procurava. Noites adentro, os dois criaram fórmulas, fizeram experiências e descobriram os segredos da borracha. (...). A revenda e oficina de automóveis estava pronta para mudar: além do conserto de pneus, as máquinas poderiam agora criar artefatos de borracha. Assim, em 11 de junho de 1924, nascia a Hoelzel Irmãos, depois transformada em Mercur S.A. **A virada de chave** - Inovar sempre fez parte da história da Mercur. Porém, foi em 2007 que a grande mudança começou. Jorge Hoelzel Neto, então diretor da empresa, participou da decisão de contratar uma consultoria, focada em estratégias de negócios sustentáveis. Durante esse trabalho, uma pergunta ressoou: qual era propósito da Mercur? Se a Mercur acabasse, qual seria seu legado? Essa questão pedia uma resposta. Não uma resposta antiga, mas algo novo e com olhos para o futuro, como a Mercur sempre buscou fazer. O tripé humano-sócio-ambiental deu origem às soluções que viriam depois. Hierarquia horizontal, com voz para toda e qualquer pessoa na empresa. Engajamento em atividades de impacto social, promovendo transformações positivas nas comunidades. Compromisso com a redução do impacto ambiental da produção. E assim, a Mercur recriou sua maneira de agir e enxergar seu próprio trabalho. (MERCUR, 2019).

³¹ Vale destacar a reportagem entrevista concedida pelo executivo da Mercur, Jorge Hoelzel Neto, intitulada: “Empresários não podem ser batedores de carteiras”, a jornalista Eliane Brum, para o Jornal El País, em 17/07/2019 (BRUM, 2019).

importantes é a questão da alimentação dos seus funcionários, nesse caso a oferta de alimentos orgânicos detentor das possibilidades da empresa, o que vem chamando atenção de outras empresas e até mesmo dos fornecedores das refeições, que estão atentos a essa demanda, daí a parceria com a Ecovale/CAPA, que vem rendendo bons frutos na região.

Evidentemente, nesse caso da Mercur, não se trata de uma visão romântica que coloca grupos sociais subalternos, com maior capacidade de dialogar e irmanar lutas. Mas são aproximações possíveis e necessária e que vem dando certo. O fortalecimento da Agroecologia só pode acontecer mediante muito diálogo e uma construção de uma agenda em comum, entre os/as Agricultores/as Familiares, suas entidades e as demais, buscando aproximar ao máximo as pautas, e assim, minimizando os conflitos e tentando fazer do diálogo uma possibilidade concreta, aí sim, de uma tomada de consciência desses grupos.

Porque “o diálogo não significa a diminuição da conflitualidade, mais sim a condição de abrir um campo de possibilidade para a negociação entre os sujeitos políticos” (FERNANDES, 2015, 162). Eis um dos grandes desafios da AAVRP: Articular esses sujeitos e entidades, na defesa da Agroecologia em ações conjuntas, de mútuo fortalecimento, além de possibilitar o diálogo com outras entidades do Campo e da cidade e produzir sínteses de saberes que dialoguem mesmo em realidades tão distintas.

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo. (GOHN, 2011 p.333-334).

Num território, pretensamente monopolizado histórica e economicamente pelo setor fumageiro, que conta com a contribuição decisiva dos poderes públicos, em todas as esferas (municipal, estadual e federal), meios de comunicação de massa e demais setores da economia que acabam sendo tributários, fazem-se necessárias pesquisas que mostrem outras possibilidades produtivas e de vida, através de experiências que existem e que possam estar construindo num outro paradigma de desenvolvimento para a região, a partir da Agroecologia, por exemplo.

Essa perspectiva de desenvolvimento construído à várias mãos, que respeite valores basilares como a democracia no sentido mais pleno e, principalmente, uma melhor e digna condição de vida das pessoas, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Sendo assim, a inclusão social das pessoas, num território que seja efetivamente coletivo e plural, precisa contemplar a noção de “um desenvolvimento socialmente includente, justiça social, resgatar e fortalecer numa perspectiva de direitos à economia informal, o trabalho precário e o trabalho oculto, sustentabilidade ambiental e a integração política e cidadã no mundo deve prevalecer sobre a integração econômica”. (GRZYBOWSKI, 2004, p.141).

O debate pela abertura da ciência, pela sua democratização, tem ocorrido tanto no interior da própria ciência como através das iniciativas de pessoas e de movimentos sociais que lutam por um conhecimento aberto aos cidadãos, que permita a participação nas discussões sobre decisões que os afetam e por um conhecimento e da sua relevância para essas discussões (...) o papel da história das ciências nesse processo é importante, permitindo identificar essas perspectivas silenciadas ou marginalizadas, e reabrir, em novas situações, debates considerados encerrados. (SANTOS, MENESES, NUNES, 2005, p.73-75).

Eis a dimensão da contribuição atual da Agroecologia na proposição concreta de uma nova epistemologia, pois seu aspecto interdisciplinar exige que os sujeitos que a constroem, a façam de maneira coletiva, tendo assim a necessidade de ser colaborativa e inclusiva, justamente por pensar o equilíbrio ambiental, a viabilidade produtiva, a necessidade da preservação do meio ambiente para haver produção de alimentos, que além de saudáveis precisam ser acessíveis às pessoas, não sendo apenas um “nicho de mercado” que atenda apenas a produção orgânica, por exemplo. Passando pelo debate de gênero, questões étnico-raciais, especialmente quando nos referimos aos povos tradicionais.

Dialogando em pé de igualdade com a cidade e seus sujeitos, tão importante para essa construção do saber-fazer agroecológico, que antes de mais nada é a garantia de saúde pública, pela alimentação, produzindo uma nova cultura produtiva e de consumo entre agricultores/as e consumidores/as, propondo um circuito mais curto possível entre a lavoura e a mesa da feira, para que todos/as ganhem, seja os/as agricultores/as podendo valorizar o seu alimento, bem como o/a consumidor/a pagando menos pelo produto vindo direto de quem o produz.

Por isso a Agroecologia como epistemologia, vem conquistando espaços e interdisciplinaridades necessárias para dar base a esse paradigma de pensamento, com a Economia Solidária, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a Justiça

Ambiental, o Feminismo, a Comunicação e a Arte- Cultura, o Direito à Cidade e a Saúde Coletiva -trazendo muitos grupos para o debate de fortalecimento da Agroecologia, muito além da produção de alimentos, como demarca a Figura 21, em seguida.

Figura 21 - Agroecologia como epistemologia.



Fonte: Atlas do Agronegócio, 2018, p.53.

O Vale do Rio Pardo é uma região em que a maioria dos habitantes vive e trabalha no Campo, constituído por municípios basicamente rurais, onde se encontram verdadeiras “cidades imaginárias”, pelo fato de serem basicamente rurais em todos os seus aspectos (VEIGA, 2002), sendo possível encontrarmos no “centro” desses municípios, lavouras das mais variadas, bem como internadas de criação de gado, por exemplo. Portanto, há ainda um tecido social no Campo, que além do tabaco,

pratica outras culturas e se organiza de formas diversas, num território onde as pequenas propriedades rurais são a base da estrutura agrária da região.

A Agroecologia vem se constituindo regionalmente com entidades diversas, de várias finalidades, como de assistência técnica, de finalidades educativas, movimentos sociais, cooperativas, que vêm se somando ao debate e possibilitando troca de práticas agroecológicas entre entidades, envolvendo os /as Agricultores/as Familiares, buscando construir uma agenda pela Agroecologia na região, mesmo com todas as dificuldades diante da realidade que se impõe.

Nesse contexto, a Agroecologia suscita inexoravelmente a construção histórica dos saberes dessa Agricultura Familiar, com o saber inter e intrageracional, pois a grande maioria dos/as Agricultores/as vai reproduzir técnicas e tecnologias de trabalho que aprenderam com seus antepassados, tornando o saber fazer dessas pessoas ainda mais importante, justo porque resulta da necessidade histórica de sobreviver. Um saber tão pouco valorizado ao longo dos tempos que passa a ter uma importância substancial, mesmo para uma ciência “de quatro paredes”, nesse novo paradigma de constituição da “Ecologia de Saberes” (SANTOS, 2015, 30), horizontal e colaborativa de homens e mulheres simples, com pouca instrução escolar.

Para que os homens simples sejam tidos como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem os considere assim. Estes, como sujeitos desta definição, necessariamente a si mesmos se classificam como aqueles que sabem. Absolutizando a ignorância dos outros, na melhor das hipóteses relativizam a sua própria ignorância. (FREIRE, 1983, p. 30).

Além do que, o reconhecimento paulatino da academia brasileira, através de estudos e principalmente, de interpretações que busquem contribuir com a emancipação dos povos do Campo, vem estabelecendo compreensões comprometidas com a alteridade (LEVINAS, 2005), ou seja, vendo no outro, as amplas possibilidades de transformação da realidade, respeitando as particularidades de cada grupo social, possibilitando desconstruir “verdades absolutizadas” e hegemônicas, de que determinada região pertence a algum grupo econômico ou que esteja subordinada a uma única forma de produção e reprodução da vida.

Nesse caso, a região do Vale do Rio Pardo e sua economia, vivem em função de um setor produtivo, que é o Tabaco. Setor que está sob o domínio principal de não mais que cinco grandes empresas transnacionais instaladas na região, embora sejam 15 fumageiras atuando hoje no setor tabaco, que, portanto, não têm nenhuma relação mais profunda com essa região do que o lucro que obterão ao final de cada safra, pois

assim seus acionistas esperam e que ao mesmo tempo subordina o poder público aos seus interesses, dado o poder político e econômico que esses grupos têm.

Por ser demasiadamente complexa pelo contexto regional, essa tentativa de agenda em torno de uma entidade como a AAVRP não se dá sem conflitos de interesses, mesmo de associados que tenham tanto em comum. Pois muitas vezes, a disputa pela liderança de um processo pode provocar uma correlação de forças internas, esvaziando ou trancando uma pauta coletiva ou até mesmo disputando essa pauta, a ponto de desestabilizar a organização em ações e reflexões que poderiam e deveriam ser conjuntas. E na pior das hipóteses, essas disputas podem paralisar as atividades da articulação.

Quando grupos de interesses e outras forças organizadas estão em consenso em relação a uma proposta, o ambiente é altamente propício para uma mudança nessa direção. Mas quando existe conflito em um grupo, os defensores de uma proposta analisam o equilíbrio das forças em jogo, procurando detectar setores favoráveis ou contrários à emergência de uma questão na agenda. A percepção de que uma proposta não conta com apoio de alguns setores não implica necessariamente no abandono de sua defesa, mas indica que haverá custos durante este processo. (CAPELLA, 2005, p.9).

Por isso, a construção de estratégias de sobrevivência por parte dos grupos que trabalham com a Agroecologia, para se manterem vivos e relevantes nesse território, é fundamental, pois o confronto direto com os grupos hegemônicos, pode não ser a melhor opção. Muito embora o Vale do Rio Pardo já tenha presenciado momentos de muita tensão no “seio” do setor fumageiro, como a greve dos fumicultores de 1989, mostrando o quanto essa suposta hegemonia não se dá sem gerar no seu centro, contradições que colocam em cheque a própria reprodução desse sistema integrado, historicamente constituído³². É nesse período também que surge o Sindicato dos Trabalhadores da Fumicultura - SINTRATABACO, uma articulação que não teve vida longa, existindo apenas entre 1989 a 1995.

O Sindicato dos Trabalhadores da Fumicultura- Sintratabaco, é resultado da ação de alguns plantadores de tabaco que não concordavam com a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Para os agricultores, essas duas entidades não representavam os trabalhadores e estavam a serviço das grandes empresas do setor fumageiro. O SINTRATABACO teve uma vida curta, mas foi o único que, nesse período, fez um enfrentamento direto com as multinacionais que

³² Aqui fazemos menção à dissertação de mestrado da Profª Virgínia Elisabeta Etges, denominada: Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do tabaco. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, de 1991. Trabalho que vai evidenciar todo um debate histórico acerca do plantio de tabaco nessa região, uma das mais importantes para esse setor, no mundo. Esse trabalho vai abordar a luta dos produtores de tabaco durante a greve desencadeada pelos mesmos no final dos anos de 1980, a qual repercute ainda hoje no meio regional, pela forma frontal que abordou esse contexto. (ETGES, 1991).

atuam no país no processamento do tabaco para exportação e na fabricação de cigarros. (PAS, 2009, p. 147).

A perspectiva da abordagem da Agroecologia no Vale do Rio Pardo, em torno da AAVRP, passa a ser uma tarefa desafiadora, diante de todo o contexto que se apresenta nessa região, tão marcada pela fumicultura e suas implicações. E, sobretudo, a verificação da capacidade de resistência, através da experiência dos sujeitos que compõem, com as entidades da AAVRP, passa ser de suma importância para se pensar as reais dimensões da diversificação produtiva e econômica da região, em direção a outras possibilidades agropecuárias.

A região do Vale do Rio Pardo conta com uma matriz populacional diversa, formada por uma mistura de povos de origens distintas, desde a histórica presença indígena, passando pelos portugueses, que vão ocupar a região durante o século XVIII com o uso de mão de obra escrava, constituída de negros provenientes da África, além de imigrantes europeus, instalados na porção centro norte do Estado, ao longo do século XIX. Forma-se, assim, na região uma “cultura peculiar, que pode ser denominada de colonial. Ela reuniu e fundiu algumas tradições trazidas por imigrantes alemães de diferentes procedências, metamorfoseou outras e incorporou e modificou traços culturais já existentes no Rio Grande do Sul” (VOGT, 2004, p.353). Trata-se de compreender uma cultura híbrida, colonial que mistura várias matrizes de formação populacional na região.

Evidentemente que tudo isso acontece numa perspectiva muitas vezes conflituosa, de disputa de espaço territorial, de relações turbulentas que vão acontecer ao longo da ocupação da região. O Vale do Rio Pardo nunca foi “território dado” e ainda não é, pois, a narrativa hegemônica de prevalectimento de um grupo social, como o de descendente de germânicos, é no mínimo falacioso. Felizmente, já temos boas produções acadêmicas que tratam de outros grupos sociais que dão conta de um Vale do Rio Pardo muito diverso no quesito ocupação e constituição do território, para além da questão meramente germânica ou alemã, possibilitando a inserção de outros grupos sociais que, conjuntamente vão formar o Vale do Rio Pardo, na sua complexidade e diversidade de região³³.

³³ Já há várias possibilidades de interpretação da ocupação do Vale do Rio Pardo, trazendo a contribuição e constituição desse território a partir de outras matrizes populacionais. Passando pela formação indígena estabelecida aqui há séculos, bem como a ocupação portuguesa, depois pela inserção do africano escravizado, e por fim dos grupos de europeus vindo especialmente do centro da Europa, como é o caso dos germânicos. Nesse caso, aqui citamos pelos menos três trabalhos que

O Vale do Rio Pardo, assim como em qualquer lugar do Brasil e talvez do mundo, vai ser marcado pela salutar heterogeneidade étnica e pela multiplicidade cultural. Pois os territórios são habitados a partir da mistura, consciente ou inconsciente, dos povos que o habitam e que vão se (con)fundindo uns com outros ao longo dos tempos. Portanto, a historiografia regional que por muito tempo trabalhou com o mito do “pioneirismo alemão/germânico”, alicerçado na literatura e no senso comum gerou/gera uma narrativa unilateral, que não contribui para o desenvolvimento regional, pelo contrário. Pois negar/invisibilizar a existência de outros povos que já existiam antes mesmo da colonização é negar a história do Vale do Rio Pardo e principalmente a de Santa Cruz. Pois vejamos na própria formação da colônia a presença de grande número de indígenas existentes nessa região bem antes da oficial colonização. Povos esses que foram “varridos” de seu habitat por colonizadores lusos, que já tinham a posse desse território antes da colonização germânica. Reproduzindo assim, em Santa Cruz a lógica brasileira de ocupação do território, tornando ilegítimo o discurso do “pioneirismo germânico” em esfera local, bem como “pioneirismo português” na nacional, a não ser que ainda adotemos uma visão euro e etnocêntrica da história, desconsiderando os povos que já se constituíam no território desde outrora. Pois “quando chegaram, os primeiros colonos (...) Rosa, (João de Faria Rosa), para resguardar-se das investidas dos bugres, então muito abundantes, fizera cercar a sua morada pelos ranchos de seus numerosos escravos”. (MENEZES, 1914, 38-9). Assim compreendemos também a importância de registrar a presença anterior à germânica em Santa Cruz da população escrava, que vão (con)viver em meio aos imigrantes na colônia, em que condições ainda depende de estudos mais aprofundados, embora exista alguns indícios que apontam para alguns caminhos, de haver escravos entre os imigrantes, o que era proibido por lei. (COSTA, 2015, p.11).

Como aponta o historiador Paulo Zarth (2009), num importante texto sobre a os “colonos imigrantes e lavradores nacionais no sul do Brasil”, onde ele vai abordar o processo de ocupação da terra, mostrando as questões conflituosas que marcaram essas ocupações, numa relação entre “caboclos” ou lavradores nacionais”, além do “colono”, fazendo um debate muito além da questão étnica, associando essa questão à incorporação desses camponeses/as na perspectiva capitalista de ocupação da terra e de reprodução do capital pelos mesmos, dividindo-os entre os “dados ao progresso” / “Empresário Colonizador” que vão dar origem às primeiras indústrias do RS nas regiões coloniais e também os “indesejados” / “Intrusos” não propensos ao progresso, que serão a representação do camponês que não se inseriu nesse contexto propriamente capitalista. E com isso, o agravamento de conflitos ao longo dos séculos XIX e XX, nessa formação territorial do sul do Brasil.

consideramos de relevância por darem conta dessa multiplicidade formativa da região em questão. -
 Questão Indígena: Guarani – (MELO, 2011).
 - Questão dos Serranos em Santa Cruz – (COSTA, 2007).
 - Questão dos Negros – (SKOLAUDE, 2008).

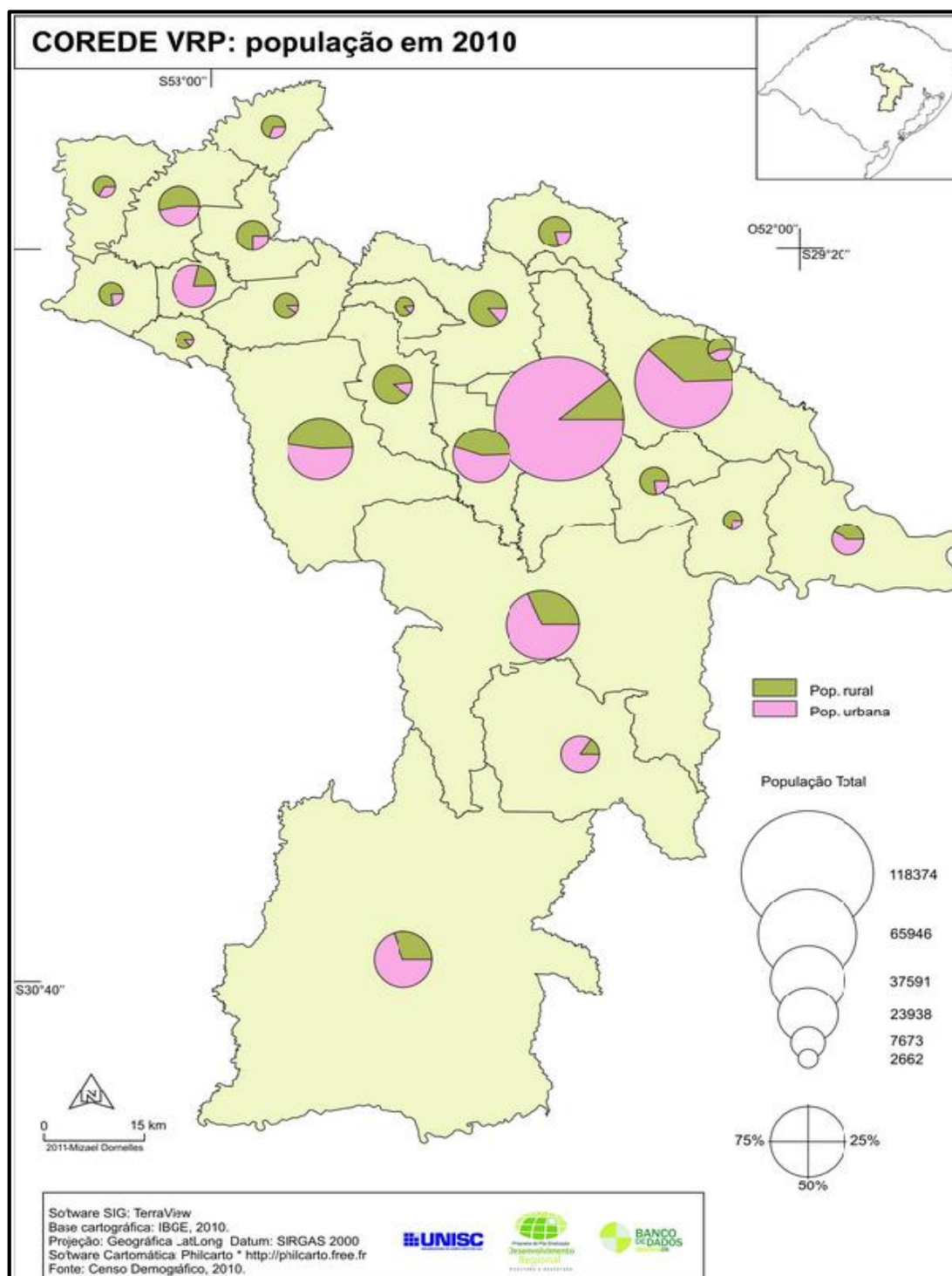
Trata-se de uma região que apresenta uma contradição em relação ao seu território, pois a maior parte da população, 55,82%, vive na zona urbana, enquanto a área rural apresenta, 44,18% da população, o que reflete a realidade dos sete municípios mais populosos, que são: Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo, Sobradinho, Pantano Grande, Encruzilhada do Sul, Candelária e Vera Cruz. Já os outros 15 municípios (Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Passo do Sobrado, Segredo, Sinimbu, Tunas, Vale do Sol e Vale Verde) apresentam uma população rural maior que a urbana, porém têm um número de habitantes no geral menor que os citados anteriormente (OBSERVADR, 2015).

Portanto, é possível afirmar que o VRP, enquanto território, é marcadamente rural e seus municípios são, na grande maioria, municípios rurais, com uma população menor que 16 mil habitantes em 15 dos 23 municípios (Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Passo do Sobrado, Segredo, Sinimbu, Tunas, Vale do Sol e Vale Verde). Destaca-se que praticamente metade da população da região vive em apenas três municípios (Santa Cruz do Sul – 128.437 hab, Venâncio Aires – 69.052 hab e Rio Pardo- 38.071 hab, somando 235.560 hab), (FEE, 2015). Conforme aponta a Figura 22.

Sendo assim, a maior parte da população do Vale do Rio Pardo mora em áreas urbanas, porém a região é menos urbana do que aparenta, pois, a grande maioria dos municípios tem características marcadamente rurais, o que faz com que muitos dos seus moradores que vivem no seu perímetro urbano não tenham uma vida urbana, concentrando suas atividades no Campo (agricultura e/ou pecuária).

É absolutamente comum, na maioria dos municípios do Vale do Rio Pardo, a coexistência junto ao perímetro urbano da “cidade” do posto de saúde central, de uma lavoura de milho/fumo/feijão do lado da prefeitura municipal, que não incomum se pode ver uma “invernada” onde pastam algumas cabeça de gado ou outros animais. Ou seja, estamos falando de municípios na sua grande maioria, rurais, mesmo nos seus “centros urbanos”, como descreve a Figura 22. Portanto, em nível de população o Vale do Rio Pardo tem a maioria das pessoas morando na cidade, no meio urbano, porém, territorialmente a região é rural, com uma presença muito forte da Agricultura Familiar Camponesa na sua constituição territorial.

Figura 22 - – A População do VRP em área rural e urbana.

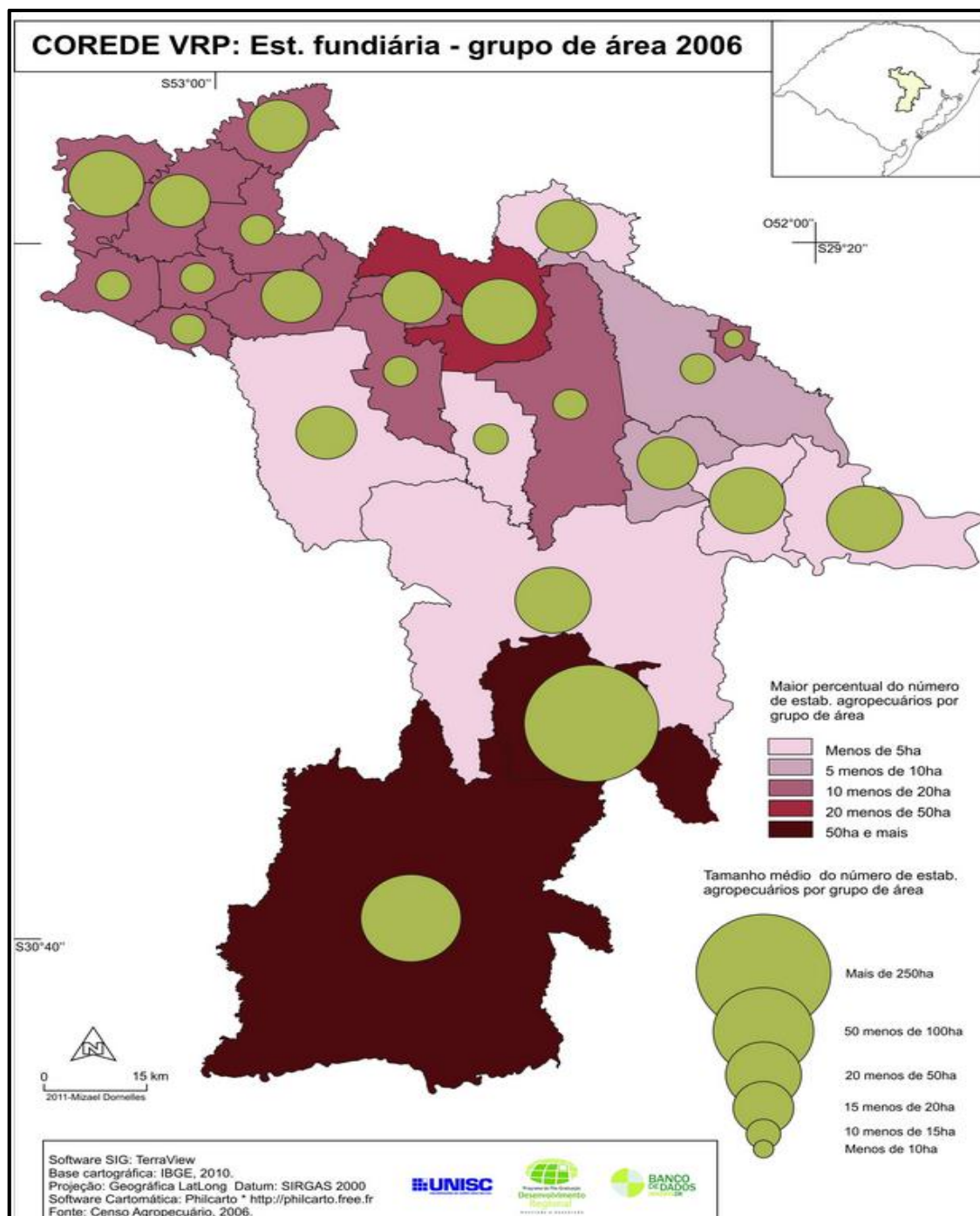


Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional, 2015.

A figura anterior mostra que é importante pontuar, essa forte presença da população na área rural no território do Vale do Rio Pardo, esta é uma região marcada pela forte e consolidada presença da Agricultura Familiar, constituída de pequenas propriedades rurais, com a maioria das propriedades familiares entre 5 ha e 20 ha, como aponta o mapa da figura 23, marcada pelo cultivo do tabaco. Essa é uma

característica da fumicultura, pois devido aos cuidados intensivos, o trabalho na lavoura é praticamente artesanal, além de muitas áreas do VRP serem de difícil mecanização, pela declividade de boa parte do terreno. A exceção é o sul da região, com a presença de áreas de terras maiores num terreno mais plano, como é o caso de Encruzilhada do Sul e Pantano Grande, com a média de propriedades com mais 50 ha, municípios estes que já estão em faixa de transição em direção à Campanha Gaúcha, origem histórica do latifúndio no RS, como deixa claro a Figura 23.

Figura 23 - Estrutura Fundiária do VRP



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional, 2015.

Essa composição, que reúne elementos históricos, geográficos e sociais, fez com que o Vale do Rio Pardo se tornasse a região que mais produz tabaco no Brasil, gerando uma forte dependência econômica da região em relação a esse segmento. Essa dependência consiste num arranjo produtivo de sistema integrado em que as grandes empresas transnacionais detêm o controle do processo, desde a produção das sementes (variedades desenvolvidas pelas próprias empresas), que são comercializadas junto aos agricultores, além de todos os insumos utilizados na produção do tabaco (fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, prensa de enfardar, tecedeiras e demais insumos).

Em muitos casos, comercializam a lenha que os agricultores utilizam para a secagem do tabaco. As fumageiras também contratam o frete que leva os insumos até as propriedades dos agricultores e também transporta o tabaco seco, em fardos, para a empresa no final do ciclo produtivo, onde acontece a venda do tabaco em folha para outras empresas, ou este tabaco acaba sendo transformado em cigarros, principalmente. Cerca de 85% do tabaco produzido no Brasil é exportado para o mundo (SINDITABACO, 2016).

A produção de tabaco no Brasil ainda confere a continuidade do desenvolvimento de uma agricultura familiar baseada nos princípios formatados pela “Revolução Verde”. O processo de produção do tabaco – plantio, industrialização e comercialização – é controlado pelas empresas multinacionais. Decisivamente as corporações multinacionais têm um grande impacto na estrutura regional. (KARNOPP e OLIVEIRA, 2012, p.11).

Essa cadeia produtiva é articulada pela equipe de assistência técnica das empresas, que garante a qualidade e quantidade desejada em determinado ano, levando aos agricultores as orientações e procedimentos necessários à produção do tabaco. São os técnicos que também articulam o negócio entre os/as agricultores/as e as empresas, desde o pedido, até a entrega³⁴ final do tabaco, produzido por esses. Essa dependência econômica e política da fumicultura deixa a região bastante exposta a toda e qualquer oscilação que esse mercado possa sofrer, pois grande parte desse tabaco, cerca de 85%, é exportado para outros países. Além

³⁴ Quando nos referimos ao termo “entrega”, estamos fazendo pela linguagem dos/as agricultores/as no período de comercialização do tabaco. Pois, ao carregar o tabaco no caminhão que transportará até a empresa fumageira, os/as agricultores/as dizem ser dia de “entrega” do tabaco, raramente utilizando os termos “venda” ou comercialização”. Depois de chegar na empresa, o tabaco é classificado pela própria empresa, sendo muito difícil os/as agricultores/as, em caso de desacerto com a empresa, trazerem o tabaco de volta para casa, pois o frete terá de ser pago ao caminhoneiro, que normalmente já tem frete de retorno marcado, ficando o/a agricultor/a “refém” desse processo de “entrega” do tabaco (ETGES, 1991).

do que, as fortes campanhas antitabagistas no mundo vêm apontando para o curto prazo uma redução de fumantes e de consumo de cigarros em escala mundial. Ou seja, essa demanda tende a diminuir no médio e longo prazo, o que coloca em cheque a matriz produtiva da região, pois o Brasil é um dos grandes produtores e o maior exportador de tabaco no mundo, sendo uma atividade de relativo impacto econômico para o país e, em especial para o RS e mais ainda para o Vale do Rio Pardo.

Em 2018, o tabaco representou 0,8% do total das exportações brasileiras, com US\$ 1,99 bilhão embarcados. O principal mercado brasileiro neste período foi a União Europeia com 41% do total dos embarques de 2018, seguida pelo Extremo Oriente (24%), África/Oriente Médio (11%), América do Norte (10%), América Latina (8%) e Leste Europeu (6%). Para a Região Sul do País, a cultura é uma das atividades agroindustriais mais significativas. No Rio Grande do Sul, a participação do tabaco representou 7,4% no total das exportações. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco e líder em exportações desde 1993. (Sinditabaco, 2019).

Porém, esse montante de dinheiro que circula na região, acaba concentrado naqueles municípios que abrigam as indústrias do tabaco em seus territórios, nesse caso, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, aumentando a disparidade econômica na região. Esse aspecto contribui para a concentração ainda maior do poder político e econômico nesses municípios, devido aos empregos gerados pelo setor, o que leva ao aumento de demandas por serviços em geral, além de atrair um complexo de indústrias subsidiárias, o que gera um distanciamento desse polo processador do tabaco em relação aos demais municípios que apenas produzem a matéria-prima.

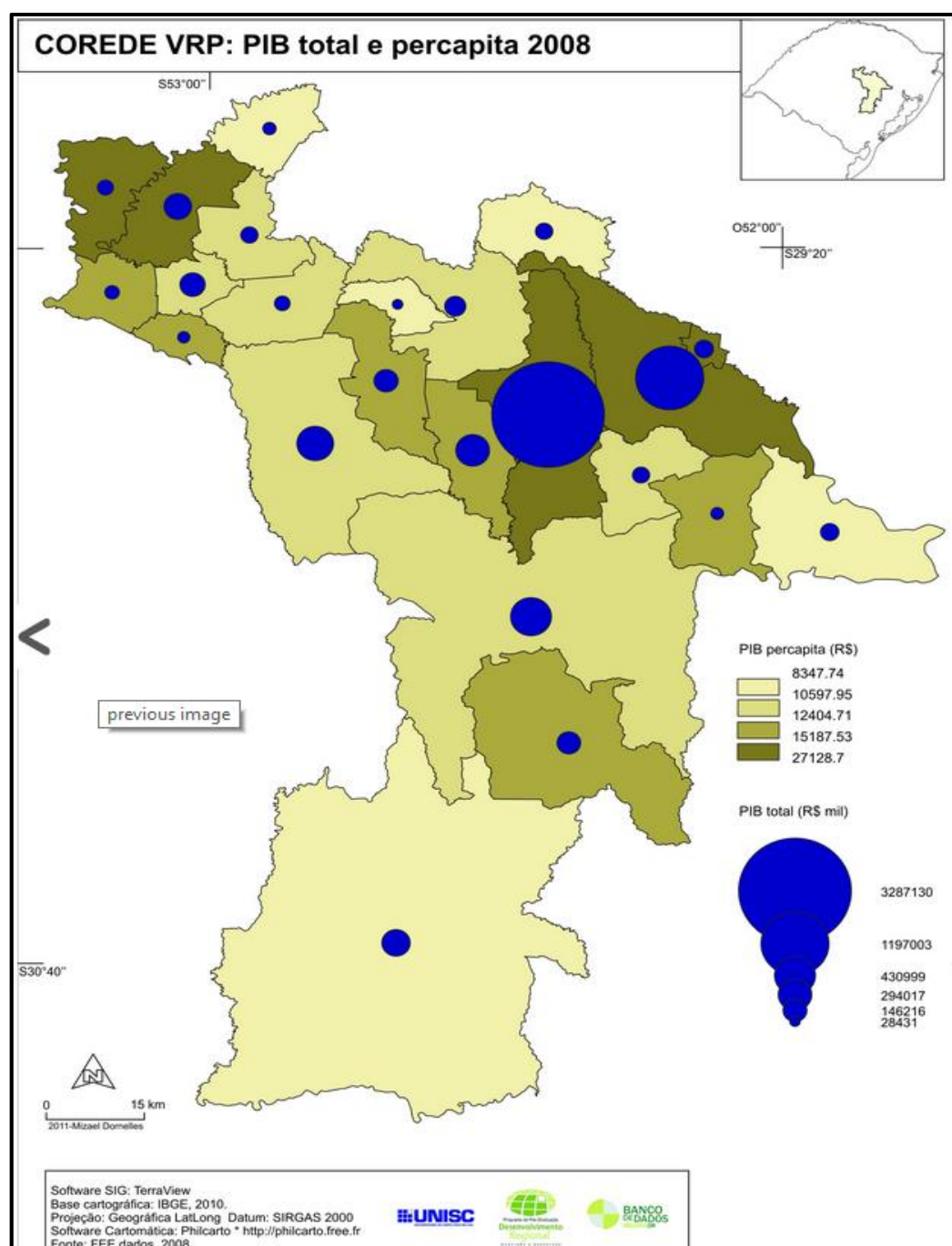
Quando vemos o PIB e/ ou a renda per capita desses municípios da região, temos a impressão de haver numa região, muitos “Haiti” e poucas “Dinamarca”, tamanha a disparidade entre os municípios. E uma das explicações para essa discrepância é a concentração das indústrias e a relação entre os municípios que fazem apenas a produção da matéria prima e os municípios que abrigam as indústrias de beneficiamento, nos quais é feita a compra dessa matéria prima, de menor valor agregado, por óbvio.

A comercialização desse produto (o tabaco) se realiza naqueles municípios que abrigam as indústrias de beneficiamento que são Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo e, principalmente, Santa Cruz do Sul. O que resulta disso é que o retorno fiscal também se concentra nesses municípios, fato que o território da região evidencia claramente, fazendo com que alguns de seus municípios figurem entre os mais pobres do Estado, quando se trata de renda média por família. (ETGES, 2001, 360).

Conforme aponta a Figura 24 em frente, fica evidenciada a concentração de fluxo de capitais nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, decorrente da industrialização do tabaco e os empregos que essa atividade produtiva produz, bem

como demais empresas prestadoras de serviço que estão ligadas a esse setor. Já nos demais municípios, também produtores de tabaco, esse processo não se realiza, o que explica a grande disparidade de renda entre os municípios da região, ocasionada em especial pela oferta de empregos e por todo o circuito de serviços que a atividade demanda, gerando um volume de capital nos principais municípios-polo da região, contribuindo decisivamente para uma lógica de desigualdade econômica no Vale do Rio Pardo.

Figura 24 - COREDE Vale do Rio Pardo: PIB total e per capita 2008.



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional, 2015.

Daí a necessidade de construirmos uma nova mentalidade, buscando romper com o paradigma do século XX da produção associada a grandes complexos transnacionais, como se fosse uma atividade de segurança ou até mesmo a única possibilidade de desenvolvimento de uma região, pois o mercado mundial é entrecortado por muitos interesses financeiros e isso em médio e longo prazos muitas vezes prejudica os negócios na região (supersafra em outro lugar produtor, oscilação do dólar...). Justamente porque é possível, paralelo a essa perspectiva, na direção contrária do panorama internacional, construir outras possibilidades, calcadas em atividades econômicas próprias da região, da sua tradição produtiva, que dialogam com “o viver” dos seus sujeitos.

Nesse caso, a produção de alimentos saudáveis que a região já produz há décadas, porque é na constituição integral da região que reside a força de seus sujeitos e obviamente dela própria, visibilizando todas as suas forças enquanto povo, na sua diversidade que enriquece o panorama regional, com suas mais diversas práticas de Agricultura Familiar Camponesa, como o caso do Vale do Rio Pardo. Uma outra perspectiva de desenvolvimento é possível e urgente.

Não há dúvida de que não serão as mesmas políticas desenvolvimentistas de meados do século XX que promoverão o desenvolvimento do início do século XXI. Outras estratégias precisam ser construídas para dar conta de fenômenos diferentes, mas também é certo que o resgate da noção de desenvolvimento, com seu conteúdo de eliminação da pobreza e da desigualdade. (ARBIX e ZIBOVICIUS, 2001, p.67).

Portanto, é nas “fissuras” dessas estruturas socioeconômicas que se pode encontrar e construir as possibilidades da mudança de paradigma, a médio e longo prazos, especialmente porque a base do tabaco no Vale do Rio Pardo são propriedades rurais relativamente pequena, na casa de 15 hectares de média e tem na sua essência produtiva a mão de obra familiar. O que nesse caso, uma transição para a produção de alimentos, que possa inclusive dialogar com a produção orgânica num primeiro momento, mais adiante para uma produção de base agroecológica, acena num horizonte muito possível, como algumas famílias já vem fazendo e estamos destacando nesse trabalho.

Haja visto que “todo modo de produção é uma unidade dinâmica e contraditória. [...] Há em seu interior uma imensa dose de contradição, de tensão e de conflito, e esses fatores proporcionam um conjunto de possibilidades inerentes de construção de alternativas” (HARVEY, 2015, p.277). Assim se configura a Agroecologia, junto à Agricultura Familiar Camponesa no Vale do Rio Pardo, com seu coletivo de

experiências e vivências, desde as cooperativas e associações, passando pelas feiras populares de alimentos, bem como na venda direta e institucional dos alimentos produzidos, a partir da produção orgânica e agroecológica, gerando renda e cada vez mais autonomia a esses Agricultores/as, que vão buscando cada vez mais a sua organização.

Diante dos dilemas atuais da humanidade, no que se refere à produção e ao consumo de alimentos, bem como a continuidade da vida, é urgente a necessário que se caminhe a passos largos rumo a produção de alimentos saudáveis para a humanidade, aliada à preservação dos bens da Natureza e a agroecologia se apresenta como sendo a alternativa mais viável e segura para responder a essa demanda. (RODRIGUES, 2018, p.39).

Faz parte da agenda dos/as agricultores/as, principalmente dos que produzem tabaco, questões como a preocupação com o uso intenso de agrotóxicos e a exposição da saúde dos/as agricultores/as e a dificuldade crescente de seus filhos/as de seguirem na propriedade produzindo tabaco. Da mesma forma, a instabilidade do preço pago pelo tabaco ao final da safra, bem como o aumento do custo da produção, seja pelo valor dos insumos comprados, seja pelo custo cada vez maior da mão-de-obra externa, sobretudo no período da colheita, tem gerado angústia entre os/as Agricultores/as Familiares Camponeses que cultivam tabaco.

Como aponta a pesquisa “encomendada pelo Sinditabaco, ao CEPA / UFRGS (...) a pesquisa feita com 1.145 famílias demonstra que a saída dos filhos é a principal ameaça a cultura do fumo. A falta de um sucessor marcou 28,4%, seguido pelo desejo da família de deixar o campo”. (PERES, NETO, 2018, p.69-70). Portanto, essa questão da dificuldade de sucessão familiar na agricultura regional, é um tema que vem preocupando inclusive o setor do tabaco, que historicamente nunca teve maiores preocupações com essa temática. É nessa esteira de dificuldades que vão aparecendo e se construindo as oportunidades de diversificação produtiva da região, impactando diretamente na forma de viver da população da região, em que a Agroecologia vem se destacando como possibilidade da produção de alimentos saudáveis e constituindo-se num vetor de desenvolvimento.

Nesse contexto, a Agroecologia se apresenta como uma excelente oportunidade, especialmente para a juventude do campo da região, entendendo que este/a jovem busca alternativas junto a sua família para se manter no Campo, com qualidade de vida, e gerando renda para ter uma vida digna, apesar das inúmeras dificuldades que precisam ser enfrentadas para que isso se viabilize.

Especialmente no que tange à infraestrutura, o poder público regional precisa fazer uma aposta prioritária no Campo, garantindo estradas trafegáveis para escoamento da produção e acesso às propriedades, ao mesmo tempo em que o setor privado tem que ser responsabilizado pela qualidade da energia elétrica, do sinal de telefone e de internet que chega ou não chega ao Campo. Todos esses serviços são hoje deficitários, mas indispensáveis para garantir qualidade na produção de alimentos, visto que o contato com a cidade e com informações referentes à produção precisam ser imediatos, para planejar a produção e especialmente a sua comercialização. São, entre outros menos urgentes, verdadeiros gargalos para maiores investimentos na Agricultura Familiar Camponesa regional, a principal atividade econômica do Vale do Rio Pardo (COREDE, 2017)³⁵.

Mas mesmo com todos os entraves e dificuldades de se construir um “tecido social” que esteja engajado na produção orgânica, de base agroecológica no Vale do Rio Pardo, estamos frente a uma realidade que nos permite afirmar categoricamente, frente a todas as experiências e vivências agroecológicas na região, que o Vale do Rio pardo é diverso produtivamente e conta com dezenas de boas ações nesse sentido, umas mais consolidadas e outras menos, mas caminhando rumo a uma produção responsável com a o meio ambiente e preocupada com a saúde das pessoas. Agora, vamos as construções que estão sendo possibilitadas frente a organização da AAVRP nesses anos.

³⁵ Durante o ano de 2017, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE VRP, juntamente com o PPGDR/UNISC, coordenaram um extenso trabalho denominado de “Plano estratégico de desenvolvimento regional do VRP”, com um compilado de reflexões e de possíveis projetos a serem desenvolvidos na região, indicando inclusive com valores financeiros para dar conta de cada meta. Trata-se de um estudo detalhado sobre as necessidades regionais e que apontam a necessidade urgente de investimento em infraestrutura para a Agricultura Familiar Camponesa da região poder produzir mais, melhor e com atrativos para a Juventude do Campo. O grande desafio, como sempre, é “tirar esses projetos do papel” e colocar esse debate na agenda do dia da região.

4. AAVRP – A AGROECOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA/S E CONSTRUÇÃO DE “ESPAÇOS DE ESPERANÇA”.

Calix Bento

Milton Nascimento

Ó Deus salve o oratório

Ó Deus salve o oratório

Onde Deus fez a morada

Oiá, meu Deus, onde Deus fez a morada, oiá

Onde mora o Calix Bento

Onde mora o Calix Bento

E a hóstia consagrada

Oiá, meu Deus, e a hóstia consagrada, oiá

De Jessé nasceu a vara

De Jessé nasceu a vara

E da vara nasceu a flor

Oiá, meu Deus, da vara nasceu a flor, oiá

E da flor nasceu Maria

E da flor nasceu Maria

De Maria o Salvador

Oiá, meu Deus, de Maria o Salvador, oiá

Figura 25 - Primeira Aula Inaugural do Bacharel em Agroecologia UERGS/AGEFA.



Fonte: Acervo da AAVRP, 2019.

4.1 – A AAVRP e a possibilidade da construção dos “Espaços de Esperança” no Vale do Rio Pardo – As entidades.

Nesse panorama geral do Vale do Rio Pardo, numa conjunção de tantas forças sociais, a Agroecologia vem ganhando cada dia mais densidade, tanto em nível de Brasil, como no Rio Grande do Sul e no Vale do Rio Pardo em particular, mesmo sendo esta uma região intensamente marcada pela produção do tabaco, sob a hegemonia produtiva e econômica advinda dos grandes complexos transnacionais do segmento. Nessa região vem se constituindo, desde 2013, a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP, cuja história vamos relatar desde a data da fundação, entidade que vem conquistando cada vez mais espaço na agenda regional, seja pela articulação das suas entidades, também pela proposição de atividades conjuntas, bem como na ocupação de espaços de mídia, o que reforça e destaca as atividades propostas pela AAVRP, pelo menos nesses últimos cinco anos.

No mês de agosto de 2013, o prof. José Schmitz, agrônomo e professor na unidade da UERGS/Santa Cruz do Sul, juntamente com o monitor da EFASC, Evandro Silveira, Tecnólogo em Horticultura, formado na mesma unidade da UERGS, participam de uma atividade da AAVT – Articulação em Agroecologia do Vale do Taquari, no município de Lajeado/RS, a respeito da Agricultura Familiar e Camponesa naquela região. Essa participação foi importante no sentido de provocar neles a inquietação de que era possível, num esforço e somatório de forças, fundar algo parecido no Vale do Rio Pardo, justamente por haver características muito similares regionalmente, como ambas regiões serem marcadas pela Agricultura Familiar, embora a fumicultura não seja tão presente no Vale do Taquari, mas a estrutura fundiária sim. Ou seja, havia por aqui no Vale do Rio Pardo um tecido social muito próximo ao que se apresentou em Lajeado, na reunião em questão, pela avaliação dos participantes do encontro.

A ideia de uma Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo nascera ali naquela troca de experiências, naquela reunião. Essa ideia encontrou terreno fértil por essas bandas do Vale do Rio Pardo. Tanto é que, de conversas informais e de trocas de impressões, de conjecturas regionais entre diversos membros de entidades da região, se organiza um encontro com entidades que trabalhavam com a Agricultura Familiar Camponesa na região e/ou que não se opunham inicialmente à Agroecologia, para discutir a possibilidade de se criar uma articulação em Agroecologia na região.

Para isso, o passo seguinte foi marcar uma reunião nas dependências da EFASC, no dia 19 de setembro de 2013, às 14h em que se reuniram cerca de 25 pessoas de 10 entidades do Vale do Rio Pardo. Nessa histórica reunião de setembro de 2013, estavam presentes as seguintes entidades que constituíram a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo- AAVRP: EFASC (Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul), CPT- Comissão Pastoral da Terra, EMATER, UERGS- unidade de Santa Cruz do Sul, uma representação regional da SDR- Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do governo estadual, Associação Planeta Vivo, CEDEJOR- Centro de Desenvolvimento de Jovens Rurais, sediado em Rio Pardo, CAPA- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e ECOVALE, Núcleo de Agricultores Ecologistas de Santa Cruz do Sul, e Agricultores/as Familiares Camponeses de diversos municípios da região do Vale do Rio Pardo.

A AAVRP nascia de fato num campo muito fértil, como a Agroecologia pressupõe, diversa, de várias matrizes de compreensões, o que sempre desafia qualquer instituição dessa natureza, pois o diálogo tem de ser exercício e prática permanente, porque o “caldo cultural” é imenso. Diante de todo um conjunto de reflexões e avaliações feitas pelos/as participantes da reunião, se chegou à conclusão que seria de essencial importância a criação da Articulação, com o fim específico de articular as entidades, havendo a possibilidade de participações individuais também, embora todas as convergências dessa nova entidade regional fossem calcadas na perspectiva da constituição de uma coletividade que construiria, de maneira organizada a Agroecologia na região, como ilustra a histórica Figura 26.

Figura 26 -Fundação da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo - AAVRP.



Primeira reunião da AAVRP – Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, dia 19 de setembro 2013.

Fonte: Elaborado pelo autor. (Acervo EFASC).

Nesse encontro de fundação da AAVRP, discutiu-se os seguintes temas e possíveis ações futuras da nova entidade que nascia com 11 entidades da região, entre elas, instituições que há décadas trabalham com produção orgânica e agroecologia na região, como é o caso do CAPA/ECOVALE. O coletivo debateu de imediato os objetivos centrais da Articulação e assim definiu-os coletivamente:

- Reunir forças para possíveis ações na/da AAVRP;
- Promover divulgação das diversas ações referentes à Agroecologia e produção orgânica realizadas na região;
- Aproximar Agricultores Familiares de consumidores de alimentos da Agricultura familiar na região;
- Promover formação para Agricultores/as Familiares que possam ajudar na divulgação das atividades da AAVRP;
- Articular experiências e trocas dessas experiências na própria região.

Assim se constituía a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, naquela tarde primaveril de setembro, há pouco mais de cinco anos, com todo esse “caldo regional” de forças, entidades e pessoas dispostas a construir organizada e

coletivamente a perspectiva agroecológica na Agricultura Familiar Camponesa da região. Na mesma ocasião, já foi agendado o próximo encontro, para o dia 15 de outubro de 2013, às 14 horas nas mesmas dependências da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul. Entre idas e vindas, dificuldades de encontros, ausências e permanências, se encontram a grande maioria ainda ativas na AAVRP, com a exceção do CEDEJOR que teve suas atividades encerradas em 2014 e a Associação dos Agricultores Ecológicos de SCS, que não mais se fez presente às reuniões a partir de 2015, sem motivo declarado. Mas são essas as entidades fundadoras da AAVRP, como demonstra a Figura 27, adiante.

Figura 27 - Entidades que fundam a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP, em 2013.



Fonte: SCHMITZ, 2013.

Dentre as entidades participantes está o CAPA, que há mais de três décadas trabalha com assistência técnica a grupos de agricultores agroecologistas na região, preocupados não só com a produção de alimentos, mas também com o aproveitamento e a comercialização desses alimentos. Daí a iniciativa da ECOVALE, que, além da feira semanal em Santa Cruz do Sul, envolvendo Agricultores/as Familiares Camponeses articulados em grupos de produção, tem a sua loja de

alimentos orgânicos que comercializa alimentos produzidos por Agricultores/as ligados diretamente à ECOVALE, de toda a região na sede do CAPA, em Santa Cruz do Sul.

A Comissão Pastoral da Terra, por meio da Escola de Jovens Rurais, que já passou por diferentes formatos de formação da juventude do Campo, inclusive trabalhando na perspectiva da formação em Alternância por vários anos, ao longo das últimas décadas, também se propôs a fazer um trabalho de formação orientado pelos princípios da Agroecologia, tendo na fé cristã católica um dos pilares formativos. Esse trabalho contou com a parceria de vários membros das entidades que compõem a AAVRP, em palestras, trabalhos em grupos, visitas a propriedades agroecológicas, onde os/as Agricultores/as têm maiores vínculos com o trabalho pastoral da Igreja Católica. Trata-se de um formato de educação não formal que segue também os princípios de Educação Popular, abordando diversos assuntos correlatos a Agroecologia e Produção Orgânica de alimentos, sobretudo.

Da mesma forma, as EFAs (EFASC e EFASOL), desde 2009 e 2014, respectivamente, são Instituições de ensino que vêm trabalhando com filhos/as de agricultores/as familiares do Vale do Rio Pardo e Centro Serra, em cursos de Ensino Médio Técnico em Agricultura, através da Pedagogia da Alternância. Somam-se, assim, à AAVRP instituições que trabalham com educação formal, formando técnicos/as agrícolas, na perspectiva de formação da Pedagogia da Alternância, contextualizando a realidade dessa Agricultura Familiar Camponesa da região, seguindo os princípios da educação Freireana, especialmente. Aqui nesse caso, as EFAs são, antes de qualquer instituição de ensino, associações de famílias que provêm a gestão das mesmas, escolas comunitárias, gestadas pelas famílias e mantidas com recursos públicos e privados de uma rede de parceiros institucionais, que viabilizam as escolas econômica e institucionalmente.

Soma-se a essa perspectiva de trabalho, a EMATER, com seus núcleos de Agroecologia, que vão articulando experiências individuais e coletivas de organização da produção e comercialização, por agricultores/as familiares da região. Embora a EMATER não seja uma entidade que tenha na Agroecologia seu sustentáculo, esta dispõe de profissionais e coletivos identificados com essa perspectiva de produção/organização no Campo da Agricultura Familiar Camponesa, que estão sempre suscetíveis a diretriz e orientação do governo do Estado, como já ponderamos aqui, sendo esse um gargalo expressivo em relação à participação da Emater nesse

movimento regional, justamente pelo fato do governo do estado RS se colocar atrelado aos interesses do agronegócio hegemônico, como no presente caso e conjuntura estadual.

Mesmo com todas as dificuldades, mas com avanços também, essa articulação vem propondo a junção de entidades para debater e constituir uma agenda de discussão e de práticas em Agroecologia na região, para buscar aos poucos, desconstruir a compreensão construída hegemonicamente de que a única via produtiva e econômica de desenvolvimento para a região e para os/as próprios/as agricultores/as familiares é a dependência do sistema integrado de produção do tabaco, intensamente propagado pelo setor fumageiro nas peças comerciais e no seu trabalho a campo, garantindo uma difusão dessa compreensão pela região.

Nessa perspectiva, nos propusemos a investigar o processo de constituição da AAVRP por entidades que trabalham na perspectiva da Agroecologia, numa região historicamente monopolizada pela produção e indústria do tabaco, para justamente verificarmos e refletirmos se, entidades como essa e com esse nível de articulação, podem se constituir numa possibilidade de resistência dos/as agricultores/as familiares e entidades que a compõem, em relação à monopolização desse território, por parte do segmento transnacional tabacaleiro.

O fato de algumas das entidades que compõem a AAVRP terem vínculo institucional com o setor tabacaleiro, vide casos como das duas Escolas Famílias Agrícolas, o CEDEJOR, além da EMATER, que têm bom trânsito com o setor, devido às suas necessidades financeiras e de reconhecimento na região, torna o tema proposto ainda mais relevante. Esta constatação evidencia o grau de dependência da região em relação a esse setor, a ponto de entidades estarem de certa forma associadas a ele, para poderem viabilizar uma tentativa de Agroecologia na região do Vale do Rio Pardo. Este leque de entidades evidencia a diversidade do Campo na região, inviabilizando qualquer tentativa de análise monolítica a respeito desse território, que apresenta tanta complexidade em seus arranjos.

Eis aí um elemento central da Agroecologia: a busca por construir a emancipação das pessoas, em especial dos agricultores/as familiares, que individual e coletivamente, podem buscar soluções para seus problemas, compreendendo que o seu saber histórico, construído ao longo dos séculos, de conhecimento a respeito da biodiversidade é valorizado, uma vez que a biodiversidade, que faz parte do cotidiano dos agricultores, “é em essência, potencial de conhecimento,

assemelhando-se a uma grande biblioteca da vida” (PERICO, 2005, p.90). São dessas experiências e organizações, que brotam outras possibilidades de desenvolvimento regional, preocupadas e respeitosas com o território e com a qualidade de vida das pessoas. Portanto, comprometida com o contexto social onde estão inseridas.

Para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade, a região em questão; identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos em comum à população envolvida. Pois “é preciso criar uma forma de representação da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova gestão do território seja gestada”. (ETGES, 2003, p.68).

Evidentemente que isso não quer dizer que não haja conflitos de interesses, porém, o exercício do debate e da organização em comum nos grupos de agricultores, cooperativas, associações, vai formando as pessoas nas interações. Evidencia-se assim a constatação de que a dependência do setor fumageiro não é benéfica para a região como um todo, muito menos para os próprios agricultores familiares. “Temos um patrimônio de 40 anos de reflexões sobre os processos de estruturação dos espaços disputados entre agentes e sujeitos que forjam e transformam as estruturas, estratégias, campos e arenas de luta e de conflitualidade entre projetos sócio políticos distintos” (BRANDÃO, 2014, p.19). Nessa perspectiva, a Agroecologia pode representar esse projeto alternativo, de resistência, de construção de uma nova mentalidade a respeito do que envolve a Agricultura Familiar Camponesa, especialmente a compreensão de desenvolvimento, tão diferentemente abordado pelas pessoas no seu cotidiano.

Diante do cenário de exploração, segregação e destruição provenientes da agricultura industrializada e capitalista, das monoculturas (...) e da desculpa da destruição para o desenvolvimento é que surgem as mais diversas formas de resistência que trazem consigo novas situações e geram mais processos. (MEDEIROS, GONÇALVES, 2013, p.03).

Antes da criação da AAVRP, já havia na região do Vale do Rio Pardo um trabalho histórico na perspectiva da diversificação da agricultura na região, em especial à fumicultura, que colocava em cheque a dependência da região em relação ao tabaco e ao setor como um todo, situação de vários “choques” entre igreja e setor fumageiro, ora declarado, ora velado. Nesse contexto, destaca-se a Comissão Pastoral da Terra - CPT da Igreja Católica, também da Cáritas e do Centro Diocesano de Pastoral no Mundo do Trabalho, entidades que vão organizar, desde a década de 80, o encontro de sementes crioulas itinerante entre os municípios que compõem a Diocese de Santa

Cruz do Sul, que já vai para sua 19ª edição em 2019, além de cursos sobre agricultura ecológica, bem como os Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Tabaco.

Figura 28 - Algumas ações desenvolvidas pelas entidades religiosas, com destaque para a CPT.



Fonte: Organizado pelo autor. Acervo da CPT, 2014.

Vale muito destacar na região do Vale do Rio Pardo a presença decisiva do bispo Dom Sinésio Bohn, uma liderança histórica no debate da diversificação da produção de tabaco, pensando na perspectiva da diversificação da fumicultura na região, em especial na produção de alimentos saudáveis. Dom Sinésio, junto com outras lideranças da Igreja Católica, como o bispo de Santa Maria/RS, Dom Ivo Lorscheiter e a irmã Lourdes Dill, vão dar destaque à diversificação na região da fumicultura, com a organização do Seminário Regional de Alternativa à Cultura do Tabaco, um marco importante na discussão da diversificação produtiva nas regiões de cultivo de tabaco, como aponta a Figura 28, o III Seminário Regional de Alternativa à Cultura do Tabaco, organizado no município de Rio Pardo, na Casa Jesus Maria José, entre os dias 10 e 11/07/1993 (primeira foto da figura acima). Esse evento já está 28ª edição, conforme aparece na Figura 29, adiante.

Na última edição, ocorreu o 28º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo e 4º Encontro da Agrobiodiversidade Missioneira, no dia 09 de agosto de 2018, no município de Salvador das Missões, na região missioneira do RS, contando com uma expressiva participação de mais de 400 pessoas, acontecendo junto ao evento a popular “troca de sementes e mudas crioulas”, entre agricultores/as, de grande parte das regiões do RS.

Seguindo em sentido horário, a Figura 28 nos mostra outros momentos importantes na construção da Agroecologia na região, como o dia de Campo sobre adubação verde e uso do rolo-faca, em Venâncio Aires, em 22/09/1992. Também nas fotos seguintes, a implantação do “Ensaio nacional de Milho Comum”, em Ibarama/RS, na sub região do Centro Serra (norte do Vale do Rio Pardo) no dia 18/11/1992, município hoje referência nacional na produção de milho crioulos que nesse ano de 2019, contará com o tradicional evento: XVIII Dia da Troca de Sementes Crioulas, VIII Seminário da Biodiversidade Crioula, VIII Seminário Regional dos Guardiões Mirins e VIII Feira da Economia Popular Solidária – juntando centenas de pessoas e entidades do RS que trabalham com Agroecologia e produção orgânica, cada vez mais afirmada no estado e no país. E por fim, o Agricultor Familiar Camponês, Reinaldo Rodrigues, de Capela dos Cunha, Passo do Sobrado, fazendo a comercialização direta de alimentos em Rio Pardo, no dia 10/01/1991, já na época uma liderança histórica na região, na defesa das sementes crioulas e da Agroecologia no Vale do Rio Pardo.

O sistema de produção que fez eu trocar, passar para a Agroecologia é a minha índole desde criança. Em mim também colocaram a ideia de que tinha de ser diferente, tinha que ser moderno, que tinha de usar toda a tecnologia na agricultura. Nós podemos usar uma técnica nova no nosso trabalho da Agroecologia, pra produzir alimentos saudáveis, mas essa técnica vem do próprio agricultor, só tá na vontade das pessoas. Eu peço pras pessoas se conscientizar um pouco, estudar um pouco, se formar um pouco nessa área (da Agroecologia). (RODRIGUES, 2018).

Essas atividades, articuladas pelas entidades, consistem num histórico importante para essa região, pois ao tempo em que a indústria fumageira se consolidava enquanto o sistema integrado mais longo e organizado do mundo, já haviam muitos/as Agricultores/as Familiares/as Camponeses/as que não se “enquadravam” nesse perfil de fumicultor, por uma série de motivos. E assim, foram constituindo uma rede de relações pessoais e institucionais que constituem uma perspectiva de desenvolvimento regional na lógica da Agroecologia, com os dias de

campo, mutirões, os conhecidos “ajutórios”, as trocas de dias de trabalho entre famílias, que no seu dia a dia vão mostrando que há outra forma de se pensar e fazer a Agricultura Familiar, com esse componente Camponês/as, que não vive refém da exclusividade da perspectiva do lucro a todo custo, que vive a agricultura numa lógica em que o/a outro/a não é um concorrente em potencial e sim um parceiro de trabalho, de produção, de troca de técnicas e tecnologias.

Figura 29 - 28º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo e 4º Encontro da Agrobiodiversidade Missioneira, 09/08/2018, em Salvador das Missões/RS.



Fonte: Acervo da AAVRP, organizado pelo autor, 2019.

Vale pontuar que, embora sendo de grande relevância, o trabalho que a CPT regional segue fazendo, é inegável que há nesse trabalho, um empenho pessoal junto a pastoral, em função das pessoas que fazem esse trabalho. Muito por crença na Agroecologia e na autonomia/organização dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as da região diocesana, porque efetivamente, temos uma igreja católica, especialmente depois da aposentaria de Dom Sinésio, praticamente de costas para suas bases do Campo, sem maiores sensibilidades às questões do uso de agrotóxicos, questões ligadas à posse da terra, bem como as discussões acerca do êxodo rural, especialmente da Juventude do Campo na região.

Institucionalmente, a Igreja Católica não se configura numa parceria da Articulação, muito antes pelo contrário em vários casos. Isso se deve a não haver praticamente mais nada organizado, em nível de Igreja Católica, que remeta tanto a Teologia da Libertação, como das CEBs, que poderia orientar um trabalho pastoral aliado com o povo, especialmente da roça, à exceção ao trabalho desenvolvido pela EJRP- Escola de Jovens Rurais e a própria regional da CPT, cofundadora da AAVRP. Trata-se aqui de uma igreja cada vez mais distanciada do Campo e suas gentes, que tanto colaboraram regionalmente para a estruturação da própria Igreja Católica na região.

Ainda sobre a Igreja Católica e sobre a liderança progressista e engajada de Dom Sinésio, é importante registrar a criação da Escola de Jovens Rurais - EJRP, em 1992, que proporciona uma formação não escolar, baseada em valores humanísticos com noções do que se chamava de agricultura alternativa/ecológica para filhos (as) de Agricultores/as Familiares Camponeses da região. Essas ações tinham no trabalho de resgate de sementes crioulas um de seus objetivos mais relevantes, uma vez que “a prática de conservação de sementes nativas em bancos comunitários foi introduzida pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, nos anos 80” (DUQUE, 2009, p.310). A EJRP segue suas atividades ainda hoje, com todas as dificuldades que a Igreja Católica tem em atrair a juventude, em encontros durante o ano, com a juventude do campo da região. Dom Sinésio passa ser bispo emérito em 2010, sendo sucedido por religiosos que não deram sequência ao trabalho pastoral, antes pelo contrário.

Dom Sinésio mais que um religioso, é considerado uma liderança comunitária fundamental na história de Santa Cruz do Sul e região, tendo como um dos marcos de atuação a luta por encontrar alternativas ao tabaco. (...) a motivação e liderança do religioso fizeram com que iniciasse um projeto de

educação política e econômica para os agricultores, em parceria com movimentos sociais e organizações não governamentais. – Começamos a fazer encontros nas plantações de fumo. Primeiro, estimulamos o plantio agroecológico, sem veneno. Mais tarde, já tínhamos ações que propunham a predominância de alimentos nas plantações e a diminuição ou mesmo a erradicação do tabaco em algumas lavouras (Dom Sinésio). (PERES, NETO, 2018, p.107.)

Outra entidade que se destaca é o CAPA, entidade ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, presente no Vale do Rio Pardo desde 1980, trabalhando com a formação de grupos de agricultores familiares que buscavam a diversificação das suas propriedades, como a União Serrana de Produtores Rurais no então distrito de Trombudo, atualmente município de Vale do Sol/RS. Têm início em 1991 uma série de atividades e ações conjuntas entre CAPA, EMBRAPA, CPT e Cáritas, na conservação e produção de sementes crioulas, através da atuação em grupos de produção, marca que o CAPA tem ainda hoje, de assessorar Grupos, acreditando sempre na capacidade coletiva dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as; O Grupo do Ensaio do Milho Crioulo, realizado em Vale do Sol, em 1993, articulado com o técnico agrícola da prefeitura, Mauro Muller que segue no trabalho de assessoria técnica muito próximo ao CAPA, trabalhando com Agricultores/as Familiares Camponeses do Vale do Sol.

Vale destacar a importância da fundação da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas LTDA - ECOVALE em 1998, que, gerida pelos/as Agricultores/as Familiares camponeses da região, constitui-se num espaço em que os/as agricultores/as ecologistas, organizados em seus grupos de produção, vão construindo juntos um espaço de comercialização de seus produtos via cooperativa. A Ecovale segue sendo uma referência de organização junto à Agricultura Familiar Camponesa no Vale do Rio Pardo, por tudo que ela representa simbolicamente e na concretude nessa região, sendo um marco de resistência ante o contexto de uma região tida como uma região fumageira, de produção convencional – tendo na produção e comercialização de alimentos saudáveis, a sua força - tendência que vem ganhando mais espaço a cada dia, devido à exigência dos/as consumidores/as, de uma alimentação saudável e de saber a procedência desses alimentos, como fica demonstrada na Figura 30.

A Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas LTDA – ECOVALE conta atualmente com 61 associados, distribuídos em 10 Grupos organizados de Agricultores/as: Candelária 3, Vale do Sol 3, Santa Cruz do Sul 2, Venâncio Aires 1, Rio Pardo/Santa Cruz do Sul 1 Grupo misto. Ao longo desses anos, foi criada a Rota Serrana, que é realizada desde março de 2006, portanto há mais de duas décadas, sendo já feitas mais de 250 rotas,

trazendo movimentando mais 125 toneladas de produtos, de 13 famílias envolvidas nessa construção coletiva. Assim, a estratégia de manutenção de existência da Ecovale busca afirmar o trabalho realizado pelos associados da cooperativa, que é produzir alimentos saudáveis seguindo os princípios da Agroecologia. Em questão de importância para a cooperativa, a loja tem vantagem na questão financeira, mas a feira representa a forma de trabalho de todos os associados e a preocupação na produção de alimentos de qualidade, ou seja, tanto a feira quanto a loja são de grande importância para a cooperativa ECOVALE. A Feira e a Loja da ECOVALE - A feira existe desde o ano de 1998, sendo a mais tradicional de Santa Cruz do Sul em produção orgânica. Ela é criada antes mesmo da fundação da cooperativa e atualmente a feira é realizada por três grupos, com o total de 5 famílias feirantes. A loja existe desde antes do início da cooperativa, no ano de 1998, quando se chama APAA – Associação Paraíso de Agricultura Alternativa, que tinha a sede em Paraíso do Sul e funcionava onde hoje é o CAPA e conta hoje com mais de 60 produtos para comercialização. Sendo o principal ponto de venda da cooperativa, onde cerca de 60% da venda da cooperativa é realizada. A loja é o principal canal de comercialização da ECOVALE enquanto cooperativa, a feira é um ponto de encontro de consumidores e também uma forma de atrair estes consumidores para a loja, além da feira ser um espaço de produtos Agroecológicos. (REIS COSTA, 2019).

Figura 30 - Espaço da ECOVALE, referência em produção e comercialização de alimentos orgânicos no Vale do Rio Pardo.



Fonte: Ecovale, 2019.

Isso faz com que a liderança do CAPA/ECOVALE, junto à Agroecologia no Vale do Rio Pardo, se dê especialmente pela clareza e rigorosidade com que esta instituição trabalha a Agroecologia nos seus núcleos de produção, compreendendo a necessidade do trabalho ser sempre coletivo, num claro entendimento de que o

paradigma agroecológico precisa ser construído a várias mãos, articulando poder público, organização dos/as agricultores e mercados, sejam institucionais ou tradicionais. Essa vivência na Agroecologia fortalece a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo com a credibilidade emprestada pelo CAPA/Ecovale a este coletivo.

Para o CAPA, a Agroecologia inclui/considera: *Sustentabilidade ecológica. *Segurança alimentar. *Viabilidade econômica. *Conservação de recursos. *Equidade social. * Crescimento da produção. (...) A Agroecologia é a aplicação da ciência ecológica no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. É um enfoque holístico aplicado à agricultura tradicional de pequena escala. Ligação entre ecologia, socioeconômica e cultura para sustentar a produção agrícola, comunidades agrícolas e saúde ambiental. Busca a manutenção de uma agricultura que mantenha produtividade ao longo do tempo, otimize recursos e minimize impactos ambientais. (CAPA, 2005, p.10-20).

Prova disso tudo é o registro histórico que trazemos a seguir na Figura 31. As primeiras reportagens no Vale do Rio Pardo que já abordam o conceito de Agroecologia, numa demonstração de produção de biofertilizante, foram veiculadas no dia 20/12/1996, no Jornal Gazeta do Sul, de Santa Cruz do Sul. E, ao lado um curso de Agricultura Ecológica, no Centro Diocesano de Pastoral do Mundo do Trabalho, em Rio Pardo, com assessoria da Fundação Gaia, também de Rio Pardo, nos dias 27 e 28 de outubro de 1996. Portanto, uma demonstração de que é possível uma mudança de matriz produtiva a partir das técnicas e tecnologias empregadas na produção orgânica e agroecológica, um dos argumentos mais potentes para inviabilizar a Agroecologia: “Como produzir sem adubou ou veneno? ”, “vou ter de morrer capinando?”, “trata-se de uma agricultura atrasada”, afirmam muitos técnicos/as ligados/as à produção convencional.

O acesso a essas técnicas e tecnologia de base agroecológicas, são grande parte das vezes, um dos maiores empecilhos para que Agricultores/as possam enxergar possibilidades concretas de mudar a sua matriz produtiva e diversificar a sua propriedade, com ênfase na produção de alimentos. Por isso que a inserção em jornais, programas de rádio e produção de material de divulgação das entidades, acaba sendo fundamental para socializar as ideias que concernem à Agroecologia, mostrando não só a sua viabilidade em relação à agricultura, como a sua urgência, pois a produção de alimentos saudáveis é uma das agendas mais urgentes no mundo, como já dissemos anteriormente. Por isso, trata-se de um novo paradigma de desenvolvimento, com base em princípios como alteridade, solidariedade, diversidade e respeito à natureza e seu tempo.

A Agroecologia nasce da busca de alternativas ao modelo agroquímico de produção (...) baseado no uso de agrotóxicos e adubos químicos sintéticos, que veio a causar sérios impactos ambientais e sobre a saúde humana. (...) Na Agroecologia procura-se entender as causas que fazem surgir as pragas, doenças e plantas indesejadas. Esses problemas, via de regra são causados pelo desequilíbrio ambiental e da vida do solo provocado pelos agroquímicos. Busca-se então reestabelecer o equilíbrio da natureza e da vida dos solos. Trabalha-se em harmonia com a natureza e com respeito à vida. (HERMANY, 2018, p.02).

Figura 31 - As primeiras atividades que traziam o conceito de Agroecologia.



Fonte: Acervo do CAPA - Organizado pelo autor, 2014.

Assim, as Igrejas Católica e Luterana, por meio de entidades sob sua orientação, têm um papel importante na construção do conceito de Agroecologia na região, por meio dos trabalhos pastorais que foram desenvolvidos nas últimas décadas. Por isso, há dois importantes instrumentos de promoção da Agroecologia, de grande valia para a região que são dois jornais periódicos. O primeiro de 23 anos de circulação, "O Recado da Terra", editado pelo CAPA, e o segundo, de 12 anos de informação aos mais longínquos rincões da região, "Pé na Terra", elaborado pela CPT Regional.

Divulgando informações referentes a técnicas e tecnologias produzidas pelos próprios Agricultores Familiares Camponeses/as, os jornais tornam-se uma possibilidade de troca de informações. Jornais esses que chegam às mãos das

populações do Campo na região, informando, instigando e socializando entre os próprios sujeitos do Campo vivências de realidades bem distintas, pois a sua abrangência vai além do Vale do Rio Pardo: o primeiro alcança os três estados do Sul, na área de abrangência do CAPA; já o segundo, abrange toda área da diocese de Santa Cruz do Sul, conforme destacamos na Figura 32.

Figura 32 - Periódicos de entidades da região que debatem a Agroecologia.



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

No ano de 1996, é criado o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, em uma conjuntura de grande endividamento dos agricultores em decorrência da grande seca de 1995-96. Nesse período, o MPA instala estrategicamente em Santa Cruz do Sul seu centro de formação, o Centro de Formação São Francisco de Assis. Constituíam-se ali um espaço formativo de extrema importância para a região, pois o MPA Brasil vai ter na constituição desse espaço uma referência para formações de dirigentes nacionais, estaduais e regionais, tornando-se a sede a partir da qual o MPA passa a articular suas ações de ATER, de produção, de feira camponesa que faz semanalmente em Porto Alegre e demais atividades que o movimento demanda.

Nesse contexto, Santa Cruz do Sul torna-se destino certo de grande parte das lideranças da Via Campesina, articulação internacional de movimentos camponeses. O Centro de formação São Francisco de Assis também sedia a COOPERFUMOS - Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil, que vem nos últimos anos, se dedicando a trabalhar possibilidades de diversificação produtiva em relação ao tabaco, na região.

Um momento marcante para os movimentos sociais no Vale do Rio Pardo, especialmente aos ligados à promoção da Agroecologia, da produção orgânica e dos biocombustíveis, foi o dia 29 de julho de 2010, quando, depois de 31 anos, um Presidente da República voltaria a visitar Santa Cruz do Sul/RS, e o local seria a sede do MPA, o Centro de Formação São Francisco de Assis. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de comemoração da venda de 30 mil tratores e 500 caminhões pelo Programa Mais Alimentos e de assinatura de contratos do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, visitou a unidade de Biodiesel e, em ato simbólico, abasteceu um trator, subiu, e ligou o veículo.

Esse momento teve pouca ou tímida repercussão na imprensa regional. Basta que o pouco repercutido se deu muito mais num simples registro dessa passagem do presidente, do que qualquer outra análise da situação e dos atos em si. Ao mesmo tempo, em seu discurso, o presidente Lula sequer citou os termos centrais que a própria visita impunha, como: Diversificação, Tabaco/Fumo, Fumageiras, Agroecologia, Produção Orgânica, Agrotóxico/Veneno, Produção de Alimentos Saudáveis, Movimentos Sociais, Cooperativismo e Associativismo, Agricultura Familiar Camponesa.

Foi muito mais uma festividade do que de fato um momento de marcar posição em relação a um novo paradigma de desenvolvimento para a Agricultura Familiar Camponesa na região, estado e país, o que é possível de interpretarmos por ser ano eleitoral e o presidente Lula estar, nesse período articulando a viabilidade da eleição de sua ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que nesse ano de 2010, venceria as eleições presidenciais e se tornaria a primeira mulher presidenta do Brasil. Era uma estratégia aparentemente correta³⁶.

³⁶ O pronunciamento oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesse encontro na sede do MPA, em Santa Cruz do Sul/RS pode ser encontrado na íntegra, nas suas onze páginas. (Gabinete da Presidência, 2010). É importante destacar aqui, que se trata de uma rica possibilidade de trabalhos acadêmicos que se baseiam em análise de discurso, pois Lula acaba fazendo um exercício político na

O Movimento, depois do momento protocolar, realizou também um ato público com a presença do presidente, ministros, da prefeita de Santa Cruz do Sul na época, Kelly Moraes, em que destacou a importância da agricultura camponesa para a soberania alimentar e energética do país. Frei Sérgio Görgen, dirigente histórico do MPA, falou sobre o trabalho desenvolvido pelo movimento, ressaltando que “essa experiência na área de produção de energia e alimentos não se limita ao sul do país, é uma proposta do MPA para todo o Brasil e vem sendo trabalhada em diversos estados”. (MPA, 2010).

Figura 33 - MPA traz presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a região.



Fonte: MPA Brasil, 2010. Elaboração do autor.

Em 2008, é criada a Associação Pró-Escolas Famílias Agrícolas - AGEFA, mantenedora da primeira Escola Família Agrícola – EFA, do sul do Brasil, a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC. Criada nove meses depois da fundação da AGEFA, a partir de um esforço regional de entidades ligadas à Agricultura Familiar na região do Vale do Rio Pardo, a EFASC inicia seus trabalhos em

região, que de certa forma, caracteriza todo o seu período de governo, iniciado antes mesmo, com a “Carta aos brasileiros”.

1º/03/2009, alugando as dependências do seminário São João Batista em Linha Santa Cruz, a partir de conversas com o bispo do período, Dom Sinésio Bohn. Ofertando o curso de Ensino Médio e Técnico em Agricultura para jovens filhos/as de Agricultores Familiares/as Camponeses do Vale do Rio Pardo, pela Pedagogia da Alternância, a EFASC introduziu uma novidade em relação ao ensino regular na região, especialmente num curso técnico. Justamente por consistir no fato dos/as estudantes permanecerem na escola uma semana estudando (sessão escolar) e depois permanecer uma semana na propriedade familiar produzindo, experimentando, ensaiando produção (sessão familiar), intercalando períodos de tempo e espaços formativos, tendo por mediadores quase 20 instrumentos pedagógicos que fazem a Pedagogia da Alternância acontecer³⁷.

A EFASC, nesses 10 anos de existência, já formou oito turmas, somando um total de 232 estudantes Egresso/as (são 50 meninas), e seguem em formação mais 115 dos 1º, 2º e 3º anos, jovens oriundos de 13 municípios do Vale do Rio Pardo, abrangendo cerca de 140 comunidades do Campo na região, evidenciando uma importante capilaridade, fazendo com que a escola já se constitua numa instituição com significativa força na região. São aproximadamente 140 jovens com o diploma de técnico/a em agricultura. Neste ano de 2019, a EFASC já comemora a entrada de mais de 110 egresso/as em universidades do estado, sendo que cerca de 15 já concluíram a graduação e destes, cinco começarão cursos de mestrado já neste ano³⁸.

Além da inserção dos/as seus/suas estudantes em feiras, na comercialização institucional, produzindo alimentos a partir de práticas exercitadas na EFASC, aos poucos foram contando com o apoio das suas famílias, como é o caso da feira pedagógica, que vem se firmando cada vez mais como um importante instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância, vivenciada pela EFASC nesses últimos anos, especialmente pós 2014.

A EFASC teve a abertura do seu ano letivo de 2014, no dia 24 de fevereiro, com a presença do então Governador Tarso Genro, que prestigiou o aniversário de cinco anos da escola, em Santa Cruz do Sul, junto a um público de cerca de 500

³⁷ Para aprofundar essa discussão a respeito do processo de criação e fundação da EFASC e toda articulação que envolveu esse processo, desde a fundação da AGEFA em 2008 até a formação da primeira turma de jovens, em 2011. (COSTA, 2012).

³⁸ Em relação aos dados da EFASC. (POZZEBON e COSTA, 2017).

peessoas, entregando os cartões do programa Bolsa Jovem Rural, uma política pública de transferência direta de renda aos jovens do Campo de R\$200,00, política que segue até os dias de hoje – ilustrado na Figura 34. Esse foi um momento importante, que demonstra a força política da AGEFA e das EFAs do RS, pois trata-se de um reconhecimento importante do Estado aos serviços prestados por essas entidades comunitárias no fortalecimento direto da Agricultura Familiar Camponesa, bem como na promoção da Agroecologia.

Figura 34 - Abertura do ano letivo de 2014 com o governador do RS, Tarso Genro.



Fonte: EFASC, 2014.

A Feira Pedagógica da EFASC nasce da necessidade sentida por parte dos/as monitores/as da escola de associar a relação produção, organização e comercialização dos alimentos produzidos pelos/as estudantes. Ou seja, sentiu-se a necessidade de criar um espaço em que os/as estudantes pudessem experimentar a comercialização dos alimentos, pensando a organização da produção, bem como a preparação, a precificação, até a comercialização dos mesmos, contando assim com a supervisão dos monitores da área de produção agropecuária da escola, que vai trabalhar na prática esses conceitos com os/as jovens, conforme ilustra a Figura 35, a seguir.

A Feira Pedagógica tem um caráter pedagógico, além da feira, além da comercialização que é apenas um elo de ligação entre consumidor e produtor. Mas tem outro caráter de aprendizado, desde a produção do alimento, de produzir uma hortalça orgânica, da organização e da gestão da Feira que é organizada pelos próprios estudantes, pela organização e exposição desse

produtos. E o interessante é que esse produto que aqui chega, tem um valor acessível. (SILVEIRA, 2016).

Assim, a Feira vai ser constituída em novembro de 2014, com o envolvimento de praticamente todos/as os/as estudantes, que se organizam em comissões, para atender todos os setores que a Feira Pedagógica demanda. Atendendo sempre nas segundas-feiras, dias que os/as estudantes chegam de casa e por isso trazem os alimentos frescos para a comercialização no fim da tarde entre as 17h e 19h horas. Trata-se de um espaço muito vivo de aprendizagens na EFASC, pois os/as jovens exercitam, sob a coordenação dos monitores, a construção social de um mercado, que atende a vizinhos da escola, a pessoas que encomendam os alimentos do seu desejo pelo grupo do facebook e do whatsapp da Feira Pedagógica, dinamizando essa relação e, claro, contando com um outro grupo de consumidores que vem pessoalmente à escola fazer as suas compras, cerca de 40 pessoas, claro que alterando conforme a dinâmica de Feira mesmo.

Acaba sendo uma iniciação ao mundo da comercialização, dando experiência as/aos estudantes. Como aponta a egressa da EFASC e estudante do Bacharelado em Agroecologia da UERGS/AGEFA, Bruna Eichler Richter, moradora do interior e Venâncio Aires/RS: “Antes de eu fazer uma feira lá no Grupo Eco da Vida, eu já tinha feito feira aqui, então eu já tive um contato antes, aqui com a feira pedagógica. A partir da feira aqui, da escola, do primeiro ano que eu comecei buscar outras alternativas pra produzir e comercializar outros produtos”. (Bruna E. Richter, 2016).

Portanto, trata-se de um espaço pedagógico que possibilita aos estudantes ter êxito econômico com sua produção e vendas. Mas o mais importante para esse/a jovem é o espaço de aprendizado, o “fazer e refazer” o trabalho, as discussões que ocorrem durante a semana, o acerto dos valores gerados pela comercialização, enfim, é de fato, uma simulação da realidade de quem tem a responsabilidade de fazer uma feira e assim, prover os alimentos que as pessoas consomem, garantindo a procedência e, com isso o manejo orgânico em que esses alimentos são produzidos. Sendo assim, a Feira Pedagógica se constitui nesses quase cinco anos de existência num potente instrumento pedagógico da EFASC, perpassado por uma série de possibilidades de enriquecimento da formação dos/as estudantes. A Feira é tratada nos dias de hoje, como uma oportunidade da escola praticar a teoria e teorizar a prática da produção de alimentos livres de qualquer agrotóxico, vivenciada pelos/as seus/suas estudantes.

Figura 35 - A Feira Pedagógica da EFASC.

Colono e Motorista
6 SABADO • 23 DE JULHO DE 2016
Rio Vale Jornal

Efasc recebe uma nova cara

ALYNE MOTTA
alyne@riovalejornal.com.br

Você sabe o que é um produto orgânico? Para ser considerado orgânico, o produto tem que ser produzido em um ambiente onde se utilizam os princípios agroecológicos que fazem o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais. Para tanto, não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e ao meio ambiente. Também não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos. Além da produção de alimentos mais saudáveis e naturais, acontece a preservação do solo, que fica mais fértil e livre de toxicidades, permitindo um manejo sustentável do meio ambiente.

Toda essa explicação está presente no imã de geladeira que a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (Efasc) está distribuindo para quem chega até a Feira Pedagógica, que acontece toda segunda-feira, das 17h às 19h.

O imã faz parte dos novos materiais de divulgação, lançados no Ciclo de debates sobre Agroecologia e Cooperativismo na Agricultura Familiar produzido pelos acadêmicos do curso de Comunicação Social da Unisc, Márcio Mayer, Luisa Pretzel e Aline Pacheco.

A proposta surgiu por meio da disciplina de Direção de Arte II, ministrada pelo professor Rudinei Kopp, quando a turma formada por 26 alunos foi dividida em grupos e desenvolveu 11 propostas de marca, embalagens, etiquetas, peças de pontos de venda e material para redes sociais da Feira Pedagógica da Escola Família Agrícola.

O grupo vencedor foi escolhido através de uma comissão avaliadora. "Foi um trabalho que aliou a teoria com a prática, assim como contribuiu de forma concreta, através das aulas, para projetos como o da Feira Pedagógica da Efasc, por exemplo", salientou o professor.

A estudante Luisa Pretzel, durante o lançamento, disse que a visita dos alunos da Efasc na sala de aula foi fundamental para o trabalho. "Eles nos mostraram a sua essência e usamos isso para aplicar nas artes", revela.

MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO

O material de divulgação é composto, nesta primeira fase, por faixa, cartaz de indicação, imã de geladeira, tarjetas explicativas e material virtual para ser utilizado na página da Feira Pedagógica nas redes sociais.

"Esse material vai ser de grande utilidade para divulgar à comunidade a

para a sua feira pedagógica

proposta da Feira Pedagógica que desenvolvemos desde 2014 na escola", pontou o monitor da área agropecuária da Efasc, Evandro Silveira.

Já o professor João Paulo Reis Costa explica que os novos materiais desmistificam sobre o que vem da agricultura e de qualquer jeito. "Agora temos uma imagem bonita que acompanha nossos produtos".

Todos os materiais foram pensados. "Não basta ser orgânico e gerar lixo. Se o produto é cultivado da melhor maneira, é preciso pensar nos materiais quando vai de volta para o meio ambiente. Por isso os materiais não geram resíduos", finaliza João Paulo.

Um espaço além da venda

Baseado na teoria de Paulo Freire de "praticar a partir da teoria e teorizar a partir da prática" a feira pedagógica mostra o quanto vale todo o trabalho que eles têm, desde a plantação até o destino final.

A feira acontece desde novembro de 2014 e os jovens ganham um espaço para aprender técnicas de comercialização dos produtos que eles mesmos plantam, envolvendo todos os estudantes num processo de aprendizado in loco.

De acordo com o professor João Paulo o espaço mostra a relação entre o estado e o campo. "Cerca de 70% da população come alimentos oriundos da agricultura familiar que utiliza 25% da terra, emprega 70% e utiliza 1/10 do orçamento".

Quem quiser conhecer, a feira pedagógica acontece toda segunda-feira, das 17h às 19h, na rua Dom Antônio Reis, 308, em Linha Santa Cruz. Mais informações podem ser obtidas pelo fone (51) 3713 3046 ou pelo email efasantacruz@gmail.com.

Faixas, imãs de geladeira e etiquetas foram alguns dos itens produzidos

Fonte: Rio Vale Jornal do dia 23/07/2016.

Oriunda da experiência da EFASC, a Feira Jovem de Boa Vista, como mostra a Figura 36, que de certa forma nasce também da Feira Pedagógica, está situada na comunidade homônima, próxima à sede do município de Santa Cruz do Sul, e teve início em fevereiro de 2016, contando com os jovens estudantes da EFASC, hoje já egressos, Douglas Etges, Mauricio Dorfey, Juliano Lawisch, Luis Hauth e Matheus Staub e atualmente, ainda conta com a egressa Elisa Staub e Bruno Etges, que viram na comercialização de alimentos saudáveis, uma boa opção de diversificação produtiva em casa e sobretudo, uma forma de ganhar o seu próprio dinheiro. Assim, a Feira segue acontecendo ao lado da casa comercial de Élio Staub - pai do Matheus

– aos sábados, das 9h às 12h da manhã. Hoje conta com uma clientela já fidelizada e que garante aos jovens a manutenção desse espaço de Feira, que hoje é assessorada pelo CAPA, que conta com mais de três décadas de experiência na assessoria de grupos de produção.

Após realizar uma pesquisa junto a 15 famílias da localidade, o grupo constatou que, apesar de a região reunir muitos agricultores, ainda havia demanda de hortifrutigranjeiros. Isso acontece porque boa parte dos produtores locais são fumicultores e não produzem alimentos para subsistência. “A partir deste estudo, fomos conversando com monitores da escola e com os nossos pais e investimos nessa ideia”, explica Etges. Com a experiência de trabalhar na Feira Pedagógica da Efasc, não tardou para que o grupo colocasse o projeto em prática. (...) “Fazemos tudo isso com muito gosto. É gratificante saber que eles vêm aqui porque vão encontrar alimentos frescos”, comenta Maurício Dorfey. A divulgação, aliás, também é feita por eles. “Os clientes nos ajudam com o conhecido “boca a boca”. Quando percebemos, quase toda a comunidade já estava sabendo da feirinha”, complementa Etges. (BORGES, Gazeta do Sul, 2016).

Figura 36 - A Feira Jovem de Boa Vista e seus primeiros integrantes.



Fonte: Acervo da EFASC.

A EFASC, via AGEFA, veio avançando também na promoção de curso superior, em decorrência da demanda apresentada pelos/as jovens e suas famílias em ter um curso superior contextualizado na realidade da Agricultura Familiar Camponesa da

região, para facilitar em todos os sentidos o acesso dos egressos/as da EFASC e EFASOL a um curso universitário. Nesse contexto, foi criado o Bacharel em Agroecologia UERGS/AGEFA, pois estas duas entidades, conjuntamente estão ofertando a partir deste ano de 2019, o curso superior de Bacharelado em Agroecologia, viabilizando a muitos de seus/suas egressos/as a possibilidade cursar um curso superior na região, gratuitamente. Esse ponto é considerado um avanço muito importante para a Juventude do Campo na região, pois há uma possibilidade de fortalecimento ainda maior da Agroecologia com esse curso, contando com o apoio das vinte entidades da AAVRP.

Oportunizando essa rica possibilidade de aliar estudo e Agricultura Familiar Camponesa, rompe-se a lógica arcaica de que Agricultura e estudo não tem relação. Essa é a maior contribuição que as EFAs podem dar a essa região, acesso à educação para que jovens possam transformar a sua realidade, em parceria com suas famílias, nas suas comunidades, integrando o seu entorno nessa premissa de valorização do estudo e do trabalho agrícola.

Basta uma conversa de poucos minutos com Bruna Richter Eichler, 18 anos, para perceber o orgulho que tem da agricultura. Moradora de Linha Andréas, ela escolheu fazer, do trabalho na roça, uma profissão e um estilo de vida. "Quero trabalhar na agricultura com a produção de alimentos orgânicos. É uma escolha de luta pela vida", define a empreendedora, que quer dividir com a sociedade um dos aspectos que mais gosta na vida no interior: a segurança sobre a procedência do alimento. É na propriedade de quase 20 hectares, onde Bruna reside com os pais, Mariléia e Alexandre Fernando Eichler, ambos com 37 anos, a irmã Rebeca, os avós e bisavós maternos, que ela alia o amor pela agricultura aos conhecimentos obtidos na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (Efasc), onde concluiu o ensino médio no ano passado. (...). Ela pretende iniciar, nos próximos meses, a produção de repolho, aipim e batata-doce sem agrotóxicos, na mesma terra onde também viveram os tataravós e tetravós. "O projeto leva em conta o que se adapta à propriedade, o que o município quer e o que eu quero fazer. Como moro longe da cidade, é importante pensar em alimentos que têm possibilidade de armazenagem", argumenta ela, que é uma defensora da produção sem agrotóxicos e carrega o ensinamento do avô paterno de que "a melhor farmácia, está em cima da mesa". (...) Apesar da certeza quanto à aposta nos orgânicos, da garantia do apoio familiar e do amor à terra, a moradora de Linha Andréas reconhece obstáculos como a desvalorização da agricultura como profissão. "Muita gente tem o equívoco de pensar que quem vive da agricultura é ignorante. Há muito preconceito contra o agricultor. Ele é sempre rebaixado, visto como minoria", lamenta. "Algumas pessoas dizem: 'estudou e agora vai voltar para a agricultura? Não deu certo?'. Mas o jovem fica na propriedade rural não apenas por uma questão de renda, mas de liberdade", enfatiza. Em casa, Bruna recebe todo o incentivo para empreender na agricultura. Enquanto estudava na Escola Família Agrícola, a garota já havia iniciado a produção de alimentos para venda em feira, paralelamente à produção de fumo orgânico, que é o carro-chefe da propriedade. "É bom que ela trabalhe na agricultura. A gente apoia e, o que precisar, a gente faz", garante o pai, Alexandre Fernando Eichler. (BENCKE, Folha do Mate, 2017).

Diante do crescimento da EFASC e sua abrangência no Vale do Rio Pardo, há uma forte mobilização de famílias que tinham seus filhos estudando na EFASC, para a criação de uma EFA no município de Vale do Sol, que atenderia à demanda desse município, mais a parte alta do Vale do Rio Pardo, denominada de Centro Serra. Assim, em 2012, é criada a Associação da Escola Família Agrícola de Vale do Sol - AEFASOL, formada por agricultores de Vale do Sol, que começariam a articular a viabilidade de inaugurar a EFASOL, contando com a assessoria direta da EFASC/AGEFA.

Mediante muitos esforços, é fundada a EFASOL, que inicia suas atividades em maio de 2014, com sede na comunidade de Formosa, atendendo jovens Agricultores/as Familiares de Vale do Sol e municípios dos arredores. Constitui-se também em curso de Ensino Médio Técnico em Agricultura, pela Pedagogia da Alternância, reforçando o debate da Educação do Campo e da perspectiva da pedagogia da Alternância na região e no estado. A EFASOL, atualmente conta com três turmas formadas, sendo 65 Egresso/as e 79 estudantes no 1º, 2º e 3º anos, numa abrangência de 16 municípios do Vale do Rio Pardo e de outras regiões também³⁹.

Assim, a EFASOL firma-se não só no campo da educação, mas também em várias experiências decorrentes desse processo educativo, em que a escola está inserida. Pois, desde o dia 18 de junho de 2018, teve início a Feira Jovem Caminhos da Agroecologia em Vale do Sol, ao lado da Prefeitura Municipal, uma iniciativa de cinco jovens estudantes da Escola Família Agrícola de Vale do Sol – EFASOL – ilustrada na Figura 37. Essa feira de alimentos saudáveis acontece todas as segundas-feiras das 7h30 às 11h30 da manhã, comercializando verduras, legumes, grãos e frutas, cultivados sem qualquer uso de agrotóxicos e/ou adubação sintética, tendo em vista aproximar quem produz de quem consome os alimentos, fortalecendo cada vez mais esse veículo entre produção e consumo, relação essencial para o fortalecimento da Agricultura Familiar camponesa e para a promoção da Agroecologia.

A manhã de neblina e frio desta segunda-feira não intimidou cinco jovens - uma estudante e os demais egressos da Escola Família Agrícola de Vale do Sol, a Efasol - a darem início a um novo projeto. A Feira Jovem Caminhos para a Agroecologia vai funcionar na manhã das segundas-feiras, das

³⁹ Sobre o processo de criação e articulação da EFASOL, há um trabalho de conclusão de curso do monitor da EFASOL, Régis Solano, egresso da EFASC, que pesquisou o processo de fundação da EFASOL. (SOLANO, 2017).

7h30min às 11h30min, ao lado da Prefeitura, no quiosque gerenciado pelo escritório municipal da Emater que, juntamente com a Efasol, está apoiando os jovens. A iniciativa é de Adriana Luedtke, Rodrigo Weiland, Jefferson Rech, Joel Belling e Tiago Kappaun, e pretende oferecer para a comunidade vale-solense alimentos como hortaliças, frutas, legumes e grãos cultivados em suas propriedades sem o uso de agrotóxicos e adubos sintéticos. De cara, já deu certo. Luiz Teichmann mora na localidade de Pinhal e aproveitou as primeiras horas de ontem para comprar algumas coisas que não produz em casa. Depois de ouvir a notícia na rádio, sobre a iniciativa dos jovens, não tardou a incentivar. Comprou nabo, banana e repolho. E frisou: é importante valorizar os jovens a permanecerem no campo. Teichmann garantiu: é a primeira de muitas vezes que irá na feira comprar. (Jornal Arauto, 2018).

Figura 37 - Feira Jovem Caminhos da Agroecologia – Vale do Sol.



Fonte: Feira Jovem Caminhos da Agroecologia, 2018. Elaborada pelo autor.

É muito comum nas discussões a respeito da Agroecologia, bem como nos encontros e atividades que envolvem a AAVRP, as EFAs aparecerem como um ponto forte no Vale do Rio Pardo no que concerne ao fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa na região. Isto se explica pelo fato das EFAs estarem o tempo todo movimentando centenas de família, acompanhando a formação técnica dos/as filhos/as e influenciando diretamente nos rumos da propriedade familiar, com seus experimentos e atividades práticas. Mas cabe registrar muitas dificuldades, principalmente resistências dos pais/mães/responsáveis dos/as jovens, que se

colocam nesse processo, o que acaba sendo um desafio a ser superado ao longo da formação desses/as estudantes, bem como o convencimento de muitos parceiros institucionais das EFAs.

Por isso uma série de materiais didáticos/pedagógicos e de informação sobre as EFAs, sua história, contexto, dados em geral são produzidos, sínteses de atividades/ações no decorrer do ano, a bem de dar ciência aas pessoas do tipo de trabalho que vem sendo realizado nas escolas, focando muito na Pedagogia da Alternância, conforme trazemos na figura 38.

Figura 38 - Material de divulgação de EFASC e EFASOL.



Fonte: EFASC, 2018. Elaboração do autor.

A perspectiva do trabalho com a Juventude do Campo dá às EFAs esse aspecto de renovação da Agricultura Familiar e, especialmente, a esperança da região poder contar com novos/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as que trabalharão na perspectiva Agroecológica e orgânica. É o que pontua na fala de abertura do 2º Encontro Regional de Trocas de Sementes Crioulas e de Mudas e a 2ª Mostra de Agroindústrias Familiares, em Vale do Sol/RS, no dia 17/07/2017, do agrônomo do CAPA, Luiz Rogério Boemeke, do alto das suas três décadas de trabalho com Agroecologia na região: “A presença da juventude das EFAs em encontros como esse, dá um novo ar pra nossa luta pela agroecologia, pois antes das EFAs, quando olhávamos por cima, assim - a gente via praticamente só cabelo branco ou gente sem

cabelo. Agora, a gente vê a juventude em massa, e isso é muito motivador”. (Informação verbal). Temos aqui uma dimensão da importância de se compreender o Vale do Rio Pardo como um território com a possibilidade da resistência social ante ao pretensão domínio da fumicultura, pela produção de alimentos agroecológicos, nessa confluência de protagonistas que fazem a AAVRP. Eis a dimensão territorial desse processo, que busca incluir a todos/as que percebem na diversificação produtiva o futuro da Agricultura Familiar Camponesa no Vale.

É preciso habilitar os atores mais destituídos e marginalizados de determinado território. Ativar recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação. Discutir centros de decisão e seus mecanismos de legitimação. Assumir a conflitualidade (...), analisar os sujeitos portadores de decisão transformadora. Analisar hegemonias, poderes e hierarquias, construindo e hierarquizando mediações diversas. (BRANDÃO, 2011, p.11)

Na sua fala, Boemeke traz um elemento central para podermos pensar a região como um “Espaço de Esperança” a partir da Agroecologia, num somatório de esforços entre as entidades que compõem a AAVRP e tudo que as cerca e as aproxima, nas suas diversas frentes de trabalho, junto à educação, assistência técnica, cooperativismo, associativismo, ensino superior, aliando assim Juventude com a experiência de quem há anos vem construindo essas possibilidades na região. É a tomada de consciência de que a Agroecologia se coloca como agenda comum, demandada cada vez mais pelo público urbano, consumidores/as bastante preocupados/as com a sua saúde pela alimentação.

Com esse histórico da construção da Agroecologia no Vale do Rio Pardo, por meio das ações que vêm construindo e constituindo a AAVRP, evidencia-se que a sua criação vem com o objetivo de possibilitar um espaço de aproximação das entidades que trabalham com Agroecologia na região do Vale do Rio Pardo, para troca de ideias, realização de atividades coletivas e conjuntas, e sobretudo, articular uma agenda da Agroecologia no VRP, ora entre as entidades que a compõe, ora uma agenda própria da Articulação, propondo ações “guarda-chuva” junto as suas entidades, extrapolando assim seus limites institucionais, possibilitando pensar o desenvolvimento regional, fortalecendo a Agricultura Familiar Camponesa, e promovendo a Agroecologia na região.

Para isso, ficou definido entre as entidades que ocorreriam reuniões mensais, em espaços diferentes, ou seja, nas sedes das entidades e que, nessas reuniões se

definiria a agenda de atividades a serem realizadas no decorrer do mês e se socializaria aquilo que cada entidade vinha fazendo, e também se traria uma análise de conjuntura, na ótica dos sujeitos e das entidades envolvidas. Assim, a AAVRP não conta com um espaço físico próprio e tampouco se configura como uma entidade específica, ela obedece ao seu caráter de Articulação mesmo, chamando as entidades e sujeitos a compor uma “supra entidade”, totalmente dependente das suas entidades formadoras.

Eis “o seu remédio e o seu veneno”, pois essa forma de Articulação faz com que haja na essência da AAVRP uma horizontalidade na organização e na liderança. Ou seja, todas as entidades têm direito de chamar debates, propor encontros, inserir a entidade nos debates da sua entidade, sem nenhum empecilho, o que faz com que todas as atividades em que é envolvida aconteçam de maneira muito espontânea, a partir de uma conjunção de forças mesmo e assim, todas as entidades que a compõem têm a possibilidade maior de se sentirem diretamente responsáveis pelo rumo tomado, tanto para o êxito da AAVRP, como para a sua própria desarticulação.

Já por outro lado, o veneno – pois uma Articulação assim, com esse grau de autonomia das entidades que a compõem, acaba permitindo que aconteçam várias situações de conflito. Também não é incomum entidades que trabalham com Agroecologia na região, promoverem atividades afins e não buscar articular com as demais entidades da Articulação, o que demonstra uma dificuldade de criar uma identidade própria de uma entidade supra, de confluência de instituições. Essa nos parece uma questão central, a composição de uma identidade para a AAVRP, que evidentemente, só vai ser fortalecida com a afinação das entidades que a compõem.

Por isso, é fundamental, que os sujeitos do território tenham inserção regional, pois esses necessitam “conhecer, em profundidade, a região em questão; identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida” (ETGES, 2003, 68), para possibilitar a aproximação de agendas e a possibilidade de construção de consenso nas lutas que se apresentam, sendo esse um grande desafio para a afirmação da AAVRP no cenário regional. É o que as entidades que formam a AARVP vêm buscando no contexto da Agroecologia, ao longo desses pouco mais de cinco anos de existência.

A Agroecologia propõe uma aproximação entre a agronomia e a ecologia, de modo que possamos entender melhor o funcionamento dos agrossistemas [...] que podem ser potencializados a partir das características de cada bioma e ecossistemas, tomando em conta elementos da cultura e os saberes locais

que influem no estabelecimento e no manejo das agriculturas. (CAPORAL, 2009, 29).

Numa região marcada pela presença da fumicultura e de todo o complexo industrial que a acompanha, como já pontuamos nesse trabalho, traçamos uma história de atividades da AAVRP, que busca, aos poucos, na contramão dessa hegemonia, mostrar que é possível entidades que têm proximidade na compreensão de conceitos, como diversificação da produção agrícola, Agroecologia, desenvolvimento do Campo sustentável, produção de alimentos saudáveis, fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, proporem e trabalharem em prol de um novo paradigma de desenvolvimento para a região.

Por isso, a possibilidade das entidades se aproximarem e organizarem suas ações de forma conjunta, dando visibilidade a uma agenda e a um debate regional, neste caso o da Agroecologia, via AAVRP como estratégia para a construção do que estamos chamando de “Espaços de Esperança”, coletivos e inclusivos, numa relação de ganha-ganha entre os entes da Articulação, propondo uma alternativa de desenvolvimento calcado em valores a partir da solidariedade, da troca, das vivências e, em especial, da busca de autonomia dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as da região.

Não há nenhuma receita que garantisse o êxito em matéria de desenvolvimento. Porém há pelo menos duas afirmações certas: Se o desenvolvimento se encontra em nosso futuro, não será com as ideias do passado que o alcançaremos; se o desenvolvimento é um produto da própria comunidade, não serão outros, senão seus próprios membros quem o construirão. (BOISIER, 1999, p.89). (Tradução própria).

Esse “olhar para trás” é muito necessário, para buscarmos elementos que ajudem a (re)pensar o presente, de maneira que possamos projetar e construir um presente a partir das múltiplas experiências em Agroecologia que temos na região, para que, num futuro muito próximo, a produção orgânica e a Agroecologia sejam a base agropecuária do Vale do Rio Pardo. Porque entendermos que a resistência social só pode ser feita de forma coletiva e organizada, sempre buscando dar conta da diversidade que temos no Campo da região. Porque ao contrário das narrativas hegemônicas (região alemã e região do tabaco) todos/as são importantes nessa construção, que permite a cada encontro e/ou atividade se configurar numa rica possibilidade de troca de saberes, articuladas horizontalmente, fortalecendo a compreensão de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1978, p.39).

Mais um importante ensinamento de Freire, que precisa estar o tempo todo orientando as práticas das entidades e das pessoas que as compõem, justamente por boa parte desses sujeitos serem técnicos/as dessas instituições e trazerem consigo um vício histórico da “difusão”, da “capacitação”, da “transferência” de saberes, técnicas e tecnologias.

Nesse sentido, a existência de uma Articulação com esse tamanho e envergadura reforça e reconhece o protagonismo da Agricultura Familiar Camponesa, comprometida com uma lógica de desenvolvimento pensada, antes de mais nada, para o Brasil, tendo como referência o paradigma da Agroecologia, em que “o desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional. Do contrário, terá senão uma *caixa preta*, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece (BOISIER, 1996, p.137).

Dessa forma, a valorização do Campo e das gentes que o compõem, se transforma numa estratégia para se construir uma perspectiva de desenvolvimento regional, pensado e articulado a partir do protagonismo das pessoas e entidades que buscam construir alternativas de produção na região. Isso reforça a luta de afirmar e expandir as ações da AAVRP, como vamos apontar em seguida, elencando as atividades já realizadas pela Articulação nesses cinco anos de existência, propondo pensar a região alicerçada num paradigma de desenvolvimento que “olha para dentro”, que busca fortalecer as potencialidades a partir das experiências existentes, dos saberes centenários que devem ser aproveitados.

O desenvolvimento endógeno defende a flexibilidade frente as forças rígidas de organização da produção. É uma alternativa com relação aquelas interpretações que propõe uma economia administrada unicamente pelas grandes organizações, nas quais, o crescimento da produtividade é possível em entornos estáveis (...) refere-se, portanto, a territórios inteligentes, a sistemas produtivos imersos em entornos que permitem formar coalizões entre atores locais. (BARQUERO, 2001, p.92).

Portanto, todos esses sujeitos, nas suas entidades, e estas pensando a AAVRP como uma potencializadora de ações, são importantes nessa construção social, pois “quanto mais os homens assumem uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela” (FREIRE, 1978, p.98). Buscando assim, alternativas de forma conjunta e articuladas, fortalecendo a luta por uma Agricultura Familiar e Camponesa, e com isso, uma sociedade mais justa e

preocupada com a qualidade de vida das pessoas. Para isso, a Agroecologia, se apresenta como uma possibilidade real e concreta, de contra narrativa hegemônica frente a um território tão dependente da cultura do tabaco, totalmente dependente do mercado externo, por ser uma *commoditie*, como a região do Vale do Rio Pardo.

Não obstante, a Agroecologia aponta que a saída para uma região está na própria região, a partir da construção autônoma dos seus sujeitos, o que se constitui num grande desafio, uma vez que, para isso muitos interesses são contrariados, o que gera uma oposição, por hora “velada”, que observa à distância essa movimentação que se opõe a uma lógica de que a Agricultura Familiar Camponesa deva ser uma “empresa rural ou gestada como tal”. Até mesmo porque essa premissa é falsa e não passa apenas de uma figura de linguagem para se adequar a uma moda discursiva que atrela a concepção de “empresa” a uma prestação de serviço de excelência, como se fosse uma condição inerente a empresa rural representada pelo agronegócio.

O mesmo vale para o não alcançar de meta numa empresa, que normalmente redundaria em demissão do funcionário incompetente. Na propriedade familiar, como seria efetivada essa lógica? Quem seria demitido? A mãe, o pai ou os filhos? Nessa lógica empresarial, como ficariam os dias trocados, tão comuns entre Agricultores Familiares Camponeses? E a troca de equipamentos e maquinários? E os mutirões tão frequentes entre os mesmos? A impossibilidade dessas práticas, numa lógica “de empresa”, prova de que não passa de uma retórica modernizante e um mero sofisma moderno na tentativa de atrelar o linguajar empresarial a uma atividade que não tem qualquer relação com essa lógica, por se constituir num outro paradigma produtivo.

4.2. As atividades organizadas e desenvolvidas pela AAVRP.

As entidades que compõem a AAVRP, em geral contam com equipes reduzidas, o que dificulta muitas vezes, a participação nas reuniões e, com isso, nas atividades definidas. Outro ponto a ser destacado que a AAVRP é composta basicamente por representações institucionais das entidades que a compõem, o que gera pouca participação de Agricultores/as Familiares Camponeses na AAVRP, ficando uma articulação protagonizada majoritariamente por técnicos/as e professores/as, embora o engajamento histórico na promoção da Agroecologia na região dos/as participantes seja da maior relevância.

Como já apontamos, nesses cinco anos é perceptível a dificuldade de construção de uma identidade por parte da AAVRP, sendo que muitas vezes a segmentação das entidades participantes da AAVRP, acaba “invisibilizando” a Articulação. Eis alguns dos entraves da AAVRP para poder avançar de maneira mais rápida. Para isso, há um consenso de que é preciso mais ações conjuntas e em especial a construção de uma agenda para a Agroecologia no Vale do Rio Pardo, passando pelo fortalecimento das reuniões periódicas da AAVRP.

As reuniões desde a fundação da Articulação, eram basicamente mensais, durante os anos de 2013, 2014 e 2015 elas se mantiveram mensais ou bimensais, sendo que, no ano de 2016, ano de uma “desarticulação” da AAVRP, foi registrada apenas uma reunião de início de ano e outra no fim do período. Vale destacar que 2014 algumas das reuniões eram realizadas com uma parte do tempo (um turno em geral) para se conhecer uma experiência em Agroecologia, o que permitia um contato maior com Agricultores/as, pois as reuniões eram basicamente em propriedades familiares. Essa prática não se confirmou ao longo dos anos, sendo que retornou à pauta na primeira reunião de 2019, em que se definiu que a cada trimestre uma reunião da Articulação será um turno de trabalho ordinário e o outro turno dedicado a vivenciar uma experiência Agroecológica na propriedade de algum/a Agricultor/a Familiar Camponês/a, ligado a uma entidade da AAVRP.

Já nos anos de 2017, 2018 e agora 2019, as reuniões e atividade da AAVRP se normalizaram, houve encontros mais periódicos, eventos conjuntos e a retomada dos seminários regionais de Agroecologia. No caso da Articulação, a reunião mensal é fundamental para a sua existência, pois trata-se do momento de partilha e de estabelecimento de uma agenda comum, bem como a provocação de ações e atividades que reforcem o trabalho de promoção da Agroecologia, sendo que hoje esses encontros são mensais, em geral na primeira terça do mês, sempre na sede de uma entidade que compõe a AAVRP, conforme ilustramos a seguir, na Figura 39.

Figura 39 – Registro fotográfico de algumas reuniões da AAVRP nesses cinco anos.



Fonte: EFASC, 217. Organizado pelo autor, 2019.

As reuniões são confirmadas e as pautas são construídas coletivamente via grupo da AAVRP no whatsapp, que hoje conta com mais de 40 participantes, e que permite também o compartilhamento de materiais informativos das próprias entidades, além de convites para atividades, bem como de publicações, reportagens, artigos, livros que tratam da Agroecologia e da Produção Orgânica no mundo, Brasil, estado e região. Trata-se de um canal coletivo, porém fechado, de partilhas e proposições entre os/as membros da AAVRP.

A Articulação conta também com uma página no facebook, que é atualizada com imagens e textos das atividades relacionadas direta ou indiretamente à AAVRP⁴⁰. Esta página conta com mais de 1.200 seguidores e serve também como uma espécie de “boletim informativo” da Articulação, permitindo partilhar as mais várias comunicações (sites, livros, revistas, links...) entre os membros e simpatizantes da AAVRP, justamente por ser uma página aberta. Assim, a Articulação mantém relação com outras entidades que trabalham com Agroecologia Brasil afora, o que permite muitas

⁴⁰ O endereço da página da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo - AAVRP no facebook, é a seguinte: www.facebook.com/articulacaoemagroecologiadovaleriodoriopardo. Conforme mostra a Figura 40, a seguir.

trocas ao longo do ano, pois a cada atualização de página, todas as pessoas e entidades participantes recebem a notificação, além de possibilitar “marcação” de pessoas e entidades específicas a cada postagem nova. Ou seja, as redes sociais contribuem na dinamização do fluxo de informações.

Figura 40 - As redes sociais da AAVRP.



Fonte: AAVRP, 2018. Organizado pelo autor.

Em março de 2014, é organizado um encontro importante na caminhada da AAVRP, justamente por tratar-se de uma das temáticas mais centrais da Produção Orgânica e da Agroecologia - a certificação. Assim, é organizado o I Encontro de Formação sobre Certificação Orgânica, na sede da EFASC, abordando em especial, a certificação participativa, no Pannel de Certificação Participativa de propriedades orgânicas na região do VRP, em que foram relatadas experiências das propriedades da família Silveira, da comunidade do Passo da Areia, em Rio Pardo/RS, e da família Padilha, da comunidade de Linha Carvalho, de Sinimbu/RS, mostrada na Figura 41.

Certificação essa articulada pelo CAPA/ECOVALE, via Rede ECOVIDA, que atua em todo o sul do Brasil. Apresentou-se o passo a passo da certificação participativa, abordando a questão legal, passando pela necessidade de os/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as estarem organizados em grupos de produção para obterem os benefícios na comercialização, para assim acessar os mercados formais, um dos gargalos da produção orgânica no Brasil.

Figura 41 - Certificação Participativa de propriedades orgânicas.



Fonte: EFASC, 2014. Organizado pelo autor.

Logo após, em junho de 2014, acontece uma das primeiras atividades propostas pela Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, o Cinedebate sobre o documentário: “O Veneno está na mesa II”, do cineasta Sílvio Tandler, no auditório da Faculdade Dom Alberto, em Santa Cruz do Sul, como mostra a Figura 42. Cerca de 150 pessoas assistiram e debateram com a médica Adriana Skamvetsakis, do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST) dos Vales, o conteúdo desse documentário, que denuncia a presença dos agrotóxicos na alimentação diária dos/as brasileiros/as. Foi uma noite importante, que deu uma dimensão concreta da importância de reunir as entidades regionais que trabalham por uma alimentação saudável em torno da AAVRP. Uma série de dados e de situações foram analisados nesse encontro, acompanhado inclusive por vários técnicos/as pró-agrotóxico, ligados a entidades da região, evidenciando que o contraditório, num debate da AAVRP, sempre foi bem-vindo pela maioria dos seus integrantes.

Figura 42 - Cinedebate “O Veneno está na mesa II”, de Sílvio Tendler.



Fonte: EFASC, 2014.

Há de se destacar também a participação da AAVRP, representada pelos seus integrantes Adair Pozzebon, José Schmitz e Diego Limberger, junto ao PLEAPO/RS (Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado do RS), geralmente em encontros mensais, para a partilha de experiências e vivências em produção orgânica e Agroecologia nesses últimos anos. O foco principal junto ao PLEAPO/RS no último período foi em relação às Sementes Crioulas, especialmente na organização de uma pesquisa que visa mapear os guardiões/ãs dessas sementes no Rio Grande do Sul, conforme indica a Figura 43.

Essa pesquisa vem sendo coordenada pelo grupo de trabalho - GT Guardiões da Agrobiodiversidade do PLEAPO/RS, e já conta com 104 agricultores/as familiares cadastrados como guardiões/ãs de sementes crioulas. O objetivo central é identificar essas pessoas e entidades para quantificar guardiões/ãs – entidades – para propor junto ao Estado, a criação de políticas públicas que incentivem e fomentem a manutenção da proteção, reprodução e comercialização desse patrimônio genético, que vem sendo mantido por milhares de pessoas ao longo dos séculos. A maior dificuldade do PLEAPO/RS, entretanto, é a falta de orçamento de estrutura de

peçoal, equipamentos e materiais que permitem organizar e articular as ações, ou seja, vontade política em torno desse plano, que teria tudo para ser uma importante atividade dentro da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do RS - SDR, por exemplo quando essa existia como secretaria de Estado.

Figura 43 - AAVRP articulada com o PLEAPO/RS



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

Essa temática, que envolve o conceito e a vivência da Agroecologia numa perspectiva paradigmática e todos os seus temas correlatos, como sementes crioulas, produção orgânica, economia solidária, cooperativismo popular e comunitário, infelizmente ainda depende muito dos reais interesses de governantes e de suas linhas ideológicas, seus acordos políticos, pois a nível institucional, a agropecuária ligada ao agronegócio está instituída como se fosse a única possibilidade produtiva e organizativa, numa aliança prontamente estabelecida entre capital privado e Estado. Então, quando é eleito um governo simpático ou afeito aos movimentos sociais populares se tem algum avanço nesse debate, com algum aceno de recurso público e/ou reconhecimento via política pública, o que dificilmente transpassa o período do

referido governo. Por isso, os avanços estão muito aquém das necessidades da sociedade.

Na busca desse reconhecimento da Agroecologia, no trabalho com as Sementes Crioulas, por exemplo, onde a AGEFA produziu em 2017, uma revista de Sementes Crioulas, trazendo várias contribuições das EFAs do RS e de outras entidades que compõe a AAVRP em relação a essa temática. A revista conta basicamente com a apresentação do presidente da AGEFA, Anderson Rodrigo Richter, e do então secretário da SDR/RS, Tarcísio Minetto. O prefácio é assinado por uma importante referência do RS, Frei Pedro Kunkel, ligado ao Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. Depois a revista se desdobra em pequenos artigos, desde um breve histórico sobre a Agroecologia no Vale do Rio Pardo, sobre o banco de sementes da EFASC, Juventude do Campo e as Sementes Crioulas e vários relatos de experiências da EFASC, EFASOL e EFASERRA.

A tiragem da Revista foi de 1.000 exemplares, com distribuição gratuita, via Projeto Juventudes do Campo, convênio FPE nº1717/2015 – AGEFA/SDR-RS, sendo um sucesso pela procura das pessoas que se interessam pelo tema, pois já conta nesses dois anos de disponibilidade, cerca de 2.400 solicitações de *downloads* e quase 600 acessos de leitura, prova que o tema interessa, pois, somado com as cópias físicas que foram de 1.000 exemplares, já são mais de 4 mil acessos a Revista das Sementes Crioulas⁴¹.

Em um planeta, onde mais de 820 milhões de pessoas passam fome, o domínio sobre a propriedade da terra, das fontes de águas e das sementes é sinônimo de poder. E é exatamente no entorno desses bens comuns, que se protagoniza a maioria dos conflitos existentes no campo. No entanto, quero dar aqui um destaque especial para a importância e papel das sementes crioulas, que estão sob a gestão de milhares de agricultores, agricultoras e comunidades tradicionais, que diferentes das seis principais empresas multinacionais que controlam o mercado de sementes no mundo, constroem uma verdadeira rede de troca de sementes e saberes sobre esse patrimônio da humanidade (...) As práticas de conservação das sementes crioulas, são fonte de riqueza biológica nas mãos dos povos do campo, promovendo sustentabilidade, equilíbrio ambiental, diversidade biológica na agricultura e a soberania dos povos sobre a sua alimentação e seus saberes. Mesmo com muitas dificuldades impostas pela força do agronegócio, essas práticas impedem o avanço das sementes transgênicas. (PIRES, 2019, p.01).

Esse tem sido um ponto convergente na AAVRP, o trabalho estratégico com as Sementes Crioulas, pois as entidades vêm buscando o máximo de articulação nessa

⁴¹ A Revista das Sementes Crioulas se encontra disponível em plataforma *on line*, e gratuito no endereço: https://issuu.com/agefa/docs/revista_sementes_crioulas_eletronic. Conforme ilustramos na Figura 44, a seguir.

temática. Basta ver que há uma série de eventos durante o ano promovendo as Sementes Crioulas, com encontros, seminários, trocas e partilhas de sementes, fortalecendo assim, a Agroecologia diretamente, pois as sementes saudáveis e livres de transgênicos, são a base de uma agropecuária agroecológica. Cabe destacar que o Vale do Rio Pardo, desde 2015, conta com uma UBS – Unidade de Beneficiamento de Sementes Crioulas, no município de Encruzilhada do Sul/RS⁴², ponto considerado forte para as entidades da Articulação, pois o beneficiamento dessas sementes é estratégico para a Agroecologia, devido a importância das Sementes Crioulas nessa perspectiva de base produtiva. Embora, ainda não dê conta de suprir a demanda regional por sementes crioulas, muitas vezes nem da demanda dos/as próprios/as Agricultores/as Familiares Camponeses/as ligados ao MPA.

A produção desse tipo de material didático e informativo acaba sendo uma importante ferramenta para fazer circular numa região como a nossa as experiências que já estão consolidadas na região, especialmente que vem envolvendo a Juventude e as entidades que compõem a AAVRP. Acaba sendo uma forma de visibilizar essas vivências que desdobram em outras ações, como reportagens de jornal, de televisão – repercutindo de maneira muito positiva no território, tanto entre os sujeitos da Agroecologia, nesse caso Agricultores/as Familiares Camponeses que se enxergam nesse processo, bem como a população em geral que vem se inserindo nesse debate da Produção Orgânica e Agroecológica.

⁴² A COOPERFUMOS - Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda, e o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, dispõem de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes Crioulas (UBS), localizada em Encruzilhada do Sul/RS, numa área de aproximadamente 4 ha. A UBS possui 1.250 m² de área construída, com capacidade para beneficiar 400 toneladas/ano de sementes crioulas de milho, feijão, aveia, avevém, adubação verde e forrageiras diversas. Foram utilizados recursos do Projeto “Menos tabaco, mais alimento: agricultura sustentável para diversificar o cultivo do Tabaco”, desenvolvido pela COOPERFUMOS com apoio da Petrobrás, além de recursos financiados junto ao BNDES/Pronaf Agroindústria/Badesul. (Portal GAZ, 2015).

Figura 44 - Revista das Sementes Crioulas AGEFA/RS.



Fonte: EFASC, 2017.

Uma das preocupações centrais da AAVRP é com a juventude do Campo, pelo fato de boa parte das entidades da Articulação trabalharem diretamente com jovens do Campo da região, como é o caso da EFASC e EFASOL. Isso devido à histórica saída da juventude do meio rural, em busca de educação e, principalmente, pela falta de infraestrutura no Campo, como estradas precárias, desmonte da rede escolar do Campo, baixo investimento em energia elétrica, dificuldade de acesso a sinal telefônico e de internet, disputa de poder no centro da propriedade familiar, em especial com o pai – dono da propriedade, bem como a saída para casar-se, servir às forças armadas (que, absurdamente no Brasil, como em tantos países, é uma prestação de serviço obrigatória), as condições precárias de trabalho e a baixa renda. Conforme destaca com propriedade a professora da EFASC, Cristina Vergutz, na Audiência Pública sobre o Fechamento das Escolas do Campo – CEED/RS e AAVRP, em 09/11/2019:

No Vale do Rio Pardo, entre 2012 e 2016, os dados do Censo Escolar e do Observatório do Desenvolvimento Regional do PPGDR da UNISC, apresenta o Vale do Rio Pardo com um maior número de fechamento de Escolas do Campo em comparação com a média do Estado do RS. O VRP fecha 62 escolas, o que representa 19% dessas, enquanto que no estado no mesmo período fecha 14,2% das Escolas do Campo. Mas é importante ressaltar que o RS entre 2013 e 2016 fechou 50% das suas escolas, são mais de 2.220 Escolas do Campo fechadas. É muito preocupante, a gente precisa levar em consideração e pensar e debater esses dados, porque o fechamento de uma Escola do Campo representa um impacto no desenvolvimento econômico, social e educacional daquela comunidade. Enquanto a gente estiver fechando as Escolas do Campo, estaremos sim diminuindo as pessoas no Campo. E fica a pergunta, qual é o interesse no fechamento das Escola do Campo? E o que a gente espera, um Campo com gente ou um Campo sem gente? (VERGUTZ, 2017).

Por isso, uma das denúncias que em especial as EFAs vêm fazendo junto a AAVRP, não só na região, como no estado e no país como um todo, é justamente o fechamento das escolas do campo, que normalmente acontece de forma arbitrária, por parte do poder público (municipal ou estadual), que olha a educação apenas como gasto e não como investimento no seu povo. Olhar esse que precisa ser discutido e repensado, pois em geral é mais caro transportar um número de estudantes do que manter a escola comunitária aberta.

Ou seja, os/as “fechadores/as de escolas do campo”, quando assim o fazem, tirando raras exceções, traem a sua população, pois é muito raro que alguém se eleja com a plataforma de fechar escolas do Campo, o que, em geral, fazem logo depois de eleitos, confirmando verdadeiros estelionatos eleitorais, de administrações que não conseguem pensar um município ou o estado por mais de 4 ou 8 anos, imediatistas e de caráter urbanocêntrico, mesmo em municípios rurais, como é o caso do Vale do Rio Pardo. Panorama que fica evidenciado na fala do Agricultora Familiar Camponês, Valderi de Moura, na Audiência Pública sobre o Fechamento das Escolas do Campo – CEED/RS e AAVRP, em 09/11/2019:

Eu tenho a experiência dos meus filhos. Eles foram para uma escola nucleada, uma escola mais longe, uma escola que eu as vezes nem conhecia os professores deles. Eles tinham relacionamento com outras crianças que elas não conheciam, de pessoas com uma condição financeira muito melhor que as nossas, que as vezes eles se sentiam até constrangidos de ir de chinelo de dedos, de ir com as roupas simples que a gente sempre usou. Esse debate de Fechamento das Escolas tem existido, mas não com os pais dos alunos, tem existido com as empresas de ônibus, que botam pressão e muitas vezes até determinam, ou é a Escola ou a linha de ônibus. (MOURA, 2017).

Os fechamentos normalmente acontecem sem obedecer a um processo legal que requer a oitiva das comunidades atingidas por tal medida e que, via de regra, atende a pressão de empresas de transporte coletivo que acabam por ganhar “rios de

dinheiro” com o transporte dos estudantes e de passageiros comuns, seja do Campo para cidade, seja do Campo para o próprio Campo. Nesse contexto, só quem perde é a comunidade que fica sem sua escola, sem a sua principal referência, que normalmente serve, em muitos lugares, de sede da Igreja, associação de agricultores/as ou moradores da comunidade, mesa eleitoral, espaço de encontro dos mais diversos para tratar assuntos de interesse da comunidade. Trata-se, em geral, do centro comunitário de uma comunidade do Campo que se fecha, deixando uma “chaga” na comunidade, que é “enrolada” por todos esses interesses e interessados nesse fechamento, como pondera Elisabete Witcel, na Audiência Pública sobre o Fechamento das Escolas do Campo – CEED/RS e AAVRP, em 09/11/2019:

Quando se fecha uma Escola do Campo é a mesma coisa que abortar uma comunidade, porque é o primeiro passo para as famílias irem embora daquela comunidade e provoca o êxodo rural. Fechando uma Escola do Campo se está desvalorizando o desenvolvimento econômico da região, do município e do Estado. (WITCEL, 2017).

Nessa compreensão, e preocupados com os números crescentes de tantas Escolas do Campo sendo fechadas nesses últimos anos no Vale do Rio Pardo, a AAVRP, articulada com o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEED/RS, presidido pelo prof. Domingos Buffon, professor muito sensível a esse problema da educação gaúcha e brasileira, promove a Audiência Pública sobre o Fechamento das Escolas do Campo CEED/RS e AAVRP, no dia 09/11/2017 nos turnos manhã e tarde, na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, contando com cerca de 200 pessoas. Estiveram presentes, o CEED-RS, a AAVRP, a AGEFA, a promotoria pública, a 6ª Coordenadoria Regional da Educação, CPERS, SINPRO, Universidades, EFASC e EFASOL e alguns/mas gestores/as de Educação em municípios da região e de escolas estaduais.

Muitas falas ilustrativas de autoridades, outras falas proforma de quem tem de estar naquele espaço por obrigação moral e até legal, e por parte destes, em geral gestores, falas genéricas e aquela retórica de que o Campo está sem gente e por aí vai. Já no momento de microfone aberto, real motivo de se fazer uma audiência pública, surgem as falas em primeira pessoa de quem tem a vida afetada por um fechamento arbitrário de uma escola da Comunidade, de pais/mães e responsáveis que vêm os/as filhos, desde os cinco anos entrando num ônibus às 5 horas da manhã, em pleno inverno para chegar até a escola, sendo que, muitas vezes, as crianças e os/as adolescentes passam mais tempo em “viagem até a escola” do que propriamente estudando em sala de aula. Falas que serviram para chamar a atenção

do CEED/RS para esse problema do Campo, mas que tiveram pouca repercussão junto às autoridades regionais, pois, a grande maioria dos/as “gestores” já havia saído da audiência coerentes com a prática de não escutar as pessoas, tornando-se meros “tomadores de decisões” que são “comunicadas” às escolas, famílias, estudantes e professores/as.

A ainda atual compreensão de que Campo e Educação não combinam, que são verdadeiras antíteses, fica muito clara em momentos como esse. A ideia do “Jeca Tatu” que aparentemente está superada, revive e ressuscita em atividades dessa natureza, pois afinal, “essa gente tem acesso à escola, querem mais o quê? “Há pouco tempo atrás nem isso tinham”, pois, a mentalidade escravista ainda vive em muitas pessoas e instituições que aparentemente lutam pelo direito dos trabalhadores/as. A não presença da promotoria pública, de secretários/as de educação da região, de prefeitos/as, nos debates com a comunidade regional é prova de que há ainda uma compreensão de que o Campo “já tem muita coisa” e a luta por educação nas comunidades não interessa a quem gesta o município e o estado.

Entretanto, considera-se que o evento foi considerado um sucesso pelo número de participantes, por colocar a AAVRP na vanguarda deste debate acerca da Educação do Campo e do direito das comunidades do Campo da região em ter as suas escolas preservadas, ganhou mídia, gerou muito conteúdo, que por vários dias foi reproduzido por veículos de comunicação da região, bem como um extenso material nas redes sociais. Evidenciou-se assim, o teor da luta por um Campo com cada vez mais acesso à educação e mais, uma educação que dialogue com a realidade da Agricultura Familiar Camponesa e valorize os saberes seculares de Agricultores/as para a sala de aula, recolocando a importância dos povos do Campo no contexto sociopolítico.

Desta forma, trazer o CEED/RS para debater a situação educacional do Vale do Rio Pardo, conforme mostra a Figura 45, mobilizando tantos/as sujeitos da região, foi um importante ganho para Articulação, pelo fato da cobertura da mídia regional acompanhar o debate e trazer uma série de reportagens após esse momento, trazendo para o centro da agenda regional, pelo menos por alguns dias, a questão do fechamento das escolas do Campo e o direito dessas pessoas poderem contar com as suas escolas, nas suas respectivas comunidades.

Figura 45 - Audiência Pública sobre o Fechamento das Escolas do Campo CEED/RS.



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

O dia 24 de agosto de 2018 foi histórico no Vale do Rio Pardo, pois a AAVRP organiza junto com o Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA) a Audiência Pública sobre o Impacto de Uso de Agrotóxicos na Saúde, Meio Ambiente e Consumidor, realizada no bloco 18 da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. O evento contou com as manifestações do coordenador do Fórum, Rodrigo Waldez (Procurador da República - FGCIA), assim como os representantes da AAVRP, Sighard Hermany (Agrônomo, CAPA/AAVRP), Reinaldo Rodrigues (Agricultor Familiar Camponês de Capela dos Cunha, interior de Passo do Sobrado/RS, membro da CPT regional), do prof. José Antonio Kroeff Schmitz (UERGS/AAVRP) e também da Profª Neice Muller Xavier Faria, que trouxeram um panorama nacional, estadual e regional acerca da temática dos agrotóxicos e todos os riscos que envolvidos nesse uso para a vida animal e vegetal. Assim, destaca Profª

Neice Xavier Farias, Audiência Pública do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e AAVRP no dia 31/08/2019:

O impacto do uso desses produtos químicos, que na verdade não é um produto, é um conjunto de produtos, é bem diversificado. E o que a gente já consegue documentar em várias pesquisas sobre os problemas de saúde nas pessoas, relacionadas ao uso de agrotóxicos? Tanto pode ser intoxicação aguda com efeitos a longo prazo, efeitos na área de problemas hormonais, neurológico, saúde mental e incidência de câncer. (FARIAS, 2019).

Foi uma audiência importante, resultado da articulação das entidades interessadas nessa temática, que é polêmica na região, e cercada de boas histórias. Pois dias antes da reunião, chegou ao conhecimento da coordenação da AAVRP que haveria um protesto de agricultores/as contra a Audiência Pública, e que esses reivindicariam o direito de usar agrotóxicos nos cultivos em suas propriedades – haveria alguns ônibus cheios de “manifestantes”. Situação essa que foi, apesar de certa apreensão, considerada bem-vinda pela coordenação da Articulação, que entende ser este o principal papel de uma audiência pública, com microfone aberto e todas as posições possíveis à mesa. Não houve tal situação, se caracterizando mais um alarde de grupos que não aceitam o debate em relação aos Agrotóxicos e suas consequências para a sociedade.

Dos cerca de 200 participantes, tivemos o uso da palavra por cerca de 25 pessoas que expuseram suas impressões, além de algumas denúncias de uso de agrotóxicos de maneira abusiva e com o manejo não recomendado, o que foi registrado pelo FGCIA para ser encaminhado aos órgãos competentes. Sendo esse momento avaliado como muito importante para a AAVRP na região, como avaliou um dos coordenadores da Articulação, Sighard Hermany na Audiência Pública do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e AAVRP, no dia 31/08/2108.

A AAVRP traz a contribuição justamente na busca de alternativas ao uso dos Agrotóxicos, na promoção da Agroecologia, que nós entendemos que é um jeito de se produzir alimentos, comida limpa, sem a necessidade de usar os agrotóxicos, considerando que de fato, o agrotóxico é problemático, pois é veneno. (HERMANY, 2018).

A avaliação da audiência foi considerada muito positiva pelos sujeitos envolvidos, pois toca em uma questão central, especialmente por acontecer no Vale do Rio Pardo, a principal região produtora de tabaco no mundo e por isso, uma das regiões de maior consumo de agrotóxicos no país, uma vez que a produção de fumo é realizada nos moldes da agricultura convencional, portanto, demandando todo um

pacote agrotóxicos e de adubação sintética, fomentando todo um comércio local que ganha milhões por ano comercializando esses insumos. O fato dessa audiência pública ter sido protagonizada pela Articulação via suas entidades, mostrou à opinião pública a necessidade desse debate devido aos profundos impactos causados pelos agrotóxicos no meio ambiente e na vida de toda a comunidade regional. A cobertura da imprensa regional foi expressiva, seja pelas emissoras de rádio e pelos jornais impressos e portais on line, como pela equipe da UNISCTV que garantiram ampla cobertura à Audiência, evidenciando que há interesse regional da audiência da região por temáticas como essa e pelas demais que a Articulação vem tratando, como explicita a Figura 46.

Figura 46 - Audiência Pública sobre o Impacto de Uso de Agrotóxicos na Saúde, Meio Ambiente e Consumidor / AAVRP - FGCI



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

Nesses pouco mais de cinco anos da AAVRP, um conjunto de atividades foram articuladas, propostas e realizadas pela Articulação, através das suas entidades, envolvendo número considerável de sujeitos, seja pessoas, entidades ou até mesmo o contato com outras entidades de fora da região. Essas atividades correspondem

basicamente a cinedebates, dias de campo, visitas de estudos a propriedades ecológicas e entidades que trabalham a partir da temática da Agroecologia, bem como seminários, debates, painéis, mesas-redondas.

Normalmente, essas atividades são relacionadas a datas importantes e marcantes para o debate da Agroecologia no Brasil e no mundo, como o Dia Internacional de Combate aos Agrotóxicos (data referente a tragédia de Bhopal na Índia em 03/12/1984, em que o vazamento de gases de uma fábrica de agrotóxicos, intoxicou e matou milhares de pessoas) e a Semana dos Orgânicos, que normalmente ocorre no fim de maio ou início de junho, em que significativo número de Agricultores Familiares Camponeses se reúnem para socializar suas experiências vividas nas suas propriedades familiares, como destacou o professor e engenheiro agrônomo, Dennis Janke, em palestra na V Semana dos Alimentos Orgânicos - EFASC/AAVRP no dia 30/06/2017.

Ao invés de eu comprar um adubo orgânico, eu puder aproveitar os meus resíduos e fazer um adubo orgânico, com uma qualidade boa seria melhor ainda, em transformar um problema na minha propriedade, que é a geração de resíduos, numa solução que é a fertilidade do meu solo a longo prazo. A Agroecologia nos fornece um embasamento para isso, ela nos propõe uma série de métodos e metodologias, que nos dá ferramentas suficientes para que a gente consiga trabalhar uma agricultura mais branda e menos prejudicial à saúde de quem consome, produz e também ao meio ambiente". (JANKE, 2017).

São oportunidades que se constrói, em que a AAVRP recebe visitas que possam contribuir com o debate do fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa e com a promoção da Agroecologia, e que têm viabilizado importantes debates, ocasiões em que a EFASC tem desenvolvido os eventos "EFASC em Debate", que acabam congregando a AAVRP, juntamente com os estudantes da EFASC, em torno de temas relevantes no campo da Agroecologia, contribuindo para a projeção da Articulação no âmbito regional.

Os encontros das EFAs do RS também têm sido momentos de intensa reflexão, nos quais, os sujeitos da AAVRP têm dado significativas contribuições, numa confluência entre EFAs do Vale do Rio Pardo, a EFASC e a EFASOL, com as demais entidades que compõem a AAVRP, o que acaba fortalecendo a Articulação, devido a visibilidade e especialmente pela mobilização da Juventude do Campo das EFAs na região, pois cada encontro desses reúne pelo menos 250 jovens, filhos/as de Agricultores/as Familiares Camponeses/as da região e do estado, devido à presença da EFASERRA e EFASUL, respectivamente de Caxias do Sul e de Canguçu.

Um momento formativo em que, principalmente as experiências de Agroecologia da região são mostradas à Juventude, que também relata suas experiências nesse campo, não só produtivo, da Agroecologia e produção Orgânica, mas também em outras abordagens como a diversidade, gênero, desenvolvimento sustentável, políticas públicas, entre outros, presentes no paradigma agroecológico. Sendo essa uma avaliação da jovem egressa da EFASC, Yasmin Dupont, durante o III Encontro da Juventude das EFAs do RS, no dia 23/11/2018.

Quando eu entrei na EFASC eu não tinha muito envolvimento com a agricultura, eu acho que era, por ser mulher. Acho que é uma questão, porque a mulher não é agricultora, né! Ela cuida mais do serviço da casa, então me inserir nas atividades de lavoura, foi mais difícil. Foi através da produção animal que eu me inseri na propriedade, por isso nada melhor que de fazer um projeto sobre isso, a produção animal. A Juventude que é o futuro, precisamos se unir cada vez mais, fortalecer para poder dar seguimento a essa agricultura, porque sem a agricultura não existe nada. (DUPONT, 2018).

Figura 47 - Múltiplas atividades propostas pela AAVRP.



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

O Seminário Regional de Agroecologia – SERA é considerado pelo conjunto da AAVRP, o “ponto alto e forte” da Articulação no ano. Sua realização é tradicional, onde a partir de uma temática comum a AAVRP junto com as suas entidades, faz um amplo debate. Mantendo assim, um formato muito parecido desde o primeiro SERA, ou seja, em um turno um debate mais teórico, com uma palestra de abertura, mais uma mesa-redonda e à tarde, uma série de oficinas de temáticas alinhadas e propositivas ao debate da Agroecologia.

O SERA nunca contou com orçamento para acontecer, uma vez que todas as edições são custeadas pela entidade que sedia o seminário, com diversas contribuições não financeiras, como doação de alimentos dos/as participantes. Tendo sido três edições na EFASC (2014, 2017) e uma na sede do MPA (2015) e, por último, em 2018, foi realizada na sede do Centro Vocacional Tecnológico da Diversificação da Fumicultura do Vale do Rio Pardo - CVT VRP, num momento histórico caracterizando na primeira atividade oficial do CVT pós sua inauguração. Espaço esse que foi construído na comunidade de Rincão Del Rey, em Rio Pardo/RS e que vem gerando muita expectativa no âmbito da formação para a Agricultura Familiar da região.

O primeiro SERA aconteceu em 16 de outubro de 2014, na sede da EFASC, em Santa Cruz do Sul, tendo como temática “Como você vem alimentando a sua vida? ”, contando com cerca de 200 participantes. Já o II SERA tratou de “Tecnologias e Técnicas apropriadas a Agricultura Familiar Camponesa”, no dia 08 de julho de 2015, na sede do MPA, em Santa Cruz do Sul e teve aproximadamente 150 inscritos. O III SERA também ocorreu na EFASC, nos dias 18 e 19 de outubro de 2017 e teve como mote de debates “Sementes Crioulas, Sementes da Vida”, estando presentes cerca 240 pessoas. E por fim, o IV SERA ocorreu em 27/11/2018, na sede do Centro Vocacional Tecnológico da Diversificação da Fumicultura do Vale do Rio Pardo - CVT VRP, no município de Rio Pardo, articulado pelo APL de Produção de Alimento e de Agroindústrias Familiares do VRP, com a temática “Soberania Alimentar e Agroecologia”, contando com cerca de 270 participantes entre a manhã e à tarde no evento.

A Agroecologia é a perspectiva da gente plantar de forma diversificada. Agroecologia como forma de envolver Jovens e Mulheres no trabalho da Agricultura e para a produção de alimentos saudáveis. A gente sempre tem dito que a Agroecologia não é uma perspectiva apenas de produção de alimentos, mas de envolvimento das pessoas, de Jovens e de Mulheres, de reconhecimento do conhecimento dos povos tradicionais, indígenas,

quilombolas, dos Agricultores Camponeses, mas também a perspectiva de uma posição política, sobre o quê que a gente quer e como é que a gente quer o nosso planeta daqui pra frente. (Alexandre Henrique Pires, III SERA, 20/10/2017).

Os quatro SERAs organizados chegaram à casa dos mil participantes ao todo, uma marca importante para a AAVRP, sem falar nas mais de 40 entidades que foram envolvidas diretamente nesses quatro anos de seminários. Além de quê se chegou a mais de 50 palestrantes entre palestras, mesas-redondas, painéis, debates e oficinas, que normalmente marcam o último turno do SERA, onde já foram abordados os mais variados temas, correlacionados a Agroecologia: Diversidade sexual no Campo, feminismo, produção de biofertilizante, homeopatia animal e vegetal, pastagens, abelhas sem ferrão, plantas recuperadoras do solo, produção e armazenagem de sementes crioulas, controle biológico, princípios de agrofloresta, PANCs, Educação do Campo, territorialidades e Agroecologia, produção e armazenagem de biofertilizante, produção orgânica, comercialização de alimentos da Agricultura Familiar Camponesa e movimentos sociais do Campo

O grande benefício acerca do debate da Agroecologia é a pauta do mundo hoje, que é a alimentação saudável. O mundo está muito assustado hoje, com doenças, com uma série de situações decorrentes de uma má alimentação ou de uma alimentação inadequada. E a gente entende que uma alimentação saudável passa pelas sementes crioulas, pela consolidação da Agroecologia e pelo fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa. Então esse grande debate mundial que se preocupa com o que a gente está comendo, com o que está chegando nas nossas mesas, é o principal ponto de convergência entre as entidades que compõe a AAVRP, justamente para que chegue aos supermercados, as feiras e aos demais espaços de comercialização, cada vez mais alimentos saudáveis, produzidos com todo respeito e com a clareza de produção que envolve esse alimento. (COSTA, 2017).

Vale destacar que uma preocupação do SERA e das demais atividades produzidas pela AAVRP tem sido aliar ao debate a experiência e a pesquisa de importantes pesquisadores/as dos temas em questão, mas também ter presença legítima e representativa de Agricultores/as Familiares Camponeses/as, justamente para termos o máximo de referência teórico/prática nos debates, para assim “misturar” os saberes de um/a profundo pesquisador/a de sementes crioulas por exemplo, com os saberes de anos de plantio com sementes crioulas de um/a agricultor/a, reforçando aos participantes dos SERAs a necessidade de se valorizar todos os tipos de conhecimento, demarcando assim um novo terreno do saber.

E se contrapondo sim, a uma série de eventos de caráter aparentemente com temáticas populares como Educação do Campo, Agroecologia, Produção Orgânica, que são basicamente protagonizados apenas por pesquisadores/as, cientistas e/ou

lideranças de movimentos, sem o real envolvimento dos sujeitos do Campo, que estão também na linha de frente da pesquisa e da vivência em relação aos temas que concernem a Agroecologia, propondo assim reflexões que orientam práticas e vivências que dialogam com o paradigma agroecológico, em contraposição a compressão histórica de “uso dos recursos naturais” do planeta, como se estes fossem meras mercadorias.

O modelo hegemônico e orientador do desenvolvimento rural e agrícola no Brasil desde a segunda guerra mundial está dando mostras de crise e esgotamento. Isto se deve não apenas aos limites de disponibilidade dos recursos naturais do qual é dependente, como também devido ao acelerado consumo, queima, destruição e degradação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis necessários para sua reprodução. Tal modelo, ainda dominante nas orientações de política pública, foi e continua sendo responsável por um processo permanente de exclusão social, êxodo rural, diferenciação social e concentração da posse da terra. O que se observa é que, ao contrário dos discursos sobre sustentabilidade, bastante vazios em sua essência, os fatos empíricos demonstram que caminhamos para uma degradação socioambiental sem precedentes e para um aprofundamento da crise civilizatória em que estamos imersos. (CAPORAL, 2011, p. 150).

Temos então o Seminário Regional de Agroecologia – SERA como uma atividade/evento afirmado na comunidade regional, que ganha relevo a cada edição, pela excelência dos debates e, especialmente, pela movimentação dos sujeitos do Campo em torno da Agroecologia na região, orientando assim uma agenda coletiva, fruto de um esforço também coletivo em torno da Articulação, pois o SERA, que vai para sua quinta edição, já se constitui num evento de calendário das entidades que compõem a AAVRP e portanto, acaba sendo bastante aguardado, devido a contribuição fundamental que dá ao debate e à evidência da Agroecologia na região, envolvendo esses sujeitos e toda sua ecologia de saberes.

Tendo assim, um reconhecimento importante junto a mídia regional, cada vez mais sensível à Agroecologia e todas as suas possibilidades, o que vem reforçando muito a atuação da AAVRP, que chega a mais pessoas, com a sua pauta de valorização da vida pelos alimentos saudáveis, como mostra a Figura 48, sobre a ampla cobertura aos eventos da Articulação.

Figura 48 - Os Seminários Regionais de Agroecologia - SERA

Diversificação do meio rural tem um novo aliado
Inaugurado em Rio Pardo, Centro Vocacional Tecnológico (CVT) vai oferecer capacitações para técnicos e agricultores
Michael Virel
virel@riovalenoticias.com.br

O Centro Vocacional Tecnológico do Vale do Rio Pardo (CVT), situado em Rio Pardo, Rio Pardo, iniciou oficialmente suas atividades com o primeiro curso de capacitação em agroecologia. O objetivo da estrutura é fortalecer a agricultura familiar, por meio de projetos e programas de extensão tecnológica e capacitação profissional e técnica.

As atividades de extensão começaram com uma aula conjunta pelo professor de Extensão e Regulação Curricular da UFRGS, Angelo Hoff, e pelo professor da Escola Família Agrícola de Santa Cruz (EFA), João Paulo Rosa Costa, que também coordena o Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo (APLAVRP). Em seguida, houve uma reunião sobre a importância da agroecologia.

AS CAPACITAÇÕES
O curso que será oferecido pelo Centro Vocacional Tecnológico tem como grande área de atuação, além da produção primária, horticultura, leite, bovinos, frangos, suínos, produção de alimentos, gestão da unidade de produção familiar, sustentabilidade e cooperativismo, produção orgânica, agroecologia e certificados.

A agroecologia está sendo abordada em um curso de extensão tecnológica e capacitação profissional e técnica. A disciplina será ministrada pelo professor de Extensão e Regulação Curricular da UFRGS, Angelo Hoff, e pelo professor da Escola Família Agrícola de Santa Cruz (EFA), João Paulo Rosa Costa, que também coordena o Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo (APLAVRP). Em seguida, houve uma reunião sobre a importância da agroecologia.

Cronologia da conquista
O projeto do Centro Vocacional Tecnológico foi apresentado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em 2014. Foram enviados R\$ 23 milhões, via Prefeitura de Rio Pardo. Além da edificação da prédio, a estrutura é de que o montante total de R\$ 12 milhões de curso. A UFRGS é responsável pela parte de extensão, cursos e projetos. Realizou-se um trabalho conjunto de gestão e execução do projeto. A agroecologia é uma das áreas de atuação.

Geração de renda para o campo
Durante a abertura do Seminário Regional de Agroecologia, vice-reitor da UFRGS, Rafael de Almeida, ressaltou que a agroecologia é uma das áreas de atuação do CVT, que possui um projeto de extensão tecnológica e capacitação profissional e técnica. O objetivo do CVT é fortalecer a agricultura familiar, por meio de projetos e programas de extensão tecnológica e capacitação profissional e técnica.

NOVO ENDEREÇO
O Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo (APLAVRP) vai mudar seu endereço. O novo endereço será no bairro 2 de Julho, na Avenida Brasil, 2.300, no município de Rio Pardo, Rio Pardo.

Seminário reúne jovens e agricultores
Evento realizado na sede da EFASC discutiu o uso das sementes crioulas no campo
Larissa Goulart
larissa@riovalenoticias.com.br

Um encontro com jovens e agricultores, realizado na sede da EFASC, discutiu o uso das sementes crioulas no campo. O evento contou com a presença de jovens e agricultores, que discutiram a importância das sementes crioulas para a agricultura familiar.

As sementes (crioulas) da vida
Em dos pilares da Revolução Verde, que varreu o campo brasileiro e mundial por 50 anos, foi a semente crioula, que estava nas mãos dos agricultores por séculos, cultivada por gerações, mas processo de melhoramento genético que levou tempo, obedecendo às condições naturais de cultivo. As empresas do setor miraram as sementes tradicionais, pois dominando a tecnologia social da semente crioula, os meios dos agricultores, a base da "agricultura moderna" estava lançada. Os poucos fatos perdidos esse material genético valioso, responsável pela manutenção da vida no planeta.

Essa "modernização da agricultura" levou ao extermínio da semente crioula, que era a base da agricultura familiar, por meio de projetos e programas de extensão tecnológica e capacitação profissional e técnica. A agroecologia é uma das áreas de atuação.

Seminário debate rumos para as sementes crioulas
Sem laboratório
Conferir os resultados do Seminário Regional de Agroecologia, realizado na sede da EFASC, discutiu o uso das sementes crioulas no campo. O evento contou com a presença de jovens e agricultores, que discutiram a importância das sementes crioulas para a agricultura familiar.

Projeto da EFASC tem reconhecimento da FAO
O projeto do Centro Vocacional Tecnológico foi apresentado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em 2014. Foram enviados R\$ 23 milhões, via Prefeitura de Rio Pardo. Além da edificação da prédio, a estrutura é de que o montante total de R\$ 12 milhões de curso. A UFRGS é responsável pela parte de extensão, cursos e projetos. Realizou-se um trabalho conjunto de gestão e execução do projeto. A agroecologia é uma das áreas de atuação.

Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

A Articulação tem estado bastante atenta às movimentações políticas por Brasília, em especial a bancada ruralista via Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA, a dois temas principais, a questão da criminalização das Sementes Crioulas e a flexibilização do uso e comercialização dos Agrotóxicos no Brasil. Isso gerou nesse período duas notas públicas de repúdio por parte da AAVRP, amplamente divulgadas nas redes sociais que concerne a Articulação. São elas:

- Nota de Repúdio à Lei das Varietais – PL 287/2015, que busca regular o acesso e manejo das Sementes Crioulas e de raças animais, possibilitando que grandes empresas do setor se apropriem ainda mais da biodiversidade brasileira.
- Nota de repúdio ao projeto de lei nº. 6299/02, popularmente tratada como a “PL do Veneno”, que entre outras questões, denomina os agrotóxicos como “defensivos fitossanitários” e/ou “pesticidas”, em evidente tentativa de

abrandar a nocividade destes produtos, passando a ideia de que agrotóxico pode ser usado de maneira segura.

Essas notas, conforme aparece na Figura 49, foram encaminhadas para deputados federais, estaduais, senadores, bem como para as entidades que compõem a AAVRP e suas respectivas redes institucionais, demarcando uma posição coletiva da articulação, mesmo que sem um fim prático direto, mas uma demarcação de posicionamento que este coletivo considerou importante fazer. Integrando a esse debate entidades que, mesmo estando na mesma Articulação, têm olhares diferentes sobre as diferentes temáticas e assim forcem o debate interno quando se propõe fazer uma nota com esse teor, de repúdio aos agrotóxicos e também de denúncia em relação à transgenia, que faz com que sejamos o país que mais usa agrotóxicos no mundo, conforme destaca o Dossiê da ABRASCO, já citado nesse trabalho.

Figura 49 - Notas de Repúdio da AAVRP

 NOTA DE REPÚDIO AO CONTROLE PRIVADO DAS SEMENTES CRIOULAS Reunida na manhã de hoje, 29/08/2017, a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo/RS vem manifestar-se em REPÚDIO ao Anteprojeto elaborado pelo Ministério da Agricultura (MAPA), que prevê o controle privado sobre SEMENTES CRIOULAS, pelo PL 827/2015, projeto esse que visa regular o acesso e o uso da agrobiodiversidade brasileira, sem debate com as entidades e representações legítimas para isso. A AAVRP entende que esta proposta dará ao MAPA poderes de controlar as SEMENTES CRIOULAS, através da obrigatoriedade de registro das variedades e raças num banco de dados, possibilitando que as grandes empresas se apropriem dessas sementes e de outros produtos da biodiversidade. Não aceitamos o lobby das multinacionais das sementes e venenos, bem como da bancada ruralista com suas instituições, que têm por objetivo precarizar ainda mais os direitos das gentes do Campo brasileiro. Pela autonomia produtiva e de vida dos/as Agricultores/as Familiares! As Sementes Crioulas são do POVO e com o POVO devem ficar! Santa Cruz do Sul, RS, 29 de agosto de 2017. Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP / RS	 NOTA DE REPÚDIO AO PACOTE DO VENENO (Projeto de Lei 6299/02) O Brasil é o país que mais utiliza agroquímicos no mundo e seu processo de produção agrícola está cada vez mais dependente dos agrotóxicos e fertilizantes químicos, o que diretamente reflete na qualidade nutricional dos alimentos ingeridos, já que um terço dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros está contaminado. Nesta perspectiva, reunida na manhã de 11/07/2018, a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo/RS vem manifestar-se em REPÚDIO ao Projeto de Lei n. 6299 de 2002, Dispositivo do Veneno, originário do Senado Federal, que denomina os agrotóxicos como “defensivos fitossanitários”, em evidente tentativa de abrandar a nocividade destes produtos. De acordo com legislação vigente, disposto no art. 3º, § 5º da Lei 7.802/89, regulamentada pelo Decreto 4.074/02, o registro para novo produto agrotóxico é concedido se a sua ação tóxica sobre o ser humano e o meio ambiente for comprovadamente igual ou menor do que a daqueles já registrados para o mesmo fim. Nesta mesma perspectiva, segundo o § 6º, f), da mesma normativa, é proibido o registro de agrotóxicos que causem danos ao meio ambiente, o que, em tese, restringe de certa forma a introdução de alguns agroquímicos no país. Entretanto, dentre as propostas do Pacote do Veneno, está a proposta de inclusão do §7º no art. 3º na Lei nº 7.802/89, alterando a forma de avaliar os registros de agrotóxicos por adotar um procedimento chamado “análise de risco”, considerando os princípios ativos dos agroquímicos para serem registrados, possibilitando a similaridade de produtos equivalentes em termos físicos, químicos e toxicológicos, em substituição à atual forma de avaliação disposta que utiliza o critério de identificação do perigo das substâncias. Desta forma, conforme o Pacote, seriam aceitos agrotóxicos cuja avaliação apontem que têm “risco aceitável”, termo abstrato e permissivo a lacunas interpretativas, possibilitando a liberação de mais venenos no país. Ademais, conforme a legislação vigente, quanto ao registro de novos agrotóxicos, o controle é compartilhado de forma tripartite entre o Ministério da Agricultura (MAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a liberação de uso deve aguardar o parecer conclusivo expedido por cada um deles. Entretanto, outra proposta do PL do Veneno é de que o Ministério da Agricultura (MAPA) seja o único órgão responsável pelo registro de novos agrotóxicos, seus componentes e afins, com a justificativa de desburocratizar e acelerar o registro. Adicionado a esta proposição, este órgão estaria habilitado a expedir registro especial temporário, independente de pareceres dos demais órgãos reguladores. Desta forma, em decorrência, se aprovado, a legislação brasileira flexibilizará a introdução de mais agroquímicos no mercado brasileiro, pois ao tempo que leva para ser apreciado e disponibilizado parecer dos demais órgãos, já estaria sendo utilizado e disponibilizado por um registro especial temporário. Nesta perspectiva, evidente está a manipulação legislativa frente a beneficiar o setor de venda de agroquímicos no Brasil, que viola o art. 225, § 1º, V, da Constituição Federal/88, que incumbe, expressamente, o Poder Público do dever de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, com o intuito de assegurar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. Desta forma, como entidade que preza por formas sustentáveis de produção, contribuindo para a promoção da saúde e sustentabilidade ambiental, como a produção de alimentos limpos e seguros, a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo/RS - AAVRP se posiciona veementemente contra ao Projeto de Lei n. 6299 de 2002, Dispositivo do Veneno. Que seja efetivo o direito de todo brasileiro de ser alimentado e nutrido de forma segura, saudável e livre de agrotóxicos! Santa Cruz do Sul, 11 de julho de 2018 Assinam esta nota as entidades que compõem a AAVRP: ABHP - Associação Brasileira de Homeopatia Popular Comunitária - Região Sul, APL VRP - Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo, CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), CPT (Comissão Pastoral da Terra - Diocese de Santa Cruz do Sul), EFASC (Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul), EFASOL (Escola Família Agrícola de Vale do Sol), EMATER/RS (Escritório Regional Soledade), Grupo Gala de Agroecologia - Cachoeira do Sul, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Sítio Cepa Cipó, Sítio Surucua Educação Agroflorestal, STR Santa Cruz (Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul) e UERGS região V (Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul).
---	--

Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

Um dos avanços que a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo considera central nesses pouco mais de cinco anos de existência foi sem dúvida, na área do ensino superior, especialmente pelo fato de que a unidade da UERGS em Santa Cruz do Sul que oferecia basicamente dois cursos, o Bacharelado em

Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia e o Curso Superior de Tecnologia em Horticultura, o primeiro com boa procura, porém com alto índice de desistência durante o curso e o segundo com pouca procura entre os/as acadêmicos/as da região, sendo que parte dos/as estudantes são basicamente egressos/as da EFASC. Diante disso uma grande dúvida quanto ao futuro da UERGS/SCS, em relação a continuidade da unidade.

Nesse contexto, em reunião na AAVRP diante do exposto, se compreendeu que era chegado o momento de submeter essa questão à região, pois se entendia que o fechamento da unidade da UERGS no Vale do Rio Pardo ou redução das suas atividades acadêmicas, seria um enorme retrocesso, por se tratar de uma Universidade Pública, com forte e concreta possibilidade de atender uma demanda da região, que nesse caso, seria um Bacharelado em Agroecologia, diante de experiências como o caso da oferta da FURG (Universidade Federal do Rio Grande), no campus de São Lourenço do Sul / RS. Assim, a coletividade da AAVRP entendia que era o momento de abrir esse debate com as entidades, com a juventude, com a classe política e com a própria comunidade acadêmica, pois se entendia que era necessária a manutenção da UERGS em Santa Cruz do Sul e para isso era importante sensibilizar a reitoria da Universidade, mobilizando os entes da AAVRP e comunidade regional. Seria, portanto, preparado um "Ato público em defesa da UERGS/SCS. E assim foi feito.

Entidades mobilizadas, reitoria acionada, imprensa convidada, chega o dia 20/06/2017, um dos dias mais frios e chuvosos do ano, dia do "Ato Público em Defesa da UERGS, Campus de Santa Cruz do Sul", na sede da EFASC, numa chamada da AAVRP, com cerca de 100 pessoas, unanimemente se posicionando a favor da manutenção da UERGS/SCS e da criação do curso superior de AGROECOLOGIA, nessa Instituição. Foi um bonito, instigante e importante debate com representantes da reitoria da UERGS.

A vice-reitora, Prof^a Eliane Maria Kolchinski, acompanhada dos diretores Alexandro Cagliari e Benjamin Filho, fez uso da palavra e desafiou o coletivo a entregar uma proposta de Bacharel em Agroecologia até o final do ano de 2017, para que tramitasse nas instâncias superiores da UERGS, com a possibilidade de ser aprovado em 2018, para que então pudesse ser ofertado já no primeiro semestre de 2019. Era um desafio potente, que colocava a AAVRP na obrigação de trabalhar pela concretização do curso. Nesse mesmo dia, ao final do Ato, o prof. José Schmitz liderou

um Grupo de Trabalho que iria se dedicar a construir o referido curso em tempo recorde. O jogo tinha virado, a pressão deu certo, porém agora ela estava sob os ombros dos/as demandantes.

Logo em seguida o Grupo de Trabalho - GT começou os trabalhos, chegando à conclusão ainda em fins de setembro de que era possível, pelos estudos e produção já feitos, ensaiar o Bacharelado em Agroecologia, com a criação de um curso menos complexo – uma especialização em Agroecologia e Produção Orgânica. Entendendo que se formasse uma turma, seria um bom indicativo de que o Bacharel de fato teria força na região, o contrário também verdadeiro. E assim foi feito. A proposição da especialização com 30 vagas teve 74 inscritos em menos de um mês de inscrições, de 20/02/2018 até 07/03/2018. Era um sinal de que havia público, na prática querendo estudar Agroecologia no Vale do Rio Pardo. E assim foi formada a primeira turma de Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica, coordenada com o prof. José Schmitz, da UERGS, com a parceria da AGEFA, que disponibilizou quatro profissionais para ministrar aulas no curso. Era o embrião vivo do Bacharelado.

A Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica na UERGS SCS inicia no dia 06/04/2018 e já na sua primeira aula, conta com a presença de vários/as membros da AAVRP acolhendo a turma que iniciaria os estudos. Estiveram presentes além dos 30 estudantes, Mathias Bertram (vereador de SCS), Carlos Lara (Coopersanta), Benjamin Filho (Coordenador Regional da UERGS), prof. João Paulo Reis Costa (AGEFA/EFASC e APL de Agroindústrias e Alimentos da Agricultura Familiar do VRP), Sighard Hermany e Rogério Boemeke (Capa/Ecovale), Emerson Rech (Egresso da EFASC e Técnico do MPA) / Cooperfumos, Gabriela Gomes (Sítio Surucuá), funcionários da UERGS Antelmo Paulo Stoelben e Etis Kiefer, profa. Marta Nunes, prof. Jose Schmitz e prof^a Fernanda Ludwig, da UERGS.

Chegava a vez do Bacharel em Agroecologia. Assim, num dia histórico, dia 15/05/2018, alguns membros da AAVRP estiveram presentes na sede central da UERGS em POA (prof. José Schmitz, da UERGS, o secretário executivo da AGEFA, Adair Pozzebon, o diretor regional da UERGS prof. Benjamin Filho, e o prof. João Paulo Reis Costa, da EFASC/AGEFA). O prof. José fez a defesa da autorização para ofertar o Bacharelado em Agroecologia junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE (pela manhã) e ao Conselho Universitário - CONSUN (pela tarde). Era o dia decisivo para o curso. Aprovado, haveria a possibilidade de turma em 2019. Reprovado, dificilmente a UERGS se manteria em Santa Cruz do Sul.

O Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA foi aprovado sem ressalvas por todos/as os/as conselheiros/as. Porém à tarde, por discordâncias com outro curso que estava sendo pleiteado e pela forma de votação "em bloco", o Bacharel foi à votação junto com um curso de Agronomia, na unidade de Sananduva/RS (esse era o problema entre os conselheiros/as) e um curso de Engenharia de Automação na unidade de Gravataí/RS. Muito debate, e momentos de acaloramento das discussões, todos os cursos aprovados por 14x12. Haveria, portanto, o Bacharelado em Agroecologia, para 2019, agora era construir a turma, mais um desafio. Um dia cheio, das 8h da manhã às 18h da tarde, com intervalo de almoço.

Boas avaliações sucederam esse momento e especialmente a sensação de que um trabalho a muitas mãos, com o aval de tantas entidades, chegava a um bom desfecho, gerando um horizonte de expectativas muito favorável, afinal a região estava com "tudo nas mãos" para manter e reforçar a unidade da UERGS em Santa Cruz do Sul, podendo assim pela qualificação e formação de nível superior, contribuir com o tempo para o desenvolvimento regional, via Agroecologia.

Um turbilhão de sensações e lembranças acontecia naquele momento durante a volta para Santa Cruz do Sul, com o resultado do dia já publicado em tempo real na página da AAVRP no facebook e as pessoas sintonizadas parabenizando o coletivo por essa conquista, muitos já vislumbrando as possibilidades que esse curso poderia oportunizar para as entidades da AAVRP, bem como para os/as próprios/as estudantes do Bacharelado. Desde a articulação do Ato Público em defesa da UERGS em junho de 2017, na sede da EFASC, puxado e organizado pela AAVRP, passando pela construção da Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica, que conta com 30 estudantes em vias de defender e publicar seus artigos de finalização de curso, tem-se um volume interessante de reflexões acerca da Agroecologia na região.

Com certeza, o Curso de Bacharelado em Agroecologia era o objetivo maior de todo aquele esforço via Articulação, justamente por entender a necessidade de ampliar, qualificar e fortalecer o debate, a vivência e as experiências de e em Agroecologia no VRP, com ênfase na produção de alimentos, fortalecendo a Agricultura Familiar Camponesa na região. Era essa a expectativa naquele momento, como fica evidenciado na Figura 50.

Figura 50 - Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica - Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA via AAVRP.



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

Definitivamente, era um processo de um ano e meio de muita construção coletiva, sem donos e sem protagonismos individuais, nascido da AAVRP. Assim nasce o Bacharel em Agroecologia UERGS/AGEFA, que já conta neste 2019, com 29 estudantes selecionados pelo ENEM, via SISU. Uma turma bem diversa, que conta com a grande maioria dos/as estudantes advindos do Vale do Rio Pardo, mas também com uma estudante de São Paulo e outra do Sergipe, além de gente da grande Porto Alegre e da fronteira com o Uruguai.

Há também Agricultores/as Familiares Camponeses/as mais experientes vindos do interior da região, inclusive pai e filha dividindo a mesma sala de aula com 31 anos de diferença entre eles, bem como jovens Agricultores/as Familiares Camponeses, uns ligados/as a movimentos sociais, outros/as com experiência em feira de alimentos orgânicos. Oito dos/as estudantes são Egresso/as da EFASC (6) e EFASOL (2), assim como há também vários estudantes urbanos, sem vivência na Agricultura Familiar Camponesa, portanto, forma-se uma turma de Agroecologia, cujo o forte dessa configuração inicial é a diversidade de experiências e vivências.

Tivemos a presença na primeira aula do Bacharel em Agroecologia dos nossos estudantes e diversos representantes da nossa Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo que prestigiaram esse momento. Reforçamos que esse curso foi construído a muitas mãos, para o pessoal que

está entrando (os/as estudantes), é importante ter essa dimensão e uma ideia clara dessa configuração diferenciada que esse curso tem, dentro da UERGS e na AGEFA, pois somos parceiros nessa edição do Curso. Assim, o pessoal teve a oportunidade de ter uma ideia clara da importância que esse curso tem para a região e esse forte apoio que o curso vai ter da AAVRP a partir de agora, vai ser fundamental para o êxito do Bacharelado em Agroecologia. (SCHMITZ, 2019).

No dia 11/03/2013 iniciaram as aulas do Bacharelado, enfim havia turma de fato: 29 estudantes devidamente matriculados e aptos a frequentarem o Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA nos próximos quatro anos e meio, alternando momento de formação na UERGS, outros nas EFASC, bem como momentos de formação em propriedades de Agricultores/as Familiares Camponeses Agroecológicos da região, bem como algumas entidades que compõem a AAVRP, que estiveram presentes na primeira aula do Bacharelado, assim vários membros da Articulação representando suas entidades como: Capa/Ecovale, Coopsat/MPA, EFASC/AGEFA, UERGS, estudantes da Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica da UERGS 2018 e EFASOL, acolhendo assim a nova turma que chegava, dando um panorama histórico e dividindo a responsabilidade com os/as estudantes, pelo fato de haver esse curso na UERGS, para a região. Mais um momento histórico da AAVRP, na promoção da Agroecologia e no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa na região.

Quando apresentávamos o curso de Agroecologia para a turma, enfatizávamos sobre que curso é esse? De onde nascia esse curso? Afinal de contas esse curso é resultado de quê? Levando em conta que, em nível de Rio grande do Sul são poucas as universidades que vêm ofertando um Bacharel em Agroecologia. Temos feito um esforço nos últimos dois anos e muito especialmente temos uma data, que é 20/06/2017, quando numa atividade chamada pela Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, onde fizemos um “Ato Público em defesa da UERGS”. E esse ato foi o despertar de uma demanda, especialmente levantada pela Juventude do Campo da região, que era a necessidade da oferta de um curso superior que viesse a atender as necessidades desses jovens Agricultores/as Familiares do VRP. Esse era o mote daquela discussão, naquele período. (COSTA, 2019).

A oferta desse novo curso, sem dúvida nenhuma, se configura numa contribuição frontal da AAVRP para o desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo, pois consiste em oportunizar à Juventude da região uma opção de curso superior que advém da demanda de formação especializada em Agroecologia, numa Universidade Pública que tem na Agroecologia uma das suas ações na região. E a parceria institucional com a AGEFA/EFASC só reforça ainda mais esse envolvimento das entidades na promoção de uma Educação contextualizada, que faz da Agroecologia

um novo paradigma de sociedade, apresentando à região mais um “espaço de Esperança” no meio acadêmico, possibilidade comemorada pelo conjunto de forças que, a tantas décadas, vem acreditando e construindo a Agroecologia.

O Bacharelado em Agroecologia surge de uma demanda regional, mas também a partir de uma questão nacional e internacional, porque a demanda de alimentos orgânicos, saudáveis, sem veneno vem crescendo, por uma questão de conscientização, mas principalmente de saber que um alimento próximo, alimento local. Por esta condição ele estabelece outras relações de consumo, relações sociais, que é diferente de tu ir na prateleira de supermercado e pegar um produto que venha lá do outro lado do Brasil ou do outro lado do mundo. Esse grupo que está aqui, é realmente especial, é a primeira turma. A AGEFA/EFASC tem essa contribuição de vincular com a realidade o curso de Bacharelado em Agroecologia, ou seja, romper os muros da universidade, que muitas vezes tem a dimensão de que ela é o centro do conhecimento científico e do saber. E a gente sabe que a realidade tem a contribuir com o conhecimento e isso para nós, é um princípio do Bacharelado em Agroecologia, valorizar esse saber e trazer para dentro da sala na Universidade e Escola. (POZZEBON, 2019).

Desta forma se concretizaria nesse momento uma luta histórica e um desejo muito coletivo da Articulação, que era avançar no debate a ponto de ter forças políticas, institucionais e sociais de propor e construir um Curso de nível superior na área da Agroecologia, garantindo ainda com isso a permanência e a manutenção da unidade da UERGS no Vale do Rio Pardo. Portanto, esses são significativos ganhos com esse curso tão esperado, especialmente pela simbologia concreta de efetivamente se construir mais um “espaço de esperança” no coração do Vale do Rio Pardo.

Onde o debate, as reflexões, a produção científica, as trocas com Agricultores/as Familiares Camponeses/as ao longo desse curso, tem tudo para reverberar outras possibilidades logo ali na frente, que é de atender mais turmas ou quem sabe mais para frente, que é ampliar o número de turmas ou quem sabe construir e ofertar um Mestrado em Agroecologia, para que esses/as jovens possam seguir seus estudos em nível superior. Sonhar não custa, pois foi através do sonho e do trabalho que o Bacharelado em Agroecologia hoje abriga 29 jovens, com muita vontade de aprender e ensinar Agroecologia para a comunidade regional, conforme aponta a reportagem a seguir, que ilustramos na Figura 51.

SONHO DOBRADO. Após mais de 20 anos sem estudar, o agricultor Valderi de Moura vai retornar à sala de aula. Com 52 anos, o morador de Sinimbu estudou até a 4ª série, quando tinha 11 anos, e terminou o primeiro grau através do supletivo. Com 27 anos, fez o primeiro ano do segundo grau na escola Ernesto Alves e finalizou os estudos do ensino médio em 2008, com a nota obtida no Enem. Neste ano, Moura retorna para, segundo ele, buscar conhecimento e revelar, emocionado, uma novidade: irá estudar com a filha. “Eu vivi os dois lados do estudo. Sou filho de pais analfabetos e ajudava eles

na lavoura durante o dia, tendo para estudar à noite somente a luz de uma lamparina a querosene, pois não havia luz elétrica. Hoje em dia, busquei me atualizar na internet para fazer o Enem e agora tenho a honra de estudar com a minha filha”, conta ele, que cobrou de Taís de Oliveira Moura, 21 anos, a inscrição no SisU. “Havia 12 vagas para pessoas de baixa renda. Meu pai ficou em oitavo na seleção e eu, em 14o. Com a desistência de duas pessoas, pude realizar esse sonho de estudar e me aperfeiçoar junto ao meu pai”, comentou Taís. As aulas ocorrerão na Uergs em Santa Cruz, e as práticas em área da universidade e também da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (Efasc), que é parceira da Uergs na coordenação do curso. (SILVA, 2019).

Figura 51 - Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA



4. GERAL GAZETA DO SUL | TERÇA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2019

Dr. Caio Rossi Gastroenterologia
Endoscopia - Colonoscopia
Atende Unimed - Particular
Ed. Unimed - sala 606 - Fones: 3713-2907 / 98525-2907 / 98186-1739

ENSINO
Uergs inicia aulas do curso de Agroecologia
Cristiano Silva
redacao@gazetasul.com.br

Começaram ontem as aulas da primeira turma do curso de bacharel em Agroecologia, oferecido pela unidade de Santa Cruz do Sul da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). O curso terá duração de quatro anos e meio e conta com alunos inscritos pelo Sistema de Seleção Unificada (SisU), de acordo com as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Temos muitos de Santa Cruz e região. Muitos deles têm propriedades rurais e desejam se aperfeiçoar na agroecologia”, comentou a professora da Uergs, Fernanda Ludwig.

É o caso do jovem Marcelo Müller. Natural de Novo Cabrais, o estudante de 22 anos largou seu trabalho e a família para morar e estudar em Santa Cruz. “Meu desejo é trabalhar com a natureza, plantas medicinais e saúde, por isso busco o conhecimento na agroecologia. Minha família me apoiou, e estou aqui para aprender”, ressaltou Marcelo.

Segundo o coordenador do curso, José Antônio Kroeff Schmitz, a turma contará com 29 alunos e diversos assuntos serão tratados. “Vamos abordar todas as temáticas da agronomia, mas com esse enfoque agroecológico, desde assuntos como a olericultura até paisagismo”, ressaltou Schmitz.

Müller: em busca de mais conhecimento

SONHO DOBRADO
Após mais de 20 anos sem estudar, o agricultor **Valderi de Moura** vai retornar à sala de aula. Com 52 anos, o morador de Sinimbu estudou até a 4ª série, quando tinha 11 anos, e terminou o primeiro grau através do supletivo. Com 27 anos, fez o primeiro ano do segundo grau na escola Ernesto Alves e finalizou os estudos do ensino médio em 2008, com a nota obtida no Enem. Neste ano, Moura retorna para, segundo ele, buscar conhecimento e revelar, emocionado, uma novidade: irá estudar com a filha. “Eu vivi os dois lados do estudo. Sou filho de pais analfabetos e ajudava eles na lavoura durante o dia, tendo para estudar à noite somente a luz de uma lamparina a querosene, pois não havia luz elétrica. Hoje em dia, busquei me atualizar na internet para fazer o Enem e agora tenho a honra de estudar com a minha filha”, conta ele, que cobrou de **Taís de Oliveira Moura**, 21 anos, a inscrição no SisU.

“Havia 12 vagas para pessoas de baixa renda. Meu pai ficou em oitavo na seleção e eu, em 14o. Com a desistência de duas pessoas, pude realizar esse sonho de estudar e me aperfeiçoar junto ao meu pai”, comentou Taís. As aulas ocorrerão na Uergs em Santa Cruz, no antigo Colégio Murilo Braga de Carvalho, e as práticas em área da universidade e também da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (Efasc), que é parceira da Uergs na coordenação do curso.

Turma de 29 alunos inscritos pelo SisU começou ontem rotina de estudos na unidade de Santa Cruz, na antiga escola Murilo Braga

Fonte: Antelmo Stoelben e Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

Nesses quase seis anos de AAVRP, é importante destacar o protagonismo das entidades que foram se somando à ideia de Articulação em Agroecologia do Vale do

Rio Pardo, sendo importante destacar o fato da AAVRP se reunir pela primeira vez em 2018, na sede do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Santa Cruz do Sul, entidade que antes da atual gestão, nunca teve preocupação com o debate da Agroecologia e Produção Orgânica e também uma primeira reunião da Articulação na sede da UNISC, progaonizado pelo APL, cuja entidade gestora é a UNISC- sede da Audiência Pública sobre o Impacto de Uso de Agrotóxicos na Saúde, Meio Ambiente e Consumidor.

Vale destaque também a aproximação da Articulação com as demais entidades que são compostas coletivamente por outras entidades, as supra entidades, como é o caso do APL de Produção de Alimentos e Agroindústrias da Agricultura Familiar do VRP (entidade composta por 33 entidades da região), bem como com o CVT da Diversificação da Fumicultura do VRP (entidade composta por 12 entidades da região), ambas entidades copromotoras do IV SERA em 2018, inserindo assim a AAVRP no contexto regional com a pauta da Agroecologia e da Produção Orgânica. Há ainda um certo distanciamento em relação ao COREDE/VRP, para a qual a governança da AAVRP não propôs estratégia de maior aproximação, talvez por ser uma entidade mais institucionalizada, de vínculos mais oficiais com o poder público, sobretudo com o governo do estado e que já tem uma linha de atuação bem definida, nesses últimos anos.

Além dessa construção via instituições, que é fundamental, é importante ressaltar a importância das lideranças históricas que têm uma contribuição direta com esse debate ao longo dos tempos, especialmente por tratarem da Agroecologia e da Produção Orgânica, numa região como essa, marcada pela predominância econômica e política do tabaco e todo seu setor. Por isso, as imagens a seguir dão conta dessas lideranças, que têm junto às suas entidades, um protagonismo pela coletividade na construção dessa perspectiva tão favorável que a região tem hoje via Articulação.

Destaco aqui a prof^a Virgínia Etges, autora de uma dissertação de mestrado histórica, já citada nesse trabalho, que tinha na diversificação produtiva e especialmente na produção de alimentos, o ponto forte de sua argumentação nos anos de 1980 e que segue sendo uma liderança na UNISC, em defesa da Agricultura Familiar Camponesa, assim como a prof^a Erica Karnopp, ambas do departamento de Geografia da Universidade, também referência nos estudos sobre Agricultura Familiar na região.

Vale ressaltar a incansável Oldi Helena Jantsch, liderança da CPT regional e Agricultora Familiar Camponesa, de Cruzeiro do Sul/RS, uma das pioneiras na região em defesa das Sementes Crioulas. O prof. José Schmitz, agrônomo e prof. da UERGS/SCS, coordenador do Bacharelado em Agroecologia, um dos fundadores da AAVRP, sempre articulado com a discussão da Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo, tendo seu trabalho além da universidade. Também há a importância histórica do CAPA, com um trabalho sério a mais de 30 anos na região, sob a liderança histórica de dois engenheiros agrônomos, referências em Agroecologia na AAVRP e no estado, Sighard Hermany e Luiz Rogério Boemeke, vozes muito ativas e históricas no Vale do Rio Pardo.

A AAVRP tem como referência um dos Agricultores Familiares Camponeses mais longevos da região, morador da comunidade de Capela dos Cunha, em Passo do Sobrado/RS, seu Reinaldo Rodrigues, que trabalha com sementes crioulas desde 1966 e se constituiu numa das principais lideranças da CPT regional, presença marcante nos debates promovidos em torno da Agroecologia na região e no estado. Juntam-se a seu Reinaldo, Agricultores Familiares Camponeses de L^a Santa Emília, município de Venâncio Aires/RS, o seu Clécio e dona Lori Weber, que numa propriedade familiar vivem a mais de 30 anos sem a menor presença de qualquer tipo de adubação sintética e nenhuma utilização de agrotóxicos, sendo referências de produção agroecológica no Vale do Rio Pardo. Bem como o seu Milton e dona Rejane Palhano da Siqueira que a mais de 15 anos vem fazendo agroecologia em Herveiras/RS, um dos municípios mais dependentes do tabaco, na região. E também ao Perci Frantz, referência na região em produção de banana, chuchu e citros orgânicos, tendo a sua propriedade em Entrada São Martinho, interior de Santa Cruz do Sul/RS um espaço de muitas visitas durante o ano, de grupos e turmas interessadas no tema da Agroecologia e da Produção Orgânica.

Portanto, essas são algumas lideranças importantes que seguem na ativa, fortalecendo a Agroecologia na região e uma perspectiva de desenvolvimento inclusivo, de protagonismo de quem produz a riqueza efetiva da região, os/as Agricultores/as – tornam-se assim, lideranças importantes na região para a construção desses “Espaços de Esperança” baseados na produção de base agroecológica, na organização produtiva, estimulando o cooperativismo e o associativismo. Isso se verifica nessa reportagem no Jornal Folha do Mate, sobre a demanda de alimentos

saudáveis, onde dona Lori Weber faz uma importante análise, ilustrando essa perspectiva.

Em Venâncio Aires, o número de produtores que não utilizam agrotóxicos em suas plantações também cresce. Atualmente, entre certificados e que estão em certificação são 15 produtores. Eles estão ligados, principalmente, a quatro famílias que possuem suas propriedades em Vila Santa Emília, Linha Duvidosa e Linha Andréas. Atualmente o grupo agroecológico de Venâncio Aires faz sua venda direta em suas propriedades e na feira que ocorre na Comunidade Santa Rita de Cássia, no bairro Gressler, das quartas-feiras e sábados pela manhã. Os produtores são ligados à Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (Ecovale), que tem na presidência a venâncio-aiense Lori Weber, de Vila Santa Emília. A entidade é assistida pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), 75% das variedades agrícolas desapareceram ao longo do último século. De acordo com a Lori lembra que os produtores que aderem à venda totalmente agroecológica passam, geralmente, por um processo de adaptação que pode ser longo. Por meio desse processo quer se evitar fraudes na venda de produtos intitulados como orgânicos, com uma maior fiscalização e penalidades. Ela diz que a expectativa é que esse movimento agroecológico e a produção de alimentos saudáveis cresça, unindo o campo e a cidade em grande processo. 'É um processo sem volta. Quem ganha é o meio ambiente e o consumidor que passa a ter uma vida mais saudável, por ficar menos suscetível a doenças'. (WILDNER, 2018).

Constituiu-se com o tempo as conexões dos avanços locais com movimentos, entidades e pessoas que fazem da Agroecologia a compreensão de articulação, organização e orientação das suas entidades. Pessoas que passaram por atividades da AAVRP, indicando a partir das suas experiências, caminhos para a Articulação, pessoas como o coordenador do Centro Sabiá, de Recife/PE, o biólogo e ativista social Alexandre Henrique Pires, que passou pelo Vale do Rio Pardo durante 2017 e contribuiu muito com o debate do III SERA, especialmente na sua experiência via ASA e Centro Sabiá com as Sementes Crioulas no Semi-Árido brasileiro. Assim como o artista popular e atual presidente do CTA da Zona da Mata Mineira, uma das maiores referências em arte popular do Brasil, Tião Farinhada que passou pelo Vale do Rio Pardo e em especial na EFASC, visitando entidades que comporiam mais tarde a AAVRP, nos mostrando o quanto a organização coletiva é a única possibilidade para a promoção da Agroecologia e o fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa. Assim como a contribuição de Pedro Munhoz, que seguidamente passa pelo Vale do Rio pardo, se apresentando na EFASC, trazendo a sua poesia e música crítica e visceral na luta pela promoção dos Direitos Humanos.

Por isso a AAVRP, vem ao longo desses anos de certa forma, prestando homenagens a pessoas que se desafiaram e desafiaram uma coletividade há anos,

propondo uma outra forma de fazer agricultura na região, uma forma que valorize as pessoas, os saberes, a natureza e que veja muito além do lucro e da riqueza financeira que essa atividade pode gerar e essas pessoas atuais em diferentes espaços, com responsabilidades distintas, mas que possuem uma confluência muito significativa, a promoção da Agroecologia e o fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa na região, dos seus lugares de fala, nos seus espaços de atuação e com as suas contribuições possíveis, somando a um coletivo que necessita dessa diversidade de contribuições para fortalecer a sua luta e nesse caso, a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo reconhece a todos e sabe que a região só tem a ganhar com essas contribuições históricas e que se renovam a cada período, ilustrado na Figura 52, com alguns desses sujeitos.

Figura 52 - Várias atividades e sujeitos da AAVRP.



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

Em reunião, no dia 21/11/2017, na sede da EFASC, membros da AAVRP refletiram profundamente sobre os rumos da Articulação, que vinha tendo dificuldades de se encontrar, de se reunir e com isso se desarticulando entre as suas entidades componentes, o que contribuiu para um distanciamento entre as entidades. A

avaliação era de que passados quatro anos de AAVRP, era hora de reestruturar a entidade, porque a conclusão era de que “estamos em direção da dispersão e isso não é interessante. Diante disso estamos enviando essa comunicação a fim de reestruturamos nossa AAVRP. Para isso, é muito importante cada um/a dos/as senhores/as responder essas questões que se seguem: 1 – Que avaliação que você e/ou sua entidade faz sobre os 4 anos da AAVRP? 2- Há interesse seu e/ou de sua entidade em seguir formando e participando da AAVRP? 3- Em caso de sim, informe o seu contato (e-mail, telefone, whatsapp) ou o de responsável da sua entidade que participará como membro de referência para a AAVRP. Esperamos o retorno até 30/11/2017, para este e-mail (avarp2013@gmail.com)”.

Já na mesma semana começaram a chegar no e-mail da AAVRP as manifestações das entidades que a compõe., em que os/as representantes manifestaram via e-mail, sobre a consulta da Articulação as seguintes entidades componentes: Associação Brasileira de Homeopatia Popular e Comunitária / Região Sul, MPA, CPT regional, AGEFA/EFASC, EFASOL, APL de Agroindústrias Familiares e Produção de Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo, Sítio Surucuá, Emater/SCS, Grupo de Agroecologia GAIA e UERGS. Trazendo assim as diferentes formas de compreender o trabalho da Articulação, com enfoques diferentes, porém complementares. Todas as manifestações deixaram bem clara a importância estratégica da AAVRP, por englobar tantas entidades do Vale do Rio Pardo, e garantiram a participação para o próximo período.

Aparece com muita ênfase e frequência os termos: Agenda, importância estratégica para o Vale do Rio Pardo, partilha de experiências, encontros, organização das atividades, seminários, representatividade, fortalecimento da Agroecologia, Agricultura Familiar e Produção Orgânica. Desta forma, a manifestação oficial das entidades deu novo ânimo para a AAVRP seguir fazendo seus encontros e pensar coletivamente as novas atividades, justamente por haver um sentimento comum externado, repercutindo imediatamente nas atividades via grupo de whatsapp e encaminhamento de reuniões seguintes. Foi avaliado também a necessidade de momentos de parada e reflexão acerca do trabalho da AAVRP, avaliando assim o grau de envolvimento das entidades que elas compõem.

Desta forma, compilamos a seguir as respostas das entidades manifestantes ao responderem principalmente à questão de nº 01: “- Que a avaliação que você e/ou sua entidade faz sobre os 4 anos da AAVRP? ” Era uma pergunta direcionada para

que os membros das entidades participantes da Articulação se posicionassem em relação a própria necessidade regional de existência dessa entidade. As manifestações foram consideradas satisfatórias, pois a grande maioria das entidades se manifestaram e uma outra parte se posicionou em relação à questão na reunião seguinte, em fala. Só não se manifestou o CEREST Vales, das entidades componentes da AAVRP, e, diga-se de passagem, não vem mantendo uma participação considerável. Vejamos as manifestações por escrito, via e-mail.

A EFASC/AGEFA entende a AAVRP como uma entidade estratégica para o fortalecimento da Agroecologia no VRP. Primeiro, porque permite-nos encontrar, para nos vermos e socializarmos práticas, vivências, angústias e tudo mais. E segundo, porque nos permite construir uma agenda, que pode e deve aproximar ainda mais nossas entidades – fortalecendo o que fazemos com a nossa base, que praticamente a mesma. (COSTA [et al...], EFASC/AGEFA, 2017).

Para nós da CPT, a decisão de criar a AAVRP foi uma decisão importante para a região, no sentido de somarmos forças em prol da Agroecologia e nestes 4 anos foram dados passos importantes. Nossa região conta com várias entidades engajadas no trabalho da agroecologia e temos a possibilidade de juntos somarmos ainda mais esta força. (QUEIROZ, CPT/EJR, 2017).

Dentro destes 4 anos, a articulação conseguiu reunir pessoas e entidades que propõem uma mesma temática, a Agroecologia. Diante disso, foi possível organizar diversas ações para a comunidade em geral, desde agricultores familiares até as pessoas dos bairros e centros urbanos, podendo criar um momento de troca de experiências e informações. Lembro muito das atividades realizadas bem no início da articulação, aonde se promovia dias de campo e saídas de estudos em propriedades que se trabalhava a agroecologia, ou estava na transição agroecológica, que tinham a participação de agricultores, estudantes, professores. Avalio positivamente estes primeiros anos da articulação, pois assim como a agroecologia na propriedade não acontece sozinho na propriedade, pois necessita da atenção de toda uma comunidade, a Articulação também precisa de muitas mãos para promover a agroecologia no Vale do Rio Pardo. (SEHN, 2017).

Pouco posso opinar porque não participei de muitas atividades da AAVRP nesse período. Porém, com relação aos Seminários de Agroecologia que acompanhei, embora a metodologia da programação seja interessante, mesclando relatos, discussões e conteúdos técnicos, observo que há uma baixa participação de entidades e outros atores, que não os estudantes das EFAS. O que é uma pena, pois são momentos muito ricos e deveria se pensar numa estratégia motivadora para que mais pessoas participassem. (GOMES, Sítio Surucuá, 2017).

A UERGS, Unidade em Santa Cruz do Sul, entidade co-fundadora da AAVRP, entende que a Articulação já cumpriu um importante papel ao longo destes quatro anos, tendo em vista que a maior parte das entidades que trabalham com Agroecologia na região conhecem e fazem parte da mesma. Já superamos um primeiro momento de isolamento das entidades e também um momento de dispersão ocorrido no ano passado. Ao longo deste ano, pudemos nos rearticular e organizar alguns momentos de debate, troca de agendas e a organização de nosso III Seminário Regional de Agroecologia, momento que congregou os esforços e contou com a presença da maioria das entidades participantes ao longo de dois dias de encontros, troca de

experiências (inclusive nacionais) e de conhecimentos. Neste sentido, pensamos que houve uma retomada das atividades da Articulação ao longo deste ano, e que há uma promessa de um aprofundamento destas relações construídas dentro da AAVRP para o próximo ano, seja pela organização do nosso Curso de Pós-graduação em Agroecologia e Produção Orgânica (UERGS – março de 2018), seja pela maior organização e sincronização de agendas dos diversos participantes via grupo do Whatsapp, seja pela comunicação mais ágil e pelas possibilidades de integração de novas entidades e de uma militância ampliada que se avizinham. (SCHMITZ, UERGS-SCS, 2017).

É um espaço de suma importância que vem aproximando as entidades que lutam em prol da produção agroecológica, agricultura familiar, juventude do campo e sobretudo educação do campo. Visto que a Escola Família Agrícola de Vale do Sol – EFASOL está presente em 14 municípios da região, onde os jovens estudantes e egressos vem desenvolvendo práticas agroecológicas, estão em transição, resgatando as sementes crioulas e saberes populares. (SOLANO, GONÇALVES, EFASOL, 2017).

O APL das Agroindústrias e Alimentos da Agricultura Familiar do VRP entende a AAVRP como uma entidade de suma importância pelo poder de aglutinação que esta tem, convergindo com a questão da Agroecologia, o que é de suma importância para região. Tanto que o APL vem trazendo com força o debate da produção orgânica nas cooperativas da região. Temos total interesse em participar da AAVRP e aprofundar essa discussão da Produção Orgânica e da Agroecologia dentro da governança do APL. (RODRIGUES, APL-VRP, 2017).

Que a AAVRP é fundamental para o futuro de uma produção limpa de alimentos, dentro dos princípios da agroecologia e que talvez precisemos repensar a agenda de reuniões para que possamos privilegiar a participação de um maior número de integrantes, inclusive agricultores. Poderíamos pensar em agregar visitas técnicas onde estão. (MOTTA, Emater, 2017).

A AAVRP é de suma importância pelo seu papel estratégico de representatividade de entidades e agricultores da região em prol da Agroecologia. E em decorrência desta poderia integrar mais os participantes através de agendas conjuntas e eventos que promovam nossa luta e resistência. (TAUIL, Grupo Gaia de Agroecologia, 2017).

Foi e é um espaço importante de articulação das entidades que tem envolvimento com a temática. Sugestões: Reuniões trimestrais e não mensais. Chamar uma plenária no início do ano para discutir os rumos da articulação. (SCHIAVON, MPA/Cooperfumos, 2017).

Nós do Núcleo Sul da ABHP acreditamos e nos colocamos a disposição da construção da AAVRP como um elo de ligação e, ou, uma grande rede onde cada experiência individual de cada entidade está conectada e articulada no conjunto. Acreditamos ser um espaço de síntese das diferentes concepções e ao mesmo tempo um balizador para ações conjuntas para avançarmos de forma consistente no debate e na prática agroecológica no Vale do Rio Pardo. Reiteramos nosso compromisso de colocarmos a homeopatia nos diferentes espaços onde ela se faz necessária na luta e na defesa de um planeta saudável, harmônico e equilibrado, sendo no campo animal, vegetal, humano, solos e água. (ZERBIELLI, ABHCP, 2017).

Fica bastante claro nas manifestações o quanto este coletivo entende a AAVRP como “importante” enquanto entidade. Também aparece nas escritas que é necessário as entidades e os participantes priorizarem a sua participação na AAVRP

– destacando pessoas em representação, bem como buscar integrar mais a presença de Agricultores/as Familiares Camponeses/as, aliando junto às reuniões com atividades práticas em alguma propriedade, para além do encontro de socialização de agendas e atividades, a partilha de práticas feitas conjuntamente em alguma propriedade familiar agroecológica, de alguma família ligada diretamente a alguma entidade da Articulação. Aqui vale uma ressalva, pois o grupo de pessoas que se encontra nas reuniões da AAVRP é majoritariamente de técnicos/as das entidades e é muito possível que em função da formação desse grupo, a demanda por “dias de Campo”, por “demonstrações e atividades” práticas, seja uma constante nas suas observações ante as atividades a serem desenvolvidas pela AAVRP.

Também foi enfatizado nas escritas que a AAVRP é uma entidade estratégica para a região, justamente por haver uma compreensão de que por mais difícil que seja, é uma necessidade das entidades, aproximar suas agendas, construir atividades e eventos em conjunto, para assim fortalecer a Agroecologia na região e promover a Agricultura Familiar Camponesa. Pois há um outro conjunto de entidades regionais que trabalham com a Agricultura Familiar Camponesa, porém numa lógica de integrar essa forma de fazer agricultura a Agricultura Empresarial, sem maiores interesses em trazer e fazer o debate da Agroecologia.

Conceitos como “engajamento”, construir “a muitas mãos”, bem como “promoção da Agroecologia” aparecem também nas manifestações, associando a Agroecologia à militância, nesse caso com corpo de movimento mesmo, daí a necessidade da coletividade. Vale destaque para o apontamento da construção da Pós em Agroecologia e Produção Orgânica, enquanto se construía o Curso do Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA, o que demonstra a importância da Articulação nesse processo de levarmos a Agroecologia ao ensino superior no Vale do Rio Pardo, para cada vez mais qualificar o debate e a prática da produção orgânica e de base Agroecológica, numa perspectiva concreta de desenvolvimento regional.

Essa “parada” e essa avaliação sobre o histórico da AAVRP, bem como a projeção do futuro da entidade, foi de suma importância para que as pessoas que representam as entidades na Articulação, discutissem a sua possibilidade de construção da AAVRP, bem como o potencial de relevância da Articulação junto as suas entidades, gerando essa compreensão coletiva de que uma entidade como a Articulação, no Vale do Rio Pardo, é muito importante para que se visibilizem as ações de promoção da Agroecologia na região. Assim, em meio a essa crise interna a

AAVRP sai fortalecida e unificada, no intuito de construir e constituir uma agenda de e para Agroecologia no Vale do Rio Pardo, como apontam as atividades que relacionamos adiante. Mais uma vez, ficou provado no coletivo da AAVRP que a saída para se resolver as questões que envolvem grupos principalmente, se dá sempre pela possibilidade do diálogo.

Por isso, esforços como a promoção da Semana dos Alimentos Orgânicos da AAVRP/ 2019, como mostramos na Figura 53, são muito importantes e comungam com a avaliação que os/as membros da Articulação fizeram conforme apontam os depoimentos anteriores, proporcionando assim, entre os dias 24 de maio de 2019 até o dia 05 de junho de 2019, 18 atividades diferentes, entre palestras, seminários, feiras de alimentos, dias de campo, rodas de conversa, cine debates, envolvendo quase todas as entidades da AAVRP, contando com aproximadamente 1500 pessoas, gerando cerca de 30 notícias entre jornais, rádio e plataformas de portais de notícias da região, estando assim a Articulação com a parceria de praticamente todos os veículos de comunicação da região na divulgação e repercussão da programação ao longo desses 12 dias de intensas atividades em defesa de uma alimentação saudável e de promoção efetiva da Agroecologia em diferentes ambientes.

Figura 53 - Algumas atividades da SAO da AAVRP/2019.

Semana dos Alimentos Orgânicos no Vale do Rio Pardo
24 de maio a 05 de junho de 2019
"Produto Orgânico: Melhor para a Vida!
Qualidade e saúde do plantio ao prato"

9h - Ato de Abertura da Semana dos Alimentos Orgânicos no Vale do Rio Pardo
Participação das Entidades que compõe a AAVRP.

10h - Painel: "A Agroecologia no contexto do Vale do Rio Pardo".
Virginia Elisabeta Etges – Proff do PPGDR/UNISC.
Roque Finkler – Agricultor Familiar Agroecológico, do "Grupo Eco da Vida", Venâncio Aires/RS.
Bruna Richter Eichler – Egressa da EFASC e Acadêmica do Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA.

As atividades acontecerão na Sede da EFASC, dia 24/05/2019, sexta-feira.
Aberta ao público e gratuitas.

"Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura". Ana Primavesi.

Seminário Certificação de orgânicos: oportunidades e desafios
Data: 30 de maio de 2019
Local: UNISC - Santa Cruz do Sul/RS

Programação:
8h30 - Recepção e abertura
9h - Situação da certificação dos orgânicos hoje - José Cleber Dias de Souza - Superintendência Federal da Agricultura no RS - MAPA
10h - Painel: Oportunidades e desafios da certificação de orgânicos
- Relatos de experiência da OCS Terra Forte e da Rede Ecovida
- Certificação por Auditoria - Ecocert - Maira Severo
- Certificação por Auditoria - Andriela Brondani da Rocha - Engenharia Agrônoma - Plantarum Consultoria, Desenvolvimento e Tecnologia Ltda
11h30 - Perguntas e debate
12h - Encerramento

VII Semana dos Orgânicos da EFASC
Juventude, Cooperação e Agroecologia
29 de maio de 2019
Sede da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul
Aberto ao público

Programação:
8:30: Mistica
9h: Painel 1: Alimentos Orgânicos: Conexões possíveis e necessárias.
- Evandro de Oliveira Lucas - Egresso da EFASC, Agrônomo e Mestrando no PGDR/UFRGS.
- Andressa Petter - Agricultora Ecológica da OCS Orgânicos Estrela/RS.
13:30h: Painel 2: Inserção dos/as Egressos/as da EFASC na Agroecologia.
- Danielli Fabris - Técnica em Agricultura da COOPSAT.
- Edson Hochscheidt da Silva - Agricultor e Técnico em Agricultura.
- Mateus Ferreira Reis Costa - Técnico em Agricultura / ECOVALE.
- Diego Scherer - Técnico em Agricultura e Graduando no Bacharel em Agroecologia UERGS/AGEFA.

Semana dos Alimentos Orgânicos
Grupo de Agroecologia Gaia
Promove:
Roda de conversa na Feira Livre
Produção e alimentação orgânica:
"Dificuldades que os agricultores familiares enfrentam para produzir alimentos saudáveis em Cachoeira do Sul"

Data: 01/06/2019
Local: Feira livre municipal de Cachoeira do Sul
Horário: 08:00 às 12:00

Fonte: Arquivo da AAVRP, 2019. Elaborado pelo autor.

Acaba sendo de suma importância situarmos a Agroecologia na contra hegemonia da narrativa regional, seja ela econômica, cultural ou até mesmo acadêmica, pois de fato, na prática e com muita reflexão feita pelos seus sujeitos, pois trata-se de uma nova epistemologia, que dá suporte a um outro paradigma de desenvolvimento, com base na solidariedade, no respeito à natureza e ao tempo produtivo desta – situação que historicamente colocou Agricultores/as Familiares Camponeses, Técnicos/as de entidades, professores/as universitários e suas teses que apontavam as contradições profundas do que chamamos de Agricultura Empresarial, as próprias entidades que tratavam por uma "Agricultura Ecológica" ou "Alternativa", numa marginalidade produtiva ou intelectual.

Há um grande paradoxo nessa história (questão dos agrotóxicos). É cada vez maior a velocidade com que a humanidade avança em tudo o que faz, mas no caso da toxicologia, ocorre o inverso e cada vez é mais lento o processo

por estar atrelado ao veneno. Nós que defendemos a prática de uma agricultura ecológica sempre fomos acusados de emocionais. A mesma acusação recaiu sobre as pessoas preocupadas com as questões ambientais quando o tema ainda estava restrito a um pequeno grupo de “loucos” e “marginais” (PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, 145-146).

A ação disruptiva, que incomoda e desacomoda, cria um discurso contra hegemônico. Portanto, não é incomum esses sujeitos serem rotulados de “loucos/as” ou de pessoas que “são do contra”, que “só veem os problemas e nunca percebem o lado bom das coisas”, frases tantas vezes proferidas em encontros do segmento Agricultura Familiar – Pequena Empresa Rural. Não obstante, é preciso compreender que esse é o preço de se posicionar contra a corrente e de maneira crítica, reflexiva, desafiando à pretensa hegemonia que os espaços produzem ao longo da história, constituindo-se em verdadeiras ideias “sacralizadas”, acima do bem e do mal.

No Vale do Rio Pardo felizmente poucas vezes se chegou ao extremo de violência física, e quando chegou, por força de poder, não se teve andamento de reparação de justiça, mas é sabido que em outras regiões do Brasil, muita gente pagou com a vida por desafiar os sistemas dominantes estabelecidos, basta ver que o Brasil é o país com o maior número de mortes no Campo, conforme a Comissão Pastoral da Terra, como já mencionamos anteriormente.

Até mesmo entidades que compõem a AAVRP não o são na sua totalidade entidades de trabalho específicas na promoção da Agroecologia. O que há em torno da Articulação é um núcleo de entidades que ainda não conseguem e talvez não conseguirão, pelo menos em curto e médio prazo, tratar a Agroecologia e a Produção Orgânica como centrais nas suas atuações, devido a inserção destas na Agricultura Familiar convencional, situações essas que em momento algum na AAVRP foram tratadas como contribuições menores dessas entidades, consideradas de suma importância para o seguimento da Articulação na região, justamente pela capilaridade e a prestação histórica de serviços à Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo, entendendo que é na contradição que se pode construir novas possibilidades e, assim, o debate da Produção Orgânica e da Agroecologia pode ser colocado em algum momento na pauta e na agenda de todas as entidades que fazem parte da AAVRP, que hoje são 21 entidades, como mostra a Figura 54.

Figura 54 - A Atual Composição da AAVRP com suas 21 entidades.



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelo autor, 2019.

Esse é o entendimento acordado entre as entidades e pessoas que formam a Articulação, ou seja, de que a pluralidade das forças que compõem o trabalho com a Agricultura Familiar Camponesa no Vale do Rio Pardo seja a força dessa mobilização coletiva, o que vem permitindo que a AAVRP cresça, não só no aumento de entidades que a compõem, porque em menos de seis anos praticamente dobrou o número de entidades em torno da Articulação, mas também na organicidade das entidades juntos à AAVRP, dinamizando as reflexões e diversificando as atividades propostas, reforçando a ideia lá da pesquisa junto aos seus membros, da necessidade de construir uma agenda coletiva na região.

Também se deve esse crescimento em função do número de atividades e eventos em que a AAVRP está se envolvendo com o debate da produção orgânica e da Agroecologia, o que vem proporcionando a essa coletividade entender que há um espaço de crescimento na região, nesse caso aglutinado pela produção de alimentos saudáveis, seja por consciência dos/as próprios/as Agricultores/as Familiares

Camponeses/as, seja pela pressão do mercado que cada vez mais, exige um alimento de procedência, especialmente consumidores de feiras, ou que comprem diretamente dos/as Agricultores/as, que vêm exigindo cada vez mais qualidade nos alimentos que comprem.

Além disso, é importante reforçarmos o imenso apoio que a mídia regional vem dando para atividades como as que a Articulação vem protagonizando, veiculando notícias, cobrindo as atividades jornalisticamente ou recebendo de pronto relises para publicações nos seus veículos, fazendo com que os debates feitos nos eventos, ganhem uma proporção regional muito interessante. Portanto veículos de comunicação do entorno de Santa Cruz do Sul com seus respectivos/as jornalistas, têm auxiliado muito nessa empreitada de ganhar o noticiário da região.

Como o Jornal Gazeta do Sul e Portal Gaz (Otto Tesche e Michelle Treichel), o Rio Vale Jornal (Luana Ciecelski e Nelson Treglia), a Rádio Gazeta FM107.9 (Leandro Porto e Maria Regina Eichenberg), a Rádio Santa Cruz AM 550 (Sabrina Heming, Ari Trenenpohl, David Lermen, Luis Henrique Rambo e Waldemar Tornquist) e a Rádio Comunitária FM 105.9 (Darci Bencke). Em Venâncio Aires, a Folha do Mate (Juliana Bencke e Rosana Wessling), o Olá Jornal (Guilherme Seibeneichler) e Rádio Venâncio Aires – RVA (José Raimundo Kuhn). Em Vera Cruz, o Jornal e Portal Arauto (Luiza Adorno) e em Sinimbu, o Jornal Tribuna Popular (Caroline Vogt). Também de parcerias com o jornalista Jacson Stulp, - Diretor de Conteúdo da Case Marketing, que veicula notícias da AAVRP, em uma série de portais virtuais de informação.

Além de claro, nosso trabalho via redes sociais, mobilizando um número muito significativo de pessoas que se solidarizam e simpatizam com a causa da promoção dos alimentos saudáveis e com o fortalecimento da Agroecologia. Vejamos a oferta de alimentos no Vale do Rio Pardo via Feiras de comercialização direta, algumas exclusivamente orgânicas, outras mistas, com a presença crescente de alimentos orgânicos, como aparece nesse esforço coletivo que trazemos na Figura 55.

Figura 55 - As experiências de Feiras com alimentos Orgânicos no VRP.

Semana dos Alimentos Orgânicos

MAPA DAS FEIRAS ORGÂNICAS

— Vale do Rio Pardo —

Os alimentos orgânicos são mais saudáveis e nutritivos e tem como base de produção o respeito e cuidado com a natureza, a biodiversidade local e os animais. Consuma alimentos orgânicos de nossa região e ajude na preservação e promoção da vida em nosso planeta terra. Abaixo segue a relação de feiras na região, onde você encontra alimentos fresquinhos, cheios de vida e saúde, além de uma conversa amigável e solidária.

**PRODUTO ORGÂNICO,
MELHOR PARA A VIDA:
Qualidade e Saúde
do Plantio ao Prato**

mapa de feiras orgânicas

Mais informações, acesse
www.feirasorganicas.org.br

FEIRA ECOLÓGICA DA ECOVALE
Terça-feira e Sexta-feira, das 14h00 às 18h30 📍 Rua Thomas Flores, 805, Centro, SCS

LOJA DA ECOVALE
Segunda a sexta-feira, das 08h30 às 12h00, 14h00 às 18h30 📍 Rua Thomas Flores, 805, Centro, SCS
Sábados, das 08h30 às 12h00

FEIRA PEDAGÓGICA DA EFA3C
Segunda-feira, das 17h30 às 19h00 📍 Rua Dom Antônio Reis, 308 - Linha Santa Cruz, SCS

FEIRA JOVEM DE BOA VISTA
Sábado, das 09h00 às 12h00 📍 Anexo a Casa Comercial de Ello Staub, Boa Vista, SCS

FEIRA DA PASQUALINI - NÚCLEO DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS
Terças-feiras e aos Sábados, das 07h00 às 12h00 📍 Rua Sen. Alberto Pasqualini, 211, Verena, SCS

FEIRA GRUPO ECO DA VIDA
Quartas e Sábados, das 07h00 às 12h00 📍 Rua Armando Ruschel, 580, Gressler, Venâncio Aires

FEIRA LIVRE E FEIRA ECOLÓGICA DE CACHOEIRA DO SUL
Sexta-feira, das 07h00 às 11h00 📍 Rua 15 de Novembro, s/n, Centro, Cachoeira do Sul
Sábado, das 07h00 às 12h00 📍 Rua Duque de Caxias, 1122, Bairro Soares, Cachoeira do Sul

FEIRA ECOLÓGICA DE PASSO DO SOBRADO
Sexta-feira, das 07h00 às 12h00 📍 Praça em frente a Prefeitura Municipal, Passo do Sobrado

FEIRA JOVEM CAMINHOS DA AGROECOLOGIA
Segunda-feira, das 07h00 às 12h00 📍 Feira Rural ao lado da Prefeitura Municipal, Vale do Sol

FEIRA SEPROARTE VALE VERDE
Sexta-feira, a partir das 13h00 📍 Fundos da Prefeitura Municipal, Vale Verde

FEIRA ORGÂNICA ORIGEM CAMPONESA
Sábado, das 09h00 às 12h00 📍 Praça São Francisco, Rio Pardo

FEIRA DA COOPERVEC
Terça-feira, das 16h00 às 19h00 e Sábado, das 08h00 às 12h00 📍 Quiosque da Praça Central, Vera Cruz

* Além de alimentos orgânicos, algumas feiras oferecem produtos convencionais ou de transição agroecológica. Informe-se com os agricultores sobre o seu processo de produção.



INSTITUTO ORGÂNICO
do Rio Grande do Sul

REALIZAÇÃO



AVRP
Associação Vale do Rio Pardo

PROMOÇÃO



CPORG-RS
Comissão de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul

Fonte: SEHN, 2019.

Como já discutido, a diversidade de entidades que compõem a Articulação, é também parte de uma estratégia de uma entidade que trabalhe com Agroecologia numa região tão demarcada historicamente por um sistema integrado tão longo como o do tabaco na região, para sobreviver e tentar construir alternativas regionais,

que vão muito além de produtivas, passando pela cultura, pelo olhar sobre o território e tantas outras possibilidades que a Agroecologia proporciona, orienta e provoca.

Pois um dos entendimentos da AAVRP é que não se faz ataque gratuito a Agricultura Convencional, mas que justamente, busque mostrar os ganhos de uma agricultura orgânica e de base Agroecológica, colocando a partir dessa compreensão a discussão regional dos impactos dos agrotóxicos, por exemplo, alertando a população a partir da oferta de uma outra possibilidade de alimentação e de consumo, tentando assim, gradativamente trazer o público urbano para dentro do debate das consequências da produção agropecuária, seja da Agricultura Familiar Camponesa, seja da Agricultura Empresarial ou até mesmo do Agronegócio, para que esse público tire suas próprias conclusões sobre o que é melhor para suas vidas e para a sua região como um todo.

Assim, à Articulação fica um imenso desafio de seguir promovendo atividades em conjunto, aglutinando entidades e pessoas que entendem o território do Vale do Rio Pardo, na sua mais profunda diversidade e, em especial, na produção de alimentos saudáveis, fortalecendo a Agricultura familiar Camponesa e promovendo a Agroecologia na região, proporcionando “espaços de esperança”, onde as pessoas possam viver da melhor forma possível, com saúde e gerando renda para viver suas vidas dignamente – esses são importantes pilares da Agroecologia, porque partem do princípio do bem-viver das pessoas e essa precisa ser a orientação da Articulação, para que esta cumpra sua função de entidade que congrega atualmente entidades na região, com vistas ao desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo, para muito além da produção de tabaco, em todas as suas possibilidades e potencialidades regionais, que são muitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A agroecologia é o respeito com a terra, com as pessoas que consomem o alimento que vem dessa terra e respeito com o meio ambiente.

Nunca fui um agricultor que usava muito veneno, usava bem pouco, mas com o passar dos anos fui me conscientizando e buscando fazer melhor para mim e para o meio ambiente. É um desafio, porque não tem receita para a produção orgânica, é um trabalho manual, que requer mão de obra e, além disso, muito amor e conscientização.

Somos seis famílias e três são de meninas jovens agricultoras que estudam a agroecologia e voltaram para o interior. Eu vibrei quando os jovens começaram a abraçar o grupo e a causa. Essa sucessão é fundamental. É muito bom ter eles conosco, são ideias novas, experiências que a gente troca. Aprendemos muito.

Somos bastante otimistas. O pouco que a gente faz é válido. Colaboramos muito com o meio ambiente e estamos garantindo um futuro melhor. Tenho certeza que, mesmo sendo uma produção pequena, em pouca quantia, o exemplo que a gente dá é mais forte do que qualquer palavra ou ação”.

Clécio Luiz Weber, 60 anos e Lori Maria Stülp Weber, 56 anos, de Vila Santa Emília, Venâncio Aires/RS. Agricultores Agroecológicos do Grupo Eco da Vida, Ecovale. (WESSLING, 2019).

Figura 56 - Lori e Clécio Weber fazendo Agroecologia há décadas no VRP.



Fonte: WESSLING, 2019.

Essa pesquisa teve por finalidade, dar visibilidade ao processo de construção da Agroecologia no Vale do Rio Pardo, a partir da fundação, constituição e organização da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP, de 2013 para cá. Sendo essa uma tarefa que compreendemos importante, pois trata-se de uma sistematização e um registro histórico dessa organização que aglutina um conjunto de entidades/organizações do Vale do Rio Pardo, que entendem ser necessária e urgente essa região se entender como uma região de Agricultura Familiar Camponesa, efetivamente, e que vêm trabalhando para fortalecer essa Agricultura, na perspectiva da produção de alimentos orgânicos, pela compreensão da Agroecologia, o que torna o trabalho da Articulação ainda mais desafiador, haja visto as condições adversas que esse debate encontra numa região tão marcadamente fumicultora como essa.

Além do desafio de fazer essa reflexão, historicizar esse processo e, de certa forma, ajudar a construir essa entidade, como AAVRP, trabalho que iniciou em 2015 com o início das aulas do doutorado, teve contornos conjunturais que influenciaram diretamente no seu desenrolar, pois 2015 é o ano em que inicia o mandato de reeleição de Dilma Rousseff, ou seja, seriam pouco mais de 13 anos de governo federal com o mínimo de sensibilidade, se não efetivamente para a Agroecologia como uma possibilidade epistemológica, pelo menos com boa vontade para o universo da produção orgânica, vide a construção nacional do PLANAPO, que redundou num documento nacional que institucionalizaria minimamente a produção orgânica e a Agroecologia no Brasil, redundando nos PLEAPOs nos estados.

Havia uma esperança de que de fato o governo Dilma II, por ter sido eleito por uma margem apertada e claramente por uma mobilização muito forte dos movimentos sociais na reta final das eleições, retribuísse, atendendo essa demanda especialmente dos movimentos do Campo. Não deu tempo. O golpe fantasiado de impeachment apeou a presidenta eleita do poder, e a chegada do seu vice, Michel Temer, corroeou aos poucos as construções de representação da sociedade civil organizada nos espaços de representação, o que com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, tudo se agravou, justamente por historicamente ter desconsideração a Agricultura Familiar Camponesa e a Agroecologia.

Desde então, a Agroecologia de fato tem passado à “marginalidade” da ação governamental, seja pela desconsideração total do governo Temer, passando pelo último período desde a posse de Jair Bolsonaro, destacadamente um inimigo da

Agroecologia, tendo por base do seu governo todo tipo de ataque a Agroecologia, pela desconsideração dos povos tradicionais, pelas questões de gênero, passando pelas ações totalmente favoráveis a indústria do Agrotóxico e seu claro afinamento com o agronegócio brasileiro, que entende à Agroecologia como um “mal a ser varrido do Campo brasileiro”, vide as posições públicas da Frente Parlamentar da Agricultura – FPA e do próprio primeiro escalão do governo federal, a partir dos posicionamentos do presidente brasileiro. A Agroecologia tornou-se mais resistência que já era e mais necessária que já se impunha, pela defesa de uma Agricultura Familiar Camponesa, produtora de alimentos saudáveis e de contribuição direta para a manutenção da agro biodiversidade brasileira.

Nesse contexto de uma construção efetiva da Agroecologia, tratamos o Vale do Rio Pardo como uma região tão marcada por um discurso hegemônico do suposto “pioneirismo alemão” na ocupação do território e de uma única via econômica, que é a produção centenária do tabaco e tendo aqui nesse espaço todo esse complexo fumageiro organizado há mais de um século, parece uma invenção forçosa a narrativa de que há no Vale do Rio Pardo uma Articulação em Agroecologia, composta por 21 entidades/organizações, que buscam fortalecer a Agricultura Familiar Camponesa na região e promover a Agroecologia. Não é. E esse trabalho buscou mostrar esse processo em construção, nesses quase 6 anos de AAVRP, “Espaços de Esperança”, por isso trazer várias experiências e organizações que buscam fortalecer a Agricultura Familiar Camponesa, promovendo a Agroecologia.

Essa constituição da Articulação, a partir da experiência conhecida no Vale do Taquari com a Articulação em Agroecologia do Vale do Taquari- AAVT, deu-se justamente num momento muito rico no Vale do Rio Pardo em nível de entidades que trabalham com os sujeitos da Agricultura Familiar Camponesa, desde a experiência histórica do CAPA na região, e também da ação da Igreja Católica em tempos de lutas e posicionamento claro em defesa do povo mais pobre na região, em especial dos Agricultores/as Familiares Camponeses. Passando pelo protagonismo da EFASC nesses 10 anos de sua existência, articulada com a Unidade da UERGS/SCS, passando pelas demais entidades que vão se somando nessa luta em defesa da produção de alimentos orgânicos, das feiras de comercialização de alimentos diretamente pelos/as agricultores/as, as demais organizações que completam esse mosaico diverso que compõe a AAVRP, cada uma delas com seu protagonismo histórico, somados nessa junção via Articulação.

Nesse mesmo propósito, a promoção das atividades em conjunto, passando por uma construção de agenda comum entre as entidades/organizações da AAVRP vai gerar uma sinergia importante, que redundará em vários eventos de debate, como os “EFASC em debate”, aglutinando muitas entidades e pessoas para ações específicas, os encontros de trocas de Sementes Crioulas, em que as entidades da AAVRP sempre estiveram envolvidas conjuntamente, bem como os quatro Seminários Regionais de Agroecologia – SERAs organizados até então. Esses constituem-se em eventos característicos da Articulação, responsável por uma construção de identidade inicial, que deu forças para que nesse ano de 2019, a AAVRP desse seu salto de organização com a Semana dos Alimentos Orgânicos - SAO da AAVRP 2019, envolvendo quase todas as entidades, em 18 atividades diversificadas, durante 12 dias, chegando a diversos públicos, reunindo mais de 1500 participantes, ocupando um espaço importante na mídia regional, grande apoiadora das atividades da AAVRP, em especial dessa edição da SAO.

Assim, com todas as dificuldades de trabalhar com a produção orgânica e agroecológica numa região como o Vale do Rio Pardo, é inegável que há uma construção de uma série de Espaços de Esperança na região, a partir de uma compreensão do pertencimento ao território, que as entidades vêm reforçando via atividades da Articulação, que passa a imprimir nesse território uma perspectiva de existência de alternativas produtivas na produção de alimentos saudáveis, na organização das entidades buscando fortalecer as experiências de produção orgânica, prova disso são as 13 feiras com alimentos orgânicos ofertados à população regional.

Organização essa que passa pela mobilização da Juventude do campo da região via EFASC e EFASOL, mais ainda pelo Bacharelado em Agroecologia UERGS/AGEFA, parceria que já começa a render bons frutos em relação à turma da Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica da UERGS, que já está em via de defesa dos seus artigos finais, gerando quase 30 artigos científicos, que trarão uma série de abordagens sobre a Agroecologia e produção orgânica na região.

Por isso, trouxe a esse trabalho a historicidade desse processo que está construindo a Agroecologia na região do Vale do Rio Pardo, historicizando a AAVRP e seus desdobramentos nesses quase 6 anos de existência, passando pela organização das entidades e pelo protagonismo das pessoas que ousaram buscar alternativas de diversificação das suas propriedades, apostando na produção de

alimentos e na sua organização em associações, grupos de produção, cooperativas (em especial, o caso da ECOVALE há quase 20 anos organizando parte da produção agroecológica na região). Apresentamos aqui algumas manifestações desses/as protagonistas da Agroecologia via imprensa regional, para destacar duas questões que entendemos cruciais para fortalecermos a e promovermos a Agroecologia na região: reforçar a importância das pessoas e de suas entidades nesse processo de afirmação da Agroecologia, bem como a importância estratégica da imprensa regional, nas pessoas de alguns jornalistas que pela sensibilidade e visão estratégica que têm, garantem um espaço avaliado como bom pela AAVRP nas mídias regionais, ajudando assim, substancialmente a construir uma agenda agroecológica no Vale do Rio Pardo, via Articulação, justamente na “fresta” do o sistema integrado do tabaco, onde uma experiência agroecológica motiva a outra, compondo assim um conjunto de forças que aos poucos ganham visibilidade a cada passo construído.

Nesses encorajamentos que as atividades da Articulação provocam nas pessoas envolvidas em suas entidades, criando possibilidades concretas de resistência ao modelo de dependência econômica em relação ao tabaco, pelas experiências e vivências concretas da Agroecologia, que vai atraindo as pessoas, convidando as mesmas a (re)pensarem suas práticas agropecuárias na região, se questionando dos riscos de dependerem apenas de uma única cultura produtiva. Gerando assim um debate rico em possibilidades no seio familiar, pois a Juventude que vem buscando se especializar, seja nas EFAs, ou na Universidade, passando pelas entidades que têm um trabalho de grupo de décadas, vão produzindo situações em que a diversificação produtiva vai gerando ganhos financeiros e melhorando a qualidade de vida desses sujeitos, apresentando concretamente caminhos para os demais em seu entorno.

São os efetivos “Espaços de Esperança” aos quais nos referimos nesse trabalho, produzidos no território, partindo da sua força interna, das suas gentes e sua capacidade de ler o mundo, de fazer as relações possíveis para uma melhora de vida, pois a Agroecologia é inclusiva, já que todo sujeito que entende que produzir alimentos saudáveis pra si e para os outros, é um ofício sagrado de dimensão ética e responsável, ajuda a construir esses “espaços de esperança” no território, bem como uma resistência a partir do seu protagonismo junto a sua família, seu grupo, sua comunidade, sua associação e/ou cooperativa.

Estando assim esses sujeitos Agricultores/as Familiares Camponeses “fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo não da pura adaptação ao mundo, terminam por ter no sonho também um motor da história. Não há mudanças sem sonho como não há sonho sem esperança”. (FREIRE, 1992, p.47)

Mas efetiva e obviamente, isso não acontece sem contradições, pois a matriz produtiva da fomicultura é sempre “um porto seguro” no qual por gerações, esses/as Agricultores/as Familiares Camponeses fizeram a sua vida. Por isso a noção de transição agroecológica vem sendo uma premissa básica de trabalho das entidades que formam a Articulação, bem como é uma das linhas centrais de atuação da AAVRP, na busca de fortalecer esses sujeitos a protagonizarem as suas vidas de uma nova maneira, bem como a sua produção e suas relações sociais, no seu entorno.

Pois ao contrário da competição para ver quem produziu o melhor tabaco, alcançou a maior média financeira por arroba produzida e vendida, a Agroecologia parte do princípio da solidariedade, pelo qual, esses sujeitos precisam se ajudar, pois o conjunto de técnicas e tecnologias que a Agroecologia demanda, acaba fazendo com que esses sujeitos se aproximem e busquem alternativas na grande maioria das vezes, coletivamente, pois normalmente os/as agroecologistas se organizam em grupos de produção ou associações de agricultores/as.

Por isso, o trabalho de promoção da Agroecologia se dá antes de mais nada, pelo reconhecimento da importância de fortalecer a Agricultura Familiar Camponesa na região, sendo esse o objetivo primeiro da Articulação, fazendo com que esse coletivo traga em todos os debates que trava nas atividades propostas, um debate de fundo sobre Agricultura Familiar Camponesa – Produção Orgânica – Agroecologia – Diversificação produtiva, seguido de relatos de experiências/Vivências e de oficinas práticas que permitam às pessoas se apropriarem de técnicas e tecnologias já consagradas por quem apresenta, para trazer nesses espaços, soluções concretas de resolução de problemas que os participantes dos eventos/ações podem estar necessitando nas suas propriedades, o que reforça a lógica de que a Agroecologia na região vem construindo verdadeiros “Espaços de Esperança”.

E é nesse processo de convencimento de um sujeito a outro que a Agroecologia vai tomando corpo, ganhando espaço, se reforçando muito além de uma forma de produzir alimentos, mas de orientação de vida entre agricultores/as por tudo que produzem e pela construção comunitária que isso implica. Nas escolas, pelo

convencimento de cada professor/a que vai reorientando sua prática docente, incorporando uma compreensão de Campo que rompe com a premissa do Jeca Tatu. Junto às entidades de assistência técnica, tão marcadamente difusionistas, capacitadoras e treinadoras de agricultores/as, que passam a atuar profissional a profissional numa lógica participativa, orientada pelo diálogo, que gera uma relação horizontal na produção desse saber agroecológico, que soma as sabedorias populares dos/as agricultores, junto aos saberes científicos dos técnicos/as, em complementaridade, como a vida de fato é, uma junção de saberes, experiências e vivências do nosso cotidiano, a que damos significados. Reafirmando a resistência social pelo acesso à educação, tendo na Agroecologia o novo paradigma da construção desse conhecimento e de renovação das práticas e técnicas agropecuárias na Agricultura Familiar Camponesa na região.

Fazendo assim, com que a Universidade com seus cursos, projetos e ações de extensão, por força também das ações de seus professores/as simpáticos a Agroecologia e em muitas vezes engajados pela causa Agroecológica, passe a estar sensível às demandas que os movimentos da Agroecologia apresentam à Universidade. Bem como sindicatos, que por força de atender parte dos seus associados/as, passe a ver na produção orgânica e agroecológica uma estratégia de se fortalecer junto aos agricultores/as, abrindo seu leque de atuação com seu público, compreendendo a diversa e rica possibilidade da Agricultura Familiar Camponesa.

Também muitos órgãos públicos, via secretarias municipais de Agricultura, a própria Emater, através de seus técnicos e reconhecendo a importância da Agroecologia para a preservação ambiental, se soma aos poucos à causa da preservação com produção, com manejos agroecológicos, que reforçam a luta ambientalista no país, tão atacada pelo agronegócio e pela empresa rural, que não reconhece o território na sua concepção total e sim apenas como um espaço delimitado para sua atuação indomada e que desconsidera que nesse espaço exista vida, numa compreensão de que o lucro precisa balizar a ocupação desse espaço, portanto, tudo aquilo ou aqueles/as que não dão lucro ou que possam impedir a exploração desse espaço pelo capital que visa só lucro, não deva existir.

Eis a possibilidade de resistência que a Agroecologia permite construir, mesmo em regiões tão verticalizadas economicamente como o Vale do Rio Pardo, sendo uma nova compreensão de ver o mundo, de articular “resistências” pela produção de alimentos saudáveis e construção de saberes horizontalizados entre os sujeitos do

território e construir “espaços de esperança”, com base na solidariedade e na empatia entre as entidades e pessoas que formam essas entidades, mesmo em regiões supostamente áridas historicamente para esse paradigma, como esta.

Por isso, a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo vem conseguindo aproximar a experiência de quem está há anos nessa luta, com a Juventude propositiva que vai se somando a esse movimento com toda sua força juvenil, entrelaçando os saberes diversos existentes no território, fazendo de lavouras em propriedades familiares, verdadeiras salas de aulas de muitas trocas e compartilhamentos de vivências agropecuárias e o contrário também, fazendo de muitas sala de aulas de escolas e universidades, espaços de fala e contribuição de agricultores/as com suas experiências de vida, numa construção muito rica e cheia de simbologias, próprias e características fundantes da Agroecologia.

Assim, espaços como a Articulação são ricos nas suas confluências e por tudo que representam e proporcionam em um curto espaço de tempo, como nesse caso menos de seis anos, para uma região como o Vale do Rio Pardo, mesmo nas suas dificuldades de se organizar muitas vezes, justamente por seus membros - participantes que representam as entidades não estarem à disposição da AAVRP, estando praticamente todos/as dedicando seu tempo, como se fora um período extra de trabalho a sua participação na Articulação, dificulta uma organização mais representativa da coletividade. Essa deficiência acaba sendo superada pelo desejo das entidades dessas pessoas nessa construção, que aglutina agricultores/as, estudantes, professores/as, técnicos/as e todas as gentes que entendem ser a Agroecologia uma das saídas para a construção de um mundo melhor, com inclusão e promoção de equidade e de valorização da vida, via Agroecologia.

Trazemos aqui para essas considerações finais a reflexão da simbologia que representa a Agroecologia, sem romantismo, mas averiguada por anos de experiência e vivências, no trato de uma comunicação com e do Campo, “cara a cara”, “olho a olho” junto aos/as Agricultores Familiares Camponeses da região, colocada pelo agrônomo do CAPA, Sighard Hermany, já citada nesse trabalho, mas que reafirmamos pela força das palavras: “O/a agroecologista é um/a pacifista porque é orientado/a antes de mais nada pelo princípio da vida. Já os “veneneiros” em geral são agressivos, porque se orientam geralmente inconscientemente pelo princípio do extermínio, da morte, representada pelo agrotóxico” (HERMANY, 2019).

Eis a premissa simbólica do paradigma da Agroecologia, que vem de relações conscientes entre os sujeitos, mas que também é determinada por uma condição inconsciente de quem se opõe a ferro e fogo à Agroecologia, estando aí a sua força revolucionária e indicadora de que há uma efetiva construção de “Espaços de Esperança” pela Agroecologia e todos os seus desdobramentos na região onde ela passa a ser articulada.

Porque, na lógica concreta e produtiva, a Agroecologia se apresenta pelas palavras do seu Clécio e dona Lori Weber, que também já citamos aqui, mas que reforçamos nessa compreensão, dada a força dessa afirmação, orientada por décadas de promoção da Agroecologia pela vivência, lá na terra, com todos os desafios que ser Agricultor/ Familiar Camponês impõe no cotidiano: “A agroecologia é o respeito com a terra, com as pessoas que consomem o alimento que vem dessa terra e respeito com o meio ambiente”, porque aqui a produção está aliada a uma relação ética, de respeito à natureza, mas também às pessoas que consomem os alimentos que os Weber produzem. Essa consciência, aliada à produção de alimentos livres de agrotóxicos, são elementos da construção de “Espaços de Esperança” num território e oferecem concretamente a possibilidade de resistência, por estar em articulação com outras pessoas e entidades que passam a se articular baseadas nessa lógica de respeito à vida.

Portanto, há muito a aprender, muito a construir com essa coletividade que se forma no entorno da Agroecologia e entidades coletivas como Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, que se mantidas com objetivos comuns de promoção da Agroecologia, de construção de agendas conjuntas de ações/atividades, integrando gerações de agricultores/as, pesquisadores/as e técnicos/as num entendimento de que os saberes são complementares e que precisamos com urgência compreender e viver uma vida condizente com a certeza de que vivemos num planeta finito, com possibilidades limitadas – tem um alto poder de resistência e de constituir uma série de “espaços de esperança” no território, reforçando aquilo que as gentes do Campo e da Agroecologia fazem e propõem para a sociedade. Todos/as ganhamos em preservar e promover a vida dos seres vivos e do planeta.

Que se multipliquem entidades para compor a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo e que tantas outras articulações sejam fundadas para promover a Agroecologia e unificar pautas coletivas, em franco diálogo com a dimensão territorial, incluindo as gentes desse território, fazendo com que esse debate se amplie e que

Campo e Cidade se juntem na pressão por uma agropecuária que não desmate, que não destrua o que temos de mais rico, nosso território, com nossas marcas e símbolos que nos constituem como sujeitos, muito além de nossos números frios de CPF ou de meros PIBs, mas como sujeitos da nossa história, com o máximo de autonomia e liberdade para escolhermos o que de fato é melhor para nossas vidas.

Viva a Agroecologia e vida longa à AAVRP!

Figura 57 - Abertura da SAO da AAVRP 2019



Fonte: LIMBERGER, 2019.

“Num país como o Brasil, manter a esperança viva é, em si, um ato revolucionário”.
(Paulo Freire).

REFERÊNCIAS

AAVT - Articulação em Agroecologia do Vale do Taquari. Disponível em: [://aavtvaledotaquari.blogspot.com](http://aavtvaledotaquari.blogspot.com). Acessado em 10/10/2018.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. 37p. Disponível em <file:///C:/Users/Pessoal/Desktop/TESE%20de%20doutorado%20-%20Escritas/Abramovay.pdf> Acesso: 02 fev. 2017.

ADAMS, Telmo. **A atualidade do conceito de conscientização na educação popular com base em Paulo Freire e João Bosco Pinto**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt06-4369.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

ALTIERI, M.A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Boulder: Westview Press, 1987.

Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar, 2015. Erechim: Ed. Bota Amarela. 2015.

ATURVARP - Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo. **Vista do vale do Rio Pardo – Herveiras**. Disponível em: https://www.aturvarp.com.br/ponto_turistico/vista_do_vale_do_rio_pardo. Acessado em 12/12/2017.

APLVRP. **Arranjo Produtivo Local de Agroindústrias e Produção de Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo**. Disponível em: <http://www.aplvrp.com.br> . Acessado em 10/11/2018.

ARANHA, Ana. ROCHA, Luana. **“Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios**”. Agência Pública/Repórter Brasil. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios-consulte-o-seu/> . Acessado em 15 de abril de 2019.

ARBIX, Glauco. ZIBOVICIUS, Mauro. **Por uma estratégia de civilização**. IN: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: EDUSP/Editora UNESP. 2001.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **O território brasileiro em perspectiva: modernização e implicações socioespaciais**. Revista de Ciências Humanas, Viçosa/ MG, v. 14, n. 1, p.160-174, jan/jun. 2014. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol14/artigo2evol14-1.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo**. Revista Sociedade em Debate, UCPEL, Pelotas, 7(2):5-25, Ago/2001. p. 8. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510>. Acesso em: 11 set. 2016.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2001.

BENCKE, Juliana. “É uma escolha de luta pela vida”, diz jovem agricultora. **Venâncio Aires: Folha do Mate. Edição de 25/07/2017.** Disponível em: <http://www.folhadomate.com/noticias/rural/e-uma-escolha-de-luta-pela-vida-diz-jovem-agricultora>. Acessado em 15/10/2018.

BOISIER, Sergio. **Teorias e metáforas sobre el desarrollo teritorial**. CEPAL: Santiago de Chile, 1999.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH / SP, 2017.

BORGES, Nathany. **Em Boa Vista, saúde na feira orgânica**. Jornal Gazeta do Sul: Santa Cruz do Sul. Publicado em 24/10/2016. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2016/10/24/82788-em-boa-vista-saude-na-feira-organica.html.php>. Acessado em 15/11/2017.

BRACAGIOLI NETO. Alberto. GRISA, Catia. **As Construções e as Desconstruções nas Políticas para a Agricultura Familiar**. p. 173-194. IN: DE DAVID, Lino. Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental: Relatório Verde 2018, Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas**. In: Curso Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil. Mesa: O debate internacional e nacional contemporâneo sobre políticas públicas e território. ENAP, Brasília, 2 de maio de 2011.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Crise do (s) capitalismo (s) e os espaços produzidos nas escalas mundial, nacional e regional**. IN: ETGES, Virgínia Elisabeta. AREND, Silvio Cezar. Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan. /dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>>. Acesso em: 11 set. 2016.

Brasil. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de comemoração da venda de 30 mil tratores e 500 caminhões pelo Programa Mais Alimentos e de assinatura de contratos do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural**. Santa Cruz do Sul-RS, 29 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/29-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-comemoracao-da-venda-de-30-mil-tratores-e-500-caminhoes-pelo-programa-minha-casa-minha-vida-rural>. Acessado em 20 de novembro de 2018.

BRITO, Débora. **Sementes crioulas X transgênicos: a agricultura familiar e o agronegócio nos próximos quatro anos**. Publicado em 4 de fevereiro de 2015. Articulação Nacional de Agroecologia: <<http://www.Agroecologia.org.br/2015/02/04/sementes-crioulas-x-transgenicos-a-agricultura-familiar-e-o-agronegocio-nos-proximos-quatro-anos/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

BRUM, Eliane. **Empresários não podem ser batedores de carteiras** – Artigo – entrevista com Jorge Hoelzer Neto. Jornal El País do dia 17/07/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/17/opinion/1563385523_148809.html. Acessado em 20/07/2019.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. IN: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. nº 13 - jun. de 1996.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do estado no meio Rural (Traços de uma trajetória). IN: THERRIEN, Jacques. DAMASCENO, Maria Nobre (coordenadores). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993 – (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

Canal Rural. **Faturamento do mercado de orgânicos cresceu 20% em 2018**. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/agricultura/organicos-4-bilhoes-2018/>. Acessado em 3 de abril de 2019.

CANUTO, Antonio. LUZ, Cassia Regina da Silva. ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232p.

CAPA. **Agroecologia – a Prática agroecológica no CAPA**. Cadernos temáticos. Porto Alegre, 2005.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Agosto de 2005.

CAPORAL, José Roberto. **Agroecologia: Ciência para apoiar processos de transição para agriculturas sustentáveis**. IN: Revista da Formação por Alternância. Ano 5, nº9 (Dez 2009). Brasília, UNEFAB, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. IN: AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). Princípios e perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. IN: AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). Princípios e perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto. AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira. *et al.* **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro / São Paulo - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Ana Luiza de. **Menos da metade da bancada ruralista se reelegeu**. Congresso em foco, 11 de out. de 2018. Disp. em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes>. Aces: 22/01/2019.

CASTILHO, Alceu Luís. **Almoço da bancada ruralista tem ira de deputados e expulsão de repórteres**. Site DE OLHO NOS RURALISTAS. Publicada em 04/12/ 2016. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/04/almoco-da-bancada-ruralista-tem-ira-de-deputados-e-expulsao-de-reporteres>. Acessado em 10 de setembro de 2018.

CHIMINI, Letícia. **GÊNERO NO MEIO RURAL: A MULHER NA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, NO CONTEXTO DA MONOCULTURA DO TABACO, NO MUNICÍPIO DE AGUDO/RS, BRASIL**. Dissertação de Mestrado – PPGDR / UNISC. Santa Cruz do Sul Abril, 2015. 131p.

Consumo de produtos orgânicos no Brasil Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos: Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos realizada em 2017. Parceria: Organix e Market Analysis, 2017. 57p. Disponível em: <http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org%C3%A2nicos-no-Brasil-Relat%C3%B3rio-V20170718.pdf> Acessado em 12 de novembro de 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. IN: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTABEBER, José Antônio. CAPORAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.

COSTA GOMES, João Carlos. **As bases epistemológicas da Agroecologia** IN: AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). Princípios e perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

COSTA GOMES, João Carlos **Pesquisa em Agroecologia: Problemas, Perspectivas e Desafios**. In: Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária. 2002. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/pesquisa-em-agroecologia-problemas-perspectivas-e-desafios>. Acessado em 10/10/2017.

COSTA, João Paulo Reis. **A Revolução Federalista na Região de Santa Cruz: A atuação dos Serranos de Zeca Ferreira**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil: Novas perspectivas de ensino e pesquisa (2ª edição) – Especialização – UNISC, 2007.

COSTA, João Paulo Reis. **Curso de Agroecologia da UERGS**. Entrevista concedida ao jornalista Leandro Junkherr Porto. Programa Rede Social. 12/03/2019, Santa Cruz do Sul, Rádio Gazeta AM 1180. Disponível em: <https://soundcloud.com/rdgazeta/jose>

[schmitz-e-joao-paulo-reis-costa-curso-de-agroecologia-da-uergs-12032019](#).
Acessado em 13/03/2019.

COSTA, João Paulo Reis. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da Pedagogia da Alternância**. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2012.

COSTA, João Paulo Reis, [et al]. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 26/11/2017.

COSTA, João Paulo Reis. **Para além de um suposto “Pioneirismo”: a constituição da serra e da população serrana na região de Santa Cruz, numa perspectiva de desenvolvimento regional**. VII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional – PPGDR UNISC: Santa Cruz do Sul, 2015 Disponível: <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/13401-7774-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

COSTA, Manoel Baltasar da. **Agroecologia no Brasil: História, princípios e práticas**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DORNELAS, Rafaela Silva. **Movimento Agroecológico no Brasil: Considerações sobre a dimensão Política e os Saberes na Agroecologia**. Dissertação de Mestrado. PPG em Ciências Sociais da UFES. Vitória/ES, 2016. p. 136.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo. Por que oito famílias têm mais riqueza que a metade da população do mundo?** 2ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017, 315p.

DUARTE, Nestor. **Reforma Agrária**. Rio de Janeiro. Imprensa nacional, 1953.

DUQUE, Ghislaine. **A Articulação do Semi-Árido Brasileiro: Camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-Árido**. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Severo de. PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas Camponesas contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas de lutas no Campo. São Paulo. Editora da UNESP, Brasília DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Vol. II. 2009.

DUTRA, Poliane Oliveira. **Da roça ao mestrado em Agroecologia em Cuba**. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2011/02/22/da-roca-ao-mestrado-em-Agroecologia-em-cuba-artigo-de-poliane-oliveira-dutra>>. Acesso em: 11 set. 2016.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **A Região no contexto da globalização: O caso do Vale do Rio Pardo**. IN: VOGT, Olgário Paulo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs). Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ETGES, Virgínia Elisabeta. AREND, Silvio Cezar. **Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2014.

ETGES, Virginia Elisabeta. DEGRANDI, José Odím. **Desenvolvimento Regional: A Diversidade Regional como Potencialidade**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, 1 (1), p. 85-94, Outono de 2013. Disponível em:

<proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/download/3649/pdf_9>. Acesso em: 11 set. 2016.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. IN: **REDES - A revista do Desenvolvimento Regional**. Vol. 10, n.3 (set/dez, 2005). Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2005.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **O Espaço Rural no Contexto da Acumulação Flexível**. IN: ETGES, Virgínia Elisabeta (org). Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC**. Revista REDES – A Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v.8, nº1, jan/abr. 2003.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Territórios rurais: a região fumicultora no Sul do Brasil**. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz [Et al....] A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. Da ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930 – História e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 16ª Ed.

FERMENT, Gilles. MELGAREJO, Leonardo. FERNANDES, Gabriel Bianconi. FERRAZ, José Maria. **Lavouras transgênicas – riscos e incertezas: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs / Gilles Ferment ... [et al.].** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. 450p. (Nead debate; 26).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. In: Anais do Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB, 2002. [cd-rom]. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flq0563/2s2012/FERNANDES.pdf. Acessado em 12 de outubro de 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CAVALCANTE, Matuzalem. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista Nera – ano 11, n. 13 – julho/dezembro de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Severo de. PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas Camponesas contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas de lutas no Campo. São Paulo**. Editora da UNESP, Brasília DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Vol. II. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura). Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Autonomia.pdf>. Acessado em 12/05/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Fundação de Economia e Estatística do RS – FEE. Site: www.fee.rs.gov.br - Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/Vale+do+Rio+Pardo>>. Acesso em: 11 set. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Prefácio**. In: 50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido [livro eletrônico] / PADILHA, Paulo Roberto...[et al.], [organizadores]. -- 1. ed. -- São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **A Construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: Uma análise a partir do Programa de Sementes Crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil**. Santa Cruz do Sul. UNISC. Tese de Doutorado. 2017 p.242.

GEWEHR, Rodrigo Barros. Et al. **Sobre as práticas tradicionais de cura: subjetividade e objetivação nas propostas terapêuticas contemporâneas**. Revista de Psicol. Da USP, vol.28, Nº.1: São Paulo, jan. /abr, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v28n1/1678-5177-pusp-28-01-00033.pdf> Acessado em 10 de dezembro de 2017.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3a Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2005.

Globo Rural. **Testes de urina comprovam níveis alarmantes de pesticidas nos alimentos**. Publicação em 18/02/2019. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2019/02/testes-de-urina-comprovam-niveis-alarmanetes-de-pesticidas-nos-alimentos.html>. Acessado em 19 de fev de 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4ª Edição. Data Publicação Original: 1891. Data da Digitalização: 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. Vol.16 nº 47, maio-ago. 2011.

GOMES, Antonio Carlos. **A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UNISC, 2014. Orientadora: Profa. Cidonea Machado Deponti.

GOMES, Antonio Carlos. LIMBERGER, Diego Henrique. **O Banco de Sementes Crioulas da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul: Um Instrumento Pedagógico de Educação do Campo e Soberania Alimentar**. In: POZZEBON, Adair e COSTA, João Paulo Reis (Orgs). Revista Sementes Crioulas, Volume 01 / AGEFA:

Santa Cruz do Sul, 70p. Disponível em: https://issuu.com/agefa/docs/revista_sementes_crioulas_eletronic.

GOMES, Gabriela Schmitz. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 05/12/2017.

GOMES, João Carlos Costa. As bases epistemológicas da Agroecologia. IN: CAPORAL, Francisco Roberto. AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

GOMIDE, Denise Camargo. **Materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_44pdf. Acesso em: 3 de out. de 2016.

GÖRGEN, Frei Antônio Sérgio. **Trincheiras da Resistência Camponesa – Sob o Pacto de Poder do Agronegócio**. Candiota/RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

GREENPEACE Brasil. **Três meses de veneno**. Publicado em 02/04/2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/tres-meses-de-veneno/>. Acessado em 02/04/2019.

GRZYBOWSKI, Cândido. Planejar o desenvolvimento para que “um outro mundo seja possível”. IN: CASTRO, Ana Célia. LICHA, Antonio. PINTO JR. Helder Queiroz. SABOIA, João. **Brasil em desenvolvimento 2** – Instituições, políticas e sociedade. São Paulo: Civilização Brasileira. 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimento populares rurais no Brasil: Desafios e perspectivas. IN: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão Agrária na década de 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 4ª ed. 2004.

GTAgrária da AGBs (Rio e Niterói). **Os “Grandes projetos de desenvolvimento” e seus impactos sobre o espaço do RJ**. IN: JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero, GARCIA, Maria Franco. VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs.). **A Questão Agrária no século XX – Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, 520p.)

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 7 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2015.

HERMANY, Sigward. **Agroecologia, agrotóxicos e armas. Que relação existe entre esses conceitos**. O Recado da Terra, CAPA. Ano XXII, nº 47, primavera de 2008.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Origem, magnitude e expansão territorial do agronegócio no Brasil**. IN: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. FLACADE, Ivanira. **Expressões da re-territorialização do campo brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

HOLLANDA, Chico Buarque. MELO NETO, Joao Cabral de. **Funeral de um Lavrador, 1968. Disco “Não Vai Passar – Volume2”**. RGE: CD/1992.

JESUS, Poliana Pereira de. *et al.* **TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal.** CAMPO - TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 369, fev., 2011.

JORNAL ARAUTO. **Jovens inovam e criam Feira.** Jornal Arauto: Vera Cruz/RS. Publicado em 19/06/2018. Disponível em: <http://www.jornalarauto.com.br/Pages/56578/Jovens-inovam-e-criam-feira#.XKLk25hKiUk>. Acessado em 25/10/2018.

KARNOPP, Erica. **Agricultura Familiar entre o Sistema de Produção Convencional e Orgânico: Transição ou Coexistência?** Artigo apresentado no II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de PPGDR/UNISC, Santa Cruz do Sul, RS – Brasil, 2004. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/sustentabilidade/09.pdf>. Acessado em 10/01/2019.

KARNOPP, Erica. OLIVEIRA, Victor da Silva. **Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro.** IN: REDES – A Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 215 - 228, maio/ago 2012.

KNABBEN, Virgínia Mendonça. **Ana Maria Primavesi: Histórias de Vida e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LATUF, Carlos. **Agroecologia.** 2017. Disponível em: http://four-striped8.rssing.com/chan-5390187/all_p785.html. Acessado em 10/05/2017.

LATUF, Carlos. **O Latifúndio Mata.** 2017. Disponível em: <http://candidoneto.blogspot.com/2015/01/>. Acessado em 10/05/2017.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre Nós: Ensaio sobre alteridade.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil/Ana Carolina da Cruz Lima; Rodrigo Ferreira Simões.** - Belo Horizonte: UFMG / Cedeplar, 2009.

LIMA, Matheus Silveira. **Um estudo da ordem privada: Introdução ao pensamento político de Nestor Duarte.** São Paulo: Annablume; Jequié: UESB, 2011.

LOBATO, Monteiro. **Jeca Tatuzinho.** Ed. Especial do Instituto “Medicamenta” Fontoura & Serpa, São Paulo, 1924, p. 05-13.

LOBATO, Monteiro. **Urupês.** Ed. Revisada. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.

LUTZEMBERGER, José. **Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?** 3ª ed. Porto Alegre. Movimento: Ed. da UFRGS.1983.

LUDTKE, Rosiéle Cristiane. **Iniciativas de Diversificação ao Cultivo do Tabaco no município de Santa Cruz do Sul – RS: Um estudo de Caso.** Laranjeiras do Sul/PR. Dissertação de mestrado PPG de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – UFFS, 2016, 179p.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARQUES, Ana Flávia. CAMPOS, Heleniza Ávila. ETGES Virgínia Elisabeta. **Territórios e desenvolvimento. O papel das bacias hidrográficas e do Zoneamento ecológico-econômico**. RACE, UNOESC, v. 6, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2007

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Ed. da UNESP. Brasília DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Anamaria Melo; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Agroecologia e resistência camponesa**: Considerações a respeito da Transição Agroecológica no Assentamento. Águas Claras, Ribeirão – PE, Vol 8, No. 2, Nov. 2013. VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013.

MELGAREJO, Leonardo. **Os agrotóxicos e a conversa fiada**. Jornal Correio do Povo, artigo de opinião, p.02, 10/10/2016.

MELLO, Thiago de. **Os Estatutos do Homem**. Vento Geral, 1951/1981. Doze livros de Poemas, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **O Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo: Mobilidades Guaranis em Tempos Provinciais**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308060910_ARQUIVO_KarinaMelo-Anpuh2011-.pdf. Acessado em: 12/10/2016.

MENEZES, João Bittencourt de. **Município de Santa Cruz do Sul**. 2ª ed / texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

MERCUR. História. Disponível em: <https://www.mercur.com.br/sobre-nos/historia/>. Acessado em 1º de julho de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORETTI, Cheron Zanini. ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16999>>. Acesso em: 11 set. 2016.

MOTTA, Alyne Guimarães. **Não vou sair do Campo para ir para Escola**. Caderno Especial do dia do Colono e do Motorista. Jornal Rio Vale: Santa Cruz do Sul. Publicado em 26/07/2016.

MOTTA, José Cláudio Secchi. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 27/11/2017.

MOURAD, Leonice Alves Pereira. GOMES, Marinalva. DAMBRÓS, Gabriela. **Os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos agrônômicos na produção agrícola**. IN: DAMBRÓS, Gabriela. Et al... (Org.). *Questões Agrárias em Foco II*: Ituiutaba. Barlavento, 2018.

MOURA, Abadalaziz de. **Uma filosofia da Educação do Campo que faz diferença para o campo**. Recife: Via Design publicações, 2015.

MPA. **Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil**. Disponível em: <https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/08/19/presidente-lula-visita-unidade-de-producao-do-mpa-no-rio-grande-do-sul>. Acessado em 05/08/2012.

MUNHOZ, Pedro. **Canção da Terra**. Álbum Coletânea 02, 2009.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NASCIMENTO, Milton. **Calix Bento**. Domínio Público. Álbum "Geraes", 1976. Disponível em: <http://mapas.cultura.gov.br/projeto/1042/> Acessado em 10/03/2018.

NAVARRO, Zander (et.al). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII – No 105 2 – Abr./Maio/Jun. 2013.p.105-121 Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/download/311/259>. Acesso em: 11 set. 2016.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-45)**. 1ª Ed. São Paulo, Cia das Letras, 2013. p.594.

NOAL, Fernando Oliveira. O movimento ecologista no Rio Grande do Sul. Uma abordagem histórico-social de sua trajetória no período de 1970-1995. IN: **REDES – A Revista do Desenvolvimento Regional**. Universidade de Santa Cruz do Sul. Vol. 04, nº3 (set / dez. 1999). Santa Cruz do Sul / RS. Edunisc. 2000.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905- 1966)**. / Tese de doutorado – FFCH- PUC/RS. – Porto Alegre, 2012. 370p.

_____. **Instituições e Elite Política de Santa Cruz do Sul no contexto de Internacionalização da Economia Fumageira (Décadas De 1960 E 1970)**. Dissertação de Mestrado – PPGDR/UNISC: Santa Cruz do Sul. Fevereiro de 2006. 174p.

NUNES, José Horta. **Leitura de arquivo: historicidade e compreensão**. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf. Acesso em: 11 set. 2016.

OBSERVADR – Observatório do Desenvolvimento Regional. 2015 – www.observadr.org.br. Disponível em: <http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo>. Acesso em: 11 set. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, José Roberto de. **Pedido de perdão ao triunfo da humanidade – A importância dos 160 anos das Missões Jesuítico-Guarani**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2009.

PASCHOAL, Adilson. **Agroecossistemas com ênfase nos ‘Agrotóxicos’**. Departamento de Zoologia / Seminário de 1977 - ESALQ/USP. Piracicaba: Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, departamento editorial, 1977.

PASCHOAL, Adilson. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental. Problemas e soluções**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979.

PAS, Iran da Costa **A ação coletiva dos trabalhadores em tempo de crise: o movimento sindical urbano de Santa Cruz do Sul: 1980-2000** : Santa Cruz do Sul, Edunisc. 2009.

PACHECO, Júlio César de Almeida. **Intensidades e conexões de um sujeito em sua trajetória na complexidade do movimento das Escolas Famílias Agrícolas**. Viçosa, MG, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia camponesa**. 2ª edição. São Paulo: Editora da UNESP. 2012.

PEREIRA, Luiz (org). **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PERES, João. NETO, Moriti. **Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva e matando**. São Paulo: Ed. Elefante, 2018. 308p.

PERICO, Rafael Etcheverri. RIBERO, María Pilar. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: Visão do território na América Latina e Caribe**. Brasília: IICA, 2005.

PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. p.69-103**. IN: NIEDERLE, Paulo André. ALMEIDA, Luciano. VEZZANI, Fabiane Machado (org.) **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.

PETERSEN, Paulo. DAL SOGLIO, Fábio Kessler. CAPORAL, Francisco Roberto, **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato**. IN: PETERSEN, PAULO (org.) **Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, PAULO (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PINA, Rute. **De mãe para filha: Dia da Parteira Tradicional homenageia luta e transmissão do saber**. Jornal Brasil de Fato: Brasil São Paulo. 20/01/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/20/parteiras-tradicionais-resistem-e-lutam-por-reconhecimento-profissional/>. Acessado em 23/01/2019.

PINHEIRO, Sebastião. NASR, Nasser Youssef. LUZ, Deoclécio. **A Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1993.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. IN: PETERSEN, PAULO (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

Portal G1 Pará. **Brasil tem maior número de assassinatos no campo desde 2003; Pará lidera o ranking de mortes. Publicado por G1 PA** – Belém em 16/04/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/para-lidera-o-ranking-de-mortes-no-campo-com-125-assassinatos.ghtml>. Acessado em 06/12/2018.

POZZEBON, Adair; COSTA, João Paulo Reis. (orgs.). **Relatório de Atividades 2017** - EFASC. Santa Cruz do Sul: EFASC, 2018. Disponível em: https://issuu.com/agefa/docs/relat_rio_atividades_efasc_2017.

POZZEBON, Adair e COSTA, João Paulo Reis (Orgs). **Revista Sementes Crioulas**. Volume 01 / AGEFA: Santa Cruz do Sul, 70p. Disponível em: https://issuu.com/agefa/docs/revista_sementes_crioulas_eletronica.

POZZEBON, Adair. **EXPOAGRO: Adair Pozzebon e João Paulo Reis Costa falam sobre atuação das EFAs**. Dia 28/03/2019. Entrevista concedida ao jornalista Leandro Junkherr Porto. Programa Rede Social. 28/03/2019, Santa Cruz do Sul, Rádio Gazeta AM 1180 / FM 107.9. Disponível em: <https://soundcloud.com/rdgazeta/jose-schmitz-e-joao-paulo-reis-costa-curso-de-agroecologia-da-uergs-12032019>. Acessado em 28/03/2019.

Programa Brasil Rural. **Não adianta só produzir tabaco, diz presidente da Afubra**. Programa Brasil Rural / EBC. Brasília/DF. Publicado em 19/12/2017. Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/brasil-rural/2017/12/nao-adianta-so-produzir-tabaco-diz-presidente-da-afubra>. Acessado em 20/06/2018.

PUNTEL, Jovani Augusto. ETGES, Virgínia Elisabeta. **Transformações do Cenário Rural**. IN: Grupo de Trabalho 07: Ruralidades e Meio Ambiente. I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR 2009. "Sociedade e Política em tempos de incerteza". p. 10. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT7>. Acesso em: 11 set. 2016.

QUEIROZ, Maurício, **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 27/11/2017.

REIS COSTA, Mateus Ferreira. **Ecovale - Dados** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com. Recebida em 03/04/2019.

Revista EXAME. **Alimentação mais saudável: pequenas mudanças fazem grandes diferenças**. Disponível em: [http://exame.abril.com.br/negocios/dino/alimentacao-mais-saudavel-pequenas-mudancas-fazem-grandes-diferencas-dino89087353131/-](http://exame.abril.com.br/negocios/dino/alimentacao-mais-saudavel-pequenas-mudancas-fazem-grandes-diferencas-dino89087353131/). Publicada em 26/02/2016. Acesso em: 11 set. 2016.

RODRIGUES, Jesus Edemir. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 01/12/2017.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. **Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas.** p. 35-52. IN: PULGA, Vanderléa Laodete. Et al. Mulheres Camponesas semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Ed. Rede UNIDA, 2018, 263 p.

SÉMELIN, Jacques. **Qu'est-ce que "résister"?** Esprit, Paris, nº 198, jan. 1994.

SILVA, Roberto do Nascimento e. ETGES, Virginia Elisabeta. **DO CAMPO À MESA: REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E GASTRONOMIA.** Santa Cruz do Sul: REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, set/dez 2012.

ROLLEMBERG, Denise. **Definir o conceito de Resistência: Dilemas, reflexões, possibilidades.** IN: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. História e memória das ditaduras do século XX, Vol.01. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SAATH, Kleverton Clovis de Oliveira. FACHINELLO, Arlei Luiz. **Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Volume 56. Nº.2. Brasília. Abr./Jun 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032018000200195. Acessado em 02 de jan. de 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal:** Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acesso em: 11 set. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. NUNES, João Arriscado. **Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo.** IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. [Reinventar a emancipações social: para novos manifestos, v.4].

SANTOS, Francis dos; TONEZER, Cristiane; RAMBO, Anelise Graciele. **Agroecologia e Agricultura Familiar:** Um Caminho para a soberania alimentar? – 47ª SOBER / 2009, Porto Alegre - RS – BRASIL, UFRGS/PGDR. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Agroecologia%20e%20Agricultura%20Familiar%20%20Um%20caminho%20para%20a%20soberania%20Alimentar.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SANTOS, Maureen. GLASS, Verena. (Orgs). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial:** Críticas e Alternativas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SCHERER, Mathias Inácio. **A totalidade concreta: uma categoria para análise em história social.** XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS. Ensino, Direitos e Democracia. UNISC: Santa Cruz do Sul/RS. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuhrs.org.br/resources/anais/46/1472580953_ARQUIVO_A-

[totalidade-concreta-uma-categoria-para-analise-em-historia-social.pdf](#)>. Acesso em: 11 set. 2016.

SCHIAVON, Miqueli Sturbelle. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com, recebida em 01/12/2017.

SCHMIDT, Wilson. **Educação do campo: agroecologia [e] campesinato: três ângulos, três lados, mas não um triângulo.** / Wilson Schmidt. – Florianópolis: NEA EduCampo/UFSC, 2018.

SCHMITZ, José Antônio Kroeff. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 02/12/2017.

SCHMITZ, José Antonio Kroeff. **Curso de Agroecologia da UERGS.** Entrevista concedida ao jornalista Leandro Junkherr Porto. Programa Rede Social. 12/03/2019, Santa Cruz do Sul, Rádio Gazeta AM 1180. Disponível em: <https://soundcloud.com/rdgazeta/jose-schmitz-e-joao-paulo-reis-costa-curso-de-agroecologia-da-uergs-12032019>. Acessado em 13/03/2019.

SDR e IICA. **Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2014.

SDR - **RELATÓRIO DE GESTÃO 2015-2018**, 2018, 44p. Publicado em 20/12/2018. Disponível em: <https://www.sdr.rs.gov.br/sdr> . Acessada em 06/01/2019.

SEHN, Wandoir. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 01/12/2017.

SILVA. Cristiano. Uergs inicia aulas do curso de Agroecologia em Santa Cruz. Santa Cruz do Sul: Gazeta do Sul. Edição de 12/03/2019, p.04. Disponível em: http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2019/03/12/141422uergs_inicia_aulas_do_curso_de_agroecologia_em_santa_cruz.html.php. Acessado em 15/03/2019.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos** – Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. DORNELLES, Mizael. A produção de tabaco no sul do Brasil: Um olhar geográfico sobre a sua dinâmica produtiva e organização territorial. In: SILVA, Rogério Leandro Lima da (org.). **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no sul do Brasil.** 1ª ed. Santa Cruz do Sul, 2013.

SILVEIRA, Rogério Leandro da. **Plano estratégico de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)** [recurso eletrônico] / coordenadores: Heitor Álvaro Petry, Rogério Leandro Lima da Silveira. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2017.

SINDITABACO. **Sindicato das Indústrias do Tabaco.** Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br>> – Acesso em: 11 set. 2016

SKOLAUDE, Mateus Silva. História, **Identidade e Representação social: O Caso da Comunidade Afrodescendente de Santa Cruz do Sul.** 5º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE de 11 a 13 de maio de 2011. NO BRASIL

MERIDIONAL. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/skolaude%20mateus%20silva.pdf>. Acessado em 05/10/2018.

SKOLAUDE, Mateus Silva. **Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SOLANO, Régis Dattein. **Escola Família Agrícola de Vale do Sol – EFASOL: A Educação como ferramenta para o desenvolvimento rural no Município de Vale do Sol, RS e região**. TCC do Curso Bacharel em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER /UFRGS, Porto Alegre. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Pessoal/Desktop/TESE%20de%20doutorado%20%20Escritas/Regis%20EFasol%20TCC.pdf>. Acessado em 17 de setembro de 2018.

SOLANO, Régis Dattein. GONÇALVES, Cláudia Magalia da Rosa. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com Recebida em 01/12/2017.

SOUZA, Ana Inês [Et al....]. **Paulo Freire Vida e obra**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TALASKA, Alcione. **O espaço agrário brasileiro na perspectiva conceitual: dos aspectos legais às implicações territoriais**. 2015. 338 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015. Orientação: Profª. Drª. Virginia Elisabeta Etges.

TAUIL, Marina. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo: aavrp2013@gmail.com. Recebida em 26/11/2017.

THEIS, Ivo M. (Org). **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas- breve introdução**. IN: Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

THIOLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão**. Texto apresentado em mesa-redonda, coordenada pelo Prof. José Willington Germano (Pró-reitor de Extensão da UFRN), no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, em 10 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/conferencias/construcao.pdf. Acesso em: 11 set. 2016.

UNISCTV. **Audiência Pública sobre o IMPACTO DE USO DE AGROTÓXICOS na Saúde, Meio Ambiente e Consumidor** (3min e 47 seg"). Unisc Notícias – UNISCTV do dia 31/08/2018 - Bloco 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0gVZq1fP3yI>. Acessado em 06 de setembro de 2018.

UNISCTV. **Feira Pedagógica da EFASC** (4min e 37 seg"). Unisc Notícias – UNISCTV do dia 29/07/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qzAjv4iOE5I>. Acessado em 06 de setembro de 2018.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

VIGNA, Anne. **Aos cuidados dos proprietários de terra.** Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 11. Número 130. Maio de 2018. p.8

VOGT, Olgário Paulo (org). Cultura Colonial. IN: VOGT, Olgário Paulo (org). **Abrindo o Baú de Memórias: O Museu de Venâncio Aires conta a história do município.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

VOGT, Olgário Paulo. **A Produção de tabaco em Santa Cruz do Sul, RS (1849 — 1993).** Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 1994.

VOGT, Olgário Paulo. SILVA, Rogério Leandro Lima da (orgs). **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VRIESMAN, Alice Karine. ROCHA, Carlos Hugo. WEIRICH NETO, Pedro Henrique. **Certificação da produção agroecológica: promovendo qualidade de vida no Campo e na cidade.** IN: ROCHA, Carlos Hugo. WEIRICH NETO, Pedro Henrique. SOUZA, Nátali Maidl (org). Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

ZANELLI, Fabrício Vassalli. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos.** Viçosa / MG – BRASIL. Dissertação de Mestrado / PPGE-UFV, 2015. 160p.

ZANETI, Maria Aparecida. **Pedagogia da Esperança: Reflexões sobre o reencontro com a pedagogia do oprimido.** IN: SOUZA, Ana Inês [Et al....] Paulo Freire Vida e obra. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ZARTH, Paulo Afonso. **Colonos imigrantes e lavradores nacionais no sul do Brasil: Projetos de ocupação da terra em conflito.** p. 223-242. IN: MOTTA, Márcia. ZARTH, Paulo Afonso (Orgs). Formas de Resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960), Vol. 02. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: MDA/NEAD, 2009.

ZERBIELLI, Marcos André. **AAVRP – Reestruturação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo aavrp2013@gmail.com. Recebida em 03/12/2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** IN: PETERSEN, PAULO (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WEZEL, Alexander. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review.** *Agronomy for Sustainable Development*. December, 2009.

WESSLING, Rosana. **Produção centrada no respeito à terra e à saúde.** Venâncio Aires/ RS: Jornal Folha do Mate, 05/06/2019. Disponível em: http://www.folhadomate.com/noticias/local/producao-centrada-no-respeito-a-terra-e-asaude?fbclid=IwAR0Utl0sxhdzjXNOhZ6RfYqLmsBDDOvkjLgXlh1SEb_iEo9t98kJpII6qz0. Acessado em 05/05/2019.

WILDNER, Cristiano. **Produtos agroecológicos são cada vez mais procurados.** Venâncio Aires: Folha do Mate. Edição de 07/07/2018. Disponível em: <http://www.folhadomate.com/noticias/geral/produtos-agroecologicos-sao-cada-vez-mais-procurados>. Acessado em 10/10/2018.

